



**“OMBRO A OMBRO COM OS MAIS FRACOS”:
A INSERÇÃO DE JOÃO CAFÉ FILHO NOS ESPAÇOS DO TRABALHADOR
NA CIDADE DO NATAL (1922-1937)**

PAULO RIKARDO PEREIRA FONSECA DA CUNHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: CULTURA, PODER E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

**“OMBRO A OMBRO COM OS MAIS FRACOS”:
A INSERÇÃO DE JOÃO CAFÉ FILHO NOS ESPAÇOS DO TRABALHADOR
NA CIDADE DO NATAL (1922-1937)**

PAULO RIKARDO PEREIRA FONSECA DA CUNHA

NATAL/RN

2015

PAULO RIKARDO PEREIRA FONSECA DA CUNHA

**“OMBRO A OMBRO COM OS MAIS FRACOS”:
A INSERÇÃO DE JOÃO CAFÉ FILHO NOS ESPAÇOS DO TRABALHADOR
NA CIDADE DO NATAL (1922-1937)**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre no Curso de
Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História e Espaços.

Linha de Pesquisa: Cultura, Poder e
Representações Espaciais.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato
Araújo da Rocha.

NATAL/RN

2015

UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede
Catalogação da Publicação na Fonte

Cunha, Paulo Rikardo Pereira Fonseca da.

"Ombro a ombro com os mais fracos": a inserção de João Café Filho nos espaços do trabalhador na cidade do Natal 1922-1937 / Paulo Rikardo Pereira Fonseca da Cunha. - Natal, RN, 2015.

183 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História.

1. Café Filho, João – Presidente da República - Dissertação. 2. Movimento operário - Dissertação. 3. Culturas políticas - Dissertação. 4. Espaços de sociabilidade - Dissertação. 5. Café Filho, João – Biografia - Dissertação. I. Rocha, Raimundo Nonato Araújo da. II. Título.

RN/UF/BCZM

CDU 94(813.2) "1922-1937"

PAULO RIKARDO PEREIRA FONSECA DA CUNHA

**“OMBRO A OMBRO COM OS MAIS FRACOS”: A INSERÇÃO DE JOÃO CAFÉ
FILHO NOS ESPAÇOS DO TRABALHADOR NA CIDADE DO NATAL (1922-1937)**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha – UFRN
(Presidente da Banca)

Profa. Dra. Angela Maria de Castro Gomes – UNIRIO
(Avaliadora Externa)

Prof. Dr. Helder do Nascimento Viana – UFRN
(Avaliador Interno)

Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais – UFRN
(Avaliador Suplente)

Natal/RN, 24 de setembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

As páginas que seguem estão preñes das contribuições de diversos amigos que, com crítica, companhia, incentivo e sorrisos, ajudaram-me imensamente. Não foi uma tarefa fácil a produção destes escritos. No entanto, essas pessoas tornaram esta construção mais prazerosa e menos difícil.

Inicialmente, agradeço ao professor Dr. Raimundo Nonato de Araújo Rocha, que, mais do que um orientador, foi uma constante fonte de incentivo e inspiração. Foi ele quem reacendeu a minha paixão pela história, em um momento que eu já estava prestes a desistir dela. Com ele, divido os possíveis acertos que esta pesquisa venha a demonstrar, embora as falhas sejam de minha reponsabilidade. Sua amizade e cumplicidade foram fundamentais para o acabamento do trabalho.

Agradeço à minha mãe, Valdemira Pereira F. da Cunha, e ao meu pai, José Cícero da Cunha, os dois principais alicerces da minha vida, aos quais devo tudo.

Aos meus irmãos, Pedro Felipp e João Álef, pela cumplicidade, pelos sorrisos e amizade. Obrigado por estarem sempre presentes na minha vida.

Obrigado a Isabela Nóbrega, por todo carinho e afeto. Agradeço por você sempre me incentivar e dividir momentos maravilhosos comigo.

A Manoel Hermínio, parceiro de muitas viagens e amigo para “toda hora”. Agradeço por você me incentivar a concorrer àquela bolsa de iniciação científica nos tempos da graduação, cuja pesquisa originou este trabalho.

Aos membros da Base de Pesquisa Espaços da Modernidade orientados pelo professor Nonato: Isa Cristina Antunes, Paulo Vitor Airaghi, Pierre Macedo e Flamarion Mata. Obrigado por compartilharem experiências e discussões.

A Ana Verônica, que me ajudou bastante na procura das fontes necessárias para a conclusão deste texto, sempre solícita e preocupada com os caminhos de minha pesquisa.

Aos professores do Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Pablo Rocha, Vicente Amintas e Ricardo Vilar, que nos últimos meses de escrita desta dissertação se organizaram para diminuir a minha quantidade de aulas.

Aos professores Durval Muniz de Albuquerque, Marcia Severina Vasques, Henrique Alonso de Albuquerque Pereira e Raimundo Pereira Arrais, pelas contribuições e apontamentos pertinentes oferecidos nas disciplinas.

Por fim, à banca, composta pelo professor Helder Viana e pela professora Angela de Castro Gomes, que trouxeram importantes contribuições e acréscimos.

RESUMO

O objetivo da dissertação é analisar como, em diferentes espaços de sociabilidade, João Café Filho constituiu um discurso de defensor dos trabalhadores e do movimento operário. Este trabalho pretende compreender, por um lado, como foram estabelecidas as relações políticas entre as diferentes categorias de trabalhadores e as “classes médias” e, por outro, como foram instituídos os espaços para abrigar o encontro dessas relações. Almeja, ainda, compreender a inserção de Café Filho nas atividades sindicais no mundo urbano. Para tanto, demonstra especificidades da cultura política em Natal, com ênfase na disputa entre uma cidade regida politicamente pela mentalidade rural paternalista ainda reinante e o surgimento de uma nova forma de vivenciar os conflitos urbanos que se apresentavam. Temporalmente, o trabalho está delimitado ao período de 1922 (ano proclamado pelo próprio Café Filho como o período inicial da sua ação política) a 1937 (ano em que Café Filho rompeu com Vargas e exilou-se na Argentina). Três tipos documentais constituem-se como fontes principais para a investigação: vários jornais publicados, entre as décadas de 1920 e 1930, nas cidades de Natal, Recife, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro; memórias autobiográficas escritas pelo próprio Café Filho e memórias de outras pessoas que viveram no tempo dele. Os principais esteios que subsidiam o trabalho são: os conceitos de *sociedade e indivíduos* (ELIAS, 1994; 1995), de *culturas políticas* (BERSTEIN, 1998) e de *teatro da memória* (GOMES, 2004); a categoria *espaços de sociabilidade* (CERTEAU, 1994; MALATIAN, 2001; RIOX, 1996); a noção de *biografia* (DOSSE, 2009; LORIGA, 2011). Ao longo do texto foi demonstrado que Café Filho atuou em alguns espaços de sociabilidades no Rio Grande do Norte, a saber: o *Jornal do Norte*, a Federação Regional do Trabalho, o Partido Democrático Nacional. Nesses espaços, Café Filho, gradativamente, se tornou uma importante liderança dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, se vinculou as entidades nacionais que lideravam as oposições que lutavam contra o poder estabelecido na Primeira República. Na interpretação de Café Filho os trabalhadores eram indivíduos que necessitavam lutar contra as estruturas políticas então vigentes, pois as más condições de vida e a pouca representatividade do grupo eram causados pela forma como se estruturava o sistema político da Primeira República. Após o Movimento de 1930, o Clube 3 de Outubro, *O Jornal* e a Federação do Trabalho de Natal se constituíram em espaços em que o discurso cafeísta de crítica ao governo foi alterado: os trabalhadores deveriam seguir o sindicalismo oficial e defender o Movimento de 1930, que pôs Vargas na presidência da República.

Palavras-chaves: Café Filho. Movimento Operário. Culturas Políticas. Espaços de Sociabilidade. Biografia.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to analyze how João Café Filho constituted a discourse of advocate of the labor movement and workers in different sociability spaces. It is intended to understand, on one hand, how political relations were established between different categories of workers and the ‘middle classes’ and, on the other hand, how places were instituted to house the meeting of these relations. It aims to understand the insertion of Café Filho in union activities in the urban world. It demonstrates specificities of the political culture in Natal emphasizing the dispute between a city politically ruled by a still reigning rural paternalistic mentality and the rise of a new way to experience the urban conflicts which appeared. Temporally, the work is delimited between 1922 (proclaimed by Café Filho himself as the initial period of his political action) and 1937 (when he broke up with Vargas and went into exile in Argentina). The research was constituted by three main document types: several published newspapers between the decades of 1920 and 1930 in the cities of Natal, Recife, São Paulo, Porto Alegre and Rio de Janeiro; the autobiographical memoirs written by Café Filho himself and memoirs of other people who lived in his time. The main pillars that have supported the work were: the concepts of *society and individuals* (ELIAS, 1994; 1995), *political cultures* (BERSTEIN, 1998) and *theater of the memory* (GOMES, 2004); the *sociability spaces* category (CERTEAU, 1994; MALATIAN, 2001; RIOX, 1996); the *biography* notion (DOSSE, 2009; LORIGA, 2011). We demonstrated that Café Filho acted in some sociability spaces as: the *Jornal do Norte*, the *Federação Regional do Trabalho* and the Partido Democrático Nacional. In such spaces, Café Filho, gradually, become an important leader of workers and, at the same time, linked to national entities led to the opposition that fight against the power established in the Brazilian First Republic. In Café Filho’s interpretation, workers were individuals who needed to fight against the political structures prevailing at that time because the poor living conditions and the low representativeness of this group were caused by the way the political system in the First Republic was structured. After the 1930 Movement, the 3 de Outubro Club, the *Jornal* and the Labor Federation of Natal were constituted in spaces where the cafeista critical discourse about the government was changed: workers should follow the official syndicalism and defend the 1930 Movement which put Vargas in the presidency of the Republic.

Keywords: Café Filho. Labor Movement. Political Cultures. Sociability Spaces. Biography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 – CAFÉ FILHO E TRABALHADORES URBANOS ENTRAM EM CENA: PROTAGONISMOS POLÍTICOS E DRAMAS DE EXISTÊNCIA (1921-1923)	31
1.1 Nasce um político: a introdução de Café Filho nas lutas trabalhistas	31
1.2 O movimento dos trabalhadores antes de Café Filho	35
1.3 A greve de 1923.....	49
2 – QUEM FALARÁ PELO OPERÁRIO: CAFEÍSTAS, COMUNISTAS E GOVERNISTAS EM DISPUTA PELOS ESPAÇOS DO TRABALHADOR (1923-1930)	64
2.1 A fuga da repressão governista e a inserção de Café Filho na imprensa pernambucana ...	64
2.2 Governistas, cafeístas e comunistas: espaços operários em disputa.....	76
2.3 Democratas e republicanos: culturas políticas em confronto no final da Primeira República..	99
3 – FINALMENTE NO PODER: CAFÉ FILHO, OS OPERÁRIOS E A “NOVA REPÚBLICA” (1930-1937)	133
3.1 Entre a Velha e a Nova República.....	133
3.2 “Vamos para o Club”: um novo espaço para o operário de Natal.....	145
3.3 “Lembraí-vos de 1937”: a revolução também decepciona.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
FONTES	178
REFERÊNCIAS	180

INTRODUÇÃO

No dia 11 de outubro de 1930, uma grande manifestação de trabalhadores aconteceu em Natal. Grupos de trabalhadores estavam reunidos em três locais, entre a Ribeira e as Rocas, dois dos principais bairros da cidade: pescadores no Canto do Mangue, estivadores no porto e ferroviários na Praça Augusto Severo. Partindo desses lugares, os trabalhadores reuniram-se e seguiram em préstito rumo ao centro da cidade, onde estava situada a sede do governo estadual. Na frente do Palácio do Governo, que acabara de ser ocupado por uma Junta Militar, a multidão ergueu um homem em seus braços, avançou contra as portas do edifício e o pôs no patamar mais alto que encontrou. Paralelamente a essas ações, o povo gritava repetidas vezes: “Café Filho para Governador!”. Afinal, quem era Café Filho? Por que esses trabalhadores o queriam à frente do governo do Rio Grande do Norte? Essas duas perguntas nos ajudam a formular o eixo principal deste trabalho: o relacionamento entre Café Filho e os operários de Natal entre as décadas de 1920 e 1930.

Nesse período, a capital norte-rio-grandense se caracterizou, entre outros aspectos, por começar a ouvir vozes do urbano e por se estruturar politicamente em torno do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, principal agremiação política local. Tal partido era liderado por pessoas que, em razão de uma mentalidade rural paternalista e mandonista, atuavam, muitas vezes, impondo seus desejos para o conjunto da população, desconsiderando a legislação vigente.

Café Filho aflorou politicamente naquela conjuntura, representando os desejos de uma emergente população urbana que se encontrava fora do jogo político. Esses setores emergentes – compostos por trabalhadores braçais; pequenos e médios comerciantes; funcionários públicos; profissionais liberais – não conseguiam visibilidade na cena política. Isso porque, os conchavos entre lideranças municipais garantiam a manutenção do poder estabelecido, que tinha por base econômica e política à agricultura.

Considerando o exposto, o objetivo desta dissertação é analisar como em diferentes espaços de sociabilidade, João Café Filho constituiu um discurso de defensor dos trabalhadores e do movimento operário.¹ A meta é compreender tanto como foram estabelecidas as relações políticas entre diferentes categorias de trabalhadores e outros setores da sociedade (advogados, jornalistas, poetas, farmacêuticos, promotores) quanto entre os

¹ Nesta dissertação, usamos os termos operário, proletário e trabalhador como sinônimos, pois as fontes referenciadas não fazem distinção entre essas categorias.

espaços privilegiados para abrigar essas relações (sindicatos, partidos políticos, jornais). Para delimitar melhor o objeto de investigação, optamos por definir o ano de 1922 como marco inicial da investigação e o ano de 1937 como marco final. A opção por 1922 relaciona-se com o fato de Café Filho afirmar ter sido nesse ano que ele ingressou definitivamente na política. A escolha por 1937 ocorreu em razão de ter sido o período que ele rompeu terminantemente com os grupos políticos que ascenderam ao governo do Brasil em 1930. Esse rompimento ocorreu em face de conflitos entre Café Filho e Getúlio Vargas. Tais embates culminaram com o exílio forçado de Café Filho na Argentina.

Assim, não privilegiamos as articulações posteriores a 1937. Obviamente, estamos conscientes de que deixamos de fora do nosso objeto investigativo as tramas que possibilitaram o lançamento de Café Filho à presidência da República em 1954. Todavia, julgamos que a dedicação a esse recorte temporal exige a produção de outro trabalho.

A ideia de estudar Café Filho foi se configurando gradativamente ao longo de minha vida. Em 2005, ainda como estudante do Ensino Médio, na Escola Estadual Atheneu Norte-Rio-Grandense, participei de um Seminário intitulado “Bom Dia Café”, organizado pelo governo do Estado do Rio Grande do Norte. Esse evento era uma homenagem a Café Filho, no qual se produziu uma série de debates que, durante três dias, reuniu políticos, historiadores e contemporâneos do homenageado. Dessas discussões, impressionaram-me dois fatos: um potiguar ter chegado ao topo do executivo federal e esse mesmo potiguar ter sido presidente do país apesar de ser sindicalista.

Tempos depois, já como estudante de graduação do curso de história da UFRN, ingressei como bolsista no projeto de iniciação científica *A belle époque potiguar: cultura e política no Rio Grande do Norte na Primeira República (2008-2009)*, coordenado pelo professor Almir de Carvalho Bueno. Nesse projeto, eu investigava a associação entre a elite intelectual potiguar e os grupos políticos que detinham o poder no estado, destacadamente os Albuquerque Maranhão e os Bezerra de Medeiros. Nessa pesquisa, comecei a estabelecer vínculos entre a história de trabalhadores que viviam na primeira metade do século XX e a dos que viviam na rua onde eu morava, que pegavam o ônibus comigo, com os quais eu havia trabalhado por dois anos em um depósito de medicamentos de uma drogaria na cidade do Natal. Eu, que desde muito cedo acompanhei a labuta diária do meu pai, um operário marceneiro, fui configurando a partir de suas experiências o que seria um operário. Contudo, os dramas desses trabalhadores me fizeram questionar a sua representatividade como grupos e examinar os “avanços” das relações de trabalho.

Posteriormente, ingressei em outro projeto de pesquisa, sob a orientação do professor Raimundo Nonato Araújo da Rocha, que objetivava mapear a produção historiográfica sobre o Rio Grande do Norte na primeira metade do século XX. Nesse projeto, além de desenvolver um trabalho de pesquisa empírica, pude participar de estudos sobre cultura política e ter as primeiras noções sobre biografias históricas. A partir do material empírico analisado e das leituras realizadas, optei por participar da seleção do Mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com um projeto para estudar as relações entre Café Filho e os trabalhadores urbanos.

A opção por privilegiar Café Filho como foco deste trabalho relaciona-se com o fato de que a sua trajetória de vida esteve associada ao movimento operário. Nessa perspectiva, ao estudar Café Filho, pretendemos captar as tramas históricas de um momento importante da vida nacional e entender os meandros das culturas políticas em gestação durante o período de transição da Primeira República para o que seus contemporâneos chamavam de “Nova República”.

Ademais, a recuperação dos sujeitos individuais organiza-se em uma reação a enfoques excessivamente estruturalistas; a história, desse modo, aproxima-se da antropologia, com seus estudos de vidas, e da literatura, com suas técnicas narrativas e construção de personagens.² A historiografia viu nascer um interesse cada vez maior pelo estudo do indivíduo e pela retomada das narrativas, aproximando a história do estudo antropológico e da escrita literária. O interesse dos historiadores pelas biografias está diretamente ligado à crise dos paradigmas estruturalistas (a partir dos anos 1960), que buscavam, acima de tudo, mostrar as estruturas e as relações que conduziam os organismos econômicos e as relações sociais, pouco se preocupando com as ações dos indivíduos.

Os sujeitos, ao mesmo tempo que são produtos da sociedade e da cultura, apresentam-se como artífices delas. No entanto, sua liberdade de criação e ação não é absoluta, funcionando o social e o cultural como limitadores de suas práticas e dos seus desejos. Nenhum sistema normativo é tão fechado que limite por completo as suas ações individuais. A sociedade não se comporta como uma espécie de cúpula hermeticamente fechada, que impede qualquer liberdade de escolha dos indivíduos.³ Os sujeitos não são inteiramente produtos nem somente construtores, as pessoas estão em um constante “vir a ser” – “[...] são a

² SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricos*. n. 17. 1997. p. 5.

³ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 179-180.

cada instante uma consequência que *ultrapassa* o conjunto dos processos totalizadores”⁴ – as identidades se constituem em fluxos; dinamicamente, as pessoas estão sendo algo, nunca são alguma coisa. A sociedade se apresenta como um campo de possibilidades historicamente determinadas⁵, desse modo, a vida na capital potiguar, com seus desafios diários e seus problemas, fazia emergir sujeitos que só surgiriam naquele contexto temporal e social específico.

Ao longo do trabalho, procuramos apreender tanto o “fazer-se sujeito” de Café Filho, quanto sua transformação em sujeito por outros. A noção de “fazer-se sujeito” está estritamente ligada aos momentos de inflexão vividos por Café Filho, ou seja, àqueles instantes em que se abre a oportunidade de escolha entre diversos caminhos possíveis. Os sujeitos não se constituem os mesmos nos mais variados campos sociais no qual interagem ou nas diferentes temporalidades que sua vida biológica atravessa. Eles atuam, refletem e são diferentes nas mais diversas situações de sua trajetória vivida.

No que se refere especificamente a Café Filho, ele nasceu em Natal, no Bairro da Ribeira, no dia três de fevereiro de 1889. Seu pai era funcionário público, o que garantia o mínimo de conforto para o desenvolvimento de uma infância sem problemas financeiros. Estudou, inicialmente, no Colégio Americano, instituição protestante e, posteriormente, tornou-se aluno do Colégio Atheneu Norte-Rio-Grandense, no qual concluiu o ensino secundário.

Nos anos 1920, aproximou-se dos trabalhadores urbanos e de outros sujeitos que criticavam as estruturas políticas da Primeira República. Essa época foi tumultuada em diferentes regiões do país e fez emergir novos atores sociais, os operários e os industriais, assim como atores das classes médias.⁶ Natal – mesmo afastada dos grandes centros econômicos, contando com uma pequena classe média e com um reduzido número de trabalhadores urbanos –, sofreu com a emergência desses atores, que desenvolveram novas formas de pensar e praticar a política.

Na transição da década de 1910 à de 1920, Café Filho consolidou-se como advogado rábula a serviço de trabalhadores urbanos como estivadores, tecelões e pescadores. Foi por intermédio de sua atuação no Direito que ingressou na ação política. Sua primeira atividade de

⁴ SARTRE *apud* DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009. p. 235.

⁵ GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

⁶ Quando esse conceito aparecer ao longo do trabalho, será no sentido “de população civil urbana que trabalha por conta própria ou que recebe salários por trabalho não manual, abrangendo pequenos empresários e comerciantes, funcionários públicos, empregados do comércio, profissionais liberais” (FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 54).

expressão foi a edição do *Jornal do Norte* (1921), que se tornou um dos periódicos mais combativos e atuantes na defesa dos trabalhadores da única fábrica de tecidos de Natal e do porto. Assim, diferentemente do que o próprio Café Filho afirmava, sua vida política não se iniciou em 1922, mas há algum tempo anterior a esse ano, por meio de sua atuação no Direito e na Imprensa.

Quanto ao Rio Grande do Norte, não era um estado industrializado, tinha cerca de 200 indústrias, a grande maioria nos ramos alimentício e têxtil, contando com cerca de 2.100 operários de uma população total de 537.135 habitantes.⁷ A maior parte da população não trabalhava nas cidades, embora a força dos trabalhadores urbanos já se fizesse bastante expressiva na capital. Gestavam-se aos poucos algumas transformações nas relações trabalhistas em Natal: a fábrica de tecidos da Avenida Junqueira Ayres e o porto eram os maiores empregadores, mas aqueles que pareciam também sobrecarregar mais seus funcionários. Podia-se ainda verificar a crescente diferenciação de espaços públicos e privados, pois se processava a constituição de espaços diferenciados de trabalho (a fábrica e o porto) e de residência (bairro das Rocas). Além do mais, a relação entre empregados e empregadores passava gradativamente a ser vista como uma relação impessoal.

Para Café Filho, o trabalhador de Natal dos anos 1920 e 1930 tinha um bairro específico: as Rocas. Situado na zona portuária, o bairro das Rocas – na interpretação cafeísta –, assemelhava-se às favelas do Rio de Janeiro e aos mocambos do Recife. Ele descrevia as Rocas como o espaço da miséria: trabalhadores do mar e do porto moravam ali em casas cobertas de palhas ou de folhas de flandres; várias dessas casas abrigavam a promiscuidade, sendo difícil definir uma casa como a residência de uma família; nessas casas crianças, mulheres grávidas e mulheres velhas – desgastadas pelo tempo e pela maresia – eram continuamente atacadas por verminoses, dando a impressão de que aquela gente “chafurdava” com os bichos; na época de chuva, as águas inundavam as pobres habitações e toda aquela miséria aparecia com maior nitidez.⁸

Com isso, Café planejava organizar todo o operariado natalense em sindicatos e federações. Na rua da Conceição, no bairro da Cidade Alta, encontrava-se a sede dos sindicatos liderados por Café – um sobrado do século XIX – onde já havia funcionado uma antiga fábrica de macarrão. O sindicato era visto por Café não apenas como um espaço de desenvolvimento geral onde o trabalhador adquiria formação política e escolar como também

⁷ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Natal, RN: EDUFRN, 2008. p. 101-109.

⁸ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996. v. 1. p. 36.

local onde o trabalhador se divertiria com sua família ao som da banda mantida pela entidade. A existência de sindicatos pressupõe uma nova estrutura nas relações trabalhistas, com uma ruptura das relações entre empregados e patrões, que desde então são intermediadas por acordos coletivos negociados em grande medida por meio dos sindicatos, os quais lideravam manifestações trabalhistas como a greve.

Dessa forma, as estruturas mudavam lentamente: a emergência de novos sujeitos mais participativos nas diversas instâncias da vida social e econômica começava a incomodar. João Café Filho foi uma dessas lideranças que desafiaram as estruturas de poder e, com bastante influência no meio operário de Natal, organizou uma das primeiras greves gerais da cidade, paralisando, entre outras categorias, os estivadores e os operários da fábrica de tecidos. Desse modo, estabeleceu-se como um dos principais organizadores da greve de 1923. Na percepção da imprensa e do governo da época, era ele o incitador do movimento grevista. Essa forma de ver o mundo concebia os trabalhadores como indivíduos controlados por lideranças que se aproveitavam da “cegueira moral”⁹ na qual estavam envolvidos. Café Filho descreve em suas memórias que nesse momento inicial de sua atuação política encontrava-se “Ombro a ombro com os mais fracos”¹⁰, vivendo os dramas e ouvindo os pedidos dos trabalhadores mais humildes.

Quanto à greve de 1923, estabeleceu-se como um momento no qual se puderam enxergar as fraturas existentes dentro da sociedade natalense, isto é, as contradições que a vida cotidiana escondia. Nos anos 1920, a estrutura política da Primeira República começava a apresentar os primeiros sinais de desgaste, sendo, nesse momento, caracterizado pelo crescimento urbano, de forma que os trabalhadores e as classes médias começaram a se destacar no cenário político. Por conseguinte, ambos os grupos passaram a questionar o sistema de representação política existente, o qual privilegiava o poder dos grandes proprietários rurais. Com isso, a aparente harmonia social que unia os habitantes de Natal desmoronava.

Mais tarde, longe do Rio Grande do Norte, Café Filho alistou-se nas fileiras da Aliança Liberal, a qual, em 1930, ajudou na organização do golpe de estado contra o presidente eleito Júlio Prestes, pondo à frente do executivo nacional o gaúcho Getúlio Vargas. Liderando um pequeno contingente de civis armados, Café Filho entrou no estado com o objetivo de derrubar o seu antigo desafeto, o governador Juvenal Lamartine; no entanto, não

⁹ JORNAL DO RECIFE, Recife, 9 nov. 1922.

¹⁰ Expressão que inspirou o título desta dissertação e que está contida no livro de memória de Café Filho. (CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 37).

encontrou resistência, pois o governador tinha desertado do seu cargo, partindo em segurança para a Europa.¹¹

Durante as interventorias de Irineu Jofilli (outubro de 1930 a janeiro de 1931) e de Bertino Dutra da Silva (junho de 1932 a agosto de 1933), Café Filho exerceu o cargo de chefe de polícia. Nesse período, o perseguido tornou-se perseguidor: todos os sindicatos que não se aliavam com a postura do novo governo tornaram-se inoportunos e foram fechados, principalmente as associações organizadas pelos comunistas. Desse modo, começou a militar a favor do sindicalismo oficial, perseguindo violentamente os sindicatos que não se adequassem às novas leis.¹²

Suas memórias silenciaram esse seu lado violento, assim como sua participação no Clube 03 de Outubro, responsável por agir contra sindicatos e jornais de oposição. Em edição de nove de julho de 1932, a *Folha da Manhã* de São Paulo publicou um telegrama enviado à sua redação pelo diretor do jornal *A Tarde* de Natal. Nele, encontrava-se a denúncia de que a redação e as oficinas do seu jornal haviam sido destruídas por capangas armados com facas e revólveres a mando do então chefe de polícia, o sr. Café Filho. Ainda como chefe do policiamento, foi responsável pelo desbaratamento da *União Geral dos Trabalhadores* de orientação comunista, pois a imagem que queria criar de si não comportaria esses discursos, por isso os silenciava. No seu livro de memórias, *Do sindicato ao Catete* (1966), narra apenas ações nas quais auxiliou os flagelados da seca ou as que ajudaram dois interventores quando estava à frente dos policiais do estado, “esquecendo-se” de escrever sobre a violência com a qual tratou os trabalhadores de outras correntes.

Após a chefatura de polícia, Café Filho elegeu-se deputado federal para exercício de mandato de 1935 a 1938. Ao longo de seu mandato, de grande entusiasta de Vargas transformou-se em um dos seus maiores críticos, o que lhe valeu a perda de seus direitos como parlamentar e um penoso exílio de um ano na Argentina, em 1937.

De Natal a Buenos Aires, João Café Filho percorreu um longo caminho; no entanto, atravessou-o fragmentado em várias identidades, nem sempre harmônicas entre si. Em um mesmo corpo, habitou, ao longo da vida, diferentes pessoas, ou seja, um mesmo ator atuando em papéis diferentes. Os sujeitos são atores encenando suas identidades, cada um encenaria ao longo da sua vida inúmeros personagens: viver em sociedade seria criar para si diversos “eus”. Dessa forma, praticam e compreendem seus mundos, recriando-os e povoando-os de

¹¹ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 55-63.

¹² LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935*. Natal: EDUFRN, 2010.

significados, mitos e símbolos. Nessa direção, a espacialização do mundo se dá por meio da interação com um sistema de valores. Café Filho, ao longo dessa sua trajetória, espacializou o seu lugar, praticando-o, pois somente na prática dos lugares é que estes se constituem como espaços.

Compreender sua trajetória pessoal constitui um importante exercício para se verificar também como estavam estruturadas as articulações políticas em pelo menos dois momentos distintos: a década de 1920, período de enfraquecimento do sistema que dava suporte à política na Primeira República; e a primeira parte da década de 1930, momento que Vargas lançava as bases de sustentação para a implementação de seu poder pessoal. Por conseguinte, o estudo da trajetória de vida de Café Filho revelou o modo sob o qual estavam organizados os grupos sociais em Natal. Assim, podemos observar os lados, desejos e sonhos dos diferentes grupos envolvidos. Esta biografia consiste em uma reflexão sobre a constituição das culturas políticas, isto é, das formas como determinados grupos pensam a política.

Na revisão bibliográfica que realizamos acerca de trabalhos produzidos sobre o tema no período estudado, só encontramos três trabalhos que se dedicaram a Café Filho e os trabalhadores urbanos de Natal: a dissertação de mestrado do professor José Antônio Spinelli Lindoso, o relato histórico do professor Itamar de Souza e a dissertação da professora Brasília Carlos Ferreira, todos vinculados ao Departamento de Ciências Sociais da UFRN.¹³ Esses trabalhos não tinham como meta estudar especificamente o movimento operário natalense ou a trajetória de vida de Café Filho, no entanto, por causa da natureza de suas análises, acabaram detendo-se também nessas temáticas.

A dissertação de Spinelli gerou a produção de duas obras sobre a realidade norte-riograndense. Na primeira delas, procurou entender a trama dos conflitos e das disputas que aconteceram entre os grupos políticos na Primeira República Potiguar.¹⁴ A partir de seu objeto de estudo, observou que as reivindicações operárias surgiram aliadas à insatisfação de outros setores sociais contra o sistema político. Foi nesse momento que o edifício oligárquico começou a demonstrar os primeiros sinais de fissura. Para ele, o aumento do operariado urbano nessa época se deu porque o contexto sociopolítico apontava para uma nova fase do capitalismo mundial, caracterizada por uma maior interação das economias periféricas com o sistema econômico internacional. Esse quadro mais geral tornou-se terreno fértil para a

¹³ LINDOSO, José Antônio Spinelli. Coronéis e oligarquias na Primeira República. *Observanordeste*. Recife, agosto/2005. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/spinelli05.pdf>>. Acesso em: 1º fev. 2015; LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935*. Natal: EDUFRN, 2010; SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*. Natal, RN: EDUFRN, 2008; FERREIRA, Brasília Carlos. *O sindicato do garrancho*. Natal: EDUFRN, 1986.

¹⁴ LINDOSO, José Spinelli. *Coronéis e oligarquias na Primeira República*, 2005.

emergência das classes médias e dos operários como novos atores sociais na política potiguar, os quais não possuíam espaço na organização política da Primeira República. Café Filho, agitador político da greve de 1923, estabeleceu-se, na narrativa de Spinelli, como um representante dessa classe média que buscava a ampliação da participação política eleitoral.

Em sua outra produção, *Getúlio Vargas e a Oligarquia Potiguar* (2010), Spinelli apresenta Café Filho como sindicalista responsável pela mobilização das massas urbanas. Durante as interventorias, sucederam-se governos simpáticos a Café e outros não tão favoráveis. Por isso, em algumas delas, foi nomeado chefe de polícia responsável por manter a ordem na capital. Café continuava como líder popular, mas agora procurava arregimentar os trabalhadores em sindicatos oficiais. Com isso, entrou em confronto com o movimento trabalhador organizado pelos comunistas.

Itamar de Souza (2008), por sua vez, montou um painel geral do Rio Grande do Norte na República Velha. Seu livro foi dividido em quatro grandes blocos, cada qual representando um aspecto desse momento histórico – o contexto socioeconômico, a sociedade, a política e a administração. Quando discute sobre a sociedade e a política potiguar, detém-se um pouco no movimento operário e nas greves. Para ele, embora pequeno, o operariado potiguar não se isolou do contexto nacional, vivendo, em menor amplitude, nas décadas de 1910 e 1920, as lutas ideológicas travadas no Brasil entre anarquistas, socialistas utópicos, comunistas, conservadores e trabalhistas liberais.¹⁵ Ele conceitua o operário como “a classe dos trabalhadores assalariados, que exercem função subalternas nas esferas de produção, da circulação, do comércio e dos serviços”.¹⁶ Essa sua categorização aproxima-se bastante da definição usualmente utilizada pela imprensa da Primeira República: aqueles que realizassem atividades subalternas, com a predominância do trabalho braçal, eram definidos genericamente como operários.

Ferreira (1986)¹⁷, motivada pela vontade de registrar a história a partir da ótica da classe trabalhadora, produziu uma obra com o intuito de estudar a fundação e o desenvolvimento do sindicato dos operários de salinas da cidade de Mossoró, o chamado sindicato do garrancho. Essa pesquisadora pretendia estabelecer nexos entre a luta local dos operários do sal com uma perspectiva global da classe trabalhadora. A inserção desses operários na luta guerrilheira durante os acontecimentos da Intentona Comunista de 1935 é o foco de sua análise. Em subjacência a esses objetivos, ela aborda a constituição dos primeiros

¹⁵ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 119-120.

¹⁶ *Ibid.*, p. 109.

¹⁷ FERREIRA, Brasília Carlos. *O sindicato do garrancho*. Natal: EDUFRN, 1986.

sindicatos no Rio Grande do Norte, assim como a associação de Café Filho e os trabalhadores urbanos da capital.

Esses três autores foram importantes para a produção desta dissertação por apresentarem estudos apurados sobre a vida política e social do estado durante as décadas de 1920 e 1930. Suas análises foram responsáveis por determinados questionamentos que constam deste trabalho, quais sejam: quem eram os operários? Como Café Filho se ligou aos trabalhadores? Como os poderes constituídos encaravam o problema operário? No entanto, o presente trabalho particulariza-se em relação à produção dos professores pela ingerência da categoria cultura política. Nessa perspectiva, não pretendemos apenas inserir o operariado ou Café dentro de um contexto internacional e nacional maior mas também dar visibilidade às práticas que os singularizam. Para tanto, ao longo do texto respondemos as seguintes questões: quais eram as culturas políticas existentes? Como cada uma dessas classes pensava seu universo circundante? Quais eram seus valores, anseios e desejos?

Outra importante discussão sobre o operariado foi instaurada pelas historiadoras Ângela de Castro Gomes¹⁸ e Margareth Rago¹⁹. Ambas as historiadoras debateram sobre a formação do operariado nacional. Por meio do trabalho delas, pode-se entender que a história do movimento operário constituiu-se por meio de embates entre diferentes grupos políticos que buscaram monopolizar a palavra operário. De acordo com a interpretação das autoras, a classe operária não se estabelece apenas como um produto da função subalterna do Brasil na economia capitalista, mas se institui como categoria quando seus membros partilham valores, ideias e desejos comuns. Pensando a partir do historiador inglês Edward Thompson, uma classe só existe “quando um grupo de homens compartilha experiências comuns e apreende estas vivências em termos políticos e culturais”.²⁰

À discussão de Thompson sobre cultura operária, Margareth Rago adicionou o pensamento de Michel Foucault sobre a disciplina nas fábricas. Ela analisa a maneira pela qual os espaços do trabalhador – fábrica, casas e bairros – foram pensados por industriais, médicos e higienistas e de que forma os trabalhadores resistiram à imposição do discurso patronal e científico, praticando os espaços disciplinados da maneira diversa daquela prevista pelos arquitetos da ordem. As obras de Gomes (2005) e Rago (1997) são caras a este trabalho por se tratar de importantes interpretações sobre as relações de poder e práticas sociais inscritas no universo do trabalhador brasileiro da transição dos anos 1920 para os anos 1930.

¹⁸ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

¹⁹ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²⁰ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, 2005. p. 18.

No que concerne às fontes documentais, para a produção desta investigação foi analisado um amplo aspecto de tipos documentais. Primeiramente, pode-se destacar a produção da imprensa durante as décadas de 1920 e 1930.²¹ Privilegiou-se tanto a pequena como a grande imprensa.²² Os jornais foram, para esta pesquisa, ao mesmo tempo objeto de análise e fontes documentais. Isso porque eles se constituíram tanto como espaços de sociabilidade quanto como local de produção de discursos de um determinado grupo social. Esses veículos de imprensa não são, na maioria das vezes, “obras-solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos”.²³ Estabelecem-se como espaços que aglutinam pessoas em torno de ideias, crenças e valores, com o objetivo de difundir suas ideias para um maior número de pessoas. A esse respeito, o historiador francês Jean-François Sirinelli caracterizou periódico como “ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum”.²⁴ Ressalte-se que este trabalho tomou essa afirmação como apropriada para a análise de suas fontes.

Café Filho começou sua atuação política contra os grupos no poder por meio do seu desempenho na imprensa. Suas produções impressas foram de particular importância para o desenvolvimento desses escritos. Ademais, o *Jornal do Norte* (1921-1923) e *O Jornal* (1931-?) foram fundados e mantidos por Café em diferentes momentos de sua vida, enquanto o primeiro era um órgão de crítica ao governo; o segundo, em outro contexto, constituiu-se em um jornal que, em grande medida, concordava com os desígnios produzidos pela situação.

Para entender a composição das associações de trabalhadores, recuou-se um pouco do recorte analisado neste estudo, trabalhando com os pequenos jornais de vida efêmera publicados no Rio Grande do Norte durante as duas primeiras décadas republicanas. Muitas vezes, não identificamos os responsáveis pela publicação, todavia, esses periódicos revelam um modo de ver o momento que estava então se instalando no Brasil com a queda da monarquia e a inserção de setores excluídos do regime monárquico, assim como dos grupos dominantes da Primeira República. Grande parte desses jornais encontra-se guardada na sede

²¹ Salientamos que mantivemos ao longo deste trabalho a grafia de cada época, mais especialmente nas citações referentes ao final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, com o objetivo de mostrar aos leitores peculiaridades próprias da evolução linguística.

²² Sodré traçou uma diferenciação entre a grande e pequena imprensa. Enquanto a primeira se apresentava bem estruturada, recebendo patrocínio de empresas diversas, atuava como porta-voz dos grupos políticos dominantes; os pequenos jornais tinham vidas efêmeras, geralmente se ligavam aos pequenos grupos oposicionistas, apareciam para logo depois entrar no ostracismo. (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.)

²³ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. v. 1. São Paulo: Contexto, 2008. p. 140.

²⁴ SIRINELLI (1996) apud LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. v. 1. São Paulo: Contexto, 2008. p. 140.

do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). São eles: *Tribuna Juvenil*, *O Santelmo*, *O Caixeiro*, *Zé Povinho*, *O Pylilampo*, *O Trabalho*, *O Echo*, *A Avenida*, *Aeroplano*.

Geralmente, eram grêmios literários que discutiam as questões políticas do momento tendo, na maioria das vezes, um caráter oposicionista. Também se incluiu a grande imprensa potiguar, tanto a de situação, com o jornal *A República* e *A Imprensa*, quanto a de oposição, com *O Rio Grande do Norte* e o primeiro *Diário de Natal*. Quanto às visões de mundo dos seus idealizadores, estabelecem representações que nos provocaram inquietações, a saber: como esses grupos viam os trabalhadores urbanos? Como representavam Café Filho em suas páginas? O que é dito? Quais são os silêncios?

Não existe uma distinção entre uma história norte-rio-grandense e uma história nacional, pois ao se entender a sociedade como uma rede de sociabilidades humanas, pressupõe-se que os indivíduos estão interligados de diferentes maneiras. Muitas vezes, os problemas enfrentados no estado eram parte constitutiva do problema que atingia outras regiões do país. Com isso, não estamos dizendo que não havia especificidades locais, mas sim que as culturas políticas estavam inter-relacionadas umas com as outras, produzindo determinadas maneiras de se portar e de ver a sociedade. Além disso, existiam conflitos e trocas entre os diferentes grupos nacionais. Ao analisar a vida de Café, observam-se as frágeis fronteiras entre o local e o nacional. Dessa forma, jornais da grande imprensa nacional fazem-se presentes nesta análise, embora, muitas vezes, não tenha sido possível identificar a origem dos periódicos nacionais.²⁵ Entretanto, a identificação da sua orientação política foi mais fácil de realizar.

O *corpus* documental também foi composto pelo livro de memórias *Do Sindicato ao Catete* (1966) de João Café Filho. Nessa obra, ele discutiu sua trajetória de vida atrelando-a a eventos da história política do Rio Grande do Norte e do Brasil. Nela, Café construía significados para o bairro, a casa, a fábrica, o porto, o sindicato e as escolas dos trabalhadores de Natal e quais eram suas alternativas para melhorar esses espaços. Além das memórias de Café, buscamos encontrar nos relatos de outros sujeitos diferentes perspectivas para os mesmos acontecimentos, como, por exemplo, as produções memorialísticas de João Maria

²⁵ Os principais periódicos nacionais usados como fonte neste trabalho foram: *Jornal do Recife*, *O Imparcial*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *A Manhã*, *A Noite*, *Diário Nacional*.

Furtado, José Praxedes e Manoel Rodrigues de Melo,²⁶ contemporâneos de Café e partícipes dos mesmos eventos.

Para entender melhor as práticas espaciais dos habitantes da cidade de Natal, recorreremos aos escritos etnográficos do modernista Mario de Andrade²⁷ e à obra literária do potiguar Moacyr de Góes²⁸. Ambas as produções consistem em visões de mundo, nas quais podemos buscar interpretações sobre os comportamentos dos natalenses durante a Primeira República. Constituem-se em racionalizações do passado e, dessa forma, auxiliam na interpretação histórica, dando novos nexos ao trabalho historiográfico.

Por fim, trabalhamos com os pronunciamentos de Café Filho na Câmara Federal (1935-1937). Esse acervo encontra-se sob a guarda do Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza (CEDOC) da Fundação José Augusto (FJA). Com esse material, pode-se verificar como, alçado a um cargo eletivo, Café se comportou em face dos seus antigos ideais: durante sua estadia na câmara rompeu com Getúlio Vargas e a “revolução” de 1930.

No que se refere aos elementos que fornecem a base para a presente investigação, pode-se destacar três conceitos (*cultura política; sociedade e indivíduo; teatro da memória*), uma categoria (*espaços de sociabilidade*) e uma noção (*biografia*).

O conceito de *cultura política* usado neste trabalho tem como referência as reflexões do historiador francês Serge Berstein. Para esse autor, a cultura política reúne elementos que possibilitam a identificação de grupos específicos, a qual é construída a partir de um passado comum e de uma projeção do futuro. Berstein (1998) advoga que em uma sociedade convivem culturas políticas (no plural). Todavia, indica a existência de zonas de interseção, que correspondem a extensões de valores partilhados, mesmo que esses valores tenham uma existência em constante mutação.²⁹

Nesses termos, cultura política é entendida como um conjunto coerente de elementos ligados entre si que possibilita uma constituição identitária do sujeito, isto é, um conjunto de valores, desejos, práticas, representações e normas que um determinado indivíduo partilha com seus grupos, que lhe oferece formas de identificação. Por esse conceito, é possível compreender como os espaços políticos conversavam entre si e constituíam suas próprias

²⁶ FURTADO, João Maria. *Vertentes*. Natal: Clima, 1989; OLIVEIRA FILHO, Moacyr. *Praxedes, um operário no poder: a insurreição de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985; ARANHA, Terezinha de Queiroz; GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. *Manoel Rodrigues de Melo: biobibliografia (1926-1995)*. Natal: CCSA; DEBIB: Núcleo Temático da Seca, 1995.

²⁷ ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

²⁸ GÓES, Moacyr de. *Entre o rio e o mar*. Rio de Janeiro: Revan, 1996; GÓES, Moacyr de. *Chão das almas: romance e história*. Natal: EDUFRN, 2005.

²⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 154.

maneiras de ver o mundo. Nesse caso, as culturas políticas se estabelecem como fenômenos ao mesmo tempo individuais, internalizados pelos indivíduos, e coletivos, compartilhados por grupos numerosos. Do mesmo modo que um indivíduo possui um imaginário político que lhe é próprio, único, esse seu imaginário possui muitas intersecções com o imaginário coletivo do grupo e da sociedade que ele ajuda a constituir. Por isso, somente o passar do tempo dirá se uma dada cultura política sobreviverá ou não; as ideias novas demoram a adentrar nas mentes e nos corações das pessoas.

Para Berstein (1998), um indivíduo é influenciado por uma multiplicidade de culturas políticas. Seus comportamentos e ideias políticas são resultantes da composição de influências externas, advindas do clima cultural no qual o sujeito está inserido. Compõe esse clima uma difusão de modelos, de normas e de modos de raciocínios que, por meio da repetição, acabam sendo interiorizados.

Ademais, as culturas políticas não são estáticas, mas um corpo vivo em constante transformação, alimentando-se de contribuições advindas de outras culturas políticas e de mudanças na conjuntura que modificam as ideias e os temas. Novos problemas requerem novas respostas, novas conjunturas pedem uma nova forma de se praticar e de se pensar a política. Desse modo, quando determinada cultura política não responde mais aos problemas e anseios da sociedade, ela não consegue sobreviver.

Há uma profunda interiorização da cultura política na vida dos indivíduos, daí depreendemos a sua força. Na concepção bersteiniana, ela é impermeável à crítica racional, pois foi sendo constituída ao longo da vida do sujeito, em um processo demorado e complexo durante o percurso de sua formação intelectual, foi reforçada pelos diversos conflitos existentes nos vários contextos que atravessaram sua vida biológica, aumentando, desse modo, sua convicção em uma determinada visão do real. Essa versão do real está tão impregnada nos sujeitos que uma crítica racional aos seus postulados dificilmente abalaria suas certezas. As culturas políticas situam-se no âmbito da longa duração, no domínio das ideias. Dessa maneira, as mudanças ocorrem morosamente, ao sabor dos problemas e crises que um determinado grupo enfrenta.

Assim, cultura política constitui-se em um dos conceitos centrais desta produção dissertativa, pois oferece ferramentas para escavar como se formaram as ligações entre Café Filho, seus correligionários e os trabalhadores urbanos, descobrindo as motivações desses sujeitos em se arremeterem em grupos interligados entre si que possuíam práticas e discursos semelhantes sobre a política. Desse modo, o conceito de Berstein (1998) auxilia na compreensão dos comportamentos das pessoas em um determinado momento histórico. Nessa

perspectiva, entendemos que por trás de cada ação de Café Filho escondia-se um complexo sistema de crenças, valores e normas, uma determinada leitura de passado e um dado projeto de futuro que ele partilhava com outros indivíduos. A partir dele, investigar-se-á como se deram os conflitos políticos da transição dos anos 1920 aos 1930, entre as diferentes visões de mundo dos sujeitos e dos grupos, que naquele momento disputavam preeminência em torno da política.

Outro conceito importante para este trabalho é o de *sociedade e indivíduo*. Na percepção de Norbert Elias (1994), não há como separar indivíduo de sociedade, sendo, portanto, coerente usar as duas palavras como um único conceito. Nesse caso, cada indivíduo desempenha funções para outras pessoas e o encadeamento dessas funções estabelece o que o autor acredita ser a sociedade. Para esse sociólogo, o destino de cada homem depende da posição de onde partiu, assim como de suas relações que entreteceu ao longo de sua vida. Dessa forma, o modo como as pessoas se comportam é determinado por suas relações passadas e presentes com outras pessoas, emergindo diversas identidades conflitantes dentro de um mesmo indivíduo.³⁰ Cada pessoa se institui como um indivíduo particular, pois seu caminho dentro dessa sociedade se organizou de forma única. O outro é condição *sine qua non* para a existência da individualidade. Portanto, não existe um indivíduo que possa ser interpretado fora da sociedade. Pensar a sociedade só é possível se se pensar na relação entre os indivíduos; do mesmo modo, pensar o indivíduo só é possível a partir das suas relações com as práticas dos demais. Nenhuma classe social escapa da dependência que tem para com os outros.

Além disso, o destino individual é influenciado por sua situação social. Os indivíduos estão em constante contato com outros personagens e, assim, existe uma interdependência que forma a personalidade dos sujeitos. Os desejos das pessoas são constituídos com base em suas experiências, vão sendo definidos ao longo dos anos, nem sempre cabendo à pessoa escolher se seus desejos serão ou não atingidos. Ademais, nenhum desejo nasce junto com o sujeito, eles vão evoluindo pelo convívio em sociedade e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo da vida dos sujeitos, ou, de repente, a partir de uma experiência especial. São esses desejos que o identificam como sujeito mas também como ser social, membro de uma entidade maior. Se os desejos vão ser realizados ou não, isso não depende unicamente do indivíduo, já que eles sempre estão dirigidos para os outros, isto é, para o meio social.³¹

³⁰ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 27.

³¹ ELIAS, Norbert. *Mozart: a sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 13.

Em relação à trajetória de Café Filho – o seu lugar de nascimento no seio da classe média urbana de Natal; a crença dos seus pais, seguidores de uma moral e ética protestante; suas experiências na urbe durante os vinte primeiros anos de sua vida –, foram aspectos que definiram em grande medida o indivíduo que se tornava aos poucos umas das principais lideranças sindicais do Rio Grande do Norte. Esse caminho não foi um trajeto sem desvios e contradições, mas um caminho repleto de vacilações e irregularidades, os quais, de alguma forma, também constituem esse indivíduo.

Norbert Elias nos auxilia a pensar esse “fazer-se indivíduo” de Café Filho inserido em uma teia de relacionamentos com os outros, e as transformações políticas operadas ao longo da transição da “República Velha” para a “Nova República”, que tiveram suas origens não apenas em uma pessoa isolada, mas “na estrutura da vida conjunta de muitos”, isto é, a partir de tensões entre diferentes grupos que ocorrem as transformações.³²

O conceito de *teatro da memória* de Ângela de Castro Gomes é uma ferramenta importante para se trabalhar com autobiografias e memórias, pois um dos referenciais documentais desses escritos é o livro de memórias de João Café Filho. A partir das contribuições dessa historiadora, problematizamos a escrita de si de Café Filho como fonte de pesquisa histórica. Gomes (2004) utiliza esse conceito para elucidar que a escrita de si transforma o indivíduo em personagem de si mesmo, “[...] a escrita de si é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu ator e do texto, que se criam, simultaneamente, através da modalidade de ‘produção do eu’”.³³ Nesse sentido, o autobiógrafo é, ao mesmo tempo, autor e personagem de seu texto. O conceito de verdade também precisa ser pensado em sentido plural, pois a “escrita de si” não consiste em mostrar o que realmente aconteceu, mas sim em apontar “o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecido”.³⁴

Em seu relato autobiográfico *Do sindicato ao catete*, o Café Filho que escreve é diferente do Café Filho apresentado no texto. Narra vários aspectos de sua vida, impondo uma lógica e um sentido nos fatos de sua trajetória, fazendo com que todos os estágios de sua existência constituam-se em um todo coerentemente, organizado e com coesão. Assim, sua autobiografia transforma sua vida em um conjunto de acontecimentos narrados como uma história, com sentido e direção, um caminho unilateral com um princípio que desemboca invariavelmente em um fim. Café elege certos acontecimentos convenientes de sua vida e,

³² ELIAS, Norbert. *Mozart*, 1995. p. 45.

³³ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 16.

³⁴ *Ibid.*, p. 15.

com efeito, estabelece ligações entre esses episódios e sua trajetória, dando-lhes coerência. A memória institui-se como um processo individual, mas que ocorre em um meio social dinâmico, usando instrumentos socialmente criados e compartilhados.³⁵ As fontes autobiográficas nada mais são que versões dos acontecimentos passados, estabelecem-se como uma determinada visão de alguém sobre certo acontecimento.

Quanto à categoria *espaços de sociabilidade*, ela vai ser entendida neste estudo a partir da conjunção dos escritos de três pensadores: o filósofo Michel de Certeau e os historiadores Jean Pierre Riox e Maria Teresa Malatian. Para Certeau³⁶, os espaços são formados por meio das práticas cotidianas e dos discursos. O lugar, isto é, a ordem na qual as coisas são distribuídas é transformada em espaço quando são praticados pelas pessoas. Já os indivíduos e os grupos políticos se espacializam mapeando seus mundos a partir de um imbricado sistema de significados, mitos e símbolos. Existe uma “áurea” que toma conta de determinados espaços, os quais, muitas vezes, revelam o imaginário político dos grupos que os estabeleceram. Os significados do espaço lhe são dados por investimentos simbólicos, feitos sobre ele a partir de certos grupos sociais. Esses sistemas de valores acabam por estabelecer espacializações de mundo. Do mesmo modo, a cultura política, como um conjunto de representações complexas que abarca valores, normas, atitudes e imaginários partilhados por determinado grupo acerca dos fenômenos políticos, também se estabelece como uma instituidora de espaços. Os espaços só fazem sentido a partir das práticas e dos sentimentos que lhes dão significação. Dessa maneira, a todo momento, o homem cria referências espaciais para viver em sociedade.

Demarcando fronteiras geográficas e afetivas, os grupos criam espaços de sociabilidade, isto é, espaços de interação e integração, nos quais legitimam uma dada visão de mundo, produzindo consensos, como nos explicita Malatian.³⁷ Muito embora isso não signifique que não ocorram disputas, tensões e contratensões que fazem parte do cotidiano dos grupos. Nesse sentido, as associações se estabelecem como um desses espaços; redações de jornais, clubes, sindicatos, ligas e federações são espaços de sociabilidade que pressionam o poder político e a opinião pública. Sua existência só pode ser explicada pelo contexto que as instaura em um dado recorte temporal e espacial. São frutos de determinadas culturas políticas que se ordenam a partir de um conjunto de valores e normas. Quando se processam mudanças

³⁵ PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História (História e Cultura): Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, PUC, n. 10, p. 41-58, dez. 1993.

³⁶ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

³⁷ MALATIAN, Teresa M. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: Edusc/FAPESP, 2001.

no contexto cultural e político, elas precisam se transformar também, sob pena de não mais responderem aos anseios da sociedade. As associações podem se tornar obsoletas e, no fim, ruir, do mesmo modo que podem reelaborar continuamente seus objetivos e sobreviver por anos.³⁸

Dessa forma, espaços de sociabilidade se instituirão como a categoria principal deste trabalho, pois está no âmago da resposta ao problema exposto, qual seja: como Café Filho constituiu um discurso de defensor dos trabalhadores e do movimento operário a partir dos diferentes espaços de sociabilidade que praticou na sociedade de Natal. Determinadas partes da urbe foram eleitas por Café e seu grupo para representar a cidade como um todo. Pode-se, assim, dizer que nosso personagem “escreve” uma cidade singular que lhe é própria. Na sociedade, os sujeitos possuem uma “arte de fazer”, decompõem a cultura que lhes foram impostas e produzem algo novo, a cidade é praticada por meio dos espaços de sociabilidade e pensada de diversas maneiras. As pessoas recriam e fazem bricolagens com o que já existe dando um novo uso para o que preexistia a eles.³⁹

No que diz respeito à problematização da vida de Café Filho, foi realizada a partir da noção de *biografia*, compartilhada com uma determinada vertente da historiografia contemporânea. Desde a segunda metade do século XX, emergiram novas maneiras de se produzir história, sendo propostos, para isso, “novos objetos, problemas e abordagens”. Inspirados por aportes teóricos provenientes de outras ciências humanas (antropologia, sociologia, psicologia, linguística e literatura), ocorreram diversas mudanças teóricas e metodológicas na historiografia. Esses novos olhares sobre a história, as fontes e a metodologia ampliaram significativamente o leque de temáticas abordadas pelos historiadores.

Com isso, corpo, sensibilidade, mulher, criança, cotidiano, entre outros objetos, passaram a ser analisados no campo da historiografia. Nesse momento, os grandes paradigmas estavam em crise: não só as questões de ordem estrutural perceptíveis na longa duração eram objeto do historiador mas também o indivíduo e a curta duração passaram a ser problematizadas.

Como exemplo, historiadores ingleses, reunidos em torno da *New Left Review*, deram uma interpretação nova ao marxismo, deixaram de se preocupar unicamente com a ortodoxia economicista e reconheceram a importância de elementos culturais na constituição das classes

³⁸ RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 99-140.

³⁹ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*, 1994.

sociais.⁴⁰ Por sua vez, a adoção do ponto de vista dos vencidos empreendida por Thompson, em *A formação da classe operária inglesa*⁴¹, oferece uma nova perspectiva de estudo, uma preocupação com os excluídos da história, trazendo para o centro do debate a “história vista de baixo”. Além disso, mostrou que esses mesmos excluídos possuíam uma cultura própria, constituíam símbolos e explicações que davam sentido a suas classes, eram sujeitos ativos, que agiam com base em um referencial cultural desenvolvido em sua inserção na sociedade.

Sobre as noções de biografia que perpassaram pela historiografia, François Dosse⁴² e Sabina Loriga⁴³ debruçaram-se sobre o tema e mostram que ele sofreu grandes transformações ao longo do tempo, não tendo hoje o mesmo significado do passado. Nessa direção, Loriga trabalha biografia a partir de um retorno à tradição mostrando como alguns autores do século XIX questionam a imagem tão cristalizada sobre o passado historiográfico, tido unicamente como uma experiência monolítica, imbuída de verdade e objetividade, ou seja, em que o sujeito foi apagado em detrimento de uma dita objetividade e verdade histórica.

Alguns pensadores, que não formaram escola alguma e que não tinham ligações entre si, preocuparam-se com a ação recíproca dos indivíduos e visavam, antes de tudo, à natureza multiforme do passado, em detrimento da generalização dos fenômenos. O pensamento dos historiadores Thomas Carlyle, Wilhelm von Humboldt e Friedrich Meenecke, do historiador da arte Jacob Burckhardt, do filósofo Wilhelm Dilthey e do escritor Leon Tolstói forma os eixos de trabalho de Loriga, partindo da ideia de pequeno “x”, de Gustav Droysen, na qual o “A” o gênio individual é a soma “a” (as circunstâncias externas, de seu país, de sua época) com “x” (a contribuição individual, a obra da livre vontade do sujeito).

Seguindo o esquema de Loriga (2011), [A = a + x], compreendemos Café como esse sujeito [A] formado a partir do seu caminhar singular [x] na sociedade da transição da “Velha República” para a chamada “Nova República” [a]. O pequeno x, isto é, o modo como Café Filho transitou nessa sociedade será posto em evidência nesta dissertação. Nessa direção, o indivíduo não será tomado como uma entidade para explicar outros iguais a ele, mas sim como um ser único, que nos auxilia a pensar a sociedade na qual ele viveu, ou melhor, a entender como esse sujeito particular vivenciou a cultura política de sua época, sendo, ao mesmo tempo, produto e produtor da sociedade da qual fez parte.

⁴⁰ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 113.

⁴¹ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

⁴² DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009.

⁴³ LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Para Dosse (2009), o ato de escrever uma vida se estabelece como uma tarefa múltipla. Desde a antiguidade até os dias atuais, o desafio biográfico apresentou-se recorrente; todavia, em cada fase, a biografia constituía-se em um gênero diferente. Ele historiciza o fazer biográfico mostrando as rupturas empreendidas em diferentes épocas. Para esse autor, a biografia hoje é um gênero atraente para a experimentação do historiador. Por meio dela, indaga-se sobre o limiar prenhe de tensões entre o polo científico e o ficcional da história. Como gênero híbrido entre esses dois mundos, a biografia faz o historiador pensar sobre seu próprio *métier*. Qual o papel do indivíduo? Como se relacionam sociedade e indivíduo? As narrativas? E as estruturas? O caráter criativo pode estar presente no trabalho historiográfico? Essas questões se estabelecem como pontos importantes para se refletir neste trabalho, uma vez que, seguindo a trajetória de vida de Café, pretende-se resgatar um retorno às narrativas, observando-as não como simples encadeamento de fatos, mas como história problema. Além disso, esta dissertação procura se debruçar sobre o caráter adstrito da relação entre o indivíduo e a sociedade. Dessa maneira, Loriga e Dosse apresentam uma importante contribuição para se refletir sobre o caráter epistemológico da escrita biográfica.

No que diz respeito à estrutura composicional, esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado “Café filho e trabalhadores urbanos entram em cena: protagonismos políticos e dramas de existência (1921-1923)”, busca-se entender como Café Filho se inseriu nos espaços de sociabilidade dos trabalhadores urbanos de Natal. Nesse sentido, será dada ênfase à atuação dessa personagem durante a greve operária que atingiu a cidade em 1923 e os desdobramentos gerados a partir de sua atuação nesse evento. Para a construção do capítulo, serão privilegiados dois espaços usados por Café Filho durante a greve: o *Jornal do Norte* e os tribunais, nos quais exercia forte atividade como advogado. Discutem-se também as atividades desenvolvidas por Café Filho e como o movimento operário estava organizado antes da sua atuação. A meta é deixar evidente que Café não nasceu politicamente em 1921 (como ele afirma nas suas memórias).

No capítulo “Quem falará pelo operário: cafeístas, comunistas e governistas em disputa pelos espaços do trabalhador (1923-1930)”, trata-se da vida de Café Filho após a sua expulsão do Rio Grande do Norte por causa da greve de 1923. Nesse período, Café viveu em Pernambuco, na Bahia, no Rio de Janeiro e na Paraíba, e foi a partir desse momento que ele se aproximou de vários espaços de sociabilidade das lideranças da Aliança Liberal. Ao longo do capítulo, por um lado, estuda-se a trama histórica que possibilitou a aproximação de Café Filho com as lideranças nacionais da Aliança Liberal e, por outro, como conseguiu frequentar os espaços característicos dos aliancistas.

No último capítulo, “Finalmente no poder: Café Filho, os operários e a “nova república” (1930-1937)”, discute-se como, a partir da ascensão de Vargas, Café Filho atuou para consolidar a inserção dos sindicatos de trabalhadores na estrutura do Ministério do Trabalho. Também demonstra-se a gradual mudança nas estruturas das associações dos trabalhadores. Ademais, analisam-se as posições que Café Filho assumiu nas entidades dos trabalhadores, nos órgãos de divulgação das ideias tenentistas e na Câmara Federal, enfatizando-se como os sindicatos deixaram de ser interclassistas e passaram a se organizar em categorias profissionais específicas. Nessa discussão, ganham relevo três espaços específicos: a Federação do Trabalho de Natal, o Clube 3 de outubro (seção do Rio Grande do Norte) e a Câmara Federal.

1 – CAFÉ FILHO E TRABALHADORES URBANOS ENTRAM EM CENA: PROTAGONISMOS POLÍTICOS E DRAMAS DE EXISTÊNCIA (1921-1923)

De muito advogar a causa dos pobres, aderi ao drama deles e tomei a frente das suas reivindicações, nos sindicatos e nas ruas.

João Café Filho (*Do sindicato ao Catete*)

1.1 Nasce um político: a introdução de Café Filho nas lutas trabalhistas

Escoltado pela polícia na madrugada do dia 22 de outubro de 1922, João Café Filho lado a lado com 45 pescadores seguia pelas ruas do bairro das Rocas em direção à delegacia de polícia da Ribeira. Um jovem jornalista que advogava a causa dos trabalhadores experimentava pela primeira vez a violência do aparelho estatal. Esse episódio marcou Café até sua velhice. Em suas memórias, escritas mais de 40 anos depois dos acontecimentos, ele narrou esse evento como o seu verdadeiro nascimento. Nessa perspectiva, Café nasceu aos 23 anos de idade, assistido por pescadores simples do bairro das Rocas e cercado pela polícia por todos os lados. Construiu em suas narrativas uma trajetória política com começo, meio e fim bem definidos, isto é, ao estabelecer seu nascimento político junto aos trabalhadores, ele construiu uma base de sustentação para toda a sua história de vida, alicerçada, de acordo com sua construção, por lutas a favor do operariado e dos mais pobres.

Suas memórias foram publicadas no ano de 1966, na Coleção *Documentos Brasileiros* da José Olympio Editora, dirigida na época por Afonso Arinos de Melo Franco.⁴⁴ Sob o título *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*, Café narra acontecimentos de sua vida, desde sua associação com os sindicatos do Rio Grande do Norte até sua ascensão como presidente da República. Lista dois motivos principais para a produção de sua autobiografia: esclarecer as distorções em torno do seu governo e oferecer documentação para que seu filho o defendesse após sua morte.

Sob esse viés, a memória se estabelece como criadora de significados, o sujeito que lembra já não é o sujeito lembrado. Dessa forma, o Café idoso que narra os acontecimentos do passado conta com os desejos, sonhos e medos do senhor de 67 anos de idade. Ao longo da vida, cada pessoa reúne fragmentos de recordações sociais diferentes. Esse agrupamento se

⁴⁴ Inaugurada em 1936, a Coleção Documentos Brasileiros lançou mais de 200 livros ao longo de sua existência, até a década de 1980. Seu objetivo era ser um veículo de divulgação de obras que interpretassem os aspectos da sociedade brasileira. Para mais aprofundamento sobre o tema, ver: FRANZINE, Fábio. Escrever textos, editar livros, fazer história: a coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1960). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 9, 2013, p. 24-45.

estabelece como uma atividade bem pessoal, cada um lembra um determinado acontecimento a partir de suas próprias vivências e crenças. A memória constitui-se como um processo individual, embora ocorra em um meio social dinâmico, usando ferramentas criadas e compartilhadas na sociedade.⁴⁵ Com fragmentos de recordações unidos às subjetividades de um idoso, Café narra seu nascimento político como um ponto importante de sua vida. Ao estabelecê-lo como a extremidade inicial que iria se ligar com o ponto final de sua vida – em uma trajetória única e sem desvios –, já vaticinava como seria o resto de sua vida: lutando ao lado dos operários e ouvindo os mais simples até conseguir atingir o ápice político de se tornar o presidente do país.⁴⁶

É, pois, a partir de um imbricado sistema social que os indivíduos constroem suas memórias. A memória constitui-se em parte integrante das identidades, visto que as recordações definem o sujeito, diferenciando-o dos demais. No entanto, deve-se pensar o sujeito não como uma entidade única imutável, mas como um fluxo de identidades mutáveis. Um único indivíduo carrega diacrônica e sincronicamente várias identidades conflitantes entre si, que o definem naquele determinado momento. Sob esse viés, os sujeitos estão sempre “sendo”, nunca “são”.

Com João Café Filho, as coisas não se processavam de forma diferente. Nesse sentido, o que o movia? Para ele, favoreceram para o seu envolvimento com a política, o vigor de sua juventude, associado à sensibilidade social e ao desejo de justiça. Mas nenhum desejo nasce junto com o sujeito, eles vão evoluindo por meio do convívio social e vão sendo definidos no decorrer da vida. Os desejos de Café Filho foram sendo constituídos a partir de sua convivência social. Os espaços de sociabilidade que frequentou foram aos poucos definindo seus desejos mais profundos. Desejos o identificam como sujeito mas também como ser social, membro de uma entidade maior. Se os desejos vão ser realizados, isso não depende unicamente do indivíduo, já que eles sempre estão dirigidos para os outros, isto é, para o meio social.⁴⁷

Os indivíduos já nascem em uma sociedade formada por uma rede de dependências, com a qual não é possível romper. No entanto, ao mesmo tempo que ele não pode escapar completamente dela, também ela não se estrutura como um sistema tão fechado que limita por completo às ações individuais.⁴⁸ Existe uma ordem invisível que compõe as sociedades, a qual

⁴⁵ PORTELLI, Alessandro. *Sonhos ucrônicos*, 1993.

⁴⁶ Café Filho foi presidente da República de agosto de 1954 a novembro de 1955, assumiu o governo após o suicídio de Getúlio Vargas.

⁴⁷ ELIAS, Norbert. *Mozart*, 1995. p. 13.

⁴⁸ LEVI, Geovanni. *Usos da biografia*, 1998. p. 179-180.

está alicerçada na interdependência de funções entre os indivíduos. Todas as funções – pai, operário, diretor, governador – são exercidas para terceiros. Em virtude dessa interdependência das funções individuais, os atos de muitos sujeitos diferentes vinculam-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos e ações. Como explica o sociólogo Norbert Elias:

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outros; ela é um elo de cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. [...] e é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras, a ela e nada mais, que chamamos “sociedade”.⁴⁹

Portanto, a maneira como o indivíduo se comporta se dá pelas relações travadas com outras pessoas no seu passado e presente. Ele já nasce em um grupo, e é nesse agrupamento humano que ele vai se constituir como indivíduo. Mesmo dentro do mesmo grupo, não existem pessoas idênticas, as relações conferidas e suas histórias individuais nunca são exatamente iguais, “cada pessoa parte de uma posição única em sua rede de relações e atravessa uma história singular até chegar à morte”.⁵⁰

As relações pessoais que manteve ao longo da vida estabeleceram as identidades de Café Filho. Geralmente, o primeiro contato social de uma criança é com sua família, que consiste na primeira rede de relacionamentos de uma pessoa; por isso, é a partir da família que as primeiras funções são definidas e aprendidas. Café, cujo núcleo familiar pertencia a uma classe média empobrecida devido à decadência econômica do açúcar, é neto de Lourenço Fernandes Campos Café, proprietário de terras no vale do Ceará-Mirim. Nasceu no dia três de fevereiro de 1899, no bairro da Ribeira, em Natal. Seu pai, João Fernandes Campos Café, o instruiu segundo o credo presbiteriano. Em uma época que predominava o catolicismo, somente com o advento da república foi que essa religião deixou de ser a religião oficial do estado. Assim, ser protestante já significava um sinal de diferença. Seu pai também fez parte da dissidência que fundou a Igreja Presbiteriana Independente. Suas primeiras letras foram cursadas no Colégio Americano, instituição protestante mantida pelo casal missionário Rev. Calvin Potter e D. Catarina Hull.

Continuou seus estudos no Atheneu Norte-rio-grandense, local onde grande parte dos jovens das classes médias e altas estudava. Segundo suas memórias, foi lá que o jovem Café

⁴⁹ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*, 1994. p. 23.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 27.

sofreu uma profunda mudança. Impulsionado pelas injustiças impostas pelo então diretor José Augusto, transformou-se gradualmente em um aluno irrequieto e revoltado. Incomodava-o o privilégio dispensado pelo diretor aos estudantes Kerginaldo Cavalcanti e Dioclécio Duarte, colocando-os sempre em seu gabinete em posição de destaque. Liderou, por essa razão, a oposição ao diretor contra os privilégios concedidos a apenas dois alunos.

Em sua narrativa autobiográfica, descreveu o despertar de sua atividade como advogado. Por volta dos 17 anos, gostava de assistir às sessões do Tribunal do Júri que aconteciam no prédio da prefeitura da capital potiguar.⁵¹ Afirmou que, movido pela curiosidade de menino, era atraído pelos debates entre a promotoria e a defesa. Em uma dessas audiências, quando o júri não encontrava advogado disposto a defender um pobre chefe de família, Café Filho se dispôs a defendê-lo. Sensibilizado com a presença da esposa e dos filhos do acusado, esfarrapados pelos corredores do plenário, conseguiu reverter a situação do réu, argumentando que o crime maior seria deixar abandonada uma mãe juntamente com suas três crianças.

Após concluir os estudos no Atheneu, foi para o Recife estudar na Academia de Ciências Jurídicas e Comerciais. Paralelamente à vida de estudante, trabalhava no comércio da cidade para sustentar seus estudos. Narrou que devido à vida desorganizada na capital pernambucana, não conseguiu concluir seus estudos, voltando para Natal. Começou a advogar como rábula, atendendo, principalmente, os mais simples. Sua clientela era composta de estivadores, tecelões e pescadores. Foi por meio da atuação no direito que se sentiu atraído para a vida política.

Conciliava suas atividades jurídicas com a ativa participação na vida social da cidade. Era um grande apreciador dos esportes, sendo responsável ainda na adolescência por organizar a primeira disputa interestadual de futebol do Rio Grande do Norte, na qual o ABC Futebol Clube enfrentou o Santa Cruz de Pernambuco.⁵² Era associado ao *Centro Esportivo Natalense*, onde se aventurava como goleiro de futebol e ali, também, conheceu sua esposa. Porém, seu papel de destaque se deu como dirigente, ao fundar, juntamente com a diretoria, em 1919, o periódico *O Sportivo*, órgão oficial dessa agremiação, que tinha como objetivo difundir a prática de atividades físicas entre as moças e os rapazes.

Durante sua infância e juventude, esses foram os espaços sociais praticados por Café Filho. Sua autobiografia dá destaque e descreve cada um deles: a família presbiteriana e austera ensinou-lhe o valor da honestidade; no Atheneu, aprendeu a lutar por seus direitos e a

⁵¹ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 16.

⁵² *Ibid.*, p. 12.

liderar; no Tribunal do Júri, passou a servir aos mais pobres; e no Centro Esportivo, desenvolveu suas habilidades de gestor e jornalista. Se ele afirmou que nasceu nas Rocas em meio a um confronto entre pescadores e polícia, esses estágios anteriores, elencados por ele próprio, fazem parte de sua gestação política. Construiu para si a ideia de um político que passou sua infância e juventude se desenvolvendo para que seu difícil parto tenha se dado acompanhado dos mais simples e lutando junto com eles. Assim, Café Filho propositalmente inscreve um sentido para sua vida e estabelece uma constante: sempre lutou contra as injustiças a favor dos mais fracos, desde o Atheneu, passando pelo exemplo de honestidade do pai, até chegar às atividades jurídicas e jornalísticas. Café, mais do que louvar as pessoas que lhe proporcionaram essas credibilidades, dá legitimidade às suas ações futuras.

1.2 O movimento dos trabalhadores antes de Café Filho

Ao contrário do que pretendeu enfatizar em sua autobiografia, o movimento sindical não nasceu juntamente com Café Filho durante o segundo governo de Antônio de Souza (1919-1923). Naquele momento, já existiam no Rio Grande do Norte doze diferentes associações de trabalhadores⁵³, algumas delas, como, por exemplo, a *União dos Sapateiros*, o *Centro de Chauffeurs* e a *Sociedade de Estivadores Potengi*, todas da cidade do Natal, apresentavam uma peculiaridade em relação às demais agregações: eram associações divididas por categorias profissionais. Em um universo no qual predominava a constituição de associações interclassistas, isto é, espaços onde diferentes categorias profissionais se reuniam sob a alcunha genérica de *operários* ou *artistas*, as associações profissionais específicas se estabeleciam como uma novidade e caracterizavam uma mudança nas mentalidades. Aos poucos, os trabalhadores deixavam de agir em associações meramente mutualistas e se aglutinavam em entidades mais combativas que enxergavam nos movimentos grevistas uma luta contra a opressão que sofriam. Mas eles não estavam sozinhos nessa luta.

As associações operárias, por vezes, funcionavam como espaços de sociabilidade praticados por grupos que não estavam satisfeitos com o regime republicano de então. A ideia de República dessas organizações as aproximava das práticas e dos discursos propagandeados pelos republicanos radicais, grupo composto por indivíduos das classes médias urbanas que pensavam a República como um canal de grande participação popular, isto é, um regime político para o qual todos seriam convidados a participar. Embora se aproximassem desse

⁵³ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 90-91.

grupo mais radical, o pensamento dos membros das associações não pode ser confundido com eles, visto que os trabalhadores possuíam seus próprios interesses que os diferenciavam das classes médias. Ademais, também não se podem pensar os operários como um grupo homogêneo, já que dentro de seus partidos e associações existia um conjunto de propostas e desejos contraditórios que se confrontavam em busca de garantir para o grupo vencedor o monopólio da luta operária. Era uma categoria heterogênea, formada por sujeitos oriundos de diferentes realidades, vidas distintas que se intercruzavam e muito lentamente estabeleciam vínculos mais profundos.

Quanto às relações de trabalho, durante muito tempo, foram fortemente influenciadas por uma “moral nobiliária” e católica. Para uma parte da elite econômica, só o incentivo ao hábito do trabalho garantiria a ordem social. Os trabalhos em oficinas, tipografias, entre outros, eram vistos como atividades menores e degradantes desde o período imperial. Apenas no início do Regime Republicano é que surgem novas discussões sobre o valor do trabalho.⁵⁴ Nesse caso, tomava força uma nova maneira de encarar o trabalho e o trabalhador, vistos então positivamente como um fator de progresso nacional. Com isso, vários articulistas ligados ao nascente movimento operário passaram a afirmar a necessidade da participação dos trabalhadores na política, como forma de garantir a razão de ser do regime. Nessa perspectiva, só se consolidaria a República brasileira com a participação de todas as suas classes sociais, inclusive os operários, responsáveis pelo progresso material da nação.

As organizações operárias ajudaram a corroer gradativamente as bases de sustentação da política oligárquica, com seus ataques na imprensa ou por meio de diversas manifestações mostraram algumas das fragilidades desse sistema. Muitos dos defensores do operariado, ao atacar a opressão da classe patronal, investiam indiretamente contra as bases de sustentação dessa política. Em um artigo intitulado *Em favor do operário*, de 1893, publicado no jornal *Rio Grande do Norte*, seu articulista atacava um dos membros da família Maranhão, o dono da fábrica de tecidos, o industrial Juvino Barreto, cunhado do então líder do Partido Republicano, Pedro Velho. No artigo, vê-se um forte apelo crítico, no qual era denunciada a extorsão que a fábrica de tecidos infligia a seus empregados, nos seguintes termos:

[...] Só aqui em Natal, os que concorrem com o esforço de seus braços para engrossar os capitais dos monopolizadores não tiveram essa compensação ainda [aumento salarial]. [...]. Segundo nos informam os mais esforçados dos operários daquele estabelecimento, trabalhando das 6h30 da manhã às 9h da noite, com intervalos de apenas duas horas para refeições a sua custa, ganham no máximo

⁵⁴ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, 2005. p. 26.

8\$000 por semana; os menos laboriosos 4\$000. Isto é, 170 réis por tecido de cada peça. Ora nessa época em que o quilo da carne verde está a 600 réis; o litro de feijão a 200; o de farinha a 100; o café a 1\$400 o quilo; e o açúcar, a fazenda, o aluguel de casa por preços exagerados, é precário demais um mil réis para o indivíduo se alimentar e vestir-se.

[...] enquanto um pobre operário ganha numa semana, trabalhando 12 horas por dia, 8\$000, o Sr. Juvino Barreto ganha líquido e livre de todas as despesas 122\$151 réis. Calcula-se agora esse lucro por semana sobre 100 ou 200 operários e admiremos que fabulosos lucros por semana arrancados sobre o trabalho do operário, que tem uma paga miserável, como remuneração ínfima de suas energias despendidas.⁵⁵

A dura vida do operário potiguar foi alarmada por esse articulista, que acusava o industrial Juvino Barreto de explorar o trabalho dos seus empregados enquanto vivia dos lucros exorbitantes que eles lhe auferiam. Continuando seu relato, expõe a necessidade da união operária:

Agremiem-se os operários, deleguem poderes a uma comissão para defender seus interesses, acautelar seus direitos perante os que se utilizam de seus serviços, e conseguirão uma remuneração justa, proporcional ao seu trabalho.

Não queremos o sacrifício de ninguém, queremos que o capital acumulado seja um meio lícito, razoável e cômodo de render, de produzir, mas não toleraremos que o capital se constitua em tosquia, em abutre do povo.⁵⁶

Para ele, somente por meio da união dos trabalhadores haveria mudança na condição de trabalho. Nesse caso, o articulista clama pela agremiação dos operários e pela instituição de lideranças capazes de cobrar uma remuneração mais justa e proporcional ao trabalho. Observa-se que o artigo não se posiciona eminentemente contra o capital: desde que ele seja conseguido por meio lícito e sem o sacrifício de ninguém, o autor não enxerga qualquer motivo para uma mudança radical no sistema produtivo. No último parágrafo do artigo, ele cita o movimento socialista feminino dos Estados Unidos como um ideal a ser seguido, em um lugar como o Brasil, onde os habitantes estão desprotegidos e infelicitados pelos maus governos.⁵⁷

Na época desse artigo, isto é, final do século XIX, os trabalhadores norte-riograndenses encontravam-se organizados em apenas três associações. A mais antiga delas fora fundada em 1873, na cidade de Canguaretama. A *União Beneficente de Artistas* constituiu-se

⁵⁵ RIO GRANDE DO NORTE, Natal, 25 ago. 1893. Ver: SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 120-121.

⁵⁶ Ibid. p.120-121.

⁵⁷ Ibid. p.120-121.

como sociedade mutualista, seus regulamentos mostravam que o objetivo principal da entidade era garantir o “futuro e o bem-estar presente” de seus sócios.⁵⁸ Organizada numa época onde ainda predominava o trabalho escravo, ela reunia trabalhadores livres que serviam de mão de obra especializada para os serviços nos engenhos de açúcar da região. A segunda associação surgiu na zona salineira de Macau na década de 1880. Motivados pela irregularidade no pagamento do soldo e pelas arbitrariedades cometidas pelos patrões, os salineiros foram levados a se organizar.⁵⁹ O *Centro Operário Luiz de França*, em Natal, foi fundado em 1890 já sob os auspícios do governo. Em ato solene, fundadores e membros prestaram homenagens ao presidente Deodoro da Fonseca e ao governador Xavier da Silveira.⁶⁰ Apesar de toda a pompa inaugural, esse centro operário teve uma vida efêmera, pouco aparece nas fontes pesquisadas.

Ademais, a quantidade de trabalhadores industriais que existiam no Rio Grande do Norte era muito pequena se comparada aos outros estados da federação. Em 1907, existiam apenas 560 operários espalhados por 14 estabelecimentos; 13 anos depois, em 1920, existiam 2.146 operários espalhados por 197 fábricas.⁶¹ Apesar do aumento do número de operários, a quantidade de pessoas que dedicavam suas vidas a atividades industriais era ínfima se confrontada com a quantidade de habitantes em todo o território potiguar: 537.135 almas. A população encontrava-se espalhada, em sua grande maioria, pelas fazendas dos poucos proprietários rurais que lhe garantiam proteção. Existiam, em todo o estado, 5.678 estabelecimentos rurais, que juntos formavam uma área total de 2.412.905 hectares. Quase metade dessa área (43,64%) estava distribuída em apenas 209 unidades.⁶²

Muitos desses “operários” outrora eram camponeses. Entretanto, as periódicas secas potiguares aliadas a uma total falta de infraestrutura das cidades interioranas empurravam esses trabalhadores rurais para os principais centros urbanos do litoral. Natal, Macau e Canguaretama constituíram-se polos de atração para esses desafortunados.

Três grandes estiagens assolaram o Rio Grande do Norte nas duas primeiras décadas do século XX. A seca de 1903, que provocou o deslocamento de um grande número de pessoas. Nesse período, a população da cidade do Natal quase dobrou de tamanho, passou dos seus pouco mais de 16.000 habitantes para cerca de 30.000 pessoas. As duas outras secas, a de 1914 e a de 1919, ocorreram sob a administração de Ferreira Chaves (1914-1920). Cada uma

⁵⁸ A REPÚBLICA, Natal, 2 fev. 1927.

⁵⁹ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 80.

⁶⁰ Ibid. p. 80.

⁶¹ LINDOSO, José Spinelli. *Coronéis e oligarquias na Primeira República*, 2005. p. 23.

⁶² SOUZA, Itamar de. op. cit., p. 36.

delas trouxe para a capital e para as principais cidades litorâneas um grande afluxo populacional. Essas pessoas quando absorvidas em atividades urbanas ainda carregavam consigo a mentalidade de dependência e servidão em relação aos seus patrões, que pode ser observado na seguinte resposta preparada pelos 204 empregados de Juvino Barreto por ocasião da denúncia do jornal *Rio Grande do Norte* contra sua gestão:

[...]

Somos pobres, é verdade, porém, com bastante dignidade para não servirmos de instrumentos às ruins paixões de quem quer que seja, contra o nosso caro patrão, que é nosso constante benfeitor, e que teve bastante amor a esta terra para dar aos seus filhos desprotegidos um meio de vida.

[...]

Em nossas enfermidades não precisamos estender a mão à caridade pública, pois temos quem nos socorra e nos ampare.

Os cálculos que se acham no citado artigo estão longe da verdade, e ainda que fossem reais, é muito vantajoso o nosso salário comparado com o dos Estados vizinhos, onde a vida é mais cara e a retribuição inferior.⁶³

Em uma análise preliminar da carta, depreende-se o paternalismo ainda presente nos corações e mentes dos trabalhadores potiguares. O patrão constituía-se naquele que lhes garantiria assistências das mais diversas, era ele quem socorria os seus em todos os “tempos e circunstâncias”, além de ser o responsável por dar um meio de sustentação a muitas pessoas. Juvino Barreto era visto com admiração por seus empregados, da mesma forma que todos eles se sentiam gratos por tê-lo como protetor. As relações pessoais entre patrão e empregado eram muito presentes, o que se configurava como um obstáculo na luta por melhores condições de trabalho e vida. Observa-se que os trabalhadores negam os números expostos no jornal oposicionista; para eles, os seus salários, se comparados ao de outros estados vizinhos, eram bem melhores. Apesar de pobres, não tinham motivos para se revoltar contra seu patrão, que tudo fazia por eles.

Mas quem realmente escreveu essa missiva? Será que o Sr. Juvino Barreto era uma unanimidade entre seus empregados? Apesar de muitos trabalhadores se sentirem em dívida com o industrial, certamente essa carta não representava os verdadeiros sentimentos dos operários, muitos devem tê-la assinado temendo por seus empregos. Infere-se essa hipótese de um dado apresentado pelo professor Itamar de Souza (2008). Segundo ele, apenas um empregado da fábrica não concordou com o documento, o Sr. João Narciso Ferreira, o qual

⁶³ A REPÚBLICA, Natal, 28 jan. 1893.

foi imediatamente destituído de suas funções. A carta representou, portanto, uma imposição do poder do patrão: os trabalhadores precisavam mostrar gratidão ante o que ele dispensava.

Em entrevista gravada pelo historiador Marcos Silva, D. Maria Nazaré Gomes de Souza, operária da fábrica de tecidos entre as décadas de 1910 e 1920, chamava Juvino Barreto de “pai da pobreza”, pois ele amparava todos os pobres. Segundo a entrevistada, todos aqueles que queriam trabalhar, “os bons”, eram acolhidos pelo dono da fábrica.⁶⁴

O trabalho ainda estava muito ligado às relações pessoais de dependência, uma vez que os trabalhadores se sentiam agradecidos pelo emprego que tinham. Desse modo, carregavam para o ambiente urbano as mesmas relações empregatícias que mantinham com os proprietários rurais. Contudo, quando o trabalho se deslocar totalmente da esfera da vida privada e penetrar na vida pública, os espaços de luta irão surgir, novas regras passarão a reger o trabalho, que se libertará das relações privadas para ser regido por contratos coletivos.⁶⁵ Esse movimento em direção à profissionalização do trabalho lentamente proporcionou, na época, uma maior organização dos trabalhadores potiguares e uma ação mais efetiva por meio de greves contra as más condições de trabalho e a precarização dos seus salários.

Com maior circulação de ideias e de pessoas, os movimentos paredistas organizados por associações de trabalhadores foram se tornando mais comuns no Rio Grande do Norte. Aos poucos, o trabalhador se libertava de seus antigos vínculos. Assim, muitos grupos profissionais chegaram à conclusão de que a greve seria a ferramenta ideal para se fazerem ouvir. Não por acaso, as primeiras greves no estado acontecem em cidades com portos de relativa movimentação; data ainda do final do século XIX as primeiras greves dos trabalhadores das salinas de Macau e de Areia Branca. Os portos, por sua vez, constituem espaços privilegiados de circulação de ideias, enquanto se enchiam os navios com os preciosos produtos da economia potiguar (sal, algodão e açúcar), desembarcavam ideias oriundas de outras partes do Brasil e do mundo.

Durante as primeiras décadas republicanas, ocorreram poucos movimentos grevistas no Rio Grande do Norte. Geralmente, quando eram deflagrados não questionavam as relações trabalhistas nem as desigualdades sociais existentes, pois os trabalhadores se uniam

⁶⁴ Entrevista concedida em 29 de dezembro de 1997, na casa da entrevistada no bairro das Rocas. Ver: SILVA, Marcos. *Câmara Cascudo, Dona Nazaré de Souza & Cia: guerras do Alecrim*. São Paulo: Terceira Margem; Natal: EDUFRRN, 2007. p. 24.

⁶⁵ PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (Org.). *História da vida privada*, 5: da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 13-153.

momentaneamente em busca de um objetivo comum, na maior parte das vezes, relacionado aos baixos salários.

Entre esses raros movimentos, pode-se destacar a paralisação dos trabalhadores da fábrica de tecidos em 1913, a qual ficou conhecida na imprensa oposicionista como a “greve da honra”, pois os trabalhadores se viram afrontados com a presença de policiais no interior da fábrica. Na ocasião, o então governador Alberto Maranhão solicitou ao gerente da fábrica a presença de forças de segurança pública para conter a propagação dos ideais salvacionistas entre os operários. Ele temia que a propaganda realizada pelo capitão José da Penha contra a família Maranhão sensibilizasse os trabalhadores.⁶⁶ Como era comum na época, o aparelho estatal foi usado com a conivência das classes patronais para suas conveniências políticas. Nesse cenário, patrão e governo faziam parte da mesma estrutura de poder que alicerçava os Maranhão no poder do Partido Republicano. A capilaridade desse grupo familiar era assombrosa: além de se inserir nos diferentes meandros da administração estadual e federal, estava presente nas principais atividades econômicas do litoral leste potiguar.

A fábrica de tecidos não era exceção, pois o gerente que autorizou a presença de policiais armados dentro do recinto era parente de sangue do governador. Essa coesão interna explica, em parte, o longo período de liderança que os membros dessa família exerceram à frente do Partido Republicano. Com todo esse suporte, a greve foi facilmente debelada. Em um período em que não existiam leis trabalhistas que amparassem o trabalhador, a demissão era o castigo para aqueles que se pusessem contrários ao governo e a seus patrões. A demissão dos líderes do movimento foi suficiente para que a fábrica voltasse a funcionar normalmente.

Por um curto período de tempo, os trabalhadores da empresa Tração, Força e Luz também deflagraram uma greve no ano de 1919, motivados pelos preços absurdos dos gêneros de primeira necessidade vendidos no barracão da empresa. A greve foi rapidamente contornada pelos administradores.

Os ferroviários constituíram-se na categoria mais bem organizada do estado. Até a década de 1920, suas atividades foram paralisadas em três ocasiões diferentes. Em 1892, os trabalhadores nacionais da estrada de ferro Natal-Nova Cruz cruzaram os braços em reação ao aumento salarial concedido exclusivamente aos trabalhadores estrangeiros. Entretanto, por

⁶⁶ O capitão José da Penha, potiguar de nascimento, mas sem ligações políticas com os republicanos do estado, tentou reeditar a Política das salvaçãoes no Rio Grande do Norte. As campanhas salvacionistas ocorreram durante o governo do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), com o objetivo de derrubar os grupos políticos que estavam no comando de alguns estados do Norte do Brasil. Ver: LINDOSO, José Spinelli. Coronéis e oligarquias na Primeira República, 2005.; SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008.

meio de negociação com os diretores locais da companhia, voltaram rapidamente as suas atividades.

O segundo movimento grevista ocorreu em 1909, quando os ferroviários reivindicavam, além de melhorias salariais, assistência da empresa em caso de doença ou acidentes. A The Great Western of Brazil Railway Company era a companhia responsável pelos transportes ferroviários no Rio Grande do Norte, na época, fazendo-se presente também na Paraíba, em Pernambuco e em Alagoas. Os acionistas dessa empresa de capital inglês viam na administração das ferrovias brasileiras um grande negócio. No entanto, de 13 a 24 de janeiro, os trens ficaram estacionados em suas oficinas, uma vez que os ferroviários desses quatro estados cruzaram seus braços.

O terceiro movimento paredista aconteceu em 1920, também paralisando todos os trabalhadores dessa companhia. Nas duas últimas greves, os ferroviários contaram com o apoio da Liga Artística Operária de Natal, que conseguiu, junto aos comerciantes da capital, a manutenção das famílias dos grevistas.

Os ferroviários da Great Western encontravam-se tão bem organizados que suas associações conseguiam paralisar quilômetros de linhas férreas espalhadas por quatro estados da federação. Certamente, eles foram um dos primeiros grupos de trabalhadores do Rio Grande do Norte a se libertarem das relações paternalistas. Isso se deu em virtude de, por ser uma empresa de capital misto inglês, seus diversos donos não participavam diariamente da vida dos seus empregados. Desse modo, as relações trabalhistas eram intermediadas por superintendentes.

As paralisações realizadas pelos ferroviários constituíram-se em movimentos pacíficos, contando com a simpatia de outros grupos sociais, tanto de outras categorias profissionais como de comerciantes que ajudavam no sustento dos grevistas, além de alguns membros das classes médias. O próprio Câmara Cascudo, em artigos na imprensa, apoiava os grevistas, parabenizava a civilidade e a ordem do movimento e atacava os exploradores dos operários. Esse apoio às greves dos ferroviários, certamente, dava-se porque eles estavam inseridos em uma relação de trabalho na qual seus patrões eram encarregados escolhidos por acionistas na distante Londres, em parte, já que os dirigentes não faziam parte da política de alianças existentes na política de então.

A greve representava, então, uma importante ferramenta de participação política, embora não questionasse profundamente as relações trabalhistas nem a legitimidade dos “donos do poder”. Ela era responsável por dar visibilidade e voz a um grupo sem representatividade política. Apesar de as tentativas de organização de um Partido Operário no

Rio Grande do Norte tivessem fracassado, os operários, por meio dos movimentos paredistas, obtiveram algumas vitórias em muitos de seus pleitos. As greves, provavelmente, foram influenciadas pelas discussões e ideias que circulavam em alguns espaços de sociabilidade. Os jornais e as associações operárias se estabeleceram como espaços privilegiados onde os intelectuais, os operários e os oposicionistas se reuniam para discutir os problemas dos operários e as estratégias de combate. Nesse sentido, diferentes matrizes intelectuais chocavam-se pela busca do controle da palavra *operário*. Os *Outsides*⁶⁷ da Primeira República, aqueles que estavam apartados do jogo político eleitoral, propagandeavam suas ideias por meio dos jornais ou das associações e, aos poucos, estremeceram as colunas de sustentação da política oligárquica.

Durante a Primeira República, foram se estabelecendo alguns espaços de sociabilidade que uniam aqueles considerados opositores. Intelectuais, jornalistas, profissionais liberais, funcionários públicos, operários e até mesmo alguns “coronéis” que não possuíam vínculos com o poder estabelecido criaram uma rede de sociabilidades fundada em determinados espaços de luta. As associações, os jornais e, em menor escala, os partidos se estabeleceram como lugares privilegiados para a discussão de novas ideias e apresentação de outros projetos republicanos, além do vencedor.

Logo nos primeiros meses após a Proclamação da República, um desses espaços foi erigido, como, por exemplo, o Clube Republicano 15 de Novembro, que aglutinou em suas fileiras republicanos históricos como Hermógenes Tinoco, um dos signatários da fundação do Partido Republicano, e membros do antigo Partido Liberal, como Amaro Bezerra. Quando se reuniam, criticavam, veementemente, Pedro Velho, por seu oportunismo e pelo abandono dos quadros republicanos em favor de políticos da situação decaída. Contava também em suas fileiras com o propagandista republicano José Leão Ferreira Souto, ilustre prócer do movimento republicano potiguar radicado no sudeste do país, que pensava uma República nos moldes positivistas com a consolidação de uma administração centralizada.

Com isso, o regime dos sonhos desse grupo político era oposto ao projeto seguido por Pedro Velho, que construía uma República em conformidade com os republicanos civis paulistas, uma República descentralizada, na qual os conchavos e arranjos políticos dariam a tônica. Esse grupo político se fazia presente na imprensa com o periódico *A Gazeta de Natal*, a qual tecia suas críticas ao pedro-velhismo. Esse grupo teve existência efêmera, no entanto, as dissidências e os descontentes instituíram outros espaços para sociabilizar suas ideias.

⁶⁷ Termo usado pelo sociólogo Norbert Elias para designar aqueles que não participam diretamente das posições de poder. Ver: ELIAS, Norbert. *Mozart*, 1995.

Nos primeiros anos que se seguiram à proclamação, guiados pelo clima de liberdade que emergiu com a República, vários grupos eufóricos e esperançosos com o novo regime de liberdade lançaram seus projetos políticos em periódicos ou por meio da organização de partidos. Nos primeiros anos da república, o operariado do Rio Grande do Norte era bem diminuto, mas vários jornais já apontavam a necessidade de integração dessa classe social assim como a urgência em desenvolver as indústrias potiguares.

Há indícios de que houve a tentativa de criação de um partido operário nesses rincões; no entanto, não temos informações suficientes que comprovem a real existência de um partido. Em 20 de julho de 1892, o senhor João Correia apela às páginas do *Rio Grande do Norte*, sugerindo que o “Sr. Joaquim de Sousa, chefe do partido operário, ou alguém que estiver arvorado em chefe” pagasse pelos fogos que vendeu. Provavelmente, houve um arremedo de constituição de um partido, tudo talvez muito incipiente, já que o contratado nem mesmo sabia se Joaquim de Sousa ainda era o chefe da agremiação. Até a edição de dois de setembro do referido jornal, os fogos não tinham sido pagos, nem os líderes operários encontrados. Desse modo, o Sr. João Correia, inspirado, transformou em versos o seu infortúnio.

Um pequeno jornal intitulado *Tribuna Juvenil*⁶⁸, em artigo de capa, preocupou-se com a necessidade de os “filhos do trabalho” associarem-se em um partido operário. Para esse periódico, a organização operária constituía-se como garantia da liberdade política do país. O trabalho para eles não se estabelecia como sinal de degradação, e sim como uma tarefa que concorria diretamente para o aperfeiçoamento moral e material do homem e da nação. Assim, esse jornal se estabeleceu como fruto da euforia dos primeiros anos republicanos.

Em 1890, muitos acreditavam em um projeto político mais democrático, com todas as classes sendo convidadas a participar da vida eleitoral, organizando-se em partidos. O principal objetivo do jornal, presente em seu programa de lançamento, era instruir as pessoas para os novos tempos de liberdade. As palavras “Liberdade e Luz” estavam estampadas, em caixa alta, logo abaixo do nome do jornal. Para eles, somente com a instrução de todas as classes sociais tornar-se-ia possível a democracia, isto é, o nivelamento social. Esse periódico traz ecos de ideais socialistas de democracia e justiça social, assim como os socialistas do Sul do país prezavam pela ordem e buscavam mudanças para os operários dentro da democracia liberal. Em outro artigo, parabenizaram o aniversário de Deodoro, adjetivaram Pedro Velho de democrata e se despediram do “amigo” Augusto Leopoldo Câmara. Dessa forma, em 1890,

⁶⁸ TRIBUNA JUVENIL, Natal, 11 ago. 1890.

tudo ainda parecia homogêneo e harmônico, mas, com o tempo, o primeiro tentou com energia derrubar o grupo pedro-velhista do poder e, posteriormente, foi destituído por uma revolta da Armada, os outros dois se tornaram inimigos políticos passando a militar em partidos republicanos distintos.

Devido à escassez de fontes, pouco se sabe sobre a *Tribuna Juvenil*, não sendo identificado quem o editava, quem o financiava, quanto tempo durou, nem a que classes pertenciam seus membros. Só ficou a sua visão do momento histórico e seus desejos e sonhos para o operariado e para a República. Tão somente deixaram escapar o nome de dois trabalhadores da redação, Honório Carrilho e João Leopoldo. Mas quem eram eles? Operários? Intelectuais? Funcionários? Não há elementos suficientes para apontar qual era a ocupação desses sujeitos; no entanto, sabe-se a visão de República e de sociedade que nutriam.

A despeito da luta para a constituição de um Partido Operário nos primeiros tempos da República, uma instituição desse tipo só aparece no estado em 1929, surgida mais com a função de servir o Partido Republicano do que propriamente defender os trabalhadores. Servia de esteio para o situacionismo, quando este passou a se interessar mais pelos trabalhadores.

Os operários não conseguiram montar um partido, mas se organizaram em associações mutualistas e recreativas. O objetivo delas era basicamente proteger o operariado e sua família. Sua composição reflete a própria realidade do processo de trabalho do Rio Grande do Norte, o baixo nível tecnológico e a pouca especialização. Segundo Ferreira (1989), essas associações eram compostas por artistas, operários e intelectuais, não havendo especificações quanto aos ramos de atividade. Dessa forma, elas se estabelecem como um espaço aglutinador para aqueles que pensam a problemática do operariado.

A primeira dessas entidades foi instituída na cidade de Canguaretama, como já exposto. Tal cidade era polo da produção açucareira, atraindo, assim, operários e artistas para trabalhar nas usinas de beneficiamento de cana. Realizava, ainda, pequenos serviços para a acanhada elite latifundiária da região sul do estado. Em dois de fevereiro de 1873, a sociedade União de Beneficente dos Artistas foi estabelecida pelo Sr. Eutério Ribeiro Guimarães, fundada por 40 sócios com o objetivo de preservar “o futuro e o bem-estar presente dos seus membros”.⁶⁹ Segundo Itamar de Souza, eles mantinham uma sede própria, uma escola, uma banda de música e uma capela para o patrono dos trabalhadores, S. José. Conseguiram até eleger para a Câmara Municipal o pedreiro Geraldino Gomes da Trindade.⁷⁰ Em tempos de

⁶⁹ A REPÚBLICA, Natal, 2 fev. 1927.

⁷⁰ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 111.

trabalho escravocrata, essa agremiação surgia para aglutinar trabalhadores livres, proporcionando-lhes recreio, instrução e ajuda mútua.

Em 1888, com a fundação da Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal, seus funcionários, aos poucos, vão criando clubes recreativos, desportivos e beneficentes. Excetuando a “greve da honra” de 1913, não houve qualquer movimentação desses operários contrária à categoria patronal. Apesar do pedido do articulista do *Rio Grande do Norte* conclamando a união desses operários em entidades que defenderiam seus direitos, até os anos 1920, pouca ocorrência foi feita nesse sentido.

Além disso, o Centro Operário São Luís de França (1890) e o Centro Operário Natalense (1893) foram as primeiras associações interclassistas fundadas na capital estadual. Tiveram uma existência bastante efêmera e, como as outras entidades desse período, privilegiavam a ajuda mútua e a recreação de seus associados. Provavelmente se uniram em torno dessas entidades trabalhadores de pequenos estabelecimentos fabris de Natal e intelectuais das classes médias.

O principal centro do movimento operário durante os dois primeiros decênios do século XX foi a Liga Artístico-Operária do Rio Grande do Norte (1904). Essa entidade mantinha uma complexa rede de relacionamentos com outros espaços sociais da cidade. Por ocasião das festividades realizadas em homenagem ao aniversário da queda da Bastilha, encontravam-se na sede social da entidade, em meio a copos de cervejas e poesia, vários jornalistas ligados às hostes oposicionistas.⁷¹ Estavam presentes os seguintes jornalistas: Vital Cavalcanti, representando o *Diário de Natal* (1893-1913); Severino Silva, ligado à *Gazeta de Comércio* (?-1913), antigo editor do *Pyrilampo* (1905); o jovem Georgino Avelino d’*O Trabalho* (1905-?), filho de Pedro Avelino, proprietário da *Gazeta do Comércio*.

Esses jornalistas constituíam uma teia de relacionamentos representando determinados espaços de sociabilidade que se erigiam contra a dominação do núcleo familiar capitaneado pela família Albuquerque Maranhão. Nesses baluartes da oposição, a questão operária adquiria maior visibilidade. Nessa direção, o jornal *O Trabalho* incentivava o proletário a “imanar-se, vinculado de um só ideal e firmar em bases sólidas a mais perfeita resistência” para socorrer-se das “emergências tortuosas”. Esse periódico atacava as obras do porto para exemplificar a desigualdade social existente na capital potiguar, mostrando que enquanto a crise econômica do estado reduzia as diárias dos operários, os “fidalgotes” que trabalhavam nos escritórios de comissões tinham altíssimos salários.⁷²

⁷¹ DIÁRIO DE NATAL, Natal, 16 jul. 1906.

⁷² O TRABALHO, Natal, 23 jul. 1905.

Esse jornal era filiado ao mesmo grupo que editava o jornal *Pyrilampo*, formado por colaboradores da *Gazeta do Comércio*. Infelizmente, muitos jornalistas escreviam ocultados por pseudônimos, o que prejudica a identificação de seus nomes. Sua preocupação com o trabalhador se estabelecia universalmente e tanto o *Pyrilampo* quanto *O Trabalho* dispensaram algumas linhas à guerra russo-nipônica (1905) e sobre a situação desesperadora dos operários russos sob o domínio do czar Nicolau II.⁷³ A visão de governo desses periódicos aproximava-os dos socialistas ou dos republicanos radicais, pois, para eles, o regime instalado pós-1889 consolidou práticas oligárquicas, não estabelecendo uma verdadeira democracia, uma vez que o governo não almejava acabar com as desigualdades sociais, mas sim intensificá-las.

A *Gazeta do Comercio* juntamente com o *Diário de Natal* configuraram-se como os mais sólidos instrumentos de oposição ao regime. Nessas redações, republicanos alijados da política potiguar se arvoraram para combater o Partido Republicano Federal. O primeiro estava sobre a orientação política de Pedro Avelino; o segundo, do propagandista republicano Elias Souto. Esses dois sujeitos, em conjunto com Augusto Leopoldo da Câmara, foram os responsáveis pela reestruturação do Partido Constitucional Republicano no ano de 1905. No entanto, por volta de 1913, toda a imprensa oposicionista foi desestruturada, as oficinas que os editavam foram destruídas e suas redações empasteladas. Esse golpe de morte na imprensa oposicionista foi denunciado no congresso nacional pelo então deputado Augusto Câmara, mas a denúncia foi em vão. A partir de então os jornais oposicionistas ficaram proibidos de circular no Rio Grande do Norte.⁷⁴

Para entender a associação dos grandes veículos de imprensa com as associações operárias, faz-se necessário observar a figura do intelectual Augusto Leite. Sua popularidade no meio operário procede da produção de uma série de artigos intitulados *Unamo-nos*, escritos desde o ano 1902, na *Gazeta do Comércio*. Neles, Augusto Leite alertava sobre a necessidade de criação de associações de trabalhadores. Devido às suas ideias, foi procurado por muitos. Desse núcleo inicial, instituiu a Liga Artística Operária, tornando-se o primeiro presidente da entidade⁷⁵, a qual, como exposto, transformou-se no órgão responsável pela manutenção de uma rede de colaboradores que apoiavam a causa operária. Seus eventos sociais e administrativos eram positivamente noticiados na imprensa oposicionista. Essa entidade tem um papel importante na construção de centros operários classistas, isto é, cada

⁷³ PYRILAMPO, Natal, 15 fev. 1905, 28 maio 1905, 2 jun. 1905 / O TRABALHO, Natal, 23 jul. 1905.

⁷⁴ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 191, 251.

⁷⁵ FERREIRA, Brasília Carlos. *O sindicato do garrancho*, 1986.

categoria profissional passou a criar uma entidade para si. No entanto, essas pequenas entidades continuavam associadas à Liga. Ela não representou unanimemente os operários, por isso dissidências e conflitos fizeram parte de sua trajetória.

Ademais, a repressão à imprensa oposicionista arrefeceu o contato entre trabalhadores e intelectuais por ocasião da campanha de 1913. Nesse cenário, a família Maranhão, que ainda dominava a política potiguar, empreende uma caçada aos meios de comunicação oposicionistas. Desse modo, apenas com a reestruturação da imprensa oposicionista, na transição para a década de 1920, o movimento operário volta a fazer parte das pautas jornalísticas de oposição, ocasionando ainda a estreia de jovens jornalistas à frente de minúsculos jornais de vida efêmera. João Café Filho constitui-se como um desses sujeitos. Por meio do seu *Jornal do Norte* passou a criticar as ações do governo de Antônio de Souza e a conclamar os operários à luta.

A década de 1920 inicia-se com uma crise de representatividade das famílias potiguares. Nem Albuquerque Maranhão nem Bezerra de Medeiros encontravam-se na liderança do Partido Republicano: o ex-desembargador Ferreira Chaves, “cria” política dos Maranhão, era o chefe incontestado da situação. Instituiu, ao longo de sua carreira, uma rede de contatos no âmbito federal e estadual, que lhe deu suporte para dismantelar a estrutura de poder alicerçada por Pedro Velho. Conseguiu que seu sucessor, Antônio de Melo e Souza, assumisse o governo do estado para o período de 1920-1924. No entanto, nesse momento de transição, José Augusto Bezerra de Medeiros, herdeiro político do coronel José Bernardo⁷⁶, reestrutura aos poucos as lideranças do Seridó, e, com os contatos travados como deputado na capital federal, estabelece uma trama de alianças que o catapultou como figura de líder dos republicanos.

O movimento operário aos poucos ia se estruturando em entidades profissionais. Nessa direção, a Liga dava o apoio político e intelectual importante para que muitos trabalhadores se organizassem em entidades de classe. A União de Sapateiros (1920), Centro de Chauffers (1923) e Sociedade de Estivadores do Potengi (1923) foram algumas dessas entidades surgidas nesse momento.⁷⁷ No vácuo deixado pela morte de Augusto Leite (1921), aparecem novas lideranças operárias, contestando não somente a exploração dos trabalhadores mas

⁷⁶ Antiga liderança do Seridó, ocupou importantes cargos tanto no período imperial quanto no regime republicano, sendo vice-presidente da província em 1882-1884 e senador pelo Rio Grande do Norte entre os anos de 1890 a 1907. Figura de destaque para se entenderem as articulações entre as diferentes lideranças políticas e a família Maranhão no início do período republicano. Ver: LINDOSO, José Spinelli. *Coronéis e oligarquias na Primeira República*, 2005.; SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008.

⁷⁷ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 118-119.

também toda a estrutura de poder que alicerçava a Primeira República. João Fernandes Café Filho, gradualmente, foi preenchendo esse espaço vazio.

1.3 A greve de 1923

Com o desmantelamento da liderança da família Maranhão, a imprensa de oposição tomou um novo fôlego. O *Jornal do Norte* de João Café Filho fez parte desse movimento de renovação. Ainda advogando as causas dos pobres, editou esse semanário, cuja primeira publicação circulou nas ruas da capital potiguar no dia 17 de junho de 1921. Seu primeiro artigo, “O que vamos fazer?”, apresentou os objetivos e a linha editorial desse periódico e se autointitulou como “semanário político-independente, noticioso e dedicado especialmente às classes conservadoras”. Porém, que classes conservadoras seriam essas? As defendidas por esse jornal constituíam-se nas classes que trabalhavam para conservar as partes sãs da pátria, da sociedade e da família. Em suma, os conservadores eram aqueles que desejavam depurar as instituições republicanas e que estavam decepcionados com os rumos da República Brasileira, “onde meio-cento de felizardos monopolizam posições de mando”.⁷⁸

O corpo editorial, por sua vez, possuía um caráter nacionalista afirmando que não estava naquele espaço para defender exclusivamente os interesses regionais, mas para prestar também serviços ao país interferindo nos negócios de política nacional. Em outro artigo, intitulado “Carta a Epitácio Pessoa”, vê-se essa interferência por meio do comentário tecido pelo jornalista autor da carta, na qual explana suas impressões sobre o então presidente da República, que inicialmente lhe despertou admiração e respeito por se tratar de um paraibano, de um nordestino que conhecia as misérias regionais. No entanto, ao iniciar seu governo, foram observados os vícios do antigo sistema, sendo, então, o presidente acusado de mal-usar o dinheiro público. Sua descrição conta que a raiva entre os populares era tão grande que uma encomenda remetida à sua esposa na Paraíba fora substituída por “chinelos velhos, tamancos, sabugos de milho e areia do cemitério”. Alcinhavam Epitácio Pessoa de satanás de cartola, cruel e impatriótico, entre outros apelidos. As medidas financeiras de Pessoa eram criticadas por Caio Vinício, autor do artigo, que apontava duas saídas radicais para o presidente se livrar dos seus problemas: “abandonar o posto que lhe proporcionou o ridículo, ou meter uma bala no ouvido”.⁷⁹

⁷⁸ JORNAL DO NORTE, Natal, 17 jun. 1921.

⁷⁹ JORNAL DO NORTE, Natal, 17 jun. 1921.

Na leitura do jornal de Café Filho, o descontentamento de certos setores urbanos com a estrutura oligárquica tornava-se aparente. Suas críticas assinalavam não apenas o grupo oligárquico no poder no exato momento mas também toda a estrutura política que servia de apoio para a manutenção do *status quo* reinante. O *Jornal do Norte* surgiu, dessa forma, como um instrumento de denúncia e de ataque direto ao situacionismo nos âmbitos municipal, estadual e federal. Seu principal modelo de nação seriam os Estados Unidos (EUA), lugar onde o federalismo realmente funcionava, onde facções diferentes se alternavam no poder, lutando de forma limpa, sem os processos fraudulentos existentes no Brasil.

Esse jornal constituiu-se como um espaço de sociabilidade, em que jovens das classes médias discutiam e divulgavam suas ideias para o público. Quase ao mesmo tempo que apareceu esse jornal, outros pequenos periódicos circularam na capital potiguar. *A Notícia* (1921) de Kerginaldo Cavalcanti e *A Folha do Povo* (1923) de Sandoval Wanderley foram alguns deles. Embora o primeiro tenha nascido sob o beneplácito do governador Antônio de Souza⁸⁰, e o editor do outro tenha servido à família Maranhão ao trabalhar em dois outros periódicos, *O Combate* e *A Opinião*⁸¹, esses dois jornais também se posicionaram como espaços para se pensar a política desamarrada das traves postas pela estrutura partidária de então. Kerginaldo Cavalcanti e Sandoval Wanderley, aos poucos, aproximavam-se dos ideais e das ações de Café Filho. Esses jornais funcionaram como uma rede de formação e troca de ideias. Neles, podem ser observados os anseios e as ações de grupos ligados aos setores médios urbanos, assim como apreender-se a visão que esses grupos construíam sobre outros atores sociais.

O jornal de Café apresentava uma determinada visão de mundo e de República que se diferenciava da composta pelo Partido Republicano da época. A ascensão de Ferreira Chaves (1914-1920) e Antônio de Melo e Souza (1921-1924) ao governo do estado representou uma mudança na liderança política do estado, antes capitaneado pelas redes de alianças tecidas pelos Maranhão. Mudaram-se os “donos do poder”, mas a estrutura eleitoral pouco se transformou. O jogo de alianças e conchavos era imprescindível para se ganhar as eleições e esses dois governadores mantiveram-se no poder graças a uma aliança bem estabelecida com os coronéis da região do Seridó.

Nesse sentido, o *Jornal do Norte* pensava uma República nos moldes dos Estados Unidos. Por conseguinte, federalismo e troca de poder seriam as ferramentas ideais para a

⁸⁰ A NOTÍCIA, Natal, 13 maio 1921.

⁸¹ *O Combate* e *A Opinião*, periódicos ligados à família Maranhão que surgiram por ocasião do rompimento com Ferreira Chaves, instituíram-se como dois órgãos oposicionistas às atividades do novo líder do Partido Republicano.

constituição de um regime verdadeiramente democrático. Café reclamava em seu periódico da participação política restrita a alguns poucos elementos da sociedade. Em suas páginas, vê-se o clamor por ampliação dos direitos políticos para outros grupos sociais além das grandes famílias proprietárias de terras e seus agregados.

Por ocasião das eleições de 1922, Café Filho e seu jornal engajaram-se na campanha de Nilo Peçanha para a presidência da República, que se levantou como oposição ao candidato da situação Artur Bernardes. Essa oposição ficou conhecida como Reação Republicana. Foi uma das poucas vezes durante a Primeira República que se assistiu a uma campanha tão renhida, que movimentou principalmente os centros urbanos nacionais, provavelmente devido à presença nesses espaços de setores sociais que até então não tinham muita representatividade política.

A campanha nilista⁸² foi pautada por apresentar um discurso liberal em defesa do saneamento da política brasileira, desenvolvendo propostas como fortalecimento das forças armadas, maior independência entre os três poderes e promessa de inclusão dos direitos trabalhistas, o que atraiu sobremaneira os militares, as classes médias e os operários. Não obstante, sua maior força adveio das oligarquias dos estados de segunda grandeza. Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro resolveram lançar um candidato próprio a despeito do concorrente escolhido pelos demais estados da federação. Assim, Nilo Peçanha foi o nome escolhido por causa de sua popularidade entre os setores urbanos e suas alianças políticas. Essas oligarquias dissidentes não queriam modificar a estrutura política de então; embora a Reação Republicana representasse alguns ideais progressistas, o principal objetivo dessas lideranças era melhor distribuir as benesses clientelistas federais.⁸³

No Rio Grande do Norte, *A República* arvorou-se como defensora dos interesses da situação. O Partido Republicano potiguar, embora seguindo uma nova liderança, continuava conectado a uma rede de sociabilidades que garantia a perpetuação da situação nos diferentes estados do país e na presidência da República. O periódico oficial do governo do Rio Grande do Norte era o responsável por construir uma boa imagem de Artur Bernardes. Com isso, mudavam-se as lideranças, embora os acordos entre as esferas do poder permanecessem: o partido estadual ajudava a eleger deputados e senadores favoráveis ao presidente que, por sua vez, auxiliava a liderança política estadual a manter sua posição de mando, que também era alicerçada pelas lideranças espalhadas no interior do estado.

⁸² Nilista era a forma como as fontes se referiam aos partidários do político carioca Nilo Peçanha.

⁸³ FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 13-14, 1993.

Natal, com seus 30.696 habitantes, assistia à emergência de setores médios ávidos por mais representatividade, como os grupos operários, que buscavam mais direitos e uma melhor qualidade de vida. Nesse cenário, a campanha nilista surgiu para agitar os ânimos da cidade e do estado. O *Jornal do Norte* passou a fazer progressiva campanha a favor de Nilo Peçanha e o periódico *O imparcial*, órgão de José Eduardo Macedo Soares, noticiava no Rio de Janeiro a movimentação política dos líderes nilistas no Rio Grande do Norte. Na época, Café Filho, Kerginaldo Cavalcanti, Américo Pinto e o coronel José Mesquita percorreram o interior do estado propagando a campanha de Nilo Peçanha. Em edição de 30 de novembro de 1921, o jornal carioca noticia um “comício monstro” na capital potiguar, liderado por Café Filho e Kerginaldo Cavalcanti, que apontou a chapa de Nilo Peçanha e J. J. Seabra como a única capaz de representar as aspirações populares. Em outro comício realizado em dezembro, uma multidão de seis mil pessoas, segundo o jornal *O Imparcial*, ovacionaram os nomes de Nilo Peçanha, de J. J. Seabra⁸⁴, de Borges de Medeiros, do *Jornal do Norte* e de outros próceres nilistas.⁸⁵

Nesse caso, jornais constituíram-se espaços privilegiados, onde os grupos se reuniam para debater e difundir suas cosmovisões. Os periódicos foram uma importante arma de promoção de ideias, assim como um espaço de aglutinação de determinado grupo. Café Filho, com o *Jornal do Norte*, e Eloy de Souza com *A República*, representavam determinadas culturas políticas: de um lado o *Jornal do Norte*, paradigma dos setores médios urbanos – funcionários públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes e industriais – que não se sentiam representados pelos políticos republicanos de então, e desejavam participar mais ativamente da vida eleitoral do país; de outro, Eloy de Souza, um jovem político ligado às lideranças situacionistas, que tendiam à manutenção do *status quo*, estava inserido em uma complexa rede de dependências que o ligava a lideranças regionais e nacionais.

Não obstante o sistema eleitoral que tendia à manutenção dos grupos dominantes em cada estado, a estabilidade era algo complexo de se conseguir. Nesse caso, uma complicada rede de alianças e troca de favores mantinha coeso todo o sistema, era uma frágil teia que unia desde o chefe político municipal até o presidente da República. O eixo de poder, dessa forma, encontrava-se descentralizado, não era São Paulo e Minas Gerais que dominavam incontestes, eles precisavam convencer e fazer concessões aos grupos políticos dos outros estados para garantir apoio para seus projetos políticos. Por conseguinte, um jogo de tensões e contratensões processava-se entre os grupos políticos espalhados pelo Brasil, uma vez que o

⁸⁴ Político baiano, candidato a vice-presidente na chapa da Reação Republicana.

⁸⁵ O IMPARCIAL, Rio de Janeiro, 28 dez. 1921.

domínio dos paulistas e mineiros não era tão sólido assim. Apesar disso, a vitória de Artur Bernardes demonstrava que as antigas lideranças ainda conseguiam convencer: o Partido Republicano Federal permanecia no topo da teia de favores e relacionamentos.

O situacionismo, mais uma vez, saiu vencedor, todavia, a oposição, então mais articulada, não se convenceu facilmente da vitória governista. Acusava-se o governo de fraudes e corrupção. Café Filho, por sua vez, protestava por escrito contra as eleições em diversos municípios potiguares, as quais transcorreram sem a presença de fiscais da oposição.⁸⁶ No ano de 1922, com o passar dos meses, o clima de tensão foi aumentando. Em maio desse mesmo ano, Café Filho, em telegrama endereçado a Nilo Peçanha e J. J. Seabra, pôs-se à disposição deles, caso a liberdade da pátria fosse ameaçada.

Em Pernambuco, bernardistas e nilistas perturbavam a paz da cidade. Por essa razão, dois mil homens das forças de segurança foram encaminhados para conter os ânimos nesse estado. Ao passar pelo território potiguar, os soldados advindos do Ceará receberam exemplares do *Jornal do Norte* com o seguinte boletim:

Cidadão soldado! Sabeis para que fostes chamado a Recife? Para irdes contra os vossos irmãos do povo. Sabeis por que ordens os Tyranos vos mandam à heroica capital de Pernambuco? Para abafares a voz da liberdade contra a prepotência. Nunca o fuzil do soldado brasileiro devera assassinar o povo donde ele sae. O povo glorioso é nilista contra Bernardes.⁸⁷

Café Filho e seu grupo da imprensa inflamavam os ânimos da soldadesca. O termo nilista era sinônimo de povo. Mesmo com poucos avanços trabalhistas presentes no discurso de campanha desse grupo, isso já era suficiente para que se fizesse essa associação. Contrários ao povo, estavam os bernardistas, os quais ordenavam a matança entre irmãos. Observa-se, assim, a delimitação de distintas concepções sobre a política. De um lado, encontram-se os bernardistas, partidários de uma visão política que preza o consenso entre os grupos que formam o Partido Republicano Federal em cada estado, corrente cuja política da troca de favores institui-se como *ethos*; de outro, localizam-se os nilistas, que formaram uma ampla frente, composta por oligarquias dos estados de segunda grandeza, dissidentes, setores urbanos e militares, cada um dos quais com críticas singulares à estrutura política de então.

À medida que ganhava mais visibilidade, seja por meio do jornal seja por suas atividades no direito, Café aglutinava em torno de si os desejos de outros grupos

⁸⁶ O IMPARCIAL, Rio de Janeiro, 1º abr. 1922.

⁸⁷ O COMBATE, São Paulo, 27 maio 1922.

desfavorecidos. Devido ao crescimento da popularidade do seu grupo, em setembro de 1922, conseguiu se eleger juntamente com mais quatro companheiros – Pedro Dias Guimarães, Joaquim Lucas, Deolino Lima e Albino Borges – para a Intendência de Natal. O apoio dos operários e das pessoas mais simples foi imprescindível para sua vitória.⁸⁸

Com a vitória desse grupo, o jornal paulista *O Combate* demonstrou-se impressionado. Em matéria de capa, exibiu sua surpresa e sob o título de *Caso raro*, teceu o seguinte comentário: “[...] cá por esses Brasis, onde ‘a vida tem mais encantos’, segundo o poeta. Um governador que permite a eleição de adversários! E não protege fraudes [...]”.⁸⁹ Para o jornalista, o governador Antônio José de Melo e Souza era um exemplo a ser seguido, pois orientou os seus correligionários a observar com escrúpulos a campanha. No entanto, em suas memórias, Café lembrou que dos cinco eleitos, somente Deolino Lima, membro da *Liga Operária*, e Albino Borges realmente tomaram posse, os outros foram impedidos por causa de suas atividades oposicionistas.

Por meio de suas atividades, Café adentra paulatinamente o imaginário político da população natalense chamando a atenção principalmente dos trabalhadores urbanos. Porém, por que os trabalhadores aceitaram Café Filho como uma de suas lideranças? Que trabalhadores o elegeram como líder? Os trabalhadores potiguares não se constituíam em uma comunidade homogênea; nessa relação, existiam diferentes anseios e concepções de mundos dispares que guiavam esses indivíduos que a sociedade denominava de operários ou artistas.

A Colônia de Pescadores José Bonifácio, por exemplo, compôs um espaço no qual confluíram diferentes tendências políticas. Pouco mais de cem pescadores resolveram se unir em uma cooperativa em 1920 para exercer atividades em benefício comum às demandas do grupo. Já no ano de 1922, a colônia contava com uma estrutura sólida, possuía sede própria e escolas primárias para a educação básica dos filhos dos pescadores. Na época, seu presidente era Lauro Botelho Fagundes. Aparentemente, eles não se contrapunham aos interesses políticos do Partido Republicano, cultivavam boas relações com o jornal *A República*, com o chefe de polícia, com a Igreja Católica e com os trabalhadores do Centro Operário.

Ademais, alguns de seus membros tiveram a iniciativa de empreender uma travessia marítima entre Natal e Rio de Janeiro. Dessa feita, o grupo foi recebido com entusiasmo e admiração pelos setores situacionistas do estado. Era a homenagem que os pescadores faziam à pátria brasileira por ocasião do centenário da independência do país. Depois de 21 dias de sua partida de Natal, esses pescadores chegariam intactos à capital da República, onde foram

⁸⁸ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 43.

⁸⁹ O COMBATE, São Paulo, 15 set. 1922.

recebidos com festividade. A notícia de sua chegada provocou entusiasmo em Natal: um préstito percorreu em júbilo as ruas do centro da capital potiguar empunhando bandeiras do Brasil e da Associação José Bonifácio; lideranças políticas e jornalistas discursaram sobre o feito em diferentes pontos da cidade.⁹⁰ A vitória dos pescadores era comparada à Odisseia de Ulisses: venceram as adversidades do mar e se fizeram representar na capital federal. Para a imprensa situacionista, mais do que pescadores em uma distante cidade do sul, eram norte-rio-grandenses presentes no coração da pátria do Brasil.

No entanto, essa associação não era unânime nas homenagens aos “bravos heróis do mar”. Em meio às comemorações pelo audacioso feito dos pescadores, um grupo de dissidentes tomou a associação para si, após a renúncia, por motivos desconhecidos, do sr. Botelho Fagundes. Pelo seu estatuto, o secretário deveria assumir, no entanto, um grupo de pescadores elegeu o advogado e jornalista Café Filho como seu novo presidente. Embora a Capitania dos Portos exigisse a saída de Café da presidência e a desocupação do prédio, ele ficou à frente dos dissidentes e de posse do prédio entre os meses de novembro e outubro de 1922.

As forças de segurança resolveram agir. Assim, quebrando o habitual silêncio das madrugadas natalenses, dois regimentos da força de segurança pública avançaram e, sob as ordens do primeiro-tenente Glycério Cícero, infantaria e cavalaria investiram em marcha pelas ruas da capital em direção ao bairro das Rocas com a finalidade de desapropriar o prédio da colônia José Bonifácio, onde se entrincheiravam cerca de cem indivíduos, entre pescadores e não membros do grupo. Boatos espalharam-se pela cidade: alguns afirmavam que encontravam os amotinados fortemente armados; outros mais efusivos falavam de cargas de dinamites entre os pescadores.⁹¹ Depois de algumas horas de cerco e negociações, os amotinados resolveram se entregar. Muitos se evadiram do local. Café e 45 pescadores foram encaminhados para a delegacia de polícia do bairro da Ribeira.

A Colônia de Pescadores José Bonifácio era um espaço que estava subordinado às exigências do *establishment* potiguar. No seio dessa instituição, travavam-se batalhas entre múltiplas concepções políticas e sociais. As rachaduras do grupo tornavam-se aparentes: os pescadores não eram apenas os felizes patrióticos que homenageavam a Independência, eram também aqueles marginalizados pelo sistema, precarizados em seus direitos. As lideranças não mais respondiam aos anseios dos seus membros tendendo a desmorrar. Certamente, a atuação de Café Filho, como jornalista de oposição e advogado dos mais pobres, foi

⁹⁰ A IMPRENSA, Natal, 24 set. 1922.

⁹¹ JORNAL DO RECIFE, Recife, 24 out. 1922, 27 out. 1922, 9 nov. 1922, 14 dez. 1922.

responsável pela simpatia nutrida por esse grupo de pescadores; pois, o novo líder “eleito” para desempenhar um papel de opositor, talvez, respondesse melhor às demandas do grupo.

Esse foi o “nascimento” escolhido por Café, ao lado dos mais humildes, cercado pela polícia. Café Filho e seu grupo, para sobreviver, necessitavam de uma sólida base de sustentação. Por isso, eles se especializaram pela cidade, procurando conquistar, simbólica e fisicamente, certos espaços da urbe. A presença física e o domínio simbólico do bairro das Rocas garantiriam um importante reforço na luta contra o situacionismo local e pela busca do saneamento das instituições republicanas. A Colônia de Pescadores instituiu-se como um importante espaço que garantiria a infiltração e o domínio do populoso bairro das Rocas.

A sublevação nas Rocas foi interpretada como um movimento guiado exclusivamente por Café Filho, já que a imprensa menosprezou a participação ativa dos pescadores no movimento. Aparentemente, no universo dos editores e jornalistas, os mais humildes eram incapazes de promover uma agitação de tamanha magnitude. O próprio Café Filho também não conseguia enxergar o papel ativo dos pescadores na movimentação. Segundo ele mesmo, sua liderança foi responsável por arregimentar os pescadores. Ambos os lados não conseguiam distinguir a experiência dos próprios pescadores, a história de vida dos amotinados não era importante. As narrativas de Café e da imprensa foram entretecidas a partir das percepções de vida e do modo como organizavam suas experiências, particularizando um acontecimento coletivo e cristalizando a imagem do jornalista como ícone da resistência ao mandonismo.

O *Jornal do Recife*, por sua vez, acompanhou de perto os acontecimentos na capital potiguar. Os seus artigos esboçaram um Café Filho dominador e extremamente ativo no decorrer dos acontecimentos, enquanto apresentava os pescadores como sujeitos passivos e dominados, com enunciados do tipo: “um pescador aliciado por Café violou o edifício”⁹²; “Café Filho que contra os estatutos e aproveitando-se da cegueira moral dos pescadores analfabetos elegera-se presidente”.⁹³ No entanto, os pescadores possuíam suas próprias demandas, escolheram um novo líder que, em seu julgamento, representaria melhor a entidade. Possivelmente, os antigos dirigentes ligados às estruturas de poder estatal não conseguiam perceber os anseios individuais dos pescadores.

Nesse processo, o grupo de pescadores não formava uma identidade homogênea, como mencionado, várias tendências confrontavam-se no seio dessa associação. Quando Café foi preso, ao lado de 45 pescadores, ao contrário do que afirmou em autobiografia, não conseguiu

⁹² JORNAL DO RECIFE, Recife, 27 out. 1922.

⁹³ JORNAL DO RECIFE, Recife, 9 nov.1922.

libertar todos os envolvidos no incidente. Dois moradores das Rocas, Manoel Lins (vulgo Bate Pestana) e Luiz Absalão Silva, não tiveram o mesmo destino que os demais e permaneceram presos. O primeiro foi acusado por porte de dinamites e o segundo foi mantido preso porque “catequizava os pescadores e os induzia a revolução”.⁹⁴

Que revolução era essa? As fontes não são claras; porém, pode-se considerar que a acusação pesada sobre o pescador referia-se à “doutrinação” do credo comunista. Em março de 1922, foi fundado, na cidade de Niterói, o Partido Comunista do Brasil. No entanto, após três meses de funcionamento, foi posto na ilegalidade pelo presidente Epiácio Pessoa (1919-1922), e as autoridades potiguares, seguindo orientações nacionais, deveriam estar atentas à propagação do comunismo entre os trabalhadores. Por pregar a revolução contra a ordem estabelecida, Absalão teve uma sina diferente de seus companheiros: permaneceu preso enquanto os outros pescadores, que estiveram ligados a Café e também participaram da sublevação das Rocas, foram libertados.

O bairro das Rocas estabelecia-se como o espaço por excelência dos trabalhadores pobres de Natal, onde tendências políticas guerreavam pelo monopólio da palavra operário. Na época, diferentes grupos procuravam liderar os trabalhadores urbanos, em uma cidade que crescia com levas de emigrantes que chegavam fugindo da seca. Eles lentamente iam se constituindo como importantes atores no jogo político de então. Nesse cenário, a aparente harmonia existente entre trabalhadores e líderes do Partido Republicano escondia a composição de grupos com pensamentos muitas vezes antagônicos. O Centro Operário e a Liga estavam vinculados ao situacionismo da época. Desde a queda dos Maranhão e a realocação de quadros da oposição, suas assembleias prestigiavam os líderes políticos Ferreira Chaves, Antônio José de Melo e Souza, Juvenal Lamartine e José Augusto, que eram sempre lembrados por essas duas entidades em suas festividades. Apesar disso, a explosão demográfica de Natal nos anos 1920 possibilitou a formação de duas cidades distintas, ou seja, embora permanecessem interligadas por suas ruas e pelo trânsito de pessoas que afluíam de um lado para o outro, duas regiões se delimitaram: um centro e sua respectiva periferia.

De um lado, tinha-se a urbe da Cidade Alta, de Petrópolis, da Ribeira e do Tirol, com suas elegantes residências, pujantes centros comerciais e com concorridíssimas praças de esportes para o lazer dos mais jovens. Do outro, os periféricos bairros do Alecrim e das Rocas, com seus areais onde viviam os operários. Comparado com as Rocas, o bairro do Alecrim apresentava uma melhor infraestrutura, já que o traçado de suas ruas seguia as dos

⁹⁴ JORNAL DO RECIFE, Recife, 9 nov. 1922.

bairros centrais de Natal. Em visita a Natal, Mario de Andrade se surpreendeu com a largura das ruas desse bairro periférico, “[...] todas com o duplo de largura da rua comum paulistana”.⁹⁵

Por sua vez, a infraestrutura do bairro das Rocas era mais precária. Suas ruas apertadas e mal traçadas abriam caminho por um espaço comprimido entre o rio Potengi, o mar e o restante da cidade. Em seu relato autobiográfico, Café descreve as Rocas como ambiente da miséria: trabalhadores do mar e do porto moravam ali em casas cobertas de palhas ou de folhas de flandres; várias dessas casas abrigavam a promiscuidade, sendo difícil definir uma casa como residência de uma família. Nelas, crianças, mulheres grávidas e mulheres velhas – desgastadas pelo tempo e pela maresia – eram continuamente atacadas por verminoses, dando a impressão de que aquela gente “chafurdava” com os bichos. Na época de chuva, as águas inundavam as pobres habitações e toda aquela miséria aparecia com maior nitidez.⁹⁶

Quanto aos operários, viviam comprimidos nos espaços que sobravam da cidade entre os locais de trabalho e os demais espaços da cidade. As Rocas era um lugar privilegiado para diferentes categorias profissionais: facilitava o trabalho dos pescadores por estar próximo ao mar, e dos estivadores, barcadiços e catraieiros, por também estar perto do porto. Além disso, a pouco mais de um quilômetro do centro do bairro, encontrava-se a fábrica de tecidos, um dos principais estabelecimentos industriais da cidade. Embora localizado no centro das atividades econômicas, o rendimento mensal dos indivíduos que ali moravam era baixíssimo, geralmente todos os elementos do grupo familiar necessitavam trabalhar para garantir o seu sustento. Ainda que Natal apresentasse um padrão de vida inferior ao proporcionado em outras capitais do Brasil, o que os trabalhadores recebiam mal dava para comprar os gêneros de primeira necessidade.

O bairro das Rocas era um foco permanente de tensão na cidade, pois lá se concentrava a miséria, a falta de infraestrutura urbana, a propagação de ideias socialistas e comunistas e, finalmente, um contingente de trabalhadores que tinham acesso a poucos direitos trabalhistas. Para conter os ânimos de seus moradores, agitados desde os acontecimentos na colônia José Bonifácio, o chefe de polícia, Sebastião Fernandes de Oliveira, proibiu qualquer tipo de protestos nesse bairro. Comícios e outras manifestações a partir de então só poderiam ser realizados na praça Pio X, no bairro de Petrópolis, com prévio

⁹⁵ ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*, 2002. p. 233.

⁹⁶ Sobre o espaço das Rocas nos anos 1920, ver o livro de memórias de Café Filho, *Do Sindicato ao Catete* (1966); o relato etnográfico da viagem de Mario de Andrade a Natal em *O Turista Aprendiz* (2002); e os livros do literato Moacyr de Góes, *Entre o rio e o mar* (1996) e *Chão das almas* (2005).

aviso às forças policiais.⁹⁷ Essa medida visava a limitar os movimentos organizados por Café Filho, que já se estabelecia como a principal liderança dos trabalhadores das Rocas. Seus comícios, com ampla afluência de pescadores e trabalhadores humildes, atacavam com violência os poderes constituídos. Determinar o local de acontecimentos das manifestações era uma estratégia para afastá-lo de seus correligionários, composta, em sua grande maioria, por moradores do bairro das Rocas.

Os trabalhadores do mar foram os primeiros a aderir a nascente cafeísmo, pois viram nas propostas do jovem advogado uma esperança de mudança de vida. Assim como os pescadores, os portuários também se mostraram favoráveis às tendências políticas de Café Filho, sendo cada vez mais atraídos pelas suas atividades jornalísticas opositoras e a defesa dos menos favorecidos nos tribunais. Nessa direção, o extenuante trabalho e as péssimas condições de vida, somados aos contatos com ideias trazidas pelos navios de diferentes lugares, formavam categorias profissionais heterogêneas que se fortaleciam a partir do intenso processo de questionamento das estruturas sociais. Dessa forma, o porto constituía-se em um espaço propício para a difusão e criação de novas formas de ver e entender o mundo, pois ali era o local onde, além de se trocarem mercadorias, trocavam-se ideias.

Por conseguinte, as tensões do bairro operário das Rocas desembocavam na insatisfação no meio portuário, fabril e comercial de Natal. Existia uma ligação intersticial entre esses espaços. Nos bares, nos terreiros e nas festas de boi das Rocas, os trabalhadores de diferentes profissões certamente discutiam, entre um gole e outro de sua aguardente preferida, suas preocupações, seus dilemas e suas visões de mundo. As ideias que aportavam nas Rocas modificavam-se a partir das relações travadas entre seus habitantes. Assim, quando chegavam aos operários norte-rio-grandenses, elas eram digeridas e modificadas a partir das experiências pessoais dos trabalhadores.

Na sociedade, nenhuma classe social escapa da dependência que tem para com as outras. Os indivíduos estão interligados entre si, cada um deles sofrendo influências ao mesmo tempo que se tornam também formadores de opiniões. Nessa perspectiva, a proximidade geográfica de modo conjunto com o enfrentamento de problemas partilhados pelos diversos grupos ia tecendo uma afinidade entre os trabalhadores mais pobres. Em um mesmo casebre de madeira apertado, podia-se encontrar um avô pescador, um filho estivador e um neto tipógrafo⁹⁸, cada qual com suas especificidades profissionais contribuindo para

⁹⁷ JORNAL DO RECIFE, Recife, 14 dez. 1922.

⁹⁸ Exemplo de núcleo familiar inspirado na personagem principal do livro *Chão de Almas* (2005), de Moacyr de Góes.

acirrar as tensões entre os operários e os dirigentes políticos. Com isso, os discursos cafeístas de saneamento das instituições republicanas e de mais representatividade política para as classes desprivilegiadas somaram-se à emergência de uma legislação trabalhista indo ao encontro do que esses operários discutiam entre si, no trabalho, em suas residências ou nos seus poucos espaços de lazer.

Desse modo, a aparente harmonia entre os trabalhadores e as elites políticas noticiadas pelos periódicos não existia. Uma profusão de ideias e interesses circulava em diferentes espaços de sociabilidade na capital norte-rio-grandense, cada qual em busca de impor sua maneira de organização social. Os jornais, o porto, a colônia de pescadores e as outras associações operárias colocaram-se como uma rede de sociabilidades que davam vazão às incongruências do sistema político. Como resultado, as associações dos trabalhadores e das classes médias uniram-se por um objetivo comum: o de desestruturar as oligarquias.

As crises são momentos únicos que, além de desnudar as aparentes impressões de harmonia e de consenso social, constituem-se em uma ocasião privilegiada para se perceber minuciosamente a atuação dos sujeitos históricos individuais. Como afirma a historiadora Emília Viotti da Costa: “crises são momentos de verdade”, isto é, elas trazem à tona os conflitos subterrâneos que a vida diária esconde.⁹⁹

Como os sujeitos se comportam em momentos de crise? Como escolhem um lado? Como narram os acontecimentos? São questões importantes para problematizar momentos de efervescência. Uma análise mais detalhada das crises demonstrará as ranhuras existentes no tecido social, visto que conflitos se escondem por trás dos protocolos da vida cotidiana revelando grupos que se apresentam coesos, mas que mostram suas fragilidades e se rompem quando tensionados demais durante uma crise.

A normalidade tinha retornado à cidade de Natal nos primeiros meses de 1923. A Colônia de Pescadores José Bonifácio, cumprindo as ordens da Capitania dos Portos à qual estava hierarquicamente ligada, foi entregue à presidência de Firmo Moura, pessoa de confiança das autoridades náuticas. Os portuários, nesse processo, continuaram suas atividades diárias com o transporte de mercadorias que entravam e saíam dos navios. Os operários da fábrica de tecidos seguiam o ritmado trabalho das máquinas de fiar. A Liga Artístico-Operária homenageava o governador Antônio de Souza com o título de sócio benemérito pelos valorosos serviços prestados à causa operária. O cotidiano retornara à pacata cidade.

⁹⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião de escravos em Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Kerginaldo Cavalcanti e Café Filho tentavam em vão abrir o bloqueio que os impedia de assumir cargos eletivos. Para tanto, recorreram ao Supremo Tribunal Federal em busca de um *habeas corpus* que autorizasse Café a fazer parte dos trabalhos de reconhecimento dos poderes dos intendentes de Natal para o triênio de 1923 a 1925, já que era suplente, o que foi prontamente negado pelo Supremo Tribunal Federal, controlado por elementos partícipes do jogo político oligárquico. Essa derrota não abalou os ânimos de Café, que intensificou as ações junto ao operariado. Em suas memórias, Café Filho relatou que “seguir rumos violentos” era o único modo de sobreviver politicamente aos “dominadores do Estado”.¹⁰⁰

Embora o cotidiano não mostrasse, os trabalhadores de Natal estavam insatisfeitos. Por conseguinte, em março de 1923, a ilusória harmonia de classes desmoronou-se. Diversas categorias profissionais viram na liderança de Café Filho a esperança de conseguir melhoras em suas condições de vida e trabalho. Os carregadores, contando com a ajuda desse advogado, organizaram-se em uma entidade de classe e exigiram o aumento do preço pago por seus serviços. Como não tiveram seu pedido atendido, resolveram parar suas atividades. A essa greve, seguiu-se a paralisação dos trabalhadores dos armazéns. A greve dessas duas categorias prejudicava o abastecimento comercial da cidade.¹⁰¹

A partir de então a greve rapidamente espalhou-se por outras categorias profissionais. Sob o pretexto de aumento salarial, dias após a deflagração de greve dos carregadores, as trabalhadoras da fábrica de tecidos estacionaram as máquinas dessa indústria. Estivadores, jornaleiros, padeiros e trabalhadores ferroviários, em solidariedade, também aderiram ao movimento.

A cidade de Natal encontrava-se estagnada, a maioria dos seus trabalhadores achava-se em greve. Nas praças da cidade, Café discursava para trabalhadores atentos. Sua ação como jornalista de oposição, advogado e agitador de comícios conferiu-lhe legitimidade na sua liderança do movimento. Exortava os trabalhadores a pararem suas atividades. A esse respeito, em suas memórias ele discorre que essa paralisação ocorreu devido ao poder mágico que a expressão “aumento salarial” exercia sobre os amotinados.

Guiados pelo mantra do aumento salarial, os trabalhadores pararam. No entanto, esse movimento mostrou algo muito mais profundo, isto é, demonstrou as contradições internas do sistema político da Primeira República. Esses operários sem voz, pela primeira vez tiveram um canal de representatividade: nas ruas e nas praças da cidade evidenciaram sua força

¹⁰⁰ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 44.

¹⁰¹ A IMPRENSA, Natal, 25 mar. 1923; JORNAL DO RECIFE, Recife, 5 abr. 1923; CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 44-45.

política parando momentaneamente a economia da cidade. A associação comercial, na figura de seu diretor coronel Cascudo, cobrava das autoridades o controle da situação, visto que os comerciantes se encontravam prejudicados, pois estavam impossibilitados de vender e comprar; enfim, não podiam prosseguir em suas atividades diárias.

A pacífica capital potiguar lembrava uma praça de guerra, com operários gritando palavras de ordem, confusão e violência espalhadas pelo centro comercial da cidade. Aqueles que “furavam” a greve eram rechaçados pelos grevistas. Houve relatos de espancamentos de carroceiros e de assaltos a padarias impedindo sua produção normal.

A grande imprensa não conseguia entender o movimento. Para ela, a culpa de tudo que estava acontecendo era unicamente do jornalista Café Filho. Ele próprio também relata que era o grande responsável pela greve, que tinha convencido os operários a aderirem ao movimento. Sem dúvidas, Café desempenhou um papel importante na organização da agitação que se espalhava pelas ruas, praças e estabelecimentos comerciais e industriais da capital, suas qualidades oratórias eram reconhecidas; entretanto, sem o desejo dos próprios trabalhadores nada disso teria acontecido. As diferentes categorias profissionais, seguindo seus anseios individuais e coletivos, foram os sujeitos ativos da primeira greve geral de Natal.

A situação do trabalhador natalense era péssima: baixíssimos salários, miséria, pouca representatividade política e descrença nas antigas organizações operárias levaram as categorias a paralisarem suas atividades. As raivas e os desejos contidos nos corações e mentes desses trabalhadores fizeram da greve, sob a liderança de Café, uma oportunidade de explodirem de uma só vez. Infelizmente, as fontes não revelam os nomes dos operários que lideraram o movimento juntamente com Café, certamente uma teia de líderes o ajudava a orquestrar essa greve.

Os maltratados operários do porto, sujeitos a uma extenuante rotina de trabalho braçal; as mulheres da fábrica de tecidos, que enfrentavam uma dupla jornada de trabalho, entre o trabalho público, na fábrica, e o privado, cuidando dos afazeres domésticos e da criação dos filhos; os trabalhadores da panificação, em seu cotidiano ritmado por relações trabalhistas que não lhes davam suporte algum; carregadores e jornaleiros, à mercê das flutuações dos preços do seu trabalho que seus momentâneos patrões lhes ofereciam¹⁰², essas categorias profissionais momentaneamente se uniram por um objetivo comum. Os momentos de crise, como a greve geral de 1923, afloram noções e sentimentos que criam laços de identidade e

¹⁰² Sobre os trabalhadores de Natal na década de 1920, ver: SILVA, Marcos. *Erudições: o popular interpretado*. In: SILVA, Marcos. *Câmara Cascudo, Dona Nazaré de Souza & Cia: guerras do Alecrim*. São Paulo: Terceira Margem, Natal: EDUFRN, 2007.

simultaneamente fazem insurgir sentimentos que opõem grupos sociais contra os outros. As tensões entre os trabalhadores urbanos, patrões e lideranças políticas tornaram-se evidentes na deflagração desse movimento.

As antigas lideranças não conseguiram mais traduzir os anseios dos trabalhadores. Em meio à greve, que paralisava setores importantes da cidade, o Centro Operário e a Liga Artístico-Operária não fizeram menção ao movimento, uma vez que naquele momento estavam mais integrados às estruturas de poder do Partido Republicano não apoiando a greve dos seus “coirmãos”, que perturbavam a ordem e a tranquilidade. A Liga estava bastante ocupada com a inauguração de sua nova sede, contando com a presença ilustre de Sebastião Fernandes, chefe de polícia e sócio benemérito dessa instituição. Talvez seus dirigentes não tivessem tempo para se preocupar com questões secundárias, como uma intensa paralisação das atividades produtivas da cidade.

2 – QUEM FALARÁ PELO OPERÁRIO: CAFEÍSTAS, COMUNISTAS E GOVERNISTAS EM DISPUTA PELOS ESPAÇOS DO TRABALHADOR (1923-1930)

Andava armado, porém alarmado. Perscrutava as esquinas, os becos, as portas entreabertas, as ruas pouco transitadas, com sentimento temeroso. Alguns movimentos pareciam-me suspeitos e lúgubres e os vultos mais ou menos sombrios. De repente, de alguém mal identificado, poderia irromper o gesto algoz.

João Café Filho (*Do sindicato ao Catete*)

2.1 A fuga da repressão governista e a inserção de Café Filho na imprensa pernambucana

Por ocasião da leitura da Mensagem Anual no Congresso Legislativo Estadual, o governador Antônio José de Melo e Souza conceituou o movimento paredista de março de 1923 como uma ocorrência fundamentada em “detestável politicagem, competições pessoais, ambições demagógicas e similares”. Para ele, a “índole naturalmente pacífica do povo” somada à ação enérgica da polícia e da administração pública foram as responsáveis por conter a manifestação.¹⁰³ Repetindo o imaginário político da época, afirmava a passividade natural dos trabalhadores e acusava a politicagem e a demagogia de suas lideranças como as grandes responsáveis pelo conflito. Em outras palavras, Café Filho era o único responsável pela crise enfrentada.

Durante a greve, a cidade minguava sem pão, sem movimentação no porto, sem o funcionamento de uma única máquina da fábrica de tecidos. Com isso, o presidente estadual, Antônio de Melo e Souza, era pressionado pelos grupos patronais a tomar medidas mais drásticas que acabassem definitivamente com o movimento paredista, pois o estado de intranquilidade reinava na capital.

A resposta não tardou a vir: por meio da violência policial, a greve foi gradativamente controlada. No porto, o comandante Raul Elysio Daltro anulou a paralisação dos estivadores, obrigando-os, por meio de coação policial, a continuar os trabalhos. Na Tavares de Lyra, a cavalaria dispersou uma aglomeração de grevistas que impedia os fura-greves de trabalhar. Sebastião Fernandes, o chefe de polícia, comandou pessoalmente o regimento destacado para a proteção dos carregadores fura-greves. Vários pontos da cidade estavam sendo vigiados, os

¹⁰³ SOUZA, Antônio José de Melo e. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo*. Natal: Typografia d'A Republica, 1923. p. 38-39.

ajuntamentos eram dispersos e os fura-greves protegidos da fúria dos paredistas.¹⁰⁴ Antônio de Souza escolhia, dessa forma, a violência policial como diálogo com os grevistas. Era imperativo restabelecer a normalidade das atividades econômicas. Além dessas medidas, o governo resolveu a falta de pão buscando-o da vizinha Macaíba e o problema da escassez de mão de obra foi resolvido contratando pessoas do município de Currais Novos para trabalharem nas estivas e como carregadores.

Essa crise emergiu no último ano de governo de Antônio de Souza que, até então, fazia uma administração pautada na expansão da rede educacional do estado, sendo responsável, além da fundação de diversos grupos escolares, pela instituição da Faculdade de Farmácia de Natal, assim como da estruturação de uma escola técnica no bairro operário do Alecrim. Ele era muito apreciado nas festividades das duas principais entidades trabalhistas de Natal, a Liga e o Centro Operário, sempre recebendo menções ou convites para a participação dessas festas. Essas entidades perderam o ímpeto oposicionista que mantinham na década de 1910. Nessa época, apoiavam algumas greves e muitos dos que a ela estavam ligados militavam na oposição à família Maranhão. Esses elementos foram absorvidos no novo rearranjo político estruturado por Ferreira Chaves, que contava com cada vez mais ingerência dos seridoenses, capitaneados por José Augusto. A greve de março não contou com a participação de qualquer dirigente dessas entidades, nem se sabe se alguns de seus membros participaram ativamente das atividades paredistas, mas como instituição essas duas associações não se fizeram presentes na movimentação que parou os trabalhadores da cidade.

Embora Antônio de Souza fosse “filho” do núcleo familiar articulado por Pedro Velho, seguiu Ferreira Chaves no rompimento com a família Maranhão. Ele nasceu em 1867, na cidade de Papary, zona açucareira sob forte influência dessa família. Quando retornou de seus estudos da Faculdade de Direito do Recife, aproximou-se de um grupo de literatos ligados aos Maranhão, tornando-se a partir de então agregado a essa família. Foi promotor público, diretor de instrução, deputado estadual (1892-1895), redator de *A República* (1899-1907), senador (1908-1920) e governador pela primeira vez em 1907, eleito para completar o mandato de Tavares de Lyra, escalado para o Ministério da Justiça pelo presidente Afonso Pena.

Em seus discursos, mostrava-se como um crítico do mandonismo político das lideranças municipais. Ele abominava o uso da máquina pública para garantir suas vontades

¹⁰⁴ A IMPRENSA, Natal, 25 mar. 1923.

locais.¹⁰⁵ Não obstante, os municípios eram a principal base de sustentação de toda a política na Primeira República. Por essa razão, o grupo político vencedor era aquele que conseguia estabelecer alianças com os mandatários locais que, em troca de votos, pedia recursos para perpetuar seu poder local. Usando dos mesmos artifícios de seus antecessores, Antônio de Souza empreendeu uma verdadeira caçada a Café Filho. Para tanto, seus agentes atropelaram algumas decisões da justiça e passaram por cima até mesmo da autoridade do promotor de justiça na tentativa de contê-lo.

Com a intensificação do movimento paredista, policiais vigiavam dia e noite o quarteirão da casa de Café, espaço de confluência de um grande número de grevistas. A polícia passou a impedir sua livre circulação. Além disso, um boato se propagava de que ali os operários iriam se juntar para resistir à pressão das forças da ordem. Em suma, Café Filho tornou-se um prisioneiro dentro de sua própria casa. Kerginaldo Cavalcanti, promotor público, ainda conseguiu um *habeas corpus* preventivo para a livre circulação de Café, no entanto, os agentes de Antônio de Souza não aceitaram a decisão judicial e continuavam proibindo qualquer pessoa suspeita movimentar-se para a residência. O chefe da segurança pública também proibiu Kerginaldo de visitar operários presos, mesmo portando ordens judiciais.¹⁰⁶

Impedido de agir no Rio Grande do Norte, transferiu a luta para a esfera nacional. Desse modo, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI)¹⁰⁷ recebeu pelo menos três telegramas com versões do acontecido em Natal. Um telegrama coletivo, outro de Kerginaldo Cavalcanti e o último de Antônio de Souza em resposta aos dois primeiros. No telegrama coletivo, solicita-se uma ação da ABI para, de alguma forma, socorrer o jornalista Café Filho e sua família, que se encontravam prisioneiros dentro de sua própria residência, não tendo acesso a água, comida ou serviços médicos.¹⁰⁸ Kerginaldo denunciava o iminente

¹⁰⁵ SOUZA, Antônio José de Melo e. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo*. Natal: Typografia d'A República, 1920. p. 20-21.

¹⁰⁶ JORNAL DO RECIFE, Recife, 5 abr. 1923.

¹⁰⁷ A Associação Brasileira de Imprensa foi idealizada pelo jornalista catarinense radicado no Rio de Janeiro, Gustavo de Lacerda, em sete de abril de 1908. O principal objetivo dessa entidade era assegurar direitos assistencialistas aos jornalistas, assim como torná-la um poderoso centro de ação na defesa do jornalismo livre e independente. Para Lacerda, os jornais não deveriam se constituir como empresas privadas, mas como cooperativas: por causa de sua missão social, os interesses de todos que formam o jornal deveriam ser levados em consideração. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/historia/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

¹⁰⁸ Assinaram esse telegrama: Pedro Dias Guimarães, farmacêutico; Sandoval Wanderley, diretor do jornal *O Combate*; Cícero Leandro, tabelião público; Severino Pinheiro, auxiliar de comércio; Waldomiro Monteiro Dias, funcionário público; Celso Caldas, médico; Albino Borges, intendente; Joaquim Torquato Barbosa, comerciante; Deolindo Lima, intendente; Sérgio Hemerencio Santiago, auxiliar de comércio; João Constantino de Freitas, auxiliar de comércio.

empastelamento do *Jornal do Norte* e o desaparecimento de Café Filho, que havia fugido escalando os muros de casas vizinhas.

Antônio de Souza, em correspondência a essa entidade, defendeu a ação das forças de segurança: “Não foi absolutamente na sua qualidade ou no exercício da função de jornalista, que o cidadão Café Filho esteve sob vigilância da polícia, pois que nela sempre gozou da máxima liberdade”, mas sim por organizar um movimento paredista e aconselhar os grevistas a impedir os outros de trabalhar. Em sua ótica, os policiais agiram para proteger o direito daqueles que se sentiam ameaçados com os grevistas, visto que a Associação de Comércio, a Capitania dos Portos e a Agência Lloyd reclamavam por providências a ser tomadas pelo executivo estadual. Afirmava ainda que Café não estava preso dentro de sua própria casa, podia transitar com liberdade pela cidade; os policiais apenas impediriam que operários se juntassem em sua residência e estavam ali para desarmar os mais ousados. A ação da polícia foi criticada por ser tolerante demais com esse movimento e com seu principal líder. Nesse telegrama, Café foi definido como um “moço de espírito entusiasta mas irrequieto”, ele teria sido responsável por avivar os grevistas e impedir o bom funcionamento das atividades econômicas da cidade, por isso, agia dentro da lei, o presidente norte-rio-grandense conteve o movimento da melhor maneira possível. Ele concluiu sua correspondência criticando a visão dos jornais nacionais acerca dos pequenos estados, ao considerá-los como pequenas satrapias nas quais imperava a politicagem e as violências, e os seus administradores, por sua vez, como simples politiqueiros e desonestos. Desconfiou da real motivação dos jornais de noticiar a greve natalense, veiculada, para ele, apenas para contribuir com essa visão sobre os pequenos estados do Brasil.¹⁰⁹

O chefe do executivo estadual, assim, protegia-se dos excessos cometidos pelos seus subordinados. Para ele, a repercussão do acontecimento na imprensa nacional não passava de uma tentativa de manchar a reputação dos menores estados da Federação, já que toda a sua ação foi planejada dentro da legalidade para preservar a ordem, embora existisse o clamor para que ele fosse mais enérgico com os grevistas.

Para denominar os inimigos, “politiqueiro” era o adjetivo mais usado. O outro sempre era o politiqueiro movido por interesses pessoais, aquele que fazia trocas de favores por benesses políticas. A própria estrutura de poder montada pelo Partido Republicano Federal e suas oposições organizavam-se dessa maneira; ademais, uma teia de alianças era o esteio da política nacional. Nesse caso, o coronel do interior era o suporte político de toda a

¹⁰⁹ Os três telegramas foram publicados na íntegra pelo jornal carioca *Gazeta de Notícias*, no dia 30 de março de 1923.

composição de poder, por meio de acordos ajudava na manutenção das lideranças estaduais e nacionais.

Quando Ferreira Chaves rompeu com Tavares de Lyra e a família Maranhão, ambos se autoacusavam de politiquieiros. O sistema político da Primeira República, por sua vez, seguia a máxima de que tudo deveria ser feito para os aliados, enquanto que, para as oposições, deveria ser usada toda a força do aparelho repressivo. Era a força da repressão estatal que os operários e Café Filho estavam sentindo naquele momento. As práticas de violência estavam tão arraigadas na cultura política que empastelamento de jornais, invasões domiciliares, coação de lideranças oposicionistas faziam parte da agenda política.

Em outro telegrama, enviado dessa vez pelos funcionários do *Jornal do Norte* para *A Noite*, denunciava-se que os operários continuavam sendo perseguidos pelas forças policiais e que Café era um prisioneiro dentro de sua própria casa. Descreveram a sua fuga, mas enfatizaram que, mesmo foragido, ele continuava liderando os operários. Por causa dessa fuga, o sargento e os soldados que faziam o cerco foram chamados pelo comando geral da polícia para prestar informações. A correspondência culpava o governador Souza pelo estado de anarquia que se encontrava a cidade. No jornal de Café, os tipógrafos estavam proibidos de trabalhar, pois um regimento da polícia impedia a entrada deles.¹¹⁰

Por seu turno, existia uma rede de sociabilidades entre jornais e jornalistas que se estendia pelo país. Desse modo, muitas denúncias e ações dos grupos oposicionistas do Rio Grande do Norte eram noticiadas pelos periódicos do Rio de Janeiro ou do Recife. A oposição preferia esses locais por se constituírem como grandes centros, com um maior poder de propagação de ideias pelo Brasil, já que seus jornais tinham uma tiragem maior e percorriam diferentes rincões do Brasil. Publicar uma denúncia nesses periódicos significava tornar as ações locais mais visíveis para uma quantidade maior de pessoas. Assim, eles não apenas garantiam a propaganda do seu movimento como também se protegiam de possíveis exageros cometidos pelas autoridades.

Os grupos oposicionistas estaduais se relacionavam entre si. *O Imparcial*, órgão nilista, por ocasião da Reação Republicana, noticiava as ações de Café Filho e Kerginaldo Cavalcanti à frente da campanha de Nilo Peçanha no estado. Da mesma forma que os periódicos cariocas *A Noite* e *A Gazeta de Notícias*, preocupavam-se com a perseguição estatal à imprensa oposicionista no Rio Grande do Norte. Outro periódico que se debruçava

¹¹⁰ A NOITE, Rio de Janeiro, 2 abr. 1923.

sobre o Rio Grande do Norte era o *Jornal do Recife*, que estampava em suas edições uma seção especialmente dedicada aos assuntos desse estado.

A imprensa era um local privilegiado para o acirramento dos debates. Cada grupo buscava, por meio de argumentos e provas, acusar o outro. O discurso oficial contrapunha-se ao dos cafeístas. Com isso, criavam-se duas distintas realidades sobre os acontecimentos da greve geral. De um lado, um movimento legítimo de protesto das classes trabalhadoras contra os baixos salários; de outro, um movimento guiado pelos desejos pessoais de suas lideranças que, movidas pelas “politicagens”, inflamaram os ânimos dos pacíficos trabalhadores. Essas visões de mundo são responsáveis por dar liga a grupos, laços sentimentais e experiências em comum, constituindo-se no cimento que une as pessoas em torno de um determinado grupo e identidade. Eram duas imagens distintas do que era o Rio Grande do Norte naquele exato momento.

Quanto ao paradeiro de Café Filho, no ápice da perseguição, em uma madrugada de final de março de 1923, ele conseguiu romper o cerco entre os policiais. Transpondo os muros dos quintais, ele e sua mulher, Jandira Café, fugiram para a residência do tio dela, Nascimento Fernandes, que ironicamente era irmão do chefe de polícia que o perseguia. Dois tios de sua mulher estavam em lados opostos: um como algoz, outro como salvador. Vestido com a farda do Tiro de Guerra foi levado de carro para fora do estado, onde as forças do governador não poderiam lhe alcançar.¹¹¹

Em abril de 1923, Café reapareceu em Pernambuco como correspondente do *Jornal do Norte*, periódico que descreve a sua presença entre uma lista de autoridades e jornalistas que acompanhavam a partida do Senador Manoel Borba.¹¹² Acochado do seu estado de origem, fixou residência na cidade do Recife, morando em um segundo andar de um sobrado situado na rua Direita.¹¹³ Estava, de certa forma, impedido de voltar ao seu estado, enquanto os ânimos do governador não se acalmassem. O líder político do Partido Republicano, por sua vez, manipulava a máquina repressiva do estado para impedir a entrada de João Café Filho no Rio Grande do Norte. O episódio da greve geral apresentou dois lados opostos: Café Filho representando os insatisfeitos da cidade; e Antônio José de Melo e Souza apoiado pela classe patronal, que se encontrava associada com as lideranças políticas do Partido Republicano.

Pouco tempo depois, mais precisamente em 27 de outubro de 1923, começava a circular em Pernambuco o jornal *Correio de Bezerros*, que tinha como diretor o jovem Café

¹¹¹ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 44.

¹¹² JORNAL DO RECIFE, Recife, 8 abr. 1923.

¹¹³ JORNAL DO RECIFE, Recife, 24 abr. 1923.

Filho. Esse periódico seguia a orientação do líder político da cidade, o coronel José Pessoa do Souto Maior, sujeito ligado politicamente ao senador Borba. O número inicial traz um artigo tecendo loas à administração do governador pernambucano José Sérgio Loreto. Nesse texto, o governador foi apresentado como um indivíduo que aglutina em sua causa todas as facções políticas do estado em busca do desenvolvimento e da prosperidade do Recife.¹¹⁴

Afastado dos destinos de seu estado, Café Filho começou dessa forma uma nova fase de sua vida. Certamente o *Jornal do Norte* deixou de existir, a situação norte-rio-grandense tinha conseguido, por hora, neutralizá-lo. Ao chegar a Bezerros, Café muda seu enfoque, possivelmente para sobreviver, se alia aos grupos políticos situacionistas da região. Em suas memórias, explicou sua ida para Bezerros para assumir um secretariado na prefeitura, daí seu contato com o coronel Pessoa e sua escolha como diretor do jornal desse coronel.

Era um jornal político que seguia as orientações das forças dominantes do estado. O governador Sérgio Loreto e o senador Manoel Borba exerciam grande influência sobre o periódico, que noticiava com entusiasmo as ações do governo e do senador, servindo, basicamente, para dar sustentação ao sistema político pernambucano. Ele elogiava com euforia a pacificação e a união das facções sob a liderança desses dois indivíduos. Assim, Café Filho, crítico do sistema político da Primeira República, vai, por meio do jornal que dirige, dando sustentação ideológica ao situacionismo pernambucano.¹¹⁵

Em 23 de janeiro de 1924, Café Filho prepara-se para viajar para sua cidade natal, segundo notícia do *Jornal do Recife*, em missão política. Seu objetivo seria organizar a oposição para o pleito de deputado federal que se aproximava. Sua estadia em Natal dura pouco tempo; dois meses depois já havia retornado às suas atividades em Pernambuco. Além da função de jornalista, Café continuava a exercer o direito como profissão. Foi advogado de defesa e de acusação em diversas ocasiões durante o ano de 1924; em algumas delas, defendendo não apenas pessoas pobres mas também os coronéis da região.¹¹⁶

Ao romper o ano de 1925, Café Filho estava se integrando cada vez mais à vida social de Bezerros. Era diretor do Clube Esportivo Palmeiras, onde organizava festas para homenagear a elite política da região. Em discurso no mês de janeiro, saudou o capitão da força pública, Gamboa Gardim, e lhe ofereceu um presente em nome da associação. Inteiramente integrado à vida bezerrense, parecia não haver mais traços do Café Filho opositor e crítico da política oligárquica de então. Talvez essa aproximação de Café com

¹¹⁴ JORNAL DO RECIFE, Recife, 4 nov. 1923.

¹¹⁵ JORNAL DO RECIFE, Recife, 4 nov. 1923, 15 nov. 1923.

¹¹⁶ JORNAL DO RECIFE, Recife, 7 dez. 1924.

a oligarquia pernambucana deva-se ao papel de destaque que esta teve durante os acontecimentos da Reação Republicana. Ao chegar a Bezerros, inseriu-se dentro da máquina administrativa do município – foi secretário municipal, diretor do *Correio Braziliense* e presidente do Esporte Clube Palmeiras –, certamente já possuía contatos com esses grupos, que o acomodaram como aliado em seu seio.

A Reação Republicana contava com a participação de muitos coronéis opositores. Verifica-se, nos jornais de Pernambuco, a configuração de duas forças políticas em Bezerros: de um lado, o coronel José Pessoa, comerciante de ofício, que acabara de ser eleito prefeito de Bezerros; de outro lado, Salviano Machado que, pelo que se depreende das fontes, era o líder político da região antes da ascensão de José Pessoa.¹¹⁷ A paz nessa região era garantida pela aliança entre o senador Borba e o governador Sergio Loreto.

No entanto, essa união era a calma que preparava a tempestade, as tensões políticas contidas nesse acordo estouraram de vez no ano de 1925, quando o coronel Pessoa foi vítima de um atentado contra sua vida. Enquanto visitava a redação do jornal *Correio de Bezerros*, um sujeito não identificado alvejou o prédio a balas. Ninguém se feriu. Estavam presentes amigos e correligionários do prefeito, provavelmente Café Filho, por ser diretor desse jornal, também estava presente no acontecido. Com isso, acusaram o promotor público Sebastião Cavalcanti, indivíduo ligado ao coronel Salviano, pelo sucedido.¹¹⁸

Após o fato, a aparente harmonia se desfaz. Bezerros era uma cidade cindida entre dois poderes, uma situação que somente havia pouco tempo tornara-se situação, e uma oposição que sempre tinha sido situação e se via afastada do poder político. Ambos os grupos políticos representavam os comerciantes da cidade de Bezerros. O coronel Salviano possuía uma rede de relacionamentos que o protegia, por isso, o delegado local não abriu inquérito e sequer investigou o crime, embora as suspeitas recaíssem sobre o promotor público, protegido do coronel Salviano. Já o governador Sergio Loreto, que cada vez mais mostrava clara predileção pelo partido do coronel Salviano, apurou com seriedade denúncias contra a administração de José Pessoa Souto.¹¹⁹ Por fim, rompeu com ele ao apoiar a candidatura da outra chapa.¹²⁰

Nesse cenário, o norte-rio-grandense João Café Filho encontrava-se no meio do “fogo cruzado” dos grupos políticos de Bezerros. Do lado do coronel José Pessoa, ele utilizou o *Correios de Bezerros* como ferramenta de ataque ao grupo opositor, o que lhe valeu um

¹¹⁷ JORNAL DO RECIFE, Recife, 30 ago. 1923.

¹¹⁸ JORNAL DO RECIFE, Recife, 22 maio 1925.

¹¹⁹ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 14 mar. 1925.

¹²⁰ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife, 3 jul. 1925.

processo aberto pelo promotor público Sebastião Cavalcanti, amigo de Salviano, acusando-o de crimes de injúrias e calúnias impressas, conforme informa o jornal *A Província*, de 16 de junho de 1925. Era o fim do *Correios de Bezerros* e da estadia de Café nessa cidade. Outra vez em Recife, arrendou *A Noite* do seu proprietário Nelson Firmo, que estava proibido pelo governo pernambucano de prosseguir com o jornal. Em telegrama à redação do *Jornal do Recife*, justificou o arrendamento:

Meus ilustres confrades do ‘Jornal do Recife’. Abraços cordealíssimos:

Continuando o governo do Estado no propósito liberalíssimo de não permitir que *A Noite* voltasse a circular sob minha direção, communico-vos que resolvi, por [ilegível], arrendá-la ao jornalista sr. João Café Filho.

Assignamos hoje o contrato.

Conforta-me uma cousa: toda a vez que se tiver de aludir aos actos do actual governo não ficarão no olvido, estou certo, as violências que sofri desassombradamente.

E no combatel-as ninguém me viu ceder um só dia.

[ilegível] por ahi, malevolamente que eu apenas simulei um arrependimento.

É uma infâmia. Refuto injuriosa ao meu character a insinuação.

E isto porque eu não tenho o feio e covarde habito de aparecer por detrás de ninguém. O próprio governo sabe disto melhor do que eu.

Muito grato pela publicação destas linhas lhes fica o confrade e ador. ad_sempre

Em 26-6-925.

Nelson Firmo¹²¹

Café Filho adquiriu, portanto, direitos sobre um periódico que em um passado recente ficou conhecido por sua crítica veemente ao governador do estado. O seu dono parecia guardar mágoas do governo estadual, mas tinha conforto ao saber que o nome do jornal que tanto deu trabalho ao governador estaria de volta às bancas. Foi categórico ao afirmar que não possuía qualquer gerência sobre o arrendatário. Mas até onde isso é verdade? Será que o passado do jornal não carregava consigo certa áurea do oposicionismo?

Provavelmente, Café arrendou esse jornal por já possuir certo renome na capital pernambucana, garantindo-lhe um público leitor e, conseqüentemente, a perpetuação de novas edições. *A Noite* foi propagandeada como um jornal totalmente reformulado, que não se preocuparia com a política regional, apenas se importando com os interesses dos estados

¹²¹ JORNAL DO RECIFE, Recife, 27 jul. 1925.

nordestinos. Dizia-se um veículo independente, sem vínculos partidários com nenhum grupo. Seu único interesse era o Nordeste.¹²² Mas o que seria o Nordeste para esse jornal? O Nordeste era uma área bem restrita formada pelos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. O Rio Grande do Norte, para Café, seria identificado como uma unidade dessa entidade maior.

Além disso, os estados eleitos para compor essa região possuíam determinada dependência política e cultural de Pernambuco. Era para Recife que os jovens emigravam para concluir seus estudos universitários, sendo o próprio Café Filho um desses jovens. A construção do Nordeste como região se deu justamente da confluência da elite para esse centro intelectual. Nessa direção, *A Noite* surgiu em conformidade com os ideais gestados pelo Centro Regionalista do Nordeste (1924), que tinha como principal objetivo acabar com os particularismos provinciais e instituir uma comunhão regional.¹²³ A região, portanto, constitui-se como um pedaço da nação, cujas características físicas, econômicas e culturais são homogeneizadas para identificar esses estados como componente de uma mesma parte de Brasil. Para a constituição da ideia de região, a imprensa escrita tem um papel importante. Quanto a Café Filho, era mais uma voz a favor dessa nordestinidade e da inclusão do Rio Grande do Norte nessa entidade maior.

Em seu artigo de apresentação ao público, Café Filho expôs que a finalidade do jornal era servir à causa pública, defendendo os interesses do povo, a única autoridade considerada legítima. Para ele, o povo vinha sofrendo mutilações nesses “36 longos [anos] de mistificação republicana”. Continua o artigo:

[...] Mais cedo ou mais tarde a nacionalidade brasileira encontrará o seu nível e na própria flora indígena colherá o remédio de que precisa para se reabilitar-se. Animar com carinho e orientar com inteligência esse elementar instinto de viver, que é a bússola dos indivíduos, como das nações, eis o elevado escopo da política que perfilamos. Política verdadeiramente patriótica, de ideias largas e claras que não de acanhados prejuízos de aldeia, política de princípios e nunca de preconceitos: – política em uma palavra e não politicalha.¹²⁴

Percebe-se, assim, certo otimismo no discurso cafeísta, uma vez que ele acreditava na reabilitação da política brasileira lutando por um sistema republicano mais puro. Fica evidente o seu patriotismo. Para ele, o nacionalismo seria o elevado instinto de viver, constituindo-se

¹²² JORNAL DO RECIFE, Recife, 9 jun. 1925.

¹²³ ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 86-87.

¹²⁴ Artigo de Café Filho transcrito pelo *Jornal do Recife*, em 28 de junho de 1925.

como uma bússola para que os indivíduos atingissem uma educação política superior. A política deveria representar o todo, não ficando apenas restrita às questões locais. Nesse sentido, ele continua explicando que a finalidade da República seria servir à causa pública, defendendo, sem medir sacrifícios, os interesses e aspirações do povo, a única soberania legítima.¹²⁵

Dois meses depois, os discursos veementes desse jornal começaram a atrair a antipatia do governo que, articulando toda força repressiva, atacou esse veículo de imprensa na noite de 22 de agosto. Em telegrama enviado ao *Correio da Manhã*, denunciava a invasão das tropas estaduais à redação de seu jornal, onde revistaram os redatores e levaram presos o gerente e um operário. O *Jornal do Recife* desconfiava de que a perseguição fosse perpetrada por alguém ligado ao situacionismo.¹²⁶

O período final da administração de Sergio Loreto foi conturbadíssimo, uma vez que o *Jornal do Recife*, antes um órgão que seguia suas orientações, atacava cada vez mais a sua administração. Estava quebrado o pacto que unia Loreto ao grupo político adotado por Café em sua vida pernambucana. Considerando que cada eleição na Primeira República era um novo rearranjo de acordos e alianças, aquele que permaneceria mais tempo no poder seria o que conseguia estabelecer uma maior teia de sustentação a partir de pactos políticos, que eram feitos e refeitos a cada nova eleição. Como esses arranjos eram instituídos nos diferentes níveis de poder, os acordos constituíam-se como um circuito que abrangia desde o presidente da República até o coronel municipal.

Em 22 de agosto, Nelson Firmo fez publicar na imprensa telegrama denunciando perseguições à sua pessoa: “O que mais deseja e quer de mim o governo? Para completar sua obra de perseguição, falta somente meu assassinio”.¹²⁷ Depreende-se, assim, que o governo utilizava do seu aparelho repressivo para intimidar seus adversários. O medo fazia parte do jogo. Portanto, impor o terror no arrendatário e no mentor do jornal era necessário para que esse veículo não se tornasse mais um problema. A imprensa da capital criticava os atos do governo pernambucano, apesar do pedido do Supremo Tribunal Federal de intervenção federal no estado.¹²⁸

Em dezembro, o coronel Toscano de Brito, comandante interino da região, entrou com uma ação contra Café Filho, por este conclamar os jovens das forças armadas a se absterem da luta contra os participantes da Coluna Prestes. Por suas palavras, foi condenado a dois meses

¹²⁵ Artigo de Café Filho transcrito pelo *Jornal do Recife*, em 28 de junho de 1925.

¹²⁶ JORNAL DO RECIFE, Recife, 21 ago. 1925.

¹²⁷ JORNAL DO RECIFE, Recife, 22 ago. 1925.

¹²⁸ JORNAL DO RECIFE, Recife, 25 ago. 1925.

de prisão em última instância pelo Superior Tribunal Federal (STF), enquadrado na Lei de Imprensa.¹²⁹ Em junho, já foragido, Café Filho entrou com pedido de *habeas corpus* a fim de não ser preso da condenação imposta pela mais alta corte de justiça do Brasil¹³⁰, o que foi negado pelo STF.¹³¹ Em dezembro do mesmo ano, depois de tantas idas e vindas, o STF concede o direito do *sursis*¹³² a Café Filho.¹³³

Quando veio a condenação, Café encontrava-se em Natal, disposto a não se entregar. Por essa razão, fugiu para a casa de parentes do farmacêutico Dias Guimarães, na Bahia. Em suas memórias, narrou que além de fugir da condenação, o que ele procurava era se integrar às forças rebeldes da Coluna Prestes. O “espírito de revolução” da época contagiara-o: ele se identificava com os anseios dos tenentes, visto que procuravam uma reformulação da política nacional com a destruição dos métodos viciados da política dominante. Entretanto, não conseguiu se integrar à Coluna, pois, ao chegar à Bahia, as forças legais promoviam forte cerco aos rebeldes.

Prestes e sua coluna exerciam grande atração na imprensa oposicionista da época, a qual, insatisfeita com o regime republicano, promovia uma intensa cobertura favorável às ações dos rebeldes. Desse modo, foi se gestando a mitificação desse líder, tornando-se herói da causa oposicionista.¹³⁴ Café Filho também se viu atraído pelos ideais da Coluna, cujo objetivo era se integrar aos rebeldes, combater o regime republicano “carcomido” não apenas em artigos de jornais mas ainda no verdadeiro *front* de batalha. Prestes e seus soldados marcaram o sonho de uma geração, que os viam como soldados da esperança; esperança de um regime político melhor e com mais representatividade política. As representações construídas em torno de Prestes ajudavam a alicerçar a emergência de uma nova cultura política¹³⁵, a qual, na segunda metade da década de 1920, aglutinava alguns setores da oposição em torno de um ideal comum, que gesta o Partido Democrático e a Aliança Liberal, dos quais se ponderará mais adiante neste trabalho.

Temendo novas represálias, Café Filho resolve ficar em território baiano. Conhecido, a partir de então, como Senílson Pessoa Cavalcanti, estabelece-se no interior baiano.

¹²⁹ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 21 abr. 1926; A PROVÍNCIA, Recife, 21 abr. 1926; O IMPARCIAL, Rio de Janeiro, 21 abr. 1926; O PAIZ, Rio de Janeiro, 21 abr. 1926.

¹³⁰ O IMPARCIAL, Rio de Janeiro, 1º jun. 1926.

¹³¹ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 13 jun. 1926; GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 13 jun. 1926; O PAIZ, Rio de Janeiro, 13 jul. 1926.

¹³² *Sursis* é um recurso jurídico que garante a suspensão condicional da pena não superior a dois anos.

¹³³ JORNAL DO RECIFE, Recife, 18 dez. 1926; CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 18 dez. 1926; GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 18 dez. 1926.

¹³⁴ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 34, jul.-dez. 2004, p. 92.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 92.

Inicialmente, fixa residência na cidade de Campo Formoso, sendo acolhido pelo tio do seu amigo farmacêutico, o coletor federal de impostos Antônio Pereira Guimarães Filho. Com a chegada das forças paulistas de perseguição a Prestes e não querendo criar problemas para seu anfitrião, resolve partir para Itabuna. Nessa cidade, torna-se amigo do chefe político local, dr. Lafayette Borborema, ligado politicamente ao deputado federal João Mangabeira. Era constantemente lembrado na imprensa e nas festividades locais, o que o tornava popular na região. Reconhecido em duas ocasiões, pede segredo aos viajantes, mas temendo a prisão iminente resolve retornar para Natal e se entregar às forças da lei.¹³⁶ Acabava assim o interlúdio baiano de Café.

No entanto, algumas perguntas permanecem sem respostas sobre a vida desse sujeito nesse período. Não é possível identificar se Café prossegue na Bahia suas atividades como jornalista e advogado ou se continua a se preocupar com os destinos dos mais desvalidos. Também não é possível entender o porquê de tantos festejos e deferimentos à sua pessoa. Como a única fonte de que se dispõe sobre Café Filho na Bahia diz respeito a seu próprio relato oral, escrito algumas décadas depois do acontecido, é de se suspeitar que deva haver algum exagero em suas palavras. Porém, um jovem jornalista e advogado espirituoso como Café possuía qualidades que seriam atraentes para as lideranças políticas locais. Escrever bem e ter uma boa capacidade oratória eram qualidades importantes para um sujeito que pretendesse ganhar a vida em um novo meio político.

2.2 Governistas, cafeístas e comunistas: espaços operários em disputa

Enquanto Café perambulava pelos sertões pernambucanos e baianos, no Rio Grande do Norte, José Augusto havia se tornado presidente e líder político do Partido Republicano. Seu poder crescia por meio das alianças mantidas com políticos nacionais e locais, uma vez que ele fora responsável pela pacificação das tendências políticas no estado. Com a sua consolidação à frente do Partido Republicano, ficava cada vez mais difícil uma oposição garantir vitórias.

Essa caminhada de José Augusto à liderança do estado não se deu de repente; foi um processo que começou desde a queda dos Albuquerque Maranhão à frente do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. A começar pelo desejo de Ferreira Chaves de novamente tomar conta do executivo estadual, que continuava sendo a principal liderança do

¹³⁶ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 48-50.

partido. Por causa desse prestígio junto às lideranças estaduais, sua candidatura já havia sido lançada. José Augusto possuía carreira política na capital federal que lhe garantia a consideração de alguns próceres nacionais, visto que consolidou amizades por três legislaturas consecutivas nas quais permaneceu no congresso nacional (1915-1921). Com prestígio e apoio político, conseguiu que o presidente da República, Artur Bernardes, dissuadisse Chaves de continuar com suas ambições ao executivo estadual.

Diante dessa renúncia, Antônio de Souza, o então presidente do Rio Grande do Norte, mostrou interesse em articular a candidatura de seu antigo amigo de grupo literário Eloy de Souza, o que não logrou êxito¹³⁷, já que seu poder político era muito pequeno, não conseguindo fazer frente a José Augusto que, além de contar com o apoio nacional do presidente, tinha rearticulado as lideranças do Seridó, as quais lhe davam sustentação.

Por conseguinte, venceu as eleições e governou quase sem haver uma oposição significativa. Atraiu para sua chapa, como vice, Augusto Leopoldo Câmara, conhecido crítico da família Maranhão e na época integrado ao Partido Republicano Federal, do qual era ferrenho opositor. Essa ação transformou a antiga oposição em uma importante peça de sustentação de seu governo. Além desse apoio, conseguiu que o presidente da República paralisasse as atividades oposicionistas de Tavares de Lyra que, em virtude da pressão, fechou o seu jornal *A Opinião* e recomendou a seus correligionários a abstenção do voto.

José Augusto, dessa forma, articulou um novo panorama político no Rio Grande do Norte, no qual se tornou liderança incontestada. Com o aval das lideranças nacionais do Partido Republicano Federal e seu comando à frente do núcleo familiar seridoense, foi se firmando como o principal líder norte-rio-grandense. Modificavam-se as lideranças republicanas, no entanto, as estratégias e alianças políticas para ele se manter nesse comando continuavam as mesmas. A cada nova eleição, renovavam-se os arranjos de forças entre a base de sustentação e o dirigente partidário. Nesse sentido, a habilidade de aglutinar esses elementos era condição *sine qua non* para manter o governo.

Após os acontecimentos de março de 1923, a elite política potiguar passou a se preocupar cada vez mais com a problemática operária. Temia-se uma nova paralisação operária e uma possível radicalização. Para tentar diminuir as chances de um novo movimento paredista e para enfraquecer o poder de Café na gerência do movimento trabalhista, José Augusto articulou, juntamente com o apoio da Igreja Católica, a chamada Universidade Popular (1925). Esse experimento consistia na realização de uma série de palestras destinadas

¹³⁷ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 338-339.

a “educar” o operário. Essa ação visava aproximar os trabalhadores, educando-os na “cartilha” do governo. Um dos seus objetivos era impedir a ocorrência de novos movimentos grevistas.

A primeira aula foi ministrada pelo então bispo de Natal, D. José Pereira Alves, o qual proclamou os operários a serem pacifistas. Suas palavras de encerramento sintetizam o seu pensamento: “ou Deus ou a Revolução”.¹³⁸ Para o bispo de Natal e o governo estadual, só havia duas alternativas para o operariado, ou seguiriam no caminho pacífico do trabalho, ao lado de Deus, ou se entregariam ao mal da revolução, que não tem parte com o divino. Simbolicamente, pediam que os operários escolhessem o lado do bem e da ordem, enquanto outras vertentes de pensamento, como os cafeístas e comunistas, representariam as forças malignas. Essas palavras proferidas por um bispo, com o aval das autoridades governamentais, tinha uma força simbólica muito grande para os trabalhadores natalenses.

Também era sob o governo de José Augusto que havia maior preocupação com os destinos dos trabalhadores urbanos de Natal. Em 1926, o jornal *A República*, de 28 de fevereiro, ponderou que a Liga cuidava da “educação perfeita” dos seus aliados, afastando-os das “ideias rubras”. Mas o que seria essa “educação perfeita”?

Nessa época, a Liga sofria bastante influência do então governador José Augusto, que adotava uma política de aproximação com os trabalhadores organizados em associações. Várias das entidades existentes no estado seguiam as orientações do governo. Infere-se isso a partir da leitura do periódico oficial do governo que, em múltiplas oportunidades, noticiava homenagens dessas entidades aos membros do Partido Republicano. *A República*, como lugar de divulgação dos ideais oficiais do governo, dava destaque aos grupos mais submissos à administração estadual, apagando aqueles que faziam oposição ou as possíveis dissidências que existissem dentro dessas entidades. José Augusto articulava assim um operariado dócil, que apoiava as decisões do governo e não abraçava ideias ditas “revolucionárias”. A “educação perfeita” seria não se envolver com movimentos extremistas que ameaçassem a ordem vigente e esperar com parcimônia os desígnios dos líderes do Partido Republicano.

Desse modo, obter o apoio do operariado urbano tornava-se uma condição importante para se governar com tranquilidade. Embora núcleos cafeístas e comunistas disputassem com José Augusto o monopólio da palavra operária, ele, por contar com o auxílio da máquina administrativa do estado, dispunha de mais ferramentas para convencer os trabalhadores. Além disso, tentava fortalecer as antigas associações de trabalhadores, as atividades da Liga,

¹³⁸ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 147-149.

do Centro Operário e do Círculo Operário Católico, o que foi amplamente divulgado pelo jornal oficial *A República*.

Esse apoio mútuo gerou frutos. Em 1926, o gráfico João Estevão Gomes da Silva elegeu-se para assumir mandato na Assembleia Legislativa.¹³⁹ Pela primeira vez, um operário fazia parte dos trabalhos do legislativo estadual, embora essa vitória fosse de certa forma uma demonstração do poder de José Augusto, ela se estabeleceu como um importante marco na movimentação dos trabalhadores potiguares. A eleição do gráfico confirma a habilidade desse líder seridoense de manter acordos. Para a época, além de simplesmente ter o apoio das grandes lideranças municipais, fazia-se necessário conceder espaços políticos para determinadas lideranças operárias como, por exemplo, o gráfico João Estevão, que tinha uma íntima ligação com o Centro Operário Natalense, sendo um dos seus fundadores em 1911, inclusive, ocupando vários cargos na diretoria dessa entidade.¹⁴⁰

Dessa forma, não era um operário qualquer, mas um sujeito que liderava o movimento operário há mais de dez anos. Sua administração à frente do Centro gerou frutos para o movimento operário potiguar. Ele foi responsável pela reconstrução da sede social da entidade, assim como a dotou de um curso secundário noturno e de aulas de música.¹⁴¹ Além do mais, era um operário que seguia as regras ditadas pelo governo estadual, perfeito para o plano de José Augusto de se fazer presente nos corações e mentes dos trabalhadores urbanos.

Inserir uma liderança que se afinava com o projeto político do governo era uma das estratégias de José Augusto para conter o ímpeto contestatório dos trabalhadores urbanos de Natal. Esse gráfico representava “as corporações que legitimamente traduzem o pensamento do operário de nossa terra”.¹⁴² Mas o que era traduzir o pensamento operário para *A República*? Certamente o pensamento operário ali exposto era o que estava em conformidade com o governo, isto é, o operário legítimo era aquele que participava de entidades pacíficas e ordeiras, que se distanciavam das agitações de interesses pessoais e contribuía para o progresso moral e físico da nação. Para esse jornal, em todo o Brasil floresciam agremiações operárias sob “uma atmosfera de paz e de ordem”.¹⁴³ Parece que esse era o caminho que gostaria que o movimento operário norte-rio-grandense seguisse. Assim, apoiar um gráfico simpático às ações do governo a assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa era uma maneira de manter o operariado sempre em paz e em ordem.

¹³⁹ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 339.

¹⁴⁰ CARDOSO, Rejane. *400 nomes de Natal*. Natal: Prefeitura Municipal de Natal, 2000.

¹⁴¹ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 82.

¹⁴² A REPÚBLICA, 23 jul. 1927.

¹⁴³ A REPÚBLICA, 1º maio 1927.

No entanto, essa preocupação para com o trabalhador urbano, no governo de José Augusto, de certa forma, trouxe benefícios para a causa operária. Ter um operário na Assembleia ou participando de palestras sobre higiene e educação inseriria o operariado em novos espaços de sociabilidade. Eles teriam, assim, mais representatividade política, suas associações seriam mais respeitadas; logo, os atos do governo não poderiam prescindir delas. Até mesmo preocupação com as mulheres operárias grávidas o jornal oficial dispensou. Em edição de 25 de novembro de 1927, *A República* apresentou um artigo que falava da importância do estado em garantir e cuidar das operárias grávidas, concedendo a elas 30 dias de descanso. No entanto, aparentemente, esse descanso ficou só no discurso, não se transformou em lei para ajudar a melhorar a vida das trabalhadoras. Era o operário entrando em novos espaços de sociabilidade, na Assembleia Legislativa e na Universidade Popular ou ressignificando outros espaços de trabalho, onde as mulheres teriam seus direitos respeitados, embora isso se processasse apenas na teoria.

O líder do Partido Republicano não poderia mais ser indiferente à causa operária, uma vez que os trabalhadores representavam uma nova força que reforçava as estratégias e os acordos que esse líder precisava compor para se manter no poder. Em outras palavras, era imprescindível o apoio dos operários, mas não qualquer operário, somente aqueles que aceitassem se submeter à vontade dos poderes constituídos. Assim, além de contar com o apoio das lideranças políticas espalhadas pelos sertões, necessitava-se dialogar com os trabalhadores urbanos.

Com uma oposição fragmentada, com Café fora do estado, somado ao ainda incipiente movimento comunista, José Augusto fez um governo de pacificação dos ânimos operários. Com estratégias de incentivo às entidades, instituição da Universidade Popular e auxílio à eleição do gráfico, João Estevam garantiu a tranquilidade do seu governo estabelecendo-se no poder.

No entanto, essa “paz e hegemonia operária” duraram pouco tempo. Cansado de se esconder nos sertões baianos, Café Filho resolveu voltar para Natal, ainda no ano de 1926, entregando-se ao Esquadrão da Cavalaria, onde cumpriu pena imposta pelo Supremo Tribunal Federal, referente ao crime de incitar, em artigos da imprensa, o oficialato a não lutar contra os rebeldes da Coluna Prestes. Conta, em suas memórias, que sua popularidade era tão grande entre o povo natalense que o cabo que lhe fazia guarda na prisão ofereceu-lhe ajuda para escapar, ao que lhe agradeceu muito, porém, recusou. Ao sair da prisão, foi recebido com

grandes homenagens, que foram prontamente dissolvidas pela polícia¹⁴⁴. Em telegrama ao jornal carioca, *Última Hora*, denuncia:

No momento em que a população pretendia hoje homenagear o intrépido jornalista Café Filho, por sua libertação, a polícia investiu contra ele, causando esse acto grande indignação.

Desde a manhã que a capital apresentava aspectos belicosos, com exibição de força armada pelas ruas e praças. A despeito das medidas de vandalismo, o povo aclamou, delirantemente, o abnegado defensor da causa dos oprimidos. A “Folha do Povo” recepcionará, solememente, no dia 6, o jornalista Café Filho. Pedimos divulgar o factos. Saudações. (a.) Sandoval Wanderlino, diretor da “Folha do Povo”.¹⁴⁵

Já no seu primeiro dia de liberdade, Café Filho sentia na pele a repressão das forças da ordem do então presidente estadual José Augusto. Embora tivesse passado algum tempo nos interiores de Pernambuco e da Bahia, pode-se compreender, a partir da notícia, que ele ainda se impunha como uma importante liderança em Natal. O governador, como que para dar um aviso e dissuadir novos ajuntamentos em homenagem a Café, ordenou à polícia que acompanhasse de perto o préstito. Por sua vez, os trabalhadores urbanos especializavam a cidade, apropriando-se dos lugares públicos para saudar lideranças que os ajudaram na luta por mais participação política e dignidade. As ruas e as praças da cidade tornaram-se espaços onde esses trabalhadores expunham seus problemas, desejos e ambições. Nos anos finais da década de 1920, os operários natalenses emergiam como uma importante força política; somá-los concederia uma força a mais nas disputas eleitorais, por isso, Governo e Café buscavam a prevalência sob o movimento operário que, no momento, encontrava-se bem fragmentado.

A Liga Operária, o Centro Operário e a Liga de Operários Católicos encontravam-se sob a alçada do situacionismo. Suas especializações pelas ruas e praças de Natal se davam para homenagear José Augusto e os políticos do Partido Republicano Federal, assim como para festejar datas cívicas como, por exemplo, o 7 de setembro. Em reuniões, nas suas respectivas sedes, essas associações operárias realizavam “moções de aplausos” a José Augusto por suas ações de governo ou tratavam de apoiar candidatos ligados à sua pessoa.¹⁴⁶ No periódico oficial do governo, *A República*, eram noticiadas todas essas homenagens, até mesmo de associações operárias de outros estados, conforme veiculada, em edição de 23 de

¹⁴⁴ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 50.

¹⁴⁵ ÚLTIMA HORA, Rio de Janeiro, 6 jan. 1927.

¹⁴⁶ Ver as seguintes edições do jornal *A República*: 12 de janeiro de 1927, 13 de janeiro de 1927, 14 de janeiro de 1927, 22 de janeiro de 1927, 1º de fevereiro de 1927, 23 de fevereiro de 1927, 5 de março de 1927, 22 de março de 1927, 22 de setembro de 1927.

março de 1927, a homenagem dos operários paraibanos ao presidente do Rio Grande do Norte.

Por ocasião das festividades do quinquagésimo quarto aniversário da mais antiga associação dos trabalhadores do Rio Grande do Norte, a União Beneficente de Artistas de Canguaretama, José Augusto fez questão de participar pessoalmente das atividades.¹⁴⁷ Com isso, buscava-se criar uma imagem do presidente do estado associada à luta dos trabalhadores e ao clamor popular. Na notícia, veiculada em *A República*, a chegada de José Augusto foi

[...] uma verdadeira apoteose. O povo encheu a gare quando o trem se aproximou. Aclamações delirantes, de minuto a minuto, se faziam ouvir. Era que o povo de Canguaretama ia receber, mais uma vez no seu seio carinhoso e amigo, o republicano que o povo do Rio Grande do Norte inteiro aclama e admira.

Desde o chefe local, o coronel Luis Gomes, que ali representou o pensamento político do Partido Republicano Federal, até as famílias, o operariado e o povo, na sua expressão mais lidima e mais empolgante.¹⁴⁸

Para o jornal oficial, José Augusto era o representante dos interesses de todo o povo potiguar. Sua presença era capaz de aglutinar, em um mesmo evento, operários, chefes políticos e famílias. Em Canguaretama, por exemplo, seguiu-se uma série de discursos em júbilo pela presença do presidente. O orador oficial da União Beneficente, José Maranhão, adjetivava-o de “protetor dos humildes” e o juiz da comarca, dr. Eugênio Carneiro, discursava sobre a alegria de todos ao ver “o grande e sincero republicano, figura máxima da democracia de nossa terra, o sr. dr. José Augusto, a quem saudava”. Por sua vez, o presidente falou que se sentia feliz por estar em Canguaretama e apertar “a mão cheia de calos dos homens simples e bons que tanto têm feito, anonymos ignorados, mas beneméritos pela grandeza e felicidade de nossa terra querida”, “a gente que vive do trabalho manual e dignificado” representava, para ele, “a expressão mais pura do povo” e “fonte primária da democracia”.¹⁴⁹

Em festividades como essas, não era José Augusto que honrava o operariado, mas, ao contrário, era ele que ficava honrado em conviver com o operário, conforme discursou para a multidão. Prossegue ponderando que era essa a convivência que retemperava suas energias morais, reeducava seu civismo e seu devotamento pelo bem público. No seu discurso percebe-se que o trabalhador agia como elemento partícipe da identidade potiguar. Nessa perspectiva,

¹⁴⁷ A REPÚBLICA, 4 fev. 1927.

¹⁴⁸ A REPÚBLICA, 4 fev. 1927.

¹⁴⁹ A REPÚBLICA, 4 fev. 1927.

os anônimos se estabelecem como construtores da grandeza e da felicidade do Rio Grande do Norte. Em sua fala, procurou transparecer que eles inspiravam o seu espírito público e o do estado.

José Augusto inseriu, assim, a problemática operária em seus discursos e ações ampliando as bases de sustentação do seu governo. Ele se apresentava como um político diferente das antigas lideranças do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte. Em outro discurso para um grande público que se espremia em frente ao Palácio do Governo, dessa vez proferido no dia 25 de janeiro de 1927, discorreu:

[...] o povo está comigo, porque eu não sou olygarcha, eu não empastelo jornaes, eu não persigo e desterro adversários, porque eu pratico a justiça, porque sou o mais simples e modesto dos cidadãos a quem o orgulho e a presumpção não separaram dos seus conterraneos.¹⁵⁰

Desse modo, tentava criar a imagem de que os líderes anteriores eram oligarcas, porém, ele não. Esse evento público foi motivado por um manifesto dos opositores coligados, veiculado em janeiro de 1927, na cidade do Rio de Janeiro. Assinado pelos senadores Ferreira Chaves, Eloy de Souza e João Lyra, pelos deputados Georgino Avelino e Alberto Maranhão e pelo Ministro Tavares de Lyra, basicamente essa manifestação atacava José Augusto e criticava seu personalismo como liderança política do Rio Grande do Norte. O manifesto surgiu logo após declarações do líder potiguar de não apoiar a reeleição desses parlamentares. O imbróglio foi noticiado no jornal oficial do estado, na edição de 21 de janeiro, sendo esse manifesto publicado na íntegra.

Nas duas edições que se seguiram, foi veiculado um extenso texto de José Augusto discorrendo sobre sua candidatura ao governo, seus atos à frente do executivo estadual, sua liderança política e refutações para cada uma das afirmações contidas no manifesto. Reafirma, em seu texto, que o Partido Republicano do Rio Grande do Norte continuava glorioso e pujante e que foi ele quem conseguiu harmonizar os grupos sociais do estado, enquanto os políticos signatários do manifesto não fizeram nada, apenas picuinhas no Distrito Federal, a fim de derrubá-lo da liderança partidária.¹⁵¹ O ápice desse movimento foi a grande

¹⁵⁰ A REPÚBLICA, 25 jan. 1927.

¹⁵¹ A REPÚBLICA, 22 jan. 1927, 23 jan. 1927.

manifestação cívica que se concentrou em frente ao Palácio do Governo, que acompanhou o presidente estadual até a Vila Cincinato, residência oficial do chefe do executivo estadual.¹⁵²

Segundo o jornal *A República*, figuravam muitos operários no préstito em homenagem a José Augusto. Simbolicamente, o espaço escolhido para a concentração foi a av. Tavares de Lyra, em frente ao jornal oficial. De lá seguiu a pé e debaixo de uma neblina uma multidão que encheu a Praça 7 de setembro, local do Palácio do Governo. Durante o trajeto, a multidão parava em pontos estratégicos para ouvir lideranças da cidade discursarem em favor do presidente.¹⁵³ Segundo *A República*, processava-se uma luta entre um Rio Grande do Norte novo, “cheio de seiva, de vida e de anseios para a república”, e o antigo, das tradições dolorosas, que desviou por 30 anos “a rota de nossa evolução lógica para a democracia”. Construía-se, assim, a imagem de José Augusto como um político diferenciado, novo, que rompia com as corrupções da antiga situação e que tinha posto o estado no caminho certo, no rumo da democracia, no ápice da evolução política. Aquele préstito era o exemplo que dava de democracia, pois estavam ali reunidos

[...] desde o humilde e anônimo filho do povo, até os próceres da política e do commercio, jornalistas, magistrados, professores, operários, estudantes, todos os que sentem, trabalham e produzem, todos os que têm os olhos erguidos para o progresso do nosso Estado.¹⁵⁴

Na ocasião, José Augusto congratulou essa manifestação de seus conterrâneos, pois, para ele, era a prova do aprimoramento da educação cívica da “Potyguarania”, que começava a distinguir “entre o bem e o mal, o justo e o injusto, o honesto e desonesto”. Continuou discursando que se vivia um momento histórico diferente, ninguém podia mais se abster da opinião pública, devia-se agir às claras, pois os primitivos e obscuros políticos seriam julgados por seus atos. Chama a atenção na sua fala o termo “Potyguarania”. O que o presidente do estado queria dizer com esse termo? Era um neologismo? Era comum o uso dessa palavra? Ao usar a palavra Potyguarania, ele se referia ao estado do Rio Grande do Norte, mas não era qualquer definição, era uma posição política que se estabelecia no seu

¹⁵² A REPÚBLICA, 25 jan. 1927.

¹⁵³ Personalidades que se pronunciaram para o préstito: na sacada do edifício da R. S. Urbanos, na av. Tavares de Lyra, o dr. Coriolano; em frente ao Polytheama, na praça Augusto Severo, o professor Ezequiel de Souza; na calçada da Great-Western, o dr. Sylvio de Souza; na chefatura de polícia, o erudito Luís da Câmara Cascudo; na casa do deputado Dioclécio Duarte, o advogado Alfredo Campos; na Assembleia Legislativa, o deputado Emygdio Cardoso; na balustrada da Junqueira Ayres, o sr. Evaristo Martins de Souza; no Atheneu, o sr. Eloy Ribeiro; na praça 7 de setembro, o bacharel Pedro Mattos.

¹⁵⁴ A REPÚBLICA, 25 jan. 1927.

discurso. Ao evocar tal termo, mais do que tentar associar o Rio Grande do Norte às suas raízes históricas com os índios potiguara, José Augusto retoma o propagandista Republicano, José Leão Ferreira Souto, figura de destaque entre os republicanos históricos que ajudou a fundar o Partido Republicano do Rio Grande do Norte e articulou a subida de Pedro Velho, patriarca da família Maranhão, ao poder no estado. Ao lembrar esse sujeito e suas ideias de identidade potiguar, José Augusto atacava a família Maranhão. Nesse sentido, as identidades se instituem como construtos histórico-culturais que perpassam as relações de poder; José Leão sonhava com a transformação do Rio Grande do Norte na Potyguarania.

Quanto aos acontecimentos, Pedro Velho e José Leão romperam, logo após a Proclamação da República, por divergências ideológicas. Nenhum dos dois concordava com a visão de República do outro, um se aproximava do projeto político vencedor dos republicanos paulistas, o outro, seguia as ideias do positivismo. O conflito entre essas duas vertentes de pensamento provocou o silenciamento do termo potiguar ou “Potyguarania” durante o domínio político da família Maranhão. Para se constituir como liderança incontestada dos republicanos, Pedro Velho apagou a memória desse líder republicano, o que significava silenciar uma identidade potiguar. O gentílico só voltaria a ser veiculado no jornal oficial quando os membros dessa família foram aliados do comando do Partido Republicano.¹⁵⁵ Dessa forma, usar o termo “Potyguarania” era ao mesmo tempo evocar uma determinada visão de república e fazer um ataque direto à família Maranhão.

No seu discurso, José Augusto diferenciava-se dos políticos anteriores, mas, na prática, permanecia inserido no jogo político da Primeira República. Nessa direção, os representantes potiguares que não fossem fiéis à sua liderança, não teriam renovadas as suas candidaturas. Por conseguinte, os parlamentares deveriam ser devotados aos desígnios do governo federal e estadual, como Augusto deixou bem claro em seu longo texto em *A República*.

Ademais, sempre que se avizinhavam as eleições, novos arranjos políticos eram criados. Dessa vez, José Augusto teve poder e apoio suficiente, tanto local quanto nacional, para preterir os nomes do senador João Lyra e dos deputados Georgino Avelino e Alberto Maranhão a favor da candidatura de Juvenal Lamartine de Faria, para o senado, e de Rafael Fernandes Gurjão, Augusto Leopoldo R. da Câmara e Dioclécio Dantas Duarte, para a

¹⁵⁵ Essa discussão sobre os conflitos entre Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e José Leão Ferreira Souto em torno da identidade potiguar é tema de pesquisa do mestrando Paulo Vitor Sauerbronn Airaghi, aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação do professor Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha.

Câmara Federal.¹⁵⁶ Consolidava-se, assim, o seu comando à frente dos republicanos estaduais e nacionais, como também adentrava nos corações e mentes do operariado potiguar. Nessa manifestação maciça, observar-se a participação de pelo menos dois grupos de trabalhadores, os *chauffeurs* e os pescadores.¹⁵⁷

No entanto, bastou pouco menos de um mês para que as relações entre José Augusto e a família Maranhão fossem reatadas. Um acordo político, celebrado no Rio de Janeiro, com o objetivo de congregar as forças políticas do estado, modificou a chapa do Partido Republicano, que propunha para concorrer ao senado Juvenal Lamartine e João Lyra Tavares – Ferreira Chaves continuava no Senado, tinha sido eleito para oito anos. Para deputados, foram confirmados os nomes de Raphael Fernandes Gurjão, Dioclécio Dantas Duarte, Alberto Maranhão e Eloy de Souza.¹⁵⁸ As eleições de 24 de fevereiro contaram com representantes da região do Seridó, com o primo de José Augusto, Juvenal Lamartine, e do Oeste, com Raphael Fernandes e a família Maranhão.

A decadência da família Maranhão não se processou totalmente. Até o final da Primeira República, elementos ligados a esse “clã” permaneciam nos meandros do poder. Continuava, então, um imperativo: governar o Rio Grande do Norte e liderar o Partido Republicano. Mas isso só seria possível com base em alianças com as diversas facções espalhadas pelo estado. Nesse contexto, os Maranhão ainda eram uma força a ser considerada. Assim, para o entendimento de forças, orquestrado pelo então presidente da República Washington Luís, houve a intermediação do presidente da Câmara dos Deputados, Arnolfo Azevedo.¹⁵⁹ Isso se deu, pois a estabilidade política do estado dependia desse acordo político, uma vez que os membros dessa família possuíam contatos com grupos nacionais e norte-riograndenses que os habilitavam como atores políticos importantes para garantir a harmonia das facções do estado.

¹⁵⁶ Entre os nomes preteridos por José Augusto, estão: dois membros ligados à família Maranhão, João Lyra, irmão de Tavares de Lyra, e Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho; e Georgino Avelino, que atuou por muito tempo como opositor à família Maranhão, como exposto no primeiro capítulo desta dissertação, foi eleito deputado federal com apoio de José Augusto, em 1924, mas passou a articular oposição ao líder republicano quando assumiu o seu mandato. Os nomes escolhidos pelo Partido Republicano eram: Juvenal Lamartine de Faria, político seridoense, primo de José Augusto, que deixava o cargo de deputado federal para concorrer ao Senado; Rafael Fernandes Gurjão, filho de uma próspera família do Oeste potiguar envolvida no comércio do algodão, que era deputado federal desde 1924 e seguia as orientações políticas do então líder do Partido Republicano; Augusto Leopoldo da Câmara, político que articulava a oposição à família Maranhão, então vice-presidente do estado e que, em 1912, já assumira o cargo de deputado federal pelo desaparecido Partido Republicano Constitucionalista; e por fim, Dioclécio Duarte, diretor do jornal oficial do governo que, em outras oportunidades, já tinha assumido o cargo de deputado na Assembleia Estadual.

¹⁵⁷ A REPÚBLICA, 25 jan. 1927.

¹⁵⁸ A REPÚBLICA, 26 fev. 1927.

¹⁵⁹ LINDOSO, José Spinelli. *Coronéis e oligarquias na Primeira República*, 2005. p. 26.

Nesse processo, João Café Filho chegava a Natal para fortalecer a oposição e reorganizar um movimento operário. Seu grande plano era torná-lo mais combativo ao estabelecer novos sindicatos e aparelhá-los em federação. Café voltou em um momento que a oposição encontrava-se esfacelada, não existindo qualquer liderança que os aglutinassem em torno de um objetivo comum. Por isso, suas ações à frente dos operários começaram a entrar em choque com a autoridade de José Augusto que, para Café, conquanto tenha destronado os antigos próceres do Partido Republicano, continuava com as mesmas práticas oligárquicas, passando por cima das instituições democráticas e perseguindo seus adversários políticos. Nessa direção, Café continuava aguerrido contra os elementos egressos do situacionismo. Com isso, gestavam-se os embates em busca dos espaços dos trabalhadores na cidade e, para tanto, atacava-se o governo com todas as armas que se tinha.

Em seis de janeiro de 1927, em entrevista ao jornal da capital federal *A Manhã*, Café Filho falou sobre a origem espúria do feminismo no Rio Grande do Norte, que não foi fruto de uma política liberal, mas sim do mandonismo de sua classe dirigente. A pedido de seu primo, Juvenal Lamartine, o presidente potiguar José Augusto mandou acrescentar na Constituição Estadual a lei que concedia voto às mulheres à revelia da própria Assembleia Legislativa, que já havia encerrado a sua seção. Os opositores criticaram veementemente tal comportamento, visto que houve ingerência do poder executivo sobre o legislativo. A imprensa carioca de oposição apelidou o chefe do executivo potiguar de “Mussolini Jerimum” por causa do domínio que exercia sobre todos os aspectos da vida política potiguar, além da forte perseguição que perpetrava contra seus opositores.¹⁶⁰ Esse jornal carioca era propriedade do combativo jornalista Mario Rodrigues, oriundo das classes médias pernambucanas, que encontrou asilo na capital do país quando foi perseguido por elementos oligárquicos do seu estado natal. Fazia um jornalismo crítico aos situacionismos da Primeira República, o que lhe rendia numerosos processos judiciais. Provavelmente, via em Café, e em qualquer outro opositor, um aliado na transformação da ordem vigente.

Na realidade, o feminismo verticalizado potiguar, era amplamente censurado pela oposição. Nessa direção, podem-se observar as críticas que se fazia ao feminismo na edição de 16 de fevereiro de 1929 do periódico carioca *A Manhã*, na qual se narrou a demissão de Nestor dos Santos Lima e de Luiz Antônio dos Santos Lima, respectivamente secretário de Instrução Pública e diretor da Escola Normal. As demissões foram acarretadas pela ingerência da líder feminista Bertha Lutz sobre a escola normal que, segundo o artigo de jornal, alunas

¹⁶⁰ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 7 jan. 1927.

que não foram aprovadas em exames da Escola Normal pediram que ela interviesse no caso. Na época, já era presidente do estado Juvenal Lamartine, primo de José Augusto. Para tanto, Bertha entrou em contato com o executivo estadual e o convenceu de modificar os estatutos da referida escola a fim de aprovar algumas alunas reprovadas anteriormente. Isso foi o estopim para o pedido de demissão desses dirigentes da educação que, segundo o jornal, pertenciam à numerosa e influente família dos Santos Lima, ligada, por sua vez, à família do ex-deputado Georgino Avelino que, nesse período, já havia reatado a aliança com José Augusto e se candidataria novamente à Câmara Federal.

O feminismo era a paixão da senilidade de Juvenal Lamartine, segundo Agripino Nazareth, diretor-redator-chefe d'*A Manhã*. Em artigo, esse jornalista explicitou que foi esse movimento que tirou esse norte-rio-grandense do anonimato, sendo até então um inexpressível e silencioso político, com pouquíssimas contribuições, em sua passagem pela Câmara e Senado Federal. Nazareth afirmou que esse grande feminista bateu outros recordes além dos tantos proclamados por ele e pela senhora Bertha Lutz, como o voto feminino no Rio Grande do Norte de que tanto se vangloriava. Agora seus novos recordes não eram conquistas liberais, inclusive, seus novos feitos faziam inveja a Benito Mussolini e ao camarada Stalin, batendo-os como o governo mais violento, visto que Juvenal Lamartine não fazia distinção entre os sexos na hora de distribuir ataques, seja homem, seja mulher, todos, independentemente do sexo, sofriam com a mesma intensidade os espancamentos e excessos da polícia de Lamartine. Quando ordenou o fechamento da Federação Operária organizada por Café Filho, por exemplo, não poupou ninguém – operários, operárias, a mulher e a irmã de Café, todos, sem distinção, foram espancados com o mesmo vigor.¹⁶¹

Um ano antes desses acontecimentos, ainda sob o governo de José Augusto, João Café Filho e outros correligionários instalaram, no Rio Grande do Norte, uma seção do Partido Democrático (PD) para fazer frente ao Partido Republicano Federal. Com esse partido, Café concorreu a uma vaga na Assembleia Legislativa Estadual. Sua campanha percorreu o interior do Rio Grande do Norte promovendo comícios e incitando os operários a comparecer às urnas para sufragar seu nome.¹⁶² Em meio à sua campanha, denunciou Dioclécio Duarte, José Fernandes e o líder operário João Estevam por fraude no alistamento eleitoral. Os três eram indivíduos ligados ao ainda presidente José Augusto.¹⁶³

¹⁶¹ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 27 nov. 1928.

¹⁶² DIÁRIO DA MANHÃ, Vitória, 13 jan. 1927; FOLHA DO POVO, Maranhão, 18 jan. 1927; CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 23 jan. 1927; O IMPARCIAL, Rio de Janeiro, 24 jan. 1927.

¹⁶³ JORNAL DO RECIFE, Recife, 15 jan. 1927.

O que era esse Partido Democrático? Sob quais bandeiras ele lutava? E por que Café se viu atraído em estabelecer uma agremiação dessa natureza no estado? De fato, o que João Café Filho e seus correligionários fundaram no Rio Grande do Norte era um braço do então Partido Democrático, agremiação instituída em fevereiro de 1926, na cidade de São Paulo, como oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP). Tinha como principal liderança um velho conselheiro do tempo do império, Antônio Prado, que mantinha negócios como industrial, banqueiro e agricultor.¹⁶⁴ As principais reivindicações desse novo partido consistiam na defesa de princípios liberais da Constituição de 1891, na instituição do voto secreto, no estabelecimento de um poder judiciário independente e no fortalecimento da agricultura, do comércio e da indústria. Seus ideais de liberalismo econômico e político atraíram para suas fileiras uma grande parte das hostes oposicionistas.

Nesse processo, o *Diário Nacional* se estabelecia como o principal meio de comunicação desse partido e tinha nos seus diretores, Paulo Nogueira e Marrey Júnior, grandes lideranças democráticas. Em seus artigos, defendiam os partidários e noticiavam os feitos do Partido Democrático, assim como dos seus aliados em outros estados. Desde a sua fundação, essa agremiação encontrava-se muito próxima das oposições gaúchas capitaneadas por Joaquim Francisco de Assis Brasil que, desde 1924, compôs a Aliança Libertadora, que fazia frente ao então líder do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), Borges de Medeiros. Assis Brasil, republicano histórico, era figura presente na vida política do Partido Democrático Paulista.¹⁶⁵

O programa político desse partido era bem próximo dos ideais que Café Filho e seu grupo guardavam. Por isso, esse partido foi, de certa forma, expressão, também, das classes urbanas, até então desamparadas eleitoralmente. Ele se constituía como uma frente ampla de oposição que aglutinava desde oligarquias dissidentes a elementos ligados aos interesses dos grupos urbanos, notadamente as classes médias e os trabalhadores. Dessa forma, a oposição do Rio Grande do Norte articulava-se a uma luta maior. O Partido Democrático instituiu uma rede de espaços de sociabilidade espalhados por todo o Brasil. Com isso, as oposições tinham um espaço sólido para lançar as bases de suas lutas para a transformação do regime. Apoiado por um partido com uma relativa força, em tese, tornou-se mais livre para empreender sua

¹⁶⁴ VERBETE: Partido Democrático. IN: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. v. 3. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/PartidoDemocraticoSP>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

¹⁶⁵ DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 14 jul. 1927, 6 out. 1927.

campanha contra o situacionismo potiguar capitaneado por José Augusto, conseguindo transformar os problemas políticos norte-rio-grandenses em problemas de ordem nacional.

Para Café Filho e seu grupo de correligionários – o promotor Kerginaldo Cavalcanti, o jornalista Sandoval Wanderley, o farmacêutico Dias Guimarães –, era importante propagar uma imagem negativa da política situacionista no estado nos grandes centros irradiadores de ideais, visto que a situação republicana não era nada democrática. Daí as sucessivas críticas, espalhadas na imprensa nacional sobre o controle da vida política do estado por José Augusto e Juvenal Lamartine. Essa rede de comunicabilidade fortalecia as oposições estaduais e buscava enfraquecer as estruturas que alicerçavam a vida eleitoral do Brasil na Primeira República.

O situacionismo, por sua vez, atacava os democráticos acusando-os de revolucionários e alheios ao regime republicano democrático instituído pela constituição de 1891. Além disso, eram acusados de serem defensores da subversão, pois esse partido, nos seus meios de comunicação, fazia propaganda e homenagens a Luís Carlos Prestes, líder revolucionário que agitou a vida política brasileira em meados dos anos 1920. Juntamente com outros jovens oficiais das forças armadas, Prestes foi responsável pela organização de levantes militares contra o poder central em busca de combater as oligarquias e instituir algumas reformas políticas.

Esse movimento ficou conhecido como tenentismo, expressão que surgiu em 1933, no trabalho *O sentido do tenentismo*, de Virgílio Santa Rosa. O termo tenentismo justifica-se porque as revoltas foram organizadas pelos jovens tenentes das forças armadas, grupo que possuía uma origem social mais baixa e estava muito mais próximo dos soldados; dessa forma, tinha a confiança das tropas. No começo da década de 1920, existia um grande número de tenentes nas fileiras do exército brasileiro. Por eles serem numericamente superiores em comparação a outros grupos de oficiais, acreditavam falar em nome do exército todo.¹⁶⁶

Em cinco de julho de 1922, acompanhando as agitações provocadas pela Reação Republicana, os quartéis de Campo Grande, Niterói e Distrito Federal levantaram-se contra o governo de Epitácio Pessoa. Pode-se dizer que esse movimento, que ficou também conhecido como a Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana, estabeleceu-se como a estreia dos tenentes no cenário nacional.¹⁶⁷ Sem contar com apoio político, foram facilmente contidos

¹⁶⁶ FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento tenentista: um debate historiográfico. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 108, p. 127-133, maio/2010.

¹⁶⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p. 12.

pelas forças fiéis ao presidente. Quanto às oligarquias dissidentes que sustentavam a Reação Republicana, abstiveram-se de dar qualquer apoio ao movimento.

Dois anos depois, na mesma data, cinco de julho, quartéis de São Paulo se sublevam. Dessa vez, conseguiram resultados mais significativos e tomaram a capital paulista. No entanto, sob forte repressão do presidente Artur Bernardes, que ameaçava bombardear a cidade, os rebeldes retiraram-se do estado para o sul do país, onde encontraram as tropas comandadas por Luís Carlos Prestes e João Alberto, que haviam se revoltado no Rio Grande do Sul. Em 1925, foi então organizada a chamada Coluna Miguel Costa-Prestes, que percorreu cerca de 25.000 km dando combate às tropas legalistas. Entre fevereiro e março de 1927, a coluna se desfez e uma parte de seus soldados exilou-se no Paraguai, já a outra, comandada por Prestes, adentrou na Bolívia. Acabava-se assim a aventura militar tenentista, mas ela permanecia nos corações e mentes daqueles insatisfeitos com o regime político brasileiro.

Por contestar o modelo excludente do sistema eleitoral da Primeira República, as revoltas tenentistas são bem quistas pelo grupo de Café Filho, o qual, como visto, foi preso por conclamar os jovens das forças armadas a se absterem da luta contra os rebeldes da Coluna Costa-Prestes. Nesse cenário, o novo porta-voz da imprensa dos cafeístas era a *Folha do Povo*, que tinha Sandoval Wanderley como um dos principais articuladores. Como o *Jornal do Norte* não sobrevive ao seu distante exílio do Rio Grande do Norte, a *Folha do Povo* aparece para preencher esse vazio deixado pela desarticulação do seu jornal. Era um jornal em consonância com o movimento tenentista, como se pode observar na publicação em homenagem ao natalício de Luís Carlos Prestes:

A data de 3 do corrente assinalou a passagem do aniversario natalicio do grande general revolucionario, Luiz Carlos Prestes, que, a frente de milhares de patriotas, se vem batendo ha dois anos, de armas na mão, contra o apodrecido regimem republicano.

De certo, esse dia, foi comemorado pelos seus irmãos de ideal com as mais carinhosas demonstrações de carinho e sympathy, porque a figura do vencedor de Mattos Grosso constitue para os seus subordinados uma especie de idolo.

[...]

Ha nove anos que serve á Patria dando por ella, como soldado, o melhor de sua intelligência e da sua abnegação.

Desde 26 de novembro de 1924 jurou libertar o Brasil do jogo da tyramnia bernardesca e ainda se encontra luctando como um bravo pela realização do seu ideal.¹⁶⁸

¹⁶⁸ Transcrito do jornal *Folha do Povo* de Natal no periódico homônimo do Maranhão, no dia 13 de janeiro de 1927.

Os cafeístas, portanto, encontravam-se no espectro oposto ao do presidente Arthur Bernardes, para eles um tirano que dava combate aos verdadeiros patriotas da Coluna Costa-Prestes, os quais lutavam contra o regime apodrecido. Depreende-se, assim, uma inversão de valores. Para o governo central e seus parceiros estaduais, Prestes e seus homens eram uma ameaça a ser combatida, uma sedição de uma parte das forças armadas contra as reais instituições republicanas e democráticas. Já para os redatores da *Folha do Povo* e do *Diário Nacional*, órgão do PD, esse movimento era uma revolta contra a estrutura perversa na qual estavam montadas as instituições desse período. Nessa perspectiva, Artur Bernardes representava o que havia de pior nela. Esse presidente governou quase todo o seu mandato por meio de estado de sítio. Ademais, enfrenta, em um único mandato, as revoltas tenentistas de 1922 e 1924, a Coluna Costa-Prestes e uma guerra civil no Rio Grande do Sul. Bernardes encarnava a política de alianças entre os situacionismos estaduais e o governo central, o que o elegia como alvo perfeito para ataques dos cafeístas.

A *Folha do Povo* de Sandoval figura, então, como principal meio de comunicação da oposição potiguar durante a segunda metade da década de 1920. Era a voz da Federação Trabalhista, organizada por Café Filho, e do Partido Democrático no Rio Grande do Norte. As ações dos opositoristas eram divulgadas nacionalmente, por meio de periódicos como o *Diário Nacional*, que ajudavam a minar a popularidade dos presidentes e dos legisladores norte-rio-grandenses. Em contrapartida, para engrandecer figuras-símbolo da resistência ao poder central, tanto o *Diário Nacional*¹⁶⁹ quanto a *Folha do Povo* possuíam um editorial voltado a glorificar os feitos dos tenentes.

Por ocasião das eleições de 1927, o Partido Democrático do Rio Grande do Norte, na figura do seu presidente estadual, o farmacêutico Dias Guimarães, previa a repetição da intervenção do governo central nas eleições estaduais. Em telegrama ao presidente da República, protestava contra essa intervenção que destruía a autonomia estadual.¹⁷⁰ Além disso, Café Filho arriscou-se em campanha para a Câmara Federal, cujos resultados parciais apontavam seu nome em pé de igualdade com os candidatos oficiais.¹⁷¹

Ao final da campanha, Café Filho conseguiu o número de votos para assumir o cargo. No entanto, o situacionismo negou a posse desse candidato, alegando que era fruto de falsas correspondências, supostamente assinadas por José Augusto, endereçadas às lideranças do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte recomendando o seu nome para a

¹⁶⁹ DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 6 out. 1927.

¹⁷⁰ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 2 fev. 1927; A MANHÃ, Rio de Janeiro, 1º fev. 1927.

¹⁷¹ GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 26 fev. 1927.

câmara estadual.¹⁷² Os dois lados acusavam-se mutuamente de falsificadores. *A República* noticiou, no dia 27 de fevereiro, o resultado final das eleições nos municípios de São Miguel, Apodi, Pau dos Ferros, Portalegre, Caraúbas e Luís Gomes. Nesse caso, o Café Filho superava ou igualava a quantidade de votos dos candidatos da situação. O jornal informou a abertura de inquérito contra a eleição de Café, pois o grande número de votos que conseguiu fora um ardil de seu cunhado João Carvalho Fernandes de Oliveira, funcionário da Estação Telegráfica de Natal. Em contrapartida, a *Folha do Povo* desafiava o governador a publicar tal telegrama. O ocorrido foi denunciado em vários periódicos de repercussão nacional, afirmando ser Café Filho o vencedor das eleições e apontando como desculpa do situacionismo a invenção dos telegramas falsos.¹⁷³

A eleição acabou com os seguintes resultados oficiais: para o Senado, foram eleitos João Lyra e Juvenal Lamartine, respectivamente, com 5.205 votos e 6.521; para a Câmara Federal, Dioclécio Duarte, com 6.252 votos; Raphael Fernandes, com 6.052; Alberto Maranhão, com 3.638; Eloy de Sousa, com 3.550. Já Café Filho, com apenas 1.768 votos, não se elegeu. Ele contestou os resultados, alegando a inelegibilidade de Dioclécio Duarte, por ter cometido fraude no alistamento eleitoral.¹⁷⁴

A importância desses acontecimentos não está em saber quem falava a verdade, mas em observar os mecanismos disponibilizados por situação e oposição para fazer prevalecer seus candidatos. Nesse embate, o jornal se estabeleceu como um espaço de propagação de ideias, uma vez que tanto a oposição – além do *Folha do Povo*, contava com a reprodução de inúmeros telegramas seus na imprensa dos grandes centros do país – quanto a situação, com *A República*, criavam um discurso sobre a realidade política demonizando o outro lado. Para os oposicionistas, as eleições eram vencidas por meio de estratégias desonestas que garantiam a perpetuação dos candidatos do governo. Associando-se a grupos nacionais, a oposição ia, por seu turno, ficando cada vez mais forte. Até mesmo o jornal *A República* mostrava que Café Filho possuía um grande eleitorado na capital potiguar.

Nesse contexto, havia uma luta no Rio Grande do Norte, particularmente em Natal, pelo poder de enunciar o operariado. Para tanto, diferentes grupos espacializavam a cidade buscando arregimentar trabalhadores de diversos setores da economia potiguar. Esses grupos legitimavam-se pelo movimento operário. Com isso, governistas, cafeístas e os recém-

¹⁷² O PAIZ, Rio de Janeiro, 2 mar. 1927.

¹⁷³ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 9 mar. 1927; A NOITE, Rio de Janeiro, 7 mar. 1927; O GLOBO, Rio de Janeiro, 9 mar. 1927.

¹⁷⁴ JORNAL DO RECIFE, Recife, 15 jan. 1927.

estabelecidos comunistas buscavam controlar espaços operários da cidade, visto que aumentar suas áreas de influência significaria uma maior afirmação de poder.

Controlar um território pressupõe estabelecer regras e normatizar comportamentos. Cada grupo se portava de uma maneira distinta. Os operários governistas, por exemplo, homenageavam os atos do governo e davam sustentação aos candidatos oficiais e frequentavam espaços do poder. Após o ato solene de posse da nova diretoria do Centro de Chauffeurs, seus membros seguiram em préstito juntamente com lideranças de diferentes associações de trabalhadores para a Vila Cincinato, residência oficial do governador, onde se confraternizaram com ele.¹⁷⁵

Nessa cerimônia, o antigo presidente João Damasceno dava posse ao sr. Plínio Salgado. Na ocasião, encontravam-se presentes: o orador oficial e advogado da associação, dr. Ivo Filho; o orador recém-eleito, Hermínio Araújo; Josué da Silva, Evaristo de Souza Martins e Raymundo Moreira, representantes, respectivamente, do Centro Operário, da União Proletária Beneficente e da União dos Sapateiros; e, por fim, o deputado estadual, o gráfico João Estevam. Na residência de José Augusto, uniram-se ao grupo João Ponche, presidente da Liga Operária, e Eduardo dos Anjos, orador da respectiva Liga.

Nas pesquisas documentais que se empreenderam para a produção desta dissertação, não se conseguiu acompanhar a trajetória de vida de todos esses sujeitos. Provavelmente, excetuando-se o advogado Ivo Filho, todas as outras lideranças eram operários de formação. Desses nomes, o de Eduardo dos Anjos e o de João Estevam foram os que apareceram com mais intensidade nas fontes pesquisadas. Eduardo dos Anjos rompeu com a Liga Artístico-Operária no ano de 1906, posicionando-se, segundo artigos do jornal *Diário de Natal*, ao lado do governo de Tavares de Lyra, o que era uma grande traição aos seus antigos companheiros da Liga, que militavam na oposição.¹⁷⁶ Não se tem certeza da época que João Estevam, também sócio da Liga, rompeu com a entidade.¹⁷⁷ Somente em 1911, veem-se os nomes de Eduardo dos Anjos e João Estevam associados à fundação de uma nova entidade, o Centro Operário Natalense.¹⁷⁸ Na década de 1920, quando a Liga e o Centro estavam próximos do governo, Eduardo dos Anjos voltou a militar nas fileiras da Liga, como supracitado.

De modo oposto, cafeístas e comunistas instituíam outras práticas espacializantes na cidade – a praça, as ruas e suas associações se estabelecem como locais para protestar contra o

¹⁷⁵ A REPÚBLICA, Natal, 1º fev. 1927.

¹⁷⁶ DIÁRIO DE NATAL, Natal, 28 ago. 1906, 17 nov. 1906.

¹⁷⁷ O PYRILAMPO, Natal, 2 jun. 1905.

¹⁷⁸ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 114.; CARDOSO, Rejane. *400 nomes de Natal*, 2000. p. 373-374.

governo e não para apoiá-lo. Para essas vertentes, o sindicato não se estabelecia como uma associação preocupada apenas com a ajuda mútua, mas sim como um espaço para lutar contra os problemas operários.

Nesse sentido, os territórios não são estáticos, estão em constante mudança, pois existem batalhas e resistências que conformam novos territórios e acabam com os antigos. Diferentes grupos se espacializam na cidade, mapeando seus mundos a partir de um imbricado sistema de significados, mitos e símbolos. A condição urbana se dá, desse modo, pela união de sua forma física com a sua dinâmica sociocomportamental.¹⁷⁹ As cidades são construtos político-espaciais conformados a partir da associação de pessoas. Nessa direção, o espaço da urbe é dado pelas relações entre seus moradores que lhes dão um sentido.

Quanto às relações do governo, o jornal *A República* acompanhou várias manifestações de associações operárias em eventos de homenagem a José Augusto e seus correligionários. A Liga Operária, o Centro Operário, a União Proletária, o Centro de Chauffeurs e a União dos Sapateiros formavam a frente operária de apoio. Os candidatos para o Senado, Juvenal Lamartine, e para a Câmara, Dioclécio Duarte, contavam com a solidariedade dessas associações.¹⁸⁰ No entanto, esse mesmo jornal silenciava outras associações trabalhistas, que criticavam as ações do governo. Segue telegrama desses “outros silenciados”:

Natal, 10-927

Na qualidade de legítimos representantes dos operários aqui protestamos contra as ignomínias da burguesia política deste Estado, a fim de entregar aos pioneiros do movimento libertário do Brasil a defesa da causa do nosso legítimo representante Café Filho, eleito deputado pela minoria.

Este jovem batalhador de sempre pelos nossos direitos e novos ideais proletários tem afrontado denodadamente todas as perseguições, processos, prisões, etc.

Em trinta de dezembro saiu da prisão por conclusão das penas que lhe foi imposta por haver na A Noite, de Recife, profligado os demandos bernardescos – (a.a) José Moura de Oliveira, padeiro; Raimundo Mesquita, Sergio Rocha, Francisco Costa, Lopes Teixeira, José Teixeira, Leandro Silvo, Manoel Francisco, Miguel Henrique, Gonçalves Oliveira, Jerônimo Antunes, Luiz Narciso e Julio Mello.¹⁸¹

¹⁷⁹ GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

¹⁸⁰ A REPÚBLICA, Natal, 13 jan. 1927, 14 jan. 1927.

¹⁸¹ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 13 mar. 1927.

Por meio desse telegrama, não se consegue identificar quais categorias profissionais apoiavam Café. Apesar disso, pelas greves anteriores e pela comparação com as entidades pró-José Augusto, observar-se que Café Filho conservava-se particularmente forte no seio das categorias portuárias e no ramo de panificação. Em 1927, quando retorna do Rio de Janeiro, aonde foi para contestar a candidatura de Dioclécio Duarte, Café Filho, saudado por algumas entidades operárias, foi recebido com entusiasmo pelos trabalhadores natalenses no cais da cidade, segundo as edições de seis e sete de maio do *Jornal do Recife*. Já no dia 10, esse mesmo periódico divulgou homenagem do operário Manoel Lopes Teixeira a Café.

Os jornais noticiavam aquilo que melhor se conformasse com seu grupo mantenedor. Possivelmente, seus artigos estavam repletos de exageros e imprecisões. A importância desses artigos repousa na reconstrução dos debates sobre como se devia organizar o trabalhador segundo a visão dos diferentes grupos políticos da cidade. Não se pode pensar o movimento dos operários potiguares como um movimento unicamente controlado por cima mas também considerar que os trabalhadores são sujeitos ativos de sua própria organização. Em última instância, são eles que escolhem a qual grupo pertencer, são seus desejos e aspirações que os levam a se organizar como grupo em torno de um líder.

Em uma mesma associação, existem diferentes grupos lutando para transformá-la. A própria União dos Sapateiros, que figurava entre as associações de classe ligadas ao poder, vai lentamente sendo o berço do primeiro núcleo do Partido Comunista (PC) no Rio Grande do Norte. Um dos seus líderes, o sapateiro José Praxedes, enviou telegrama a Dioclécio Duarte parabenizando-o por ser um dos nomes da chapa do governo.¹⁸²

Em entrevista ao jornalista Moacyr de Oliveira Filho, Praxedes explicou como se deu a formação do primeiro núcleo comunista potiguar. Esse sujeito, por meio de suas memórias, elencou uma série de acontecimentos como um grupo de indícios que já denunciava sua futura participação no movimento comunista. Ao recordar seu passado, organizou acontecimentos para demonstrar que já era comunista desde sempre. Seu encantamento por Frei Miguelinho e pelo índio Poty são articulados como vestígios da origem do seu sentimento revolucionário.¹⁸³ Ao ler as notícias sobre a Revolução Russa de 1917, devido à sua aproximação com esses dois sujeitos históricos, ele começava a entender o que ocorria nesse distante país da Europa. Na Escola Técnica de Aprendizes e Artífices, aprendeu o seu ofício e pregou seus primeiros sermões sobre a ideologia comunista. Sobre a revolução, Praxedes afirmou:

¹⁸² A REPÚBLICA, Natal, 14 jan. 1927.

¹⁸³ OLIVEIRA FILHO, Moacyr. *Praxedes, um operário no poder: a insurreição de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985. p. 25-26.

Comecei a achar que aquilo estava certo e que nós poderíamos tentar fazer o mesmo no Brasil. Até aí não tinha lido nada sobre marxismo. O que eu sabia era coisa da minha cabeça mesmo, coisa que eu sentia dentro de mim. Nessa época só havia lido “A Bíblia” e os livros escolares. Mais nada. O meu entusiasmo pela Revolução Russa foi totalmente espontâneo.¹⁸⁴

Suas explicações naturalizam a sua adesão às ideias comunistas. Usa-a para instituir uma determinada identidade. Militante e propagador desde a infância, “seu destino” natural seria organizar o movimento operário e deflagrar uma revolução. A memória esquece-se, porém, do fazer-se do indivíduo, pensa-o muitas vezes como uma identidade homogênea, quando, de fato, os sujeitos são constituídos de múltiplas identidades, muitas vezes contraditórias entre si. Praxedes olvida o Praxedes ligado aos grupos dominantes, o sujeito que organizava os sapateiros nos trilhos do sindicalismo governista.

No final da década de 1920, um grupo de seis homens, reunido na casa do sapateiro José Claudino, fundou a célula do PC no Rio Grande do Norte sob a orientação do militante pernambucano Lourenço Justino. O núcleo inicial, formado só por sapateiros, incluía, além do dono da casa: José Praxedes, Pedro Marinho, Arthur da Silva, Aristides e José Pereira.¹⁸⁵ Inicialmente, esse grupo não possuía grande aceitação no meio operário natalense, que estava dividido entre o grupo cafeísta e o grupo do governo. Com o tempo, os comunistas pioneiros passaram a trabalhar juntamente com Café Filho na organização do movimento operário, pois viram que esse seria o único modo de sobreviver e conseguir “cooptar” o maior número de companheiros.

Fundado em 1922, na cidade de Niterói, o Partido Comunista apareceu em um momento de intensa repressão do governo central. Como já foi exposto, Bernardes governou sob constante estado de sítio, a imprensa operária foi enfraquecida, assim como o recém-fundado partido comunista foi logo posto na ilegalidade. Em meio a essa intensa perseguição, os comunistas foram conquistando seu espaço, aos poucos, entre os trabalhadores, disputando com os anarquistas, socialistas e corporativistas, estimulando cisões dentro da própria organização sindical. Os primeiros sucessos dessa empreitada só foram vistos na segunda metade da década, quando o novo presidente da República, Washington Luís, revogou o estado de sítio do seu antecessor e as perseguições se tornaram mais brandas.

¹⁸⁴ OLIVEIRA FILHO, Moacyr. *Praxedes, um operário no poder*, 1985. p. 25-26.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p. 31-32.

Quanto às estratégias dos comunistas, em um primeiro momento, foram de cooperação com outras correntes ideológicas. Por exemplo, no jornal oficial do governo, *O Paiz*, a “Seção Operária” era escrita por Surandyr Raposo, líder dos sindicatos corporativistas tolerados pelo governo. Por meio de alianças firmadas, os comunistas tomaram gerência dessa coluna e, aos poucos, foram apresentando a ideologia bolchevique nessa seção. Com a grande circulação desse periódico pelo Brasil, as ideias comunistas foram espalhadas ocultamente pelo país.¹⁸⁶

Os comunistas norte-rio-grandenses, em um primeiro momento, assim como seus congêneres do sudeste do país, cooperavam com grupos de outras tendências, mais precisamente os cafeístas, que se aproximavam dos tenentistas e liberais. Desse modo, ajudaram Café Filho a organizar os trabalhadores em sindicatos críticos ao governo.

Nessa direção, é fundada a Federação dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte no intuito de combater a influência da Liga e do Centro Operário sobre os trabalhadores. A partir das fontes consultadas, não se consegue precisar a data de fundação dessa entidade, mas provavelmente lançaram-se as bases dessa instituição no ano de 1927, o ano da saída de Café da prisão. Situava-se na rua da Conceição, no bairro da Cidade Alta. Ela foi responsável por aglutinar os grupos operários em suas lutas por melhores condições de trabalho e de vida, até mesmo o grupo do comunista Praxedes se filiou a essa instituição. Possuía uma boa infraestrutura, localizada em um sobrado construído no começo do século XIX, que mantinha escolas infantis, uma banda de música e uma escola de teatro, além do jornal *Folha do Povo*, que era seu porta-voz oficial.¹⁸⁷ Essa federação não foi uma obra solitária de Café Filho, possivelmente todos aqueles nomes listados no telegrama enviado ao jornal carioca *A Manhã*¹⁸⁸, pondo-o como legítimo representante dos operários, estavam envolvidos na constituição dessa instituição. Esses trabalhadores, assim como os comunistas, viam em Café Filho a figura que aglutinaria uma nova forma de liderança, que buscava atender as reivindicações operárias.

Continuando suas ações contrárias ao governo da época, em maio de 1927, Café Filho entra com uma ação contra o Estado do Rio Grande do Norte pelo empastelamento do *Jornal do Norte*, do qual era proprietário e diretor. Responderiam pela acusação tanto o atual governador, José Augusto, quanto o ex-governador, Antônio de Sousa.¹⁸⁹ Não se tem notícias de quem venceu essa ação, no entanto, o fato de um governador e ex-governador serem

¹⁸⁶ Sobre a ascensão do Partido Comunista Brasileiro, ver: *A Invenção do Trabalhismo*, de Angela de Castro Gomes (2005), mais precisamente o terceiro capítulo: Os anos 20: o debate ou “a Razão se dá aos loucos”.

¹⁸⁷ OLIVEIRA FILHO, Moacyr. *Praxedes, um operário no poder*, 1985. p. 31-32; CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 53.

¹⁸⁸ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 13 mar. 1927.

¹⁸⁹ JORNAL DO RECIFE, 27 maio 1927, 3 jun. 1927, 20 jun. 1927.

chamados para depor, já se constitui em um enfraquecimento do poder dos grupos locais. Mas ainda assim eram poderosos o suficiente para mandar surrar jornalistas e perseguir usando toda a máquina administrativa de seus opositores, como será abordado na parte final deste capítulo.

Para conter os ânimos oposicionistas, atingindo uma das suas principais lideranças, a situação articulava um projeto de lei que tramitava pela Assembleia Legislativa estadual, que visava a proibir o exercício da advocacia aos provisionados. Essa lei certamente era um ataque direto a Café Filho, que apoiava o movimento sindicalista na sua prática no direito. No entanto, não tinha formação acadêmica para tal, exercendo a função a partir de um mecanismo legal na época, que era prestando uma espécie de concurso para exercer a profissão como rábula. Ele era o advogado dos pobres, estivadores, padeiros e portuários da cidade, o que lhe rendia uma das suas propagandas políticas. Por isso, a *Folha do Povo* lançou um desafio a todos os bacharéis para discutir dez pontos de direito perante uma comissão julgadora de reconhecidos juristas. O vencido teria de renunciar ao exercício da advocacia.¹⁹⁰ Ao que parece, não surgiu ninguém para desafiar o rábula Café Filho.

2.3 Democratas e republicanos: culturas políticas em confronto no final da Primeira República

O Partido Democrático fortalecia-se cada vez mais. Em 21 de setembro de 1927, membros dessa agremiação juntamente com a Aliança Libertadora gaúcha fundaram o Partido Democrático Nacional, que tinha como presidente o republicano histórico Joaquim Francisco de Assis Brasil.¹⁹¹

No primeiro ano de seu mandato, Juvenal Lamartine (1928) enfrentou uma forte campanha dos democratas, que além de contar com seus próceres locais, Café Filho, Sandoval Wanderley e Dias Guimarães, foi fortalecido pela propaganda da Caravana Democrática, que trazia em suas fileiras, entre outros, o próprio presidente do partido: Assis Brasil. Quando os caravaneiros estiveram no estado, o governador Juvenal Lamartine mandou o secretário geral do governo, Christóvão Dantas, cumprimentar o republicano histórico e todos os membros da

¹⁹⁰ JORNAL DO RECIFE, 16 out. 1927.

¹⁹¹ VERBETE: ASSIS BRASIL, Francisco de. IN: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-francisco-de-assis-brasil>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

Caravana. O clima foi de muita cordialidade entre ambas as partes, os caravaneiros visitaram escolas da capital e gostaram muito do que viram.

Em conferência no teatro Carlos Gomes, Assis Brasil tratou da necessidade da união de todos os liberais do país. Posteriormente, falou Nereu Ramos, político catarinense, que incitou o povo a formar legiões para combater as falhas da República e os exploradores do regime. O gaúcho Simões Lopes Filho fez em seu discurso alusão à Coluna Prestes, que “aspergiu os princípios na terra arada pela revolução”. Por fim, discursou Maurício de Lacerda, que fez a preleção mais veemente da noite. Disse que as ideias do governo do Rio Grande do Norte eram incompatíveis com os ideais do Partido Democrático e acusou todo o situacionismo de somente ganhar eleições por meio de fraudes.¹⁹² Lacerda era um conhecido líder socialista carioca que participava intensamente das discussões que envolviam o operariado.¹⁹³ Em Natal, seu discurso foi o mais efusivo, atacou o governo do estado, pois este veiculava na imprensa oficial que a caravana estava em consonância com os ideais do Partido Republicano, o que era incoerente, “pois o governo do Estado, apoiando o governo federal, implicitamente estava contra os ideais do Partido Democrático”.¹⁹⁴ Para Lacerda, eram incompatíveis os ideais defendidos pela caravana e os professados pelo situacionismo estadual, que apoiavam a eleição de Júlio Prestes para a presidência em eleições que seriam marcadas por fraudes e opressões.

Posteriormente, a caravana seguiu para Ceará-Mirim, onde visitou a Liga Operária local. Ao retornar para Natal, a comitiva conheceu a federação de trabalhadores organizada por Café Filho. Nessa ocasião, Maurício de Lacerda afirmou que o programa do Partido Democrático resolveria muitos dos problemas do operariado e convidou-os a lutar contra a situação que pretendia degenerar em ditadura, à imitação do fascismo.¹⁹⁵ Nesse sentido, definiu dois polos específicos: de um lado, existia o Partido Democrático, de fundamentação democrática; do outro, o velho Partido Republicano, montado sob uma estrutura que facilitava a corrupção e a não participação popular. Para Lacerda, a política brasileira do modo como estava estruturada iria desembocar em uma espécie de fascismo, em uma ditadura de um determinado grupo sobre os outros.

Ademais, ecos do que acontecia na Europa chegavam ao Brasil. A década de 1920 pode ser caracterizada como o período de ascensão de regimes totalitários por toda a Europa: em parte, como consequência das crises geradas pela implementação de frágeis regimes

¹⁹² DIÁRIO NACIONAL, Rio de Janeiro, 2 ago. 1928.

¹⁹³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, 2005. p. 131-132.

¹⁹⁴ DIÁRIO NACIONAL, Rio de Janeiro, 2 ago. 1928.

¹⁹⁵ DIÁRIO NACIONAL, Rio de Janeiro, 3 ago. 1928.

democráticos; em parte, pelo medo do comunismo, os sindicatos comunistas europeus ficavam cada vez mais fortes. Na Itália, os fascistas de Benito Mussolini já representavam uma força considerável no parlamento. Em 1924, um comando fascista assassinara o militante socialista Giacomo Matteotti; dois anos após, seria proibida a organização de qualquer movimento de oposição. O totalitarismo rapidamente se espalhava pela Europa.¹⁹⁶

Não era a primeira vez que os desmandos governistas da Primeira República eram comparados aos atos de governos fascistas e autoritários. O próprio José Augusto, como já exposto, foi chamado de “Mussolini Jerimum” e o governo de Juvenal Lamartine comparado com o governo de Mussolini. Para uma determinada vertente do Partido Democrático, mais precisamente a mais próxima dos movimentos socialistas, a exemplo do próprio Maurício Lacerda, as articulações políticas da Primeira República eram vistas como um sintoma da emergência de uma espécie de fascismo à brasileira. Ao adjetivar lideranças do Partido Republicano de fascistas, de certa forma, denunciava-se a aparência de democracia na qual vivia a política brasileira e a exclusão de amplos setores da população do debate político.

Embora José Augusto, em seus discursos, afirmasse compromisso com a democracia e se diferenciasse dos antigos líderes republicanos, até o final do seu governo sempre voltava a se harmonizar com elementos da família Maranhão. Daí as críticas da oposição: ele continuava dentro do velho esquema oligárquico e, da mesma forma que seus antecessores, José Augusto e Juvenal Lamartine, perseguia elementos ligados à oposição local.

O respeito aos caravaneiros se dava, em grande medida, pela presença do velho republicano Assis Brasil. Sua pessoa era muito ligada à emergência da República do Brasil, por isso não havia como o situacionismo norte-rio-grandense atacá-lo sem causar um desconforto dentro do próprio Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Criticar esse republicano histórico era investir contra os esteios nos quais estava alicerçado o pensamento republicano, era agredir um símbolo republicano.

Por isso, no dia 29 de agosto, quando os caravaneiros retornaram ao Rio Grande do Norte, novamente foram bem tratados pela situação, que enviou Augusto Lyra, elemento da situação potiguar, para saudar Assis Brasil. Recebido por cerca de mil pessoas no cais do porto, Café Filho, na ocasião, saudou os visitantes como membro do diretório local do Partido Democrático, mostrando a satisfação pelo retorno dos excursionistas.¹⁹⁷

¹⁹⁶ Para um maior entendimento sobre a emergência dos regimes totalitários na Europa, ver: MAZOWER, Mark. *Continente sombrio: a Europa no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁹⁷ DIÁRIO NACIONAL, Rio de Janeiro, 30 ago. 1928.

Faltavam apenas três dias para as eleições municipais, quando da última visita da caravana. O Partido Democrático concorreria às eleições com sete nomes, entre eles, o do jornalista Café Filho. A situação apresentou chapa completa, com dez nomes para concorrer ao pleito. Os democráticos estavam em franca expansão, pois além do diretório na capital do estado estabeleceram uma célula desse partido na cidade de Mossoró.¹⁹⁸ O jornal *Diário Nacional*, quando noticiou a visita da caravana democrática no Rio Grande do Norte, não deixou de fazer sua crítica aos elementos que concorreriam às eleições municipais. Na chapa do governo, estava o general reformado Toscano de Brito, denunciado recentemente por apropriação indevida de dinheiro. O jornal não especificou o que foi essa apropriação, no entanto, citou-a para, de alguma forma, desprestigiar a chapa situacionista.¹⁹⁹

Com o distanciamento dos caravaneiros, a tolerância do presidente Juvenal Lamartine chegou ao fim. O clima de paz que reinou durante a visita de Assis Brasil estava acabado, poucos dias após, recomeçou a perseguição. O governo de Juvenal Lamartine pode ser caracterizado, entre outros aspectos, pela perseguição implacável aos seus inimigos políticos, embora com alguns rompantes liberalizantes. Foi o introdutor do feminismo no Rio Grande do Norte e pensava o desenvolvimento econômico do estado como fator de crescimento social²⁰⁰. No entanto, não tolerava discordâncias nem críticas. Durante seu governo, perseguiu Café Filho violentamente com forças da ordem. Os espaços articulados por Café e seu grupo político (Sandoval Wanderley, Dias Guimarães, Kerginaldo Cavalcanti e as lideranças trabalhistas) foram duramente atacados durante esse período.

O Partido Democrático, a Federação Regional do Trabalho e a *Folha Operária* sofreram com a repressão do presidente do Rio Grande do Norte. Ações que, em certa medida, destoavam do que foi professado em sua plataforma de governo, documento lançado quando seu nome foi escolhido para suceder José Augusto no governo do estado em 1927. Nele, enfatizou que seguiria o caráter liberal do regime republicano, o qual respeitava a diferença de pensamento e a liberdade de se expressar.²⁰¹ Ele se apresentava como continuidade ao governo de José Augusto, “um administrador progressista e liberal”²⁰², que praticaria uma “política moderna”, interessada na comunhão e na ordem social.²⁰³

¹⁹⁸ DIÁRIO NACIONAL, Rio de Janeiro, 30 ago. 1928.

¹⁹⁹ DIÁRIO NACIONAL, Rio de Janeiro, 30 ago. 1928.

²⁰⁰ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 343.

²⁰¹ FÁRIA, Juvenal Lamartine. *Plataforma*. Natal: Imprensa Diocesana, 1927, p. 4.

²⁰² FÁRIA, Juvenal Lamartine. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado do Rio Grande do Norte à Assembleia Legislativa*. Natal: Imprensa Oficial do Estado, 1928, p. 3.

²⁰³ *Ibid.*, p. 3.

Observa-se que tanto José Augusto como Juvenal Lamartine alçavam-se como um tipo diferente de político. No nível do discurso, eles eram defensores da democracia e representavam uma forma de fazer política moderna, buscando o interesse das demais classes sociais. Até o final da Primeira República, esse grupo político continuava integrado ao sistema que agregava diversas situações nas outras unidades da federação. Além de representar a situação, esses dois políticos não toleravam determinadas ações de Café Filho à frente da federação dos trabalhadores nem do Partido Democrático.

A vitória de Café Filho nas eleições municipais de setembro de 1928 foi um sintoma da popularidade desse sujeito entre os natalenses, do mesmo modo que demonstrou as práticas de fraudes e coações impetradas pelo situacionismo. O carioca *Correio da Manhã* publicou, no dia oito de setembro, telegrama enviado por Café Filho a Assis Brasil denunciando a dissolução da mesa apuradora das eleições, a qual fazia adulterações nas atas, o que comprovava a falsificação claramente visível no documento em questão. Apesar disso, três democratas haviam superado os candidatos do governo a despeito de todo o controle exercido pelo situacionismo, que montava estratégias para impedir o voto nas oposições. Sobre essa prática, Café denunciou em suas memórias que um dos seus eleitores, um simples padeiro, teve a eletricidade de seu estabelecimento comercial cortada por confirmar o voto em Café Filho.²⁰⁴ Embora lembrasse dos acontecimentos tempos depois, a denúncia de Café à política daquele período se coaduna com o que a historiografia brasileira criou sobre aquele período, podendo ser que até mesmo suas memórias tenham sido fruto dessas leituras. As eleições, por vezes, eram ganhas em um processo chamado “bico de pena”, no qual as atas da eleição eram destruídas e a própria mesa apuradora compunha a bico de pena de tinta as novas atas.

A partir das eleições de setembro, assistiu-se a uma nova escalada de violências contra Café e seus correligionários. Em sua autobiografia, ele narrou o episódio em que quase foi morto por um capanga desconhecido em frente à sede dos sindicatos, só sobrevivendo porque passou a andar armado com um revólver por temer represálias. A memória do medo daqueles tempos permaneceu na mente do Café Filho idoso:

Andava armado, porém alarmado. Perscrutava as esquinas, os becos, as portas entreabertas, as ruas pouco transitadas, com sentimento temeroso. Alguns movimentos pareciam-me suspeitos e lúgubres e os vultos mais ou menos sombrios. De repente, de alguém mal identificado, poderia irromper o gesto algoz.²⁰⁵

²⁰⁴ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 51.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 52-53.

A cidade tornou-se um lugar perigoso para Café. Suas atividades cotidianas, como sociabilizar com Pedro Dias Guimarães em sua farmácia, ou ir à sede dos sindicatos, era uma aventura que agora lhe causava temor. Cada beco, cada rua e cada residência poderiam ocultar seu carrasco; enfim, a morte poderia estar lhe esperando em qualquer recanto da cidade. Desse modo, Natal deixou de ser unicamente o local de suas lutas, transformou-se no espaço de seus medos.

O temor não lhe retirou as forças para criticar a oposição. O discurso cafeísta ficava cada vez mais intenso em críticas ao governo. No dia seguinte à tentativa de assassinato, mandou distribuir em folha complementar uma proclamação ao povo de Natal e do Rio Grande do Norte na qual documentou os atos nefastos de Juvenal Lamartine.²⁰⁶ Culpou o governo do estado pela tentativa de homicídio, o que desembocou uma intensa perseguição a sua pessoa e a seus sectários. O cafeísta Sandoval Wanderley, no seu livro de memórias, narrou os episódios de violência desencadeados pela denúncia de Café:

Aconteceu, então, a explosão! O sítio Jaguarari, residência de Café Filho, é invadido pelos policiais armados de fuzil, na madrugada de 23 de novembro de 1928, registrando-se espancamentos em pessoas de sua família. Café, a essa altura, encontrava-se em Recife, fugindo à fúria dos seus perseguidores.

Na mesma madrugada o Sindicato Geral dos Trabalhadores de Natal, onde funcionavam, sob minha direção cinco escolas para operários e seus filhos e mantínhamos uma charanga, um teatrinho ao ar livre, uma tipografia de minha propriedade e os nossos escritórios de advocacia, recebia também a visita dos chefes policiais que entraram a quebrar tudo, não deixando “pedra sobre pedra”, surrando alguns operários que dormiam no edifício.

Logo pela manhã, recebo um bilhete de Jessé Café, irmão de Café Filho, e ainda de menor de idade, nos seguintes termos: “Sandoval, sofri ontem que só couro de pisar fumo! Não sai de casa. A polícia está procurando você”. Esperei a minha vez. Mais de cem operários haviam sido espancados.²⁰⁷

O estado era de tensão. Os democratas acusavam o governador de exercer violência contra todos aqueles ligados a Café Filho, ao passo que Juvenal Lamartine e os governistas se diziam dentro da lei. Iniciou-se uma guerra de discursos. Enquanto os cafeístas enviavam para vários jornais oposicionistas espalhados pelo país o relato dos espancamentos e excessos

²⁰⁶ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 52-53.

²⁰⁷ WANDERLEY, Sandoval. *Minha luta política: 1920-1951*. Natal, p. 29-30. In: SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 352.

praticados no Rio Grande do Norte²⁰⁸, Juvenal Lamartine também expedia suas mensagens. Em telegrama destinado à Associação de Imprensa de Pernambuco, dá sua versão dos acontecimentos:

No dia 21 do corrente às 11 horas da noite a policia foi chamada à sede de uma sociedade secreta que sob o título de Federação Regional do Trabalho, realizava sessões, comparecendo indivíduos suspeitos. Havia acalorada discussão no prédio, sobressaltando a vizinhança. Com a aproximação a polícia, fugiram alguns desordeiros. Encontraram-se armas e bombas de dynamite. O individuo João Café Filho, mentor da associação carbonária, fugiu bem como o companheiro Sandoval Wanderley. Não são verificadas as notícias de espancamento de mulheres. Natal continua em inteira calma.²⁰⁹

Um lado desenhava uma cidade em pânico, o outro descrevia sobre a calma nas ruas natalenses e dizia que eram os próprios operários da associação que perturbavam a paz da cidade. Nesse cenário, o situacionismo era bombardeado por todos os lados, funcionando os jornais oposicionistas nacionais como caixa de ressonância para os acontecimentos do Rio Grande do Norte. Não só na imprensa mas também na Câmara Federal o debate foi intensificando-se, como mostra edição de 28 de novembro de 1928, do *Diário Nacional*. Por ocasião da expulsão violenta de Café Filho do Rio Grande do Norte pelas forças policiais do governo, assistiu-se nas tribunas ao caloroso debate entre o deputado potiguar Dioclécio Duarte, aliado de Juvenal Lamartine, e o deputado Azevedo Lima, político membro do Bloco Operário Camponês (BOC).²¹⁰ Enquanto o primeiro representava os interesses dos grupos políticos que comandava a política eleitoral potiguar, o segundo era um político carioca, membro da frente ampla que formou o BOC. Embora tempos depois tenha se incompatibilizado com os comunistas também membros do bloco, o posicionamento político de Azevedo o aproxima dos ideais defendidos por esse grupo.

Os debates se inflamavam e a oposição mais uma vez conseguia se articular. Nacionalmente, criava-se uma rede de sociabilidade entre as diversas regiões do país integrando as oposições por meio de denúncias de excessos cometidos pelos governos estaduais. Os jornais e os debates na câmara instituíaam dois lados, o da defesa incondicional do governo, representado, nesse caso, pelo deputado Dioclécio Duarte, que defendia as ações de Juvenal Lamartine, o qual, para ele, certamente, representava atos republicanos legítimos;

²⁰⁸ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 27 nov. 1928; A MANHÃ, Rio de Janeiro, 28 nov. 1928; DIÁRIO NACIONAL, Rio de Janeiro, 28 nov. 1928.

²⁰⁹ A PROVÍNCIA, Recife, 25 nov. 1928.

²¹⁰ DIÁRIO NACIONAL, Rio de Janeiro, 28 nov. 1928.

do outro lado, encontrava-se uma oposição heterogênea, composta por vários setores – socialistas, comunistas, liberais, tenentistas e oligarquias dissidentes –, que buscavam em uma ampla reforma política a ampliação da representatividade.

Café Filho, por seu turno, vinculava-se à ala do PD mais próxima dos ideais tenentistas. Seu grupo via com entusiasmo o movimento liderado por Carlos Prestes e Miguel Costa, que buscava derrubar o governo de Artur Bernardes e depurar a política brasileira. A figura do primeiro ofuscava todas as demais lideranças. Prestes, para parte da imprensa oposicionista, foi alçado a símbolo máximo de resistência pelo regime oligárquico que tinha deturpado a constituição republicana. A aproximação do grupo cafeísta com os ideais tenentistas pode ser observada pela presença do tenente Euclides Neiva na sociabilização com esse grupo, que tinha seu núcleo duro composto por, além do advogado e jornalista Café Filho, o farmacêutico Pedro Dias Guimarães, o jornalista Sandoval Wanderley e o promotor público Kerginaldo Cavalcanti.

Neiva, natural do estado do Maranhão, chama a atenção por ter sido um dos “soldados” da Coluna Prestes Miguel Costa. As fontes pesquisadas não revelam como ele chegou a Natal, ou se era procurado judicialmente, nem de que forma se aproximou dos cafeístas da cidade, o que se observa foi que pouco tempo antes de Café Filho sofrer um atentado em frente à federação sindical, Neiva, juntamente com Dias Guimarães e Café, encontravam-se na farmácia do primeiro.²¹¹

O que será que conversavam? Frivolidades do cotidiano natalense? Era comum nas noites quentes potiguares esses sujeitos encontrarem-se para um animado bate-papo? Seguramente, a farmácia de Guimarães funcionava como um espaço de encontro dos cafeístas, lugar onde se discutia o cotidiano da vida na urbe potiguar, onde, certamente, em meio a gargalhadas irrompidas pelas anedotas urbanas, esses sujeitos compartilhavam os temores e as esperanças de um país melhor. O que seria um país melhor para esse grupo? Uma determinada cultura política emergia em Natal, uma nova forma de ver e praticar a política estava emergindo, porém, não era uma discussão isolada, pois se ligava com as críticas e os debates das oposições nacionais. Como um fluxo, ela agregava experiências de vida de todos os seus membros que, embora cada qual possuísse uma visão de política que o particularizava, criavam uma intersecção que os unia como grupo. As culturas políticas inserem-se no campo das longas durações, estão integradas às questões das mentalidades,

²¹¹ DIÁRIO NACIONAL, Rio de Janeiro, 28 nov. 1928.; CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 53.

dessa forma, Café Filho e seus parceiros integram-se ao debate mais geral, apesar de ser também construtores dessas discussões.

As culturas políticas não são estáticas, estão em constante transformação. Os cafeístas, a partir de uma série de influências que vão desde o liberalismo político norte-americano, passando pelas ideias revolucionárias dos tenentistas, criam zonas de aproximação e de distanciamento com outros grupos. Suas vivências e experiências vão fortalecendo uma dada identidade de grupo. O cafeísmo se constitui em um amálgama de tendências, sobrepondo-se umas as outras e instituindo uma nova forma de entender e praticar a política. Em 1923, o ideário da democracia americana aparecia forte demais no discurso de Café Filho, lugar onde os partidos políticos estão bem estruturados, onde os diferentes setores sociais podem participar da vida política.²¹² Em fins de 1928, os cafeístas continuaram a criticar o situacionismo, mas se utilizando de exemplos nacionais como o movimento tenentista e o Partido Democrático. Dessa forma, dois caminhos se mostraram para Café Filho e seu grupo: a revolução com os tenentes²¹³, ou a via eleitoral com o PD.²¹⁴ De alguma forma, esses dois caminhos não eram de todo antagônicos. Como vimos, elementos do PD, além de Café, mostravam simpatia pelo movimento revolucionário tenentista. Esse partido era uma frente ampla que contava com a participação de um grupo heterogêneo de pessoas que, em comum, muitas vezes, só havia mesmo a vontade de derrubar o governo. Os projetos de país eram eminentemente diferentes.

O situacionismo, por sua vez, estava sustentado em uma teia de acordos e trocas políticas. A cada nova eleição, as forças deviam se reacomodar. Novas chapas, novas forças, novos grupos precisavam ser acomodados a cada pleito eleitoral. O sistema político da Primeira República facilitava esse processo, visto que o projeto de República vencedor foi o capitaneado pelos cafeicultores paulistas, que buscavam a descentralização do poder e instituíam mecanismos como a Verificação de Poderes da Câmara Federal, que dificultava a eleição de candidatos oposicionistas, já que era a comissão responsável por dar legitimidade às candidaturas.

Desde os primeiros anos republicanos, os líderes políticos do Rio Grande do Norte ficaram do lado dos paulistas, auxiliando-os na montagem do novo regime.²¹⁵ Nesse sentido, embora José Augusto e Juvenal Lamartine dissessem o contrário, continuaram do lado dos paulistas no caso do rompimento entre o Partido Republicano Paulista e o Partido

²¹² JORNAL DO NORTE, Natal, 17 jun. 1921.

²¹³ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 48.

²¹⁴ DIÁRIO NACIONAL, Rio de Janeiro, 2, 3 e 30 ago. 1928.

²¹⁵ LINDOSO, José Spinelli. *Coronéis e oligarquias na Primeira República*, 2005. p. 14.

Republicano Mineiro. Embora parecesse que o líder republicano estadual possuía amplos poderes sobre a vida política do seu estado, como a oposição tanto alardeava, chegando a compará-los com ditadores, na verdade, seu poder estava estruturado sob uma tênue aliança entre lideranças locais e nacionais.

A principal qualidade da liderança partidária deveria ser sua capacidade de harmonizar as forças do estado e conseguir entretecer alianças benéficas no âmbito federal. Dessa forma, para governar, ele precisava ouvir tanto a base, os chefes municipais, quanto os chefes nacionais dos republicanos. Quando os Maranhão não responderam mais aos anseios de parte desses chefes municipais, foram aliados da liderança partidária. Todavia, como representavam uma força significativa, continuaram participando do jogo político eleitoral, como já vimos, no caso em que José Augusto foi praticamente obrigado a aceitar candidatos dessa família na chapa para as eleições federais. Em nome da pacificação política, muitas vezes o chefe político acabava contradizendo os seus discursos, uma vez que pouco tempo antes, ele discursava sobre a antiga forma de fazer política e rompia com esse clã. O chefe do Partido Republicano do Rio Grande do Norte precisava harmonizar as diferentes pretensões e desejos de sua base política em troca de estabilidade e tranquilidade em seu governo.

Com o advento de novos atores sociais, mais precisamente as classes médias urbanas e o operariado, na década de 1920, via-se uma aproximação dos republicanos com entidades de trabalhadores, os quais passaram a ter peso nas decisões do situacionismo potiguar. Depois da greve de 1923, esse segmento social precisava ter suas reivindicações atendidas em nome da garantia da ordem. Ter os trabalhadores urbanos sob a alçada do situacionismo era importante para evitar agitações na cidade. Com a Universidade Popular, a eleição do gráfico João Estevão e a presença das autoridades estaduais nas atividades operárias, o governo objetivava afastar os trabalhadores de ideias ditas subversivas, como o comunismo, ou da influência, igualmente subversiva, do advogado João Café Filho.

Vivia-se o tempo da Lei Aníbal de Toledo, ou Lei Celerada, como ficou conhecida. Votada no Parlamento no ano de 1927, surgiu no governo de Washington Luís para combater o movimento operário, pois proibia eventos que incitassem a revolta dos empregados contra os patrões, assim como autorizava o executivo a fechar qualquer agremiação que ele julgasse atentar contra a ordem pública.²¹⁶ Contra essa lei, o deputado federal pelos democratas, Francisco Morato, profere na câmara federal o seguinte discurso:

²¹⁶ Ver sítio da Câmara Federal com as principais leis e decretos instituídos na Primeira República. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5221-12-agosto-1927-562990-republicacao-87106-pl.html>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

O governo se illude, senhores. Trata-se de mordaza que vem expungir uma das nossas conquistas; de mordaza que vem obstar a livre expansao do pensamento do povo; de mordaza que vem tirar os unicos meios por onde a opiniao collectiva se faz reflectir uos orgaos directores do paiz; mas de mordaza inutil.
[...]

O que o parlamento vao votar nao e somente uma inutilidade, um preceito que ha de ser annullado pelo Judiciario, em casos concretos, mas uma medida que o governo de facto nao podera cumprir – porque, senhores, nao e tarefa pequena asphyxiar a voz, obrigar ao silencio, uma forza poderosa como e a imprensa; nao e obra insignificante amordazar – como se tratara de acalmar um mastim qualquer – uma imprensa qual a do Brasil, sciente e consciente de sua propria dignidade.²¹⁷

Segundo esse deputado, a nova lei seria um atentado contra a liberdade de expressao. Para ele, controlar a imprensa seria derrubar uma das principais conquistas do Brasil. Juntamente com a Lei Adolfo Gordo (a lei de expulsao de estrangeiros do pais por atividades subversivas), de 1907, essa legislacao surgia com a desculpa de combate ao comunismo e ao anarquismo. Porém, os criticos a lei afirmavam que ela seria utilizada muito mais do que simplesmente para perseguiçao aos subversivos. Ela outorgaria, dessa forma, plenos poderes para o executivo atacar legalmente seus opositores. Além do mais, o deputado Morato acreditava que a liberdade de imprensa e de opiniao estava acima de qualquer temor comunista. A liberdade de imprensa “e uma conquista da civilizacao moderna, que nao podemos abolir de nossa legislacao onde figura como um marco glorioso do nosso liberalismo e da nossa cultura juridica”.²¹⁸

Também contra tal lei, o *Diário Nacional* e os democratas da Câmara iniciaram uma intensa propaganda. Esse grupo, que se coadunava com um ideário liberal democrático, via a lei como uma concentraçao de poderes nas mãos do executivo à semelhança dos regimes fascistas europeus, pois a Lei Celerada veio acompanhada de outra lei que definia os crimes de responsabilidade do Supremo Tribunal Federal, entre eles, o crime de votar sobre questoes politicas.²¹⁹ Dessa forma, o judiciário estaria impedido de julgar sobre o fechamento de jornais e associações por ser um ato unicamente político. A esse respeito, o *Diário de Nacional* de 10 de agosto de 1927 conclui:

Perderá o Poder Judiciario a mais bella de suas funçoes e a mais importante no regime, qual a de “julgar se o acto do poder legislativo e realmente lei, se o do poder executivo se conforma com uma lei que realmente o seja” e a de “nao considerar

²¹⁷ DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 30 jul. 1927.

²¹⁸ DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 30 jul. 1927.

²¹⁹ DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 10 ago. 1927.

como leis e como validos quaesquer actos legislativos ou administrativos, mas sómente os que não forem infringentes da Constituição, que é a lei das leis”. Restarão, portanto os Poderes Executivo e Legislativo, ou, melhor, restará apenas aquelle, porque este já foi completamente dominado e absorvido por aquelle. Restará, soberana, a vontade do chefe do Executivo, como na Italia o poder incontrastável do “Duce”.²²⁰

Para o autor do artigo, o Brasil lentamente se transformava em uma Itália fascista, onde “o predomínio absoluto de um homem, de uma só vontade, encarnada no Poder Executivo”²²¹ sobrepuja-se aos demais. Para esse periódico, a reação liberal, capitaneada pelos democráticos, estava sendo asfixiada, não sendo poupados nem mesmos os operários.²²² Ele prossegue citando o caso de Natal como o primeiro governo a saquear e depredar uma associação operária. Juvenal Lamartine estava, assim, agindo como seus companheiros paulistas.

Não podendo contrariar as acusações de violência, Juvenal Lamartine tenta demonizar a figura de Café Filho ao acusá-lo de comunista²²³, justificando, dessa maneira, a veemência com que o perseguia. A esse respeito, a Federação Regional do Trabalho de Café Filho era um espaço que reunia uma ampla gama de indivíduos de diferentes matizes de pensamento. Como foi observado, os comunistas e Café possuíam uma relação de proximidade, mas isso se dava, em grande medida, por causa da necessidade de se unirem contra um inimigo comum. Comunistas acusavam Café de desvirtuar a luta operária, embora o ajudassem na organização da federação.

Por sua vez, o órgão oficial do Partido Democrático denunciou o ódio que o chefe do executivo estadual sentia da Federação do Trabalho, pois essa entidade reunia milhares de trabalhadores em Natal e em suas ramificações pelo interior. Fundada pelo “ardoroso democrático” Café Filho, não era uma sociedade com objetivos subversivos ou meramente políticos; seus propósitos eram unicamente proteger o operariado potiguar. A popularidade dessa entidade, para o articulista, causava a ira no governo que, protegido pelo “regime draconiano que a estreita mentalidade washingtoniana inaugurou no paiz”²²⁴, destruiu a principal associação de trabalhadores do estado. Com isso, saciou seu ódio contra os operários e contra os membros locais do Partido Democrático.

²²⁰ DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 10 ago. 1927.

²²¹ DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 10 ago. 1927.

²²² DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 28 nov. 1928.

²²³ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 29 nov. 1928; DIÁRIO NACIONAL, Rio de Janeiro, 30 nov. 1928.

²²⁴ DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 28 nov. 1928.

Estavam em jogo os espaços operários da cidade. Quem falaria em nome dos operários? Quem os operários iriam ter como liderança? A destruição da Federação do Trabalho e a expulsão de Café e de Sandoval Wanderley do estado fazem parte do mesmo projeto governamental de arregimentar os operários para a sua causa. Nessa direção, os governistas perpetraram vários investimentos em pontos estratégicos da cidade. Em maio de 1928, as associações ligadas a Juvenal Lamartine realizaram um comício nas Rocas com o objetivo de lá fundar uma associação. Mas não adiantou muito, pois as Rocas já havia se tornado território dos operários cafeístas. O governo não possuía estratégias efetivas que atraíssem os trabalhadores para o seu lado, por conseguinte, os sindicatos cafeístas proliferaram por Natal e pelo estado. Os episódios de violência perpetrados contra a federação certamente tiveram o efeito negativo na política de atração do operariado para as fileiras do governo. Muitos trabalhadores, por simplesmente fazer parte da associação, foram brutalmente espancados.²²⁵ Café e suas práticas políticas atraíam os operários com a promessa de melhores condições de vida e de um novo momento político que iria surgir, a qual privilegiaria a todos eles.

A última estratégia do governo foi organizar um Partido Operário, no ano de 1929, buscando eleger um candidato classista controlado pelo governo. Não poderia ser em data mais significativa a instalação do Partido Operário: em reunião na sede do Centro Operário Natalense, durante as comemorações do dia do trabalhador, fundava-se essa entidade partidária. Não era novidade a instituição de um partido para os trabalhadores. No começo da república, conforme exposto no primeiro capítulo desta dissertação, há notícias da tentativa de construção de um partido voltado para o trabalhador, no entanto, esse projeto foi debelado, talvez por causa da própria dimensão do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, que passou a monopolizar todas as eleições, e pelo tamanho reduzido do operariado urbano do estado. Um partido operário nasce em 1929, sob os bons auspícios do governo estadual. Na ocasião, o presidente Juvenal Lamartine conduziu a cerimônia de posse da diretoria da recém-fundada agremiação partidária.

Para a eleição dos membros, 200 operários que se comprimiam na sede do Centro Operário votaram na seguinte diretoria: Eduardo dos Anjos, presidente; Emygdio Fagundes e Sylvio de Souza, respectivamente, 1º e 2º vice-presidentes; Josué Silva, secretário-geral; Alzira Silva e Jerônimo dos Santos, adjuntos de secretário; João Estevão, orador; Evaristo de Souza, vice-orador; Dourado Neto, tesoureiro; Josino (ou José) Cosme, vice-tesoureiro;

²²⁵ DIÁRIO CARIOCA, Rio de Janeiro, 12 dez. 1928.

Francisco Bulhões, bibliotecário.²²⁶ Em ordem, foram representadas as seguintes categorias profissionais nessa diretoria: um construtor, que às vezes se apresentava como professor; um sapateiro; um dentista, o único com o título de doutor no grupo; um tipógrafo; sem profissão identificada; um eletricista; outro tipógrafo, este também deputado estadual; um marceneiro; um pintor; outro eletricista; e por último se tem outro tipógrafo.²²⁷

Dessa lista de profissões, podem-se conjecturar algumas características acerca desse movimento operário que estava em sintonia com o governo. Por exemplo, seu presidente, Eduardo dos Anjos, como visto anteriormente, já se posicionava como antiga liderança dos trabalhadores, sendo responsável, juntamente com outros dissidentes da Liga Artística Operária, por fundar o Centro Operário Natalense (1911).²²⁸ Desde sua saída da Liga, seus antigos companheiros acusavam-no de compactuar com o situacionismo, no caso, com o governo de Tavares de Lyra.²²⁹ Com um histórico de aproximação com elementos do governo, esse construtor era o nome ideal para ser o primeiro presidente do partido dos trabalhadores. Embora muito próximo do governo, isso não significou que ele, dentro do Centro, não participasse ativamente da constituição de diversos benefícios para os trabalhadores. Ao longo do tempo, essa entidade reformou a sua sede, constituiu uma previdente operária para salvaguardar o futuro de seus sócios e construiu escolas para os operários e seus filhos. Era uma das lideranças mais antigas e respeitadas por parte dos trabalhadores, um nome ideal para o projeto do governo de partido secundário para o estado.

A lista de profissões revela quais grupos profissionais estavam do lado do governo, provavelmente o Centro Operário possuía um grupo bem parecido com o da Liga Operária. Nesse caso, denominam-se operários e artistas o mesmo agrupamento de pessoas que praticava algum tipo de atividade braçal. Da diretoria, somente o dentista Sylvio de Souza parece não pertencer àquele mundo, visto que o adjetivo doutor diferenciava-o dos demais. Não seria a primeira vez que um não operário fazia parte de associações de trabalhadores; era até comum isso acontecer. Muitos intelectuais, jornalistas e profissionais liberais abraçavam a causa trabalhista como sua. O próprio Café Filho e companhia eram exemplos de indivíduos exógenos presentes nessas associações.

Observa-se ainda que muitos prestadores de serviços – pedreiros, pintores, sapateiros, eletricistas e marceneiros – faziam parte do grupo. Provavelmente, eles não possuíam um

²²⁶ A REPÚBLICA, Natal, 1º maio 1929.

²²⁷ A REPÚBLICA, Natal, 1º maio 1929.

²²⁸ Note-se que esse Centro Operário Natalense fundado em 1911 não é o mesmo que foi fundado no ano de 1893, o qual não mais existia. Ver: FERREIRA, Brasília Carlos. *O sindicato do garrancho*, 1986. p. 22-24.

²²⁹ DIÁRIO DE NATAL, Natal, 17 nov. 1906.

patrão fixo, viviam de serviços realizados em suas próprias oficinas ou na casa de seus clientes. Deviam ter uma vida bem irregular, não possuindo um salário fixo por mês, nem outros direitos trabalhistas. Por essa razão, o centro devia dar um apoio às necessidades dos seus associados. Como o trabalho dessas categorias percorria toda a cidade, certamente travavam conhecimento com pessoas das mais diferentes classes sociais e níveis educacionais. Os bairros da Ribeira, Cidade Alta, Petrópolis e Tirol deveriam concentrar as atividades desses prestadores de serviços. Um deambular pela cidade seria a tônica dos seus ofícios. Quantos trabalhadores não subiam as ladeiras da Cidade Alta, oriundos dos periféricos bairros do Alecrim e das Rocas, para exercer seus ofícios nas casas dos mais abastados?

Outra categoria bem presente nas fileiras dessa entidade eram os tipógrafos, funcionários especializados responsáveis pelo funcionamento das máquinas que produziam os jornais, livretos e panfletos da cidade. Eram operários mais “educados”, sabiam ler e escrever; alguns, como o deputado João Estevam, escreviam poemas e aventuravam-se na impressão do seu próprio jornal.²³⁰ Geralmente, o candidato a tipógrafo começava a labuta muito cedo, por volta dos 15 a 17 anos, sendo, assim, um jovem que era aceito como aprendiz. Começava realizando trabalhos de entrega e atendendo à clientela, aos poucos, ia aprendendo a manusear as máquinas e a colocar os tipos cuidadosamente para não errar o texto.²³¹ Esses trabalhadores eram subordinados aos donos dos periódicos e, por sua vez, possuíam laços trabalhistas muito claros, vinculados a um único patrão. Dependendo de a quem servissem, poderiam ser coagidos a parar as atividades, como aconteceu na greve de 1923, quando os tipógrafos que trabalhavam com Café Filho ficaram impedidos de continuar seus afazeres.²³²

O Partido Operário, por sua vez, ganhava mais adeptos com o passar do tempo, a exemplo da União de Sapateiros de Natal, do Centro Artístico-Operário Assuense e da Liga Operária São José de Macaíba, que demonstraram interesse em se filiar ao partido.²³³ Dessas entidades, a União dos Sapateiros foi a que mais apareceu nas fontes estudadas. Por isso, seguir um pouco sua história ajuda a entender que os trabalhadores urbanos não formavam uma categoria homogênea. Dentro de uma mesma associação, existiam forças contrárias lutando para ter a primazia sobre a categoria.

Fundada em 1920²³⁴, a União de Sapateiros de Natal, desde os primeiros anos, estava sob a influência do governo, participando de homenagens ao governador e suas lideranças.

²³⁰ CARDOSO, Rejane. *400 nomes de Natal*, 2000. p. 373-374.

²³¹ GÓES, Moacyr de. *Chão das almas*, 2005.

²³² A NOITE, Rio de Janeiro, 2 abr. 1923.

²³³ A REPÚBLICA, Natal, 23 e 29 maio 1928.

²³⁴ SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*, 2008. p. 90-119.

Entretanto, foi dentro dessa categoria que surgiu a célula potiguar do Partido Comunista, certamente, alguns já se faziam presentes dentro dessa entidade classista. As estratégias dos comunistas eram a infiltração pacífica nos sindicatos, associações de trabalhadores e locais de trabalho. “Ao pé do ouvido”, iam divulgando seus pensamentos entre os trabalhadores.

Já em 1929, houve uma mudança de orientação dessa entidade. Em telegrama enviado a um exilado, Café Filho, na cidade do Rio de Janeiro, observa-se a União de Sapateiros compondo a Federação Regional do Trabalho²³⁵, órgão eminentemente cafeísta. Em menos de um ano, os sapateiros deixaram de apoiar a causa do governo e se filiaram à entidade cafeísta. Nesse ínterim, os comunistas também conseguiram ganhar mais adeptos à sua causa. Talvez a ingerência dos comunistas na associação tenha levado os sapateiros à federação, a qual se constituía em um espaço mais combativo. Isso se deu porque dentro de cada associação existem batalhas pelo controle. Assim, quando uma liderança, ou uma aliança, não respondia mais aos interesses dos seus membros, ela acabava sucumbindo.

Observando o telegrama da federação recebido por Café Filho, percebe-se que para essa entidade também confluíram muitos trabalhadores prestadores de serviço. Em setembro de 1929, a Federação Regional do Trabalho era composta pelas seguintes entidades: o Sindicato dos Trabalhadores de Natal, a União dos Sapateiros, a Sociedade dos Marceneiros, a Sociedade de Padeiros Natalenses e Carpinteiros, a Sociedade de Pintores Natalenses, os Trabalhadores da Fábrica de Tecidos, as Lavadeiras e Engomadeiras de Natal, os Trabalhadores de Ceará-Mirim, os Operários Livres de Lages, o Recreio Operário de Natal, o Sport Club Operário, em um total de 2.300 associados.²³⁶

No mundo do trabalho do Rio Grande do Norte, ocorria uma tímida divisão por especialização profissional. Talvez isso significasse uma mudança na percepção do que é o trabalho. Unidos, trabalhadores de uma determinada categoria poderiam impor um preço fixo pelo serviço prestado, assim como poderiam garantir um controle de qualidade dos seus membros. Possivelmente, o aprendizado dessas profissões se dava de duas maneiras diferentes: a primeira, como nas tipografias, o aprendiz entrava em contato com o mundo do trabalho por meio de um mestre de ofício. A outra forma seria o principiante aprender os fundamentos do seu ofício na Escola de Aprendizes e Artífices fundada em 1909.²³⁷

A federação possuía ramificações em outras duas cidades, Ceará-Mirim e Lajes, o que demonstra a capilaridade dos ideais seguidos por Café. Enquanto a primeira cidade tinha seus

²³⁵ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 13 set. 1929.

²³⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 13 set. 1929.

²³⁷ DANTAS, Anna Catharina da Costa; COSTA, Nadja Maria de Lima (Org.). *Projeto político pedagógico do IFRN: uma construção coletiva* – documento base. Natal: IFRN, 2012, p. 23-24.

esteios econômicos baseados na produção açucareira, a segunda, por causa da sua posição estratégica, surgiu como um importante ponto de apoio para os comboios que partiam do Oeste potiguar em direção à capital.²³⁸ Nesse caso, os cafeístas espalhavam-se pelo estado, provavelmente, fruto das campanhas políticas realizadas por Café ao longo da década de 1920, desde a campanha nilista²³⁹ que percorreu o interior do estado pregando contra a situação, provavelmente proferindo discursos piores de uma depuração do regime republicano, até a campanha para o Partido Democrático. Sua atividade como advogado também o popularizou pelas cidades interioranas. Em suas memórias, afirmou que diziam no Rio Grande do Norte que seu prestígio vinha “de andar até sessenta léguas no lombo de um cavalo para ir ao interior fazer a defesa de presos pobres, que não podiam pagar advogados”. Café expunha que nem sempre isso se sucedia, muitas vezes, tinha algum ganho na viagem, porém, era muito pequeno. Suas viagens pelo interior, segundo ele, eram motivadas pelo seu forte senso de justiça. A esse respeito, dizia que era esse sentimento que o diferenciava dos outros políticos opositores, pois estes defendiam os valores de liberdade, “como o supremo bem do homem”, mas nele o sentimento de justiça era mais forte.²⁴⁰

Café, assim, construiu-se como um justiceiro, que venceu as distâncias do estado montado no lombo do seu cavalo para atender o pobre, que pouco podia pagar-lhe, mas isso não importava, ele, como um cavaleiro da justiça, não ligava para ganhos materiais. As memórias criam a imagem de um passado ideal, nela estão inscritos os desejos e visões de um homem já maduro que quer instituir um sentido para sua vida. Café conseguiu criar esse sentido: a justiça. Desde jovem era movido por esse sentimento, o que o levou à advocacia, ao jornalismo, à militância operária e política.

Percorrendo o interior, Café fez contatos políticos. João Maria Furtado, em sua obra memorialística *Vertentes* (1989), narrou como conheceu Café e aos poucos se tornou um dos seus correligionários mais fiéis. Durante o governo de Juvenal Lamartine, foi nomeado adjunto de promotor público na comarca de Ceará-Mirim. Como acusador público, estreou em um caso no qual Café defendia o réu acusado de uma lesão gravíssima. Com isso, ficou impressionado com o então advogado que, como “orador de recursos sensacionais”, conseguia inocentar o acusado. A partir de então, começou uma forte amizade com Café:

²³⁸ Para compreender a formação territorial do Rio Grande do Norte desde a colonização até o advento da chamada “era Vargas”, ver: MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRRN, 2007.

²³⁹ O IMPARCIAL, Rio de Janeiro, 28 dez. 1921.

²⁴⁰ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 20-21.

A afinidade de sentimentos e de pensamentos e as recordações e lembranças da luta comum, embora em setores diferentes, pelo aperfeiçoamento de nossos costumes políticos, nos uniram na comunhão dos mesmos ideais de combatentes contra as velhas formas de governar e dirigir o Brasil, sem que qualquer interesse material influísse em nossas relações de amizade.²⁴¹

Embora se tornasse um dos mais ávidos defensores de Café ao longo do restante de sua vida, Furtado começou no situacionismo potiguar. Inseriu-se na carreira pública como jornalista do periódico *A República*. A esse respeito, lembra com admiração de seus companheiros de trabalho: “posso recordar Luís Torres (1906-1944), mestre da língua, o talento de Otacílio Alecrim e Edgar Barbosa, a eficiência com que Rosemiro Robinson desempenhava suas funções”²⁴², todos eles, incluindo o diretor Dioclécio Duarte, eram intelectuais próximos de José Augusto e Juvenal Lamartine. Contudo, ele se sentiu atraído por Café Filho e as ideias que professava, tornando-se um dos mais tenazes cafeístas nos anos seguintes. Pode-se conjecturar que a aproximação de Café com outro promotor, Kerginaldo Cavalcanti, também tenha uma história bem parecida. Em sua autobiografia, ao discorrer sobre a sua atividade advocatícia, Café fala que se mediu na tribuna como advogado de defesa contra esse promotor.²⁴³

Construindo laços e fazendo amizades, Café Filho advogava no Rio Grande do Norte e, dessa forma, fortalecia a oposição, conectando novos espaços e pessoas a sua causa. Nessa atividade, além da cidade de Ceará-Mirim, percorreu municípios como o de Taipu, onde defendeu um pai e uma filha contra a acusação de incesto e infanticídio; e o de Currais Novos, onde defendeu um filho de um correligionário que assassinara o delegado e um sargento da polícia local. Por vezes, transpassava as fronteiras e aceitava casos no interior de Pernambuco. Em Caruaru, por exemplo, defendeu um pobre homem que, pressionado pela pobreza, aceitou o serviço de assassino oferecido por um membro divergente da oligarquia local. Ao ajudar essas pessoas, Café apelava para as condições subumanas nas quais viviam: “era o drama do Nordeste”. O Rio Grande do Norte estava, dessa forma, inserido em um drama maior – a pobreza, a promiscuidade e a violência, características dos pobres estados nordestinos –, do qual faziam parte todos os norte-rio-grandenses, cuja identidade passava pelo pertencimento a uma região que, devido aos seus problemas, estabelecia um determinado tipo de homem.

Ademais, a popularidade de Café aumentava com o decorrer dos anos. Sua militância na imprensa e na liderança trabalhista intensificava a simpatia que os pobres e as classes

²⁴¹ FURTADO, João Maria. *Vertentes*. Natal: Clima, 1989. p. 67.

²⁴² *Ibid.*, p. 65.

²⁴³ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 20.

médias nutriam por ele. Estava em gestação uma nova cultura política que se posicionava contrariamente ao regime republicano de então. Era uma cultura política formada a partir das aspirações de diversos grupos, desde o simples operário até alguns setores dissidentes da oligarquia no comando.

Nesse cenário, a Federação de Trabalho era o espaço por excelência dessa nova maneira de enxergar a política. Trabalhadores se filiavam a ela com a esperança de melhores dias vindouros. Vê-se que essa entidade tinha uma preocupação também com o bem-estar físico dos seus membros, uma vez que estava integrada a duas entidades eminentemente recreativas: o Recreio Operário e o Sport Club Operário. Em um momento no qual as práticas de esportes começavam a ser difundidas para certos setores da cidade, os operários também articulavam seus clubes recreativos e desportivos. O lazer chamava a atenção dos trabalhadores. Na sede da federação, existiam instrumentos de uma pequena charanga que animavam os dias de festa do trabalhador, que além da música eram regados a brindes de cerveja gelada.

Comportando praticamente as mesmas categorias profissionais dos filiados ao Partido Operário, a Federação diferenciava-se pela presença dos trabalhadores têxteis, da panificação²⁴⁴, das lavadeiras e engomadeiras, enquanto aquela entidade tinha um maior afluxo dos trabalhadores das tipografias. Por meio das fontes estudadas, não se conseguiu identificar qual projeto político seguiam os trabalhadores do porto e os ferroviários da Great Western nesse final da década de 1920. Essas duas categorias já estiveram envolvidas em greves em outros momentos. Os ferroviários integravam uma rede que interligava trabalhadores de vários estados; geralmente, suas greves paralisavam todas as linhas da Great Western, inclusive, seus trabalhadores ganhavam melhor do que a média da maioria dos outros operários urbanos. Para exemplificar o padrão de vida dos ferroviários, pode-se elencar o livro *Cem anos de suor e sangue*, que narra a vida do pernambucano Manoel do Ó, o qual teve uma melhora no seu padrão de consumo quando começou a trabalhar para essa empresa:

[...] ele, que sempre gostava de andar bem vestido e limpo, caprichava agora ainda mais nas suas roupas brancas, chapéu e sapatos da mesma côr. Seu respeitável bigode, sempre bem tratado, passou a ser penteado com mais assiduidade com o pente que nunca esquecia.²⁴⁵

²⁴⁴ DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 28 nov. 1928.

²⁴⁵ DO Ó, Manoel. *Cem anos de suor e sangue*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1971. p. 39.

Era uma categoria mais organizada, que tinha salários melhores do que os dos outros trabalhadores. No entanto, o custo de vida aumentava cada vez mais. Somando-se a esse fato, eles lutaram por melhores condições de trabalho, mais folgas, mais passes gratuitos por ano, assistência médica em caso de acidente, por isso as greves eram tão bem orquestradas. Já os trabalhadores do porto, estavam acostumados com o trabalho pesado ritmado pela chegada e partida dos navios no porto. Conforme tratado no primeiro capítulo desta dissertação, esses trabalhadores participaram ativamente da greve de 1923, embora não se observe nessa quadra da história movimentação a favor do governo ou de Café Filho. Porém, se se for levar em consideração o que disse o literato Moacyr de Góes sobre a “Revolução” de 1930 em sua obra, quando descreve que participaram das manifestações do primeiro momento ao lado de Café os estivadores do porto, os maquinistas de trens, os trabalhadores das Rocas e do Canto do Mangue, os desocupados, os *lúmpens*, os bêbados, as putas e os vadios, em sua ampla maioria, os trabalhadores e os deserdados da cidade de Natal eram partidários de Café.²⁴⁶

Góes escreve suas obras mesclando ficção com realidade. Seus personagens fictícios interagem com os acontecimentos verídicos da história potiguar, como ele mesmo escreve, “a realidade, às vezes, é mais fantástica do que a fantasia”.²⁴⁷ Para tanto, o autor realizou uma ampla pesquisa envolvendo estudiosos do período, memórias, depoimentos orais e jornais da época. No entanto, seu olhar não é de historiador, mas de literato, isto é, possui mais liberdade para escrever, pois não se prende às regras do campo historiográfico. Nascido em 1930, ele acompanhou os ecos de muitos desses acontecimentos narrados no livro. Conhecido educador, é um dos responsáveis pela campanha de alfabetização do então prefeito de Natal, Djalma Maranhão (1961-1964), daí escrever tanto ficção como trabalhos voltados para a educação.

Em relação à classe de trabalhadores, cafeístas e governistas lutavam para deter o monopólio da palavra operária. Ter os trabalhadores ao seu lado era um trunfo político muito forte, pois suas organizações possuíam uma força de pressão enorme. O conflito existente entre Juvenal Lamartine e Café Filho era mais do que um simples problema de ordem pessoal, era o conflito entre duas personalidades diversas, entre duas diferentes maneiras de enxergar o mundo. Duas formas de pensar a política enfrentaram-se mostrando distintas experiências de mundo. Café Filho, influenciado por ideias tenentistas, acreditava em uma democracia liberal, na qual haveria ampla participação das classes trabalhadoras e dos setores médios urbanos. Acreditava também no voto secreto e em uma Justiça Eleitoral forte para sanar os vícios da política. Já Juvenal Lamartine, integrante dos grupos oligárquicos, representava o *status quo*.

²⁴⁶ GÓES, Moacyr de. *Chão das almas*, 2005. p. 67.

²⁴⁷ Id. *Entre o rio e o mar*, p. 07.

Incluso na chamada “Política dos governadores” apoiava o governo federal, na figura de Washington Luís, buscando base para governar. Um deles era filho da pequena classe média natalense, o outro, filho de uma tradicional família seridoense, ambos tiveram experiências de vida diferentes que, paulatinamente, foram constituindo o que eles se tornariam nos anos finais da década de 1920.

Enquanto Juvenal Lamartine e outras lideranças do Partido Republicano possuíam raízes no campo, estavam envoltos em uma atmosfera bem peculiar de dependências mútuas, entre os fazendeiros e o governo, ou entre os trabalhadores agrícolas e os donos de terra. Café Filho, por seu turno, representava a voz urbana, era o primeiro grito de existência de Natal, isto é, o primeiro clamor das classes urbanas por uma ampliação de participação na vida eleitoral. A experiência de Café Filho se deu em uma sociedade cindida entre o campo e a cidade, entre a participação política exclusiva e a emergência de setores médios e operários em busca de maior atuação partidária. Essas duas visões de mundo tão pessoais se ligaram a dois grupos maiores. As ideias e práticas de Café Filho aproximavam-se dos ideais da Aliança Liberal, que lançou a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa para presidente e vice-presidente, respectivamente, enquanto Juvenal Lamartine buscava a continuidade do regime, apoiando a candidatura de Júlio Prestes e Vital Soares.

Para o historiador francês Daniel Cefaï (2002), é por meio da experiência nos diferentes lugares e nas diversas temporalidades que os sujeitos dão sentido a suas práticas e seus pensamentos. Os indivíduos estabelecem entre si relações de comunicação, cooperação e conflito, e é nesse contexto que as culturas políticas emergem, fazendo surgir um repertório de ações, ritos e símbolos que mobiliza atores a pensar e a praticar a política. Cefaï afasta-se da ideia de imposição pura e simples do consenso a partir dos códigos culturais e dá ênfase à ação dos sujeitos que constituem universos políticos, isto é, os atores participam e criam suas próprias maneiras de pensar e praticar o político. Nessa direção, alça-se o trinômio “experiência, sensibilidade e sociabilidade” para compreender como as variadas culturas políticas coexistem e conflitam dentro do social. Inserida nas culturas políticas, existe toda uma lógica de raciocínio e outra de legitimidade, que coexistem e se combinam, sendo difícil dissociá-las nitidamente. As culturas políticas só podem ser entendidas dentro de sua historicidade e do seu contexto social. Quanto aos comportamentos e valores políticos distintos, são construídos a partir das experiências individuais dos sujeitos.²⁴⁸

²⁴⁸ CEFAÏ apud DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas definições, usos, genealogias. *Varia História*. n. 28, 2002, p. 20.

No que diz respeito ao ataque à sede da Federação Regional do Trabalho, a truculência e o espancamento de operários, tanto homens como mulheres, causaram a morte do sogro de Café Filho, o qual faleceu vítima de um colapso cardíaco, quando chegou a Recife a falsa notícia de que sua filha, Jandira Café, havia sido espancada. Por conseguinte, pesou em Café o sentimento de culpa, uma vez que acreditava ser sua responsabilidade o óbito do sogro. No entanto, foi acalentado por um amigo do falecido, que insistia para que ele não desistisse da vida política, pois suas ideias seriam vitoriosas em mais ou menos dias.²⁴⁹

Terminado o luto, Café não podia voltar ao Rio Grande do Norte, pois a polícia de Lamartine espreitava sua volta. Não podendo retornar para casa, resolveu viajar para o Rio de Janeiro, onde se articulava com elementos oposicionistas da capital federal. Em suas memórias, afirma que vários elementos confabulavam uma revolução. Chegou à cidade em pleno carnaval carioca, em fevereiro de 1929, e os revolucionários brincavam o festejo de momo para decepção de Café que, imbuído da mística da Revolução, nunca imaginara um revolucionário travestido de mulher. Para ele, essa espécie de homem seria austero e heroico. “Leve-se tudo à conta do poder de transformação e da fôrça evasiva do carnaval brasileiro”.²⁵⁰

Fixa-se então no Distrito Federal, onde se aproximou de Agripino Nazareth, que na qualidade de diretor-redator-chefe d’*A Manhã* o convida para ser redator desse periódico.²⁵¹ Fundado em fins de dezembro de 1925 pelo jornalista pernambucano Mario Rodrigues, que logo após romper com seu antigo patrão, Edmundo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*, pretendia montar um jornal mais combativo do que o que trabalhara anteriormente. Esse periódico combinava um projeto gráfico, o qual se utilizava de uma grande variedade de recursos imagéticos – charges, caricaturas e fotografia – com um texto mordaz, crítico e humorístico. Foi um dos periódicos oposicionistas mais populares, suas críticas eram basicamente voltadas para o sistema político da Primeira República, caracterizado pela figura do presidente da República Washington Luís. Embora fizesse muito sucesso, Mario Rodrigues, por estar com muitas dívidas, vendeu-o para o jornalista Agripino Nazareth. O jornal recrudescer suas críticas ao governo e se tornou um dos divulgadores das oposições estaduais. Tinha entre seus colaboradores Monteiro Lobato, Mario de Andrade, Vicente Piragibe e Apparício Torelly, o Barão de Itararé.²⁵²

²⁴⁹ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 54.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 54-55.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 55.

²⁵² Sobre a história desse periódico, ver artigo no sítio da Biblioteca Nacional: *A Manhã*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/artigos/a-manha-2/>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

Quanto a Agripino Nazareth, nasceu em Salvador, em fevereiro de 1886, iniciou seus estudos superiores na Faculdade de Direito do Recife, concluindo-os apenas em São Paulo no ano de 1909, onde se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais. Seu primeiro grande trabalho no jornalismo foi no jornal *A Época*, em 1912. Lá conheceu Vicente Piragibe, um dos diretores do jornal, participando da campanha que o ajudou a se eleger deputado federal, permanecendo no congresso por mais outras legislaturas (1915-1926).²⁵³ Nesse período, Agripino tornou-se um dos críticos mais cáusticos das oligarquias, sendo seus alvos principais os Alcciolis do Ceará, o padre Cícero e o presidente Wenceslau Brás. Elogiava o capitão José da Penha, responsável pelas salvas no Rio Grande do Norte; Pedro Avelino, liderança contrária ao governador potiguar Alberto Maranhão; e o Senador paraense Lauro Sodré, o qual denominava egrégio republicano.

Em 1917, mostrava-se simpático à Revolução Russa e às greves que se espalhavam pelo Brasil. Fugindo do recrudescimento da perseguição aos oposicionistas no Rio de Janeiro, foi para Salvador, onde, durante os anos de 1919 e 1921, liderou o movimento operário. Dizia-se um socialista coletivista e, como Café Filho, nos anos 1920, no Rio Grande do Norte, foi responsável por fundar uma federação que uniu vários sindicatos baianos. Sua atuação em greves levou o governo baiano a deportá-lo para o Rio de Janeiro.

Era próximo ao advogado socialista Maurício de Lacerda, com o qual realizou várias ações em defesa de uma visão socialista da política. Na década de 1920, houve uma cisão no movimento operário carioca, opondo socialistas de um lado e comunistas do outro. Nazareth acusava os comunistas de tentarem impor o regime bolchevique no país sem conhecer a sua realidade social. Acusava-os de seguir essa ideologia como se seguissem as religiões, sem estudos e uma observação crítica.²⁵⁴

A história de vida de Nazareth inter cruzou-se com a de Café Filho. Ambos são oriundos das classes médias urbanas: enquanto o primeiro era filho de militares, o segundo vinha de uma família de funcionários públicos. Ademais, os laços entre as oposições nacionais estavam mais fortes; em finais da década de 1920, o Partido Democrático, posteriormente Partido Democrático Nacional, e a Aliança Liberal são sintomas dessa

²⁵³ VERBETE: PIRAGIBE, Vicente Ferreira da Costa. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PIRAGIBE,%20Vicente%20Ferreira%20da%20Costa.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

²⁵⁴ Esse trecho sobre a vida de Agripino Nazareth é amplamente inspirado nos seguintes artigos: CASTELLUCCI, Aldrin. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História* [online]. 2012, v. 32, n. 64, p. 77-99; CASTELLUCCI, Aldrin. De uma conspiração a outra: Agripino Nazareth, os militares e o movimento operário no Rio de Janeiro (1915-1918). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (SNH), 27., Natal, 2013. *Anais...* Natal: UFRN, 2013, v. 1, p. 1-14.

articulação. Socialistas, sindicalistas, operários, oligarquias dissidentes, tenentistas, comunistas, anarquistas, enfim, uma ampla gama de pensamentos se unia para arquitetar a derrocada do sistema político de então.

A Aliança Liberal era um movimento bastante heterogêneo que aglutinava oligarquias dissidentes, as quais ansiavam por uma maior divisão do poder e poucas mudanças sociais, a exemplo dos tenentes, que preferiam uma maior centralização do poder e amplas reformas sociais, e dos setores ligados ao Partido Democrático, que buscavam reformas liberalizantes.²⁵⁵ Esse movimento surgiu da incoerência do próprio sistema oligárquico. O Partido Republicano Paulista, na figura de Washington Luís, rompeu com o Partido Mineiro, quando para sucedê-lo escolheu outro paulista, Júlio Prestes, e não um mineiro, como vinha ocorrendo desde o tempo de Campos Sales. Com o rompimento do acordo entre as duas principais oligarquias, abriu-se espaço para que os estados de segunda grandeza participassem mais uma vez da campanha presidencial. Os republicanos mineiros uniram-se com políticos gaúchos, que estavam então unidos na chamada Frente Única Gaúcha (FUG), aglutinando em suas fileiras os próceres da Aliança Libertadora e do Partido Democrático Nacional, como Assis Brasil, e do Partido Republicano Gaúcho de Borges de Medeiros. A Aliança ficou completa com a adesão de João Pessoa, presidente da Paraíba, representando o Norte do país. Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba formaram, com seus situacionismos, as bases para a candidatura de Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa para vice, lançando a candidatura oficialmente em convenção no Rio de Janeiro, em setembro de 1929.

Em meio a essas negociações de construção da Aliança Liberal, Café Filho começou seus trabalhos em *A Manhã*. Ele era o responsável por uma coluna chamada Manhã Judiciária, na qual discutia notas relacionadas ao mundo judiciário.²⁵⁶ Entretanto, em outras ocasiões, seus artigos eram dirigidos ao então chefe do executivo norte-rio-grandense Juvenal Lamartine e ao senador José Augusto. Seu primeiro artigo fora daquela seção intitulou-se “O Fiasco do Feminismo no Rio Grande do Norte”. Nele, demonstrou o quão coerente era essa corrente capitaneada pelo presidente Lamartine, “uma exploração do virtuosíssimo nome da mulher potyguar”. Na verdade, continuavam as mesmas práticas do século XIX para as convenções sociais, sendo o Rio Grande do Norte o único estado, inclusive, a não mandar representante para o concurso de misses nacionais, pois o marido da candidata a proibiu de

²⁵⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*, 2006. p. 21; PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (Org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 84-85.

²⁵⁶ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 26 mar. 1929.

participar. Não existia emancipação feminina no estado, somente um “feminismo de espingarda e chicote” feito para atender os objetivos escusos do situacionismo. Assim Café falava dos costumes da sua terra:

Não se indiferenciou a mulher rio-grandense, mas fez uma manifestação de que, ainda, é a mulherzinha de 1890, para as múltiplas conveniências sociaes. Aquella que não viaja sem que tenha no seu lado o pae carrancudo e a mãe vigilante... Que não se apresenta a um jury de “maillot” para apreciação de suas fôrmas plasticas. E, acima de tudo isso, vive para casar e não contraria de modo algum a vontade do noivinho... Sim, a mulher de minha terra deu um atestado assim da mulherzinha presa a todas as condições de vida dependente do sexo mais forte.²⁵⁷

Ainda nesse artigo, distanciado do Rio Grande do Norte, Café escreveu que foi “esbulhado de sua cidadania”, ele, um “papa-jerimum”, estava desolado. Lembrava das tardes em Natal, das belas dunas de Petrópolis e Tirol, tão lindas como as mulheres patricias. Ele adorava ver o bonde cheio com as moças da capital, mas não só elas eram bonitas, as das cidades do agreste e do sertão também, no entanto, ficaram “entre as mais feias do Sul e com as mais feias do Norte”. Nostálgico, Café elenca em terras distantes sua cidadania papa-jerimum, isto é, ele era um cidadão do Natal, nascido “à beira daquelle rio tão manso e tão lindo e que tem o nome de Potengy”. A beleza de sua cidade confundia-se com a de suas mulheres, beleza que era típica de todas as norte-rio-grandenses. Um estado que poderia concorrer nesse quesito com qualquer estado de norte a sul do país, visto que suas características singulares se constituem em suas belezas naturais. Mulheres, dunas e rio definem a Natal de Café.²⁵⁸ Ao que tudo indica, ele não utilizava o gentílico papa-jerimum como algo negativo, mas sim como parte do ser natalense/norte-rio-grandense.

“Potyguar” também aparece nos seus artigos desse periódico para identificar os moradores do Rio Grande do Norte. Ele afirma que os “potyguaras” lembravam um “feminismo mais sadio e nobre”. Em 15 de março de 1929, um artigo sem identificação de autor afirma que no pequeno estado do Rio Grande do Norte já se fazia um feminismo que era “anthitese do que a olygarchia cangaceira e malvada dos lamartines e caterva introduziu, para regalo de suas mórbidas pretensões masculinas”. Nessa perspectiva, não era o senhor Juvenal Lamartine ou a senhora Berta Lurtz os inventores do feminismo no estado, mas o próprio

²⁵⁷ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 24 abr. 1929.

²⁵⁸ Não se sabe ao certo a origem do termo papa-jerimum; a tradição oral remonta aos tempos do Império quando um presidente do Rio Grande do Norte, vendo o estado sem fundos, pagou o funcionalismo público com jerimuns, daí o termo utilizado para se referir aos habitantes do estado.

Café Filho que, no papel de dirigente do Centro Sportivo, organizou seções femininas, o que foi seguido pelas equipes do ABC e América, clubes esportivos da capital, realizando naqueles tempos “emocionantes partidas de atletismo, foot-ball e hand-ball”. Um “feminismo mais sadio e mais nobre” era desenvolvido: existiam grupos de escoteiras organizados pelo professor Luiz Soares, e de esportes náuticos, liderados pelo comandante da Capitania dos Portos, o capitão Monteiro Chaves.²⁵⁹

Café, como liderança dos democratas norte-rio-grandenses, era alçado à categoria de introdutor do feminismo no estado, em detrimento do que pregava Juvenal Lamartine. Fotografias de Café ao lado das equipes foram veiculadas para comprovar a veracidade da notícia. Invertia-se, assim, a propaganda, o que Lamartine fez serviu unicamente para suas pretensões políticas – acusava Café –, pois ele nada fez em prol do desporto feminino. A igualdade entre homens e mulheres no Rio Grande do Norte só se dava, como exposto no artigo referido, quando a polícia indistintamente espancava ambos os gêneros.

Voltando aos gentílicos do Rio Grande do Norte, ao que indicam as fontes pesquisadas nesta dissertação, pode-se crer que na segunda metade da década de 1920 se popularizou o uso do termo “potyguar” para identificar o habitante do Rio Grande do Norte que, por sua vez, era identificado como um lugar belo, pequeno e inserido dentro de uma identidade maior, a identidade nordestina. Nos seus escritos dos anos 1920, Café não deixa muito claro o que seria o Nordeste. Ele definiu os estados que dele fazem parte quando foi dono do jornal *A Noite do Recife*²⁶⁰, mas não o que liga essas unidades da federação a essa região. Pode ser que, por deficiência de fontes, não se tenha essa resposta, mas se pode conjecturar, a partir do que se estava pensando sobre o Nordeste à época, que aquilo que definia a região, para Café, seriam os problemas climáticos que a assolavam e uma determinada cultura nordestina, que teria seu polo irradiador na cidade do Recife, local de formação intelectual da elite da região.²⁶¹

Os artigos de Café Filho nessa época versam basicamente sobre política, sempre adentrando em algum elemento do governo de Juvenal Lamartine para criticá-lo. *A Manhã* se constituiu em uma espécie de tribuna da qual ele poderia atacar o governo potyguar em segurança, uma vez que estava geograficamente afastado do estado. Entretanto, suas palavras e ações chegavam ao Rio Grande do Norte por meio de seus artigos. Quando escreveu sobre o

²⁵⁹ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 15 mar. 1929.

²⁶⁰ JORNAL DO RECIFE, Recife, 9 jun. 1925.

²⁶¹ Para uma análise mais detalhada da formação territorial do Nordeste, ver: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*, 2011. p. 86-87.; PEIXOTO, Renato Amado. *Cartografias imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação história e espaço*. Natal: EDUFRRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011.

Partido Libertador e a não eleição do revolucionário Simões Filho, que participou como Major da revolução gaúcha de 1923²⁶², era uma figura que se preocupava com os destinos do seu estado e do Brasil. Nesse sentido, registra:

Simões Lopes Filho foi, na Câmara Democrática, o verbo inflamado, a figura querida do revolucionário gaúcho, arrancando das multidões frêmitos de entusiasmo, o brado de revolta e a esperança de liberdade com aquele lenço rubro que o lutador do extremo sul sacudia sobre as cabeças dos nordestinos brasileiros. Simões Lopes não deixou a mingua do seu protesto os seus compatriotas do Norte e Sul onde se fez sentir a perversidade dos senhores dos feudos estaduais.²⁶³

Café Filho ainda estava imbuído do ideário revolucionário. Admirava aqueles que haviam se levantado contra a República Oligárquica. Nesse artigo, idealizou Simões Filho como um herói que levava a esperança de liberdade ao Nordeste, ainda dominado pelos partidos republicanos como feudos pessoais. Era um símbolo da luta contra as oligarquias que por uma pequena diferença não continuava no congresso. Em nome dos cidadãos e sertanejos do Rio Grande do Norte, demonstrava a tristeza pela não eleição desse indivíduo. Apesar disso, saudava os sete libertadores eleitos, que continuarão o trabalho de Simões Filho. Nesse caso, Café apresenta outro elemento para se pensar o Rio Grande do Norte cindindo-o entre dois mundos: as cidades e o campo.

Em seus escritos, continuava atacando José Augusto e Juvenal Lamartine. Em outro artigo, Café Filho expõe que a liderança desses sujeitos à frente do Partido Republicano do Rio Grande do Norte se dava por causa de acordos travados com políticos mineiros, que eram traídos pelos dois, pois eles preferiam permanecer fiéis aos paulistas. Na verdade, concluiu Café, o situacionismo do Rio Grande do Norte ficará sempre do lado do Catete, independentemente de quem lá estiver.²⁶⁴ Seus artigos funcionavam como caixa de ressonância para propagar suas ideias e impressões sobre a política nacional, e, principalmente, sobre os desmandos que acreditava ocorrer em seu estado natal.

²⁶² Movimento liderado por Assis Brasil contra a reeleição de Borges de Medeiros que iria para o quinto mandato como presidente do Rio Grande do Sul. Tinha como principal finalidade derrubar o governo. A guerra civil prolongou-se de janeiro a dezembro de 1923 com a derrota dos rebeldes e a assinatura do Pacto de Pedras Altas. Ver VERBETE: Revolução Gaúcha de 1923. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20GA%C3%9ACHA%20DE%201923.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

²⁶³ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 15 maio 1929.

²⁶⁴ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 27 jul. 1929.

Mas por que um jornal da capital do país dava voz a um político de um distante estado nordestino? Por que divulgar os problemas internos desse lugar? Na verdade, as críticas direcionadas por Café aos dois líderes do Partido Republicano potiguar eram também direcionadas a todo o sistema no qual estavam assentadas as bases políticas do governo nacional. Criticar Juvenal Lamartine e José Augusto, mostrar as contradições dos seus discursos e alarmar os problemas do Rio Grande do Norte era uma forma de denunciar todo o sistema político excludente da Primeira República.

Com a emergência da Aliança Liberal, recrudescer a campanha contra Juvenal Lamartine e a favor de Café Filho. O operário torna-se figura de disputa entre os dois lados. A esse respeito, Agripino Nazareth perguntava-se se realmente o Partido Operário do Rio Grande do Norte se constituía em uma entidade operária, pois a personalidade do presidente do estado não inspirava simpatias da classe operária; seus atos passados demonstravam que era “impermeável a qualquer ideia de evolução social”.²⁶⁵ Em outro artigo, chegava-se à conclusão de que “o partido operário é uma blague do cangaceiro estilizado Juvenal Lamartine de Faria”, seus líderes são funcionários públicos a serviço do governo, não da classe trabalhadora. Além disso, as duas entidades – o Centro Operário e a Liga Operária – exploravam o operário, enquanto seus líderes apenas granjeavam dinheiro para se manter em festas. Eduardo dos Anjos, João Estevão Gomes da Silva, Brandão Sobrinho e Emygdio Fagundes, líderes dessas entidades, não representavam os trabalhadores, segundo esse artigo. Perguntava-se que espécies de entidades operárias são essas que possuíam o presidente do estado como sócio benemérito.²⁶⁶ O Partido Operário estava solidário à candidatura situacionista de Júlio Prestes e Vital de Soares, em manifestação de apoio a Juvenal Lamartine, que estava presente nessa assembleia de reconhecimento das candidaturas nacionais.²⁶⁷

Por sua vez, a Federação Regional do Trabalho, em telegrama endereçado a Café Filho, posicionava-se contra essa afirmação de que os operários potiguares estavam favoráveis à candidatura da situação. Asseverava que mentirosos estavam à frente das entidades trabalhistas governistas; na verdade, eram funcionários públicos infiltrados, sendo Café Filho o único representante legítimo. Com esse telegrama, consegue-se ver quem eram os líderes operários cafeístas. Com “saudações proletárias”, assinaram a correspondência: Eduardo Francisco (Federação Regional do Trabalho), Estevam Borges (Syndicato dos

²⁶⁵ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 1º ago. 1929.

²⁶⁶ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 4 ago. 1929.

²⁶⁷ A REPÚBLICA, Natal, 13 ago. 1929.

Trabalhadores de Natal), José Antônio da Silva (União dos Sapateiros), Manoel de Carvalho (Sociedade de Pedreiros), Pedro Guilherme (Sociedade de Pintores), Antônio Elias Ferreira (Fábrica de Tecidos), Maria Francisca (Lavadeiras e Engomadeiras de Natal), Joaquim Ferreira (Trabalhadores dos Armazéns), Antônio Fernando (Sociedade Operária de Macahyba), Antônio Miranda (União dos Trabalhadores de Ceará-Mirim), José Domingos (Operários de Lages), Gustavo José da Costa (Recreio Operário), Estevam Nobre da Silva (Sport Club Operário).²⁶⁸

Eram esses indivíduos que lideravam associações cafeístas pelo Rio Grande do Norte, tendo 2.300 sócios espalhados da capital à cidade de Lajes, esperançosos do retorno do seu líder. O movimento operário não constitui um dado estanque. Assim como a vida das pessoas, as próprias instituições e associações encontravam-se em constantes transformações. Existiam batalhas dentro de cada associação de diferentes grupos, em busca da afirmação de que sua visão de mundo e de sociedade prevalecesse sobre as demais. Quando a liderança antiga não mais convencia, uma nova era requisitada, o que não apagava as tensões que existiam (e “sempre” existirão). Ainda nesse telegrama, denunciavam-se as violências empreendidas, em que homens e mulheres apanhavam e eram deportados pela polícia governista.

Café Filho, em reunião com próceres da Aliança Liberal – Afonso Pena Jr., presidente dos aliancistas, e os deputados João Neves Fontoura, Tavares Cavalcanti e Baptista Luzardo – acertou o plano de ação dos aliancistas no Rio Grande do Norte, no qual decidiu-se sobre a partida desse “leader democrático potyguar” para o norte. Sua missão era liderar a propaganda aliancista.²⁶⁹

O clima se acirrava no Rio Grande do Norte. Chegavam à capital federal notícias de espancamentos contra partidários da eleição de Vargas e João Pessoa. Apesar da violência, elementos democráticos organizavam e promoviam intensa propaganda a favor do alistamento eleitoral.²⁷⁰ No Rio Grande do Norte, a campanha aliancista tinha no farmacêutico Pedro Dias Guimarães sua figura de destaque, cujos discursos aparentavam que Vargas já estava no Catete governando o país.²⁷¹ A Aliança Liberal no estado era formada em grande parte por partidários de Café Filho. Ao avançar do tempo, ela recebia mais apoio de Natal e de cidades do interior.²⁷²

²⁶⁸ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 13 set. 1929.

²⁶⁹ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 25 ago. 1929.

²⁷⁰ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 25 ago. 1929.

²⁷¹ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 17 nov. 1929.

²⁷² A MANHÃ, Rio de Janeiro, 19 set. 1929; 2 out. 1929.

Na capital do país, Café Filho articulava-se para organizar o Centro Rio-Grandense do Norte, no qual pretendia reunir os potiguares residentes no Distrito Federal em torno da Aliança Liberal. O centro tornou-se um espaço de confluência para os norte-rio-grandenses insatisfeitos com a situação política de então. Desse modo, muitos dos que atenderam o chamado de Café eram funcionários do governo que se encontravam na capital. Dizia-se que eram pessoas das mais diversas classes sociais, mas seguramente existia um grande afluxo de elementos das classes médias que, à maneira de Café, eram oriundos de um mundo citadino e se sentiam excluídos dos seus direitos políticos com o esquema político da Primeira República.

Durante a reunião, as seguintes bases do movimento foram definidas: congregar os conterrâneos em prol da campanha liberal desenvolvendo a campanha no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Norte; manter a propaganda dos interesses do Estado, após as eleições, mas sempre divorciada da política oligárquica; requerer a liberdade de sua terra natal, que se encontrava com sua cidadania potiguar cerceada pela oligarquia; e promover maior solidariedade entre os norte-rio-grandenses mantendo sede própria e realizando reuniões e festas com um caráter regional.²⁷³

A construção do centro tinha por objetivo congregar um tipo singular de sujeito, o potiguar residente no Distrito Federal, principalmente aquele disposto a lutar contra os desmandos da oligarquia norte-rio-grandense. Nesse espaço, discutiriam-se os interesses do estado. Aqueles que estavam afastados do seu torrão natal poderiam encontrar, nele, um pouco de sua terra. Era um local de sociabilidade entre os potiguares, onde reuniões e festas regionais manteriam a unidade do grupo. O centro, em um primeiro momento, contava com cerca de 60 membros dispostos a apoiar a candidatura da Aliança Liberal. Café era seu principal representante e, mesmo a contragosto, indicaram sua candidatura a deputado federal pelo Rio Grande do Norte²⁷⁴, seguindo o exemplo do Comitê Liberal de Natal, capitaneado por Dias Guimarães, que primeiro lançou seu nome.²⁷⁵

Pode-se construir, assim, uma geografia dos espaços oposicionistas partindo de uma teia de sociabilizações do estado até o Distrito Federal, tendo Café Filho como elemento de ligação. Na base desses espaços, encontravam-se as associações que formavam a Federação Regional do Trabalho, que era composta por trabalhadores que não estavam em sintonia com as entidades capitaneadas pelo governo – a Liga e o Centro Operário. Esses indivíduos eram

²⁷³ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 6 set. 1929, 10 set. 1929, 13 set. 1929, 19 set. 1929, 1º out. 1929, 2 out. 1929, 3 out. 1929.

²⁷⁴ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 3 out. 1929.

²⁷⁵ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 24 set. 1929.

oriundos dos dois bairros operários da capital, Alecrim e Rocas, particularmente esse último tem uma ligação mais afetiva com Café, pois foi esse o espaço que ele elegeu para se tornar seu berço político.²⁷⁶

Como já se viu, diversas associações estavam do lado de Café, no entanto, os conflitos continuavam a existir dentro dessas entidades. A *Manhã* noticiou que alguns pedreiros, falando em nome de sua entidade de classe, autorizaram o governador a desmentir que a Sociedade de Pedreiros e mais três das associações, que não são identificadas no artigo, apoiavam a Aliança.²⁷⁷ Ora, existia uma batalha de discursos pelo trabalhador, nessa quadra da história política, constituindo-se em um importante elemento de apoio a uma candidatura. Tê-los ao lado de uma ideia representava um grande ganho de capital político e simbólico para uma determinada causa. Por isso, as entidades flutuavam entre as duas vertentes, nas quais estava cindida a política nacional.

Depreende-se, com base nos telegramas enviados por essas entidades trabalhistas a Café, uma determinada construção da definição de trabalhador, uma vez que todos aqueles que exercessem alguma atividade profissional utilizando-se da força física seria considerado trabalhador. “Saudações proletárias”, com essa frase os trabalhadores se despedem no telegrama enviado ao seu líder exilado no Rio de Janeiro.²⁷⁸ Proletários, operários e trabalhadores eram utilizados como sinônimos. Essa adjetivação não era estendida aos trabalhadores do campo, por isso, seria mais prudente definir o que era a classe operária para os próprios trabalhadores: indivíduos urbanos que utilizavam a força física como ferramenta de trabalho. Embora muitos fossem oriundos do mundo rural, processava-se uma lenta mudança nas mentalidades, qual seja, o patrão não era mais visto como um protetor, um pai que cuidava dos seus, as relações de trabalho passariam a ser regidas por acordos mútuos entre as partes.

Por sua vez, a Federação do Trabalho filiava-se ao Comitê Liberal de Natal que, sob a direção do farmacêutico Dias Guimarães, coordenava as atividades de propaganda aliancista na capital. Desse comitê surgiram outros núcleos, a saber: em Assu, eram liderados pelos jornalistas Mario e Otávio Amorim²⁷⁹; em Mossoró, o jornalista Fontes Galvão e correligionários desenvolviam intensa propaganda²⁸⁰; em São Gonçalo, o engenheiro Bentes

²⁷⁶ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 35.

²⁷⁷ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 22 set. 1929.

²⁷⁸ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 13 set. 1929.

²⁷⁹ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 19 set. 1929.

²⁸⁰ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 22 set. 1929; 25 set. 1929.

Gusmão estava à frente dos aliancistas.²⁸¹ Desse modo, elementos das classes médias urbanas eram responsáveis pela liderança da propaganda aliancista. Embora as fontes não revelem mais detalhes sobre esses nomes, é possível que se constituíssem em pessoas com algum grau de instrução e que exerciam funções de profissionais liberais.

Os membros que compunham o Partido Democrático do Rio Grande do Norte estavam presentes nesses comitês. Infere-se a participação do presidente dessa entidade, Dias Guimarães, na chefia do principal comitê de propaganda aliancista. Esses elementos uniam-se com os operários, ambos sob o comando de Café Filho, para fortalecer a causa aliancista.

Não se consegue definir a existência de uma identidade da classe média e conceituá-la, por isso, neste trabalho, procura-se falar de classes médias no plural, por ser um grupo bastante heterogêneo. O conceito eleito foi retirado de Boris Fausto, que o pensa como sinônimo de “população civil urbana que trabalha por conta própria ou que recebe salários por trabalhos não manual”.²⁸² Seriam, então, os pequenos comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais. Por meio das fontes analisadas, não havia um sentimento de pertencimento à classe média, não se apreende alguém se definindo como classe média, diferentemente do que acontecia com os trabalhadores urbanos, que eram definidos por eles mesmos e por outros como operários ou proletários.

Esses grupos norte-rio-grandenses – tanto o Partido Democrático como os comitês pró-aliança – filiavam-se a grupos maiores em outros estados. Em fins da década de 1920, os grupos oposicionistas encontravam-se mais organizados, espalhados por outros estados da federação e geralmente possuíam como centro os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O Partido Democrático transformou-se em Partido Democrático Nacional com a fusão de elementos da Aliança Libertadora do republicano Assis Brasil, tendo ele assumido a liderança do partido.

Da mesma forma, a Aliança Liberal era uma frente única capitaneada por elementos políticos ligados ao Partido Republicano Mineiro (PRM), a Frente Única Gaúcha (FUG) e o Partido Republicano da Paraíba. Seu presidente era o mineiro Afonso Pena Júnior e o vice, o gaúcho Ildefonso Simões Lopes, políticos ligados, respectivamente, ao PRM e a FUG. A Aliança reunia membros de matrizes de pensamento diversas. Assim, em uma mesma frente, encontravam-se políticos como Arthur Bernardes, Eptácio Pessoa, João Pessoa e Getúlio Vargas, que até pouco tempo eram parte do situacionismo e não possuíam muito apreço por uma agenda política mais liberal, cuja verdadeira intenção era fazer frente ao Partido

²⁸¹ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 2 out. 1929.

²⁸² FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*, 1991. p. 54.

Republicano Paulista, que os afastaram do poder. Nesse caso, políticos situacionistas solidarizavam-se com elementos ligados ao Partido Democrático, como Assis Brasil, Maurício de Lacerda e Simões Filho. Além de que, em suas fileiras, observam-se, já no ano de 1929, sujeitos – como João Neves Fontoura, Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo e Franco – ainda simpáticos à ideia de instaurar um novo governo por meio da revolução armada, que buscavam a colaboração dos “tenentes” para um eventual movimento armado.²⁸³

De Natal, os grupos oposicionistas seguiam a orientação de seu líder Café Filho – pelo menos simbolicamente –, que a despeito da presença de oligarcas na Aliança Liberal, abraçou-a como opção viável para a luta contra o sistema oligárquico. A *Manhã* tornou-se uma espécie de farol para os oposicionistas potiguares, que lá publicavam seus problemas e vitórias, assim como denunciavam as arbitrariedades do governo Juvenal Lamartine. Outro periódico que funcionava como eco dos acontecimentos do estado era o paraibano *Diário do Povo*, do jornalista potiguar Sandoval Wanderley, que também se encontrava afastado do estado por causa de perseguições políticas.²⁸⁴

Além do periódico do Partido Democrático Nacional, que continuava a criticar o governo norte-rio-grandense e a elogiar Café, o qual, segundo esse periódico, era “um dos mais moços e vigorosos jornalistas do Norte do paiz, intelligencia de escól, é uma das mais prestigiosas figuras da politica democrática no septentrião nacional”²⁸⁵, soma-se a atuação de Café à frente do Centro Rio-Grandense do Norte. Esse centro, que articula os potiguares expatriados no Distrito Federal, constitui a cabeça do movimento aliancista no Rio Grande do Norte. Nesse cenário, uma teia de relacionamentos ia interligando todos esses espaços oposicionistas e ajudando a fortalecer o combate ao regime republicano, que havia se degenerado.

Quando parte para o norte, como ficou acordado com os líderes da Aliança, o presidente Juvenal Lamartine deixa sua polícia de prontidão. Com isso, trens e navios eram vistoriados criteriosamente desde que se noticiou a vinda de Café para fazer campanha.²⁸⁶ Impossibilitado de adentrar no seu estado natal, a despeito das garantias dadas pelo senador José Augusto²⁸⁷, Café Filho foi para o lugar mais próximo do Rio Grande do Norte e ao

²⁸³ VERBETE: Aliança Liberal. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. v. 3. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALIAN%C3%87A%20LIBERAL.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

²⁸⁴ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 25 ago. 1929, 24 set. 1929, 13 out. 1929.

²⁸⁵ DIÁRIO NACIONAL, São Paulo, 12 jan. 1929.

²⁸⁶ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 24 set. 1929.

²⁸⁷ A MANHÃ, Rio de Janeiro, 17 set. 1929.

mesmo tempo mais seguro: a Paraíba, onde foi escalado para acompanhar a campanha ao lado do governador João Pessoa.

Em suas memórias, Café Filho narrou o clima de agitação da época: “de bombas e balas vivia-se na Paraíba”, muitos comícios acabavam em troca de tiros e com estouros de bombas. Apurados os votos das eleições presidenciais de 1930, o candidato situacionista Júlio Prestes saiu-se vitorioso. No entanto, os líderes da Aliança Liberal passaram a contestar o resultado alegando fraudes.²⁸⁸ A revolta ganha amplitude quando João Pessoa foi assassinado por motivos pessoais e políticos por João Dantas, em 26 de julho de 1930. Café relatou que “o clima [da Paraíba] degenerou em cenas de selvageria, marcadas por depredações, incêndios e violências de toda a ordem contra os adversários do governador sacrificado”.²⁸⁹ Em outubro, a luta armada estourou no restante do país, sendo emanadas do Rio Grande do Sul ordens para que o movimento se espalhasse pelo Brasil.

²⁸⁸ Para entender melhor esse período, ler: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil*, 2002.; FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*, 1991.

²⁸⁹ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 61.

3 – FINALMENTE NO PODER: CAFÉ FILHO, OS OPERÁRIOS E A “NOVA REPÚBLICA” (1930-1937)

Assim cheguei à política, através da revolta e da revolução, levado a ela pelas circunstâncias, movido por um sentimento de justiça e de solidariedade humana.

João Café Filho (*Do sindicato ao Catete*)

3.1 Entre a Velha e a Nova República

No dia dois de outubro de 1930, um velho Ford cruzava a fronteira da Paraíba em direção à capital do Rio Grande do Norte. Fato corriqueiro para a época, se não fosse pelos passageiros do veículo e a carga que transportavam. Sacolejavam pela estrada esburacada João Fernandes Café Filho, Omar Lopes Cardoso, os irmãos Dantas de Guarabira e três caixas de dinamites.²⁹⁰ O grupo pretendia derrubar o governo de Juvenal Lamartine, seguindo o esteio do levante armado organizado pela Aliança Liberal, que teve por estopim a morte do governador e candidato à vice-presidência da República, João Pessoa. Café Filho, provavelmente, entrava ansioso no seu estado natal. O que ele mais queria, a queda de Juvenal Lamartine e o fim do sistema político da Primeira República, finalmente parecia ser realidade. Eram novos tempos que estavam nascendo, pensavam os aliancistas mais radicais como Café.

Depois de uma temporada como redator do jornal *A Manhã*, do combativo Nazareth, foi recepcionado na Paraíba por seu amigo do Partido Democrático e das lutas sindicais, o jornalista Sandoval Wanderley. Logo se integrou à militância ao lado dos correligionários de João Pessoa para percorrer todo o estado em uma campanha renhida. Durante um ano, faz campanha para a Aliança. Em suas memórias, narrou esse quadro de sua vida como um momento de grande agitação: “Um simples estouro de uma lâmpada elétrica” causava a dissolução dos comícios.²⁹¹

Vivia-se um tempo de intensificação das posições políticas, por isso João Pessoa enfrentava uma revolta na cidade de Princesa liderada pelo coronel José Pereira, o qual discordava da política de impostos implementada por esse governador. Secretamente, o governo federal nutria certa simpatia pelos amotinados e, em torno do coronel de Princesa, aglutinaram-se alguns cidadãos oponentes a João Pessoa. Por sua vez, esse movimento também era apoiado pelo presidente do Rio Grande do Norte²⁹², que se ligava aos revoltosos

²⁹⁰ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 63.

²⁹¹ *Ibid.*, p. 55.

²⁹² *Ibid.*, p. 56-57.

paraibanos por causa das amarrações entre o partido republicano potiguar e a política nacional. José Augusto e Juvenal Lamartine, os novos líderes republicanos do estado, filiaram-se aos paulistas nessa campanha eleitoral. Embora aclamassem ser representantes de uma política moderna, eles, na verdade, continuavam inseridos nas tramas políticas comuns nesse momento histórico. A cada nova eleição, pactos eram refeitos e reestruturados assim como políticas municipal, estadual e federal entreteciam-se com promessas e troca de favores.

Nesse meio, emergiu a Aliança Liberal como uma grande frente única, na qual tendências opostas e até mesmo inimigas articulavam-se para tentar destronar a hegemonia de São Paulo à frente da política nacional. Nesse processo, a Frente Única Gaúcha (FUG) constituiu-se no maior exemplo de articulação de forças contrárias. Desde o início da República, o Rio Grande do Sul viu estruturarem-se os conflitos entre o Partido Republicano Rio-grandense (PRR), liderado incontestavelmente por Antônio Augusto Borges de Medeiros, e o Partido Republicano Federalista, que posteriormente dá origem ao Partido Libertador (1928), comandado por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Articulado com o Partido Republicano Mineiro, de Antônio Carlos Mineiro de Andrada, presidente de Minas Gerais, esses dois grupos antagônicos uniram-se nessa frente única, lançando a candidatura do então chefe do executivo gaúcho, Getúlio Vargas (PRR), para a presidência da República que, por sua vez, também estava ligado ao sistema político oligárquico. Esse presidente de estado conservava laços com Washington Luís, mantendo acordos nos quais Vargas garantia que, em caso de derrota, apoiaria o governo constituído, caso os paulistas se comprometessem a não apoiar a oposição gaúcha.²⁹³ A “velha política” continuava dentro da Aliança Liberal, visto que os acordos e conchavos faziam parte de sua constituição. Esses grupos eram mais reticentes quanto a quaisquer mudanças mais radicais a ser instituídas.

Apesar disso, no mesmo grupo, encontravam-se aqueles que criticavam o sistema político de então, dito oligárquico. Café Filho era um desses sujeitos, juntamente com as lideranças do Partido Democrático, que desejavam reforma nos costumes políticos, instituição do voto secreto, estabelecimento de uma justiça mais independente e maior representatividade popular. Café Filho se autodenominava revolucionário²⁹⁴, ele estava no grupo daqueles aliancistas – Osvaldo Aranha, João Neves e Virgílio de Melo Franco – que concordavam com

²⁹³ VERBETE: Aliança Liberal. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. v. 3. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALIAN%C3%87A%20LIBERAL.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

²⁹⁴ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 59.

a via armada para derrubar o governo. Sobre o seu período de propagandista aliancista na Paraíba, discorre:

Em propaganda da Aliança Liberal, tornei-me um exaltado orador de comícios. Encontrei em toda a parte um ambiente de grande receptividade e entusiasmo, a registrar, nessa sincronização popular, a profundidade e o calor do movimento em marcha.

A assistência era assinalada pelos lenços vermelhos. As moças faziam dêsse acessório simbólico uma peça sugestiva da indumentária.²⁹⁵

Café seguia fazendo comícios por toda a Paraíba e, quando se aproximava do território norte-rio-grandense, a situação tornava-se mais tensa, pois a polícia de Lamartine permanecia em estado de prontidão. Em sua autobiografia, faz uma associação do clima da época com os filmes de *far-west*, nos quais elementos rivais se hostilizavam pelas ruas das cidades, principalmente nas fronteiras entre a Paraíba de João Pessoa e o Rio Grande do Norte de Lamartine. Ostentando rifles e fuzis e com um indefectível lenço vermelho atado ao pescoço, Café e seu grupo revolucionário faziam propaganda da Aliança em diversas cidades paraibanas. Certa vez, em Brejo da Cruz, esse grupo cruzou as fronteiras do Rio Grande do Norte para fazer um comício relâmpago da cidade potiguar de Alexandria, o que se constituiu em uma clara ofensiva contra o presidente Juvenal Lamartine.²⁹⁶

Do ponto de vista de Café, lenços vermelhos, encontros de *far-west* e grandes manifestações populares de apoio compõem as memórias sobre suas empreitadas políticas. Para ele, os comícios e atividades aliancistas eram a realização de atos heroicos. Na imprensa situacionista, as representações eram diferentes e, segundo alguns jornalistas, os aliancistas não possuíam educação, insultavam nomes da situação, procuravam confusões e se uniam com elementos subversivos, como o comunista Fiuza Filho.²⁹⁷ Jornais e parlamentares situacionistas os identificavam como arruaceiros. Definitivamente, aquele grupo não se caracterizava como uma pequena associação de heróis. Na Câmara Federal, a situação atacava a Aliança Liberal. Em discurso, o deputado Maranhense Viriato Correia²⁹⁸, assim descreve esse movimento:

²⁹⁵ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 58-59.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 58-59.

²⁹⁷ O PAIZ, Rio de Janeiro, 16 out. 1929, 20 out. 1929.

²⁹⁸ Viriato Coreia nasceu em Pirapemas (MA), em 1884, bacharelou-se em direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, mas pouco atuou como advogado. Suas atividades relacionavam-se mais com o jornalismo e a dramaturgia. Em 1911, foi eleito deputado estadual no Maranhão, só retornando à vida política em 1927, quando foi eleito deputado federal. Ver: VERBETE: CORREIA, Viriato. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em:

[A Aliança] Foi o cosmopolitismo de idéas, a torre de Babel, o sacco de gatos, a gaveta de sapateiro da política nacional. Foi o “Bom Marché” dos credos partidários; houve de tudo e para todos os paladares: assististas, epítacistas, bernardistas, nillistas, seabristas, libertadores do Rio Grande do Sul, revolucionários do Rio Grande do Sul, ambiciosos e falhados de toda a parte.²⁹⁹

Deputados ligados ao governo investiam contra a Aliança. Viriato Correia, em seu pronunciamento, acusou seus próceres de inconstantes, dizendo que a cada momento trocavam de posição. Viriato Correia e outros deputados afirmavam que a Aliança estava fadada ao fracasso devido à junção de tendências divergentes. Se antes apoiavam incondicionalmente Washington Luís ou atacavam Arthur Bernardes, passaram a proceder ao contrário atacando o atual presidente e se unindo aos bernardistas, nilistas, assististas, ou seja, os partidários de Arthur Bernardes, do Partido Republicano Mineiro; de Nilo Peçanha, da Reação Republicana; e de Assis Brasil, o libertador do Rio Grande do Sul. Além disso, batalhas de discurso processavam-se na imprensa e nas tribunas: de um lado, mineiros, gaúchos, paraibanos e oposicionistas no geral; de outro, paulistas e todas as outras situações estaduais.

Em março de 1930, o processo eleitoral confirmou a chapa situacionista como vencedora. Nesse caso, não houve mudanças significativas nos processos eleitorais, continuaram as fraudes e violências comuns nas eleições passadas. Um dos problemas mais graves eram as falsificações das atas eleitorais, o que, na época, chamavam “eleições a bico de pena”, pois era a pena dos mesários que dava votos ao candidato. Não existia uma Justiça Eleitoral, a União era responsável pelas eleições federais, assim como os estados e os municípios tinham a mesma função. O poder legislativo de cada nível era responsável por conduzir o processo de votação e proclamar os candidatos eleitos.³⁰⁰ Geralmente, as assembleias legislativas organizadas por candidatos situacionistas não aprovavam a tomada de posse de elementos ligados à oposição.

As tentativas de Café Filho de se eleger sempre esbarravam nessa estrutura eleitoral viciada. Atas eram destruídas e refeitas a “bico de pena” pelos mesários responsáveis por elas.³⁰¹ Existia todo um vocabulário para definir as fraudes e os nomes dos envolvidos, ou seja, o léxico também indicava funções fraudulentas nos pleitos, por exemplo: os “cabalistas”

< <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORREIA,%20Viriato.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

²⁹⁹ O PAIZ, Rio de Janeiro, 6 dez. 1929.

³⁰⁰ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil*, 2002. p. 68-70.

³⁰¹ O IMPARCIAL, Rio de Janeiro, 1º abr. 1922; CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 8 set. 1922; O COMBATE, São Paulo, 15 set. 1922; CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 43.

eram responsáveis por incluir nomes na lista dos votantes, os “fósforos”, eram aqueles que votavam várias vezes assumindo o nome de um eleitor já falecido ou ausente, e os “capangas” ou “capoeiras” eram os indivíduos que faziam a vontade da situação ser cumprida, pois, por meio da violência, impediam opositores de votarem ou a presença de fiscais da oposição junto à mesa apuradora. “Curral” consistia na prática de reunir eleitores em um recinto onde recebiam cédulas para votar. Por último, havia a chamada “degola”, procedimento habitual dos membros da Comissão de Verificação de Poderes – reunião do legislativo que diplomava os eleitos –, o qual se caracterizava pelo impedimento da tomada de posse dos candidatos contrários aos interesses da elite rural.³⁰² O voto a descoberto também facilitava as coações, pois os votantes eram constrangidos a escolher os candidatos da situação, vide o caso do padeiro correligionário de Café que já foi elucidado no segundo capítulo desta dissertação.³⁰³

Em 1930, Café era um dos candidatos à vaga para deputado federal, mas esse sistema de fraudes e violências impediu que seu nome fosse sufragado. Ainda na Paraíba, recebe inúmeros telegramas felicitando-o pela vitória sobre o candidato governista Eloy de Souza. Contudo, o controle da junta apuradora, comandada por elementos ligados a Juvenal Lamartine, impede a indicação do seu nome. Com isso, prisões e coações são denunciadas pelos jornais opositores de outros estados. Por meio da violência, proibia-se a fiscalização da junta apuradora, da mesma forma que o aparelho estatal era utilizado para punir quem ousasse votar com os aliancistas. Em Mossoró, os comerciantes simpáticos a Café tiveram seus impostos aumentados, enquanto a cada dia chegavam à Paraíba pessoas perseguidas pelo presidente Juvenal Lamartine.³⁰⁴ A oposição ainda tentou entrar na justiça contra as eleições, mas o ministro do Supremo Tribunal Federal, Godofredo Cunha, declarou que não havia lei que o autorizasse a tomar qualquer posição, já que a junta era uma entidade autônoma.³⁰⁵

Mesmo sendo dito que havia relutância contra as fraudes eleitorais nas eleições de 1º de março, os dois lados utilizam-se de meios fraudulentos para conseguir seus objetivos. A situação saiu-se mais eficaz, pois contava com a ajuda da maioria dos presidentes de estado e garantiram a vitória de Júlio Prestes e Vital Soares, eleitos com 57,7% dos votos. Para se ter um exemplo, no Rio Grande do Sul, essa chapa só contou com 982 votos, enquanto Vargas e João Pessoa obtiveram 298 mil.³⁰⁶ Os dois movimentos estavam inseridos na cultura política

³⁰² PANDOLFI, Dulce Chaves. *Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil*, 2002. p. 68-70.

³⁰³ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 51.

³⁰⁴ JORNAL DO RECIFE, Recife, 7 mar. 1930; 9 mar. 1930.

³⁰⁵ JORNAL DO RECIFE, Recife, 3 abr. 1930.

³⁰⁶ VERBETE: Aliança Liberal. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. v. 3. Disponível em:

que privilegiava fraudes e violências eleitorais, embora determinados elementos da Aliança Liberal abominassem a política eleitoral vigente de então.

Borges de Medeiros, um dos líderes da FUG, em 19 de março, reconheceu a derrota e dá por encerrada a campanha da oposição.³⁰⁷ O clima de conspiração reinava e alguns líderes como Osvaldo Aranha, João Neves de Fontoura e Virgílio de Melo e Franco³⁰⁸ confabulavam para derrubar o regime ao lado de tenentes que aderiam à Aliança. O assassinato de João Pessoa, em julho de 1930 – embora não ocasionado por motivos políticos, mas porque seu assassino teve a vida devassada pelo então presidente da Paraíba –, tornou-se o estopim do movimento. Sem concordar com o ímpeto revolucionário, nem mesmo com a aproximação entre políticos e tenentes, João Pessoa chegou a julgar muitos desses últimos quando era ministro do Supremo Tribunal Militar. Ainda que certamente em vida não desejasse ter sua imagem associada à revolução, João Pessoa transformou-se no mártir do movimento revolucionário. Café Filho narrou que João Pessoa vaticinava sobre o que aconteceria depois de um possível movimento revolucionário: “vocês fazem a revolução, vencem, derrubam as oligarquias para depois cada um carregar nas costas, de volta, um político decaído”.³⁰⁹

Uma verdadeira cena de convulsão social assiste-se na Paraíba após a morte do seu presidente. Seguramente inflamada por elementos mais radicais entre os aliancistas, a população se revolta atacando e depredando residências, estabelecimentos comerciais e industriais de pessoas ligadas à oposição.³¹⁰ Transformada em símbolo pelas lideranças revolucionárias da Aliança Liberal, a morte de João Pessoa recrudescer o clima conspiratório. Nessa direção, Osvaldo Aranha, um desses líderes civis revolucionários, em carta a Getúlio Vargas, explanou:

Nada se pode esperar das leis, que não são praticadas, nem dos homens que são seus violadores. Onde a lei não é cumprida, o governo assenta no arbítrio e na força. [...] As soluções pacíficas, preconizadas como melhores e mais simpáticas, tornam-se inúteis, quiméricas. [...] Não há duas situações para uma só realidade, como não há duas soluções verdadeiras para uma mesma hipótese. Assim, ou concordamos com a situação de anarquia moral e de miséria material, que domina a República, ou,

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALIAN%C3%87A%20LIBERAL.pdf>>.

Acesso em: 1º jun. 2015.

³⁰⁷ Ibid.

³⁰⁸ Jovens que começaram a carreira política à sombra de velhos oligarcas da Primeira República, eram mais simpáticos às ideias liberais propostas pela Aliança Liberal. Os gaúchos do grupo ficaram conhecidos como “geração de 1907”, ano de finalização dos seus estudos universitários. Embora alguns deles, como o próprio Osvaldo Aranha, auxiliaram o governo a reprimir os movimentos tenentistas da década de 1920, eles estavam dispostos, nesse final de década, a seguir o caminho dos tenentes. Ver: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*, 2006. p. 18.

³⁰⁹ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 59.

³¹⁰ Ibid., p. 61-63.

animados de espírito de sacrifício, de altruísmo cívico, dentro de nossa missão social resolvemos procurar os meios de corrigir essa situação [...].³¹¹

Não seria por meios pacíficos que se destituiria um governo baseado no “arbítrio e na força”. Para Aranha, existiam apenas dois caminhos. O primeiro era o da resignação, isto é, aceitar a situação política do modo como estava, com seus vícios. O outro caminho parecia seguir pela via revolucionária, sacrificar-se pela pátria a fim de corrigir os erros que dominavam a República. Essa atmosfera conspiratória entre políticos, civis e tenentes, como Juarez Távora e Siqueira Campos³¹², somados com as degolas de elementos ligados aos aliancistas no parlamento federal e a morte do presidente da Paraíba, desembocou no movimento revolucionário que estourou no dia três de outubro. Forças revolucionárias tomaram os estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba e partiram imediatamente para dominar outras regiões do país.

Café adiantou-se aos militares: adentrou o Rio Grande do Norte comandando uma “coluna civil”. Perto do campo de pouso, nos arrabaldes da cidade, encontrou-se com Dias Guimarães, que havia arregimentado cerca de 40 civis para tomarem de assalto a capital potiguar. Omar Lopes Cardoso, capitão farmacêutico do exército, que acompanhava Café desde a Paraíba, estourou uma das cargas de dinamites no centro da capital. A explosão ocasionou a fuga de Juvenal Lamartine, que embarcou às pressas em navio com destino a Paris³¹³. Quando as forças do 29º Batalhão de Caçadores, que estava sediado nas fronteiras do estado da Paraíba por causa do conflito em Princesa, retornaram a Natal, então imbuídos do espírito revolucionário, foram saudados pelos civis que já haviam “derrubado” o governo. Por dois dias, Natal permaneceu sem governo. Com isso, escola e comércio ficaram com suas portas cerradas.

Nas memórias de Café Filho, a cidade foi tomada pacificamente. O estouro da bomba que afugentou Juvenal Lamartine configurou-se como único movimento ocorrido. Enquanto ele não descreveu depredações nem perseguições aos partidários de Juvenal Lamartine, uma determinada historiografia que trabalha com a “Revolução de 1930” no Rio Grande do Norte alerta-nos para os dois dias nos quais Natal ficou sem governo, e sugere que foi um período de arruaças e depredações. Segundo Mariz (1984), a ocupação da cidade se deu com a forte

³¹¹ Carta de Osvaldo Aranha. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*, 2006. p. 19.

³¹² Tenentes que participaram da Coluna Prestes e estavam nesse momento vivendo no anonimato: Juarez Távora encontrava-se na Paraíba, acobertado pelos partidários de João Pessoa; Siqueira Campos vivia entre o Rio de Janeiro e o Uruguai escondido sob identidades falsas, sendo responsável por aliciar a jovem oficialidade para a revolução.

³¹³ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 63-64.

presença de desocupados, aventureiros de lenços encarnados e negros que depredaram e assaltaram as residências do ex-chefe de governo e de seus auxiliares mais próximos.³¹⁴

Café Filho posicionou-se como o grande articulador da “Revolução de 1930” em território potiguar. Para ele, foi sua movimentação que expulsou o presidente do estado, como também foi o seu grupo que recebeu o Batalhão Federal pacificamente. Enquanto Natal estava sob seu comando, nada de anormal tinha acontecido, tudo transcorria na mais perfeita ordem; apenas quando se tentou nomear o desembargador Silvino Bezerra, irmão de José Augusto, foi que os seus correligionários e trabalhadores se manifestaram.³¹⁵ Ao narrar esse acontecimento, Café fez uma seleção de lembranças, inconscientemente ou não, na qual os trabalhadores urbanos se constituíam como sujeitos que seguiam sua vontade, revoltavam-se ou eram pacificados sob o seu comando.

Quando os militares tomaram as rédeas da situação, processou-se um impasse, pois eles pretendiam nomear o irmão de José Augusto para o governo do Rio Grande do Norte, o que desagradou enormemente o grupo cafeísta, que reuniu nas ruas um contingente de trabalhadores de diferentes matizes. Assim, estivadores do porto, pescadores do Canto do Mangue, ferroviários da *Great Western*, trabalhadores das pequenas indústrias e do comércio seguiam em direção ao Palácio do Governo com vivas a Café Filho.³¹⁶ Os trabalhadores queriam empossá-lo como governador, mas os oficiais militares foram veementemente contrários. O impasse foi contornado quando se deliberou esperar a decisão de Juarez Távora, que se tornara o comandante militar do movimento no Nordeste. Até lá, o estado iria ser governado por uma Junta Governativa Militar Provisória, a qual, para acalmar os ânimos, empossou Café Filho na chefia de polícia e Pedro Dias Guimarães na prefeitura do Natal.

A negativa ante o nome de Café pode ser interpretada como um temor à radicalidade de suas ideias. No Brasil, processava-se o “racha revolucionário” e diversas tendências se colidiram contra a ordem vigente na Primeira República. Os mais conservadores temiam a figura de Café como agitador político. Embora não fosse forte o suficiente ou prestigiado junto a todas as facções políticas da revolução, o seu poder de articulação era algo que devia ser respeitado. Ademais, o cargo estratégico de chefe de polícia alçaria Café pela primeira vez a um cargo no governo. Ele conseguiu, assim, uma “meia vitória”. Pode-se conjecturar que a real intenção dele era se tornar governador do Rio Grande do Norte. O cargo de delegado de

³¹⁴ MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984. p. 61-62.

³¹⁵ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 61-63.

³¹⁶ MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*, 1984. p. 22.; CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 61-63.; FURTADO, João Maria. *Vertentes*, 1989. p. 72.; GÓES, Moacyr de. *Chão das almas*, 2005. p. 66-67.

polícia, embora importante, não era seu o objetivo principal. No entanto, depois de quase dez anos de luta contra o poder constituído, ele se torna parte desse poder iniciando uma nova maneira de pensar e praticar a política.

As culturas políticas são fluxos dinâmicos, assim como os padrões sociais. Através dos tempos, as configurações sociais e culturais transformam-se. Esse processo, ao mesmo tempo que independe de uma intenção em particular, depende das atividades de muitas pessoas isoladamente, sem as quais as mudanças seriam impossíveis. A sociedade só pode ser entendida por meio das relações entre os indivíduos, não se pode separar uma categoria da outra. O indivíduo encontra-se dentro e é parte orgânica da sociedade, os indivíduos ao mesmo tempo que são criadores do seu contexto social, constituem-se em produtos desse contexto.³¹⁷ Na década de 1920, a emergência de novos atores sociais na vida política brasileira desencadeou no movimento de 1930. Nenhum dos atores envolvidos – tenentes, velhas e novas oligarquias dissidentes, “classes médias” urbanas e trabalhadores urbanos – previram o que se criaria na década de 1930. Ninguém individualmente foi responsável pelas transformações, mas seus atos recíprocos, suas relações mútuas, entre si e com os outros setores da sociedade foram responsáveis pelas mudanças implementadas.³¹⁸

O contexto de crise da Primeira República – com os movimentos tenentistas de 1922, 1924 e a Coluna Prestes; com a emergência das classes médias urbanas e da organização dos trabalhadores urbanos; com as dissidências provocadas dentro do próprio esquema de perpetuação do poder entre os grupos políticos estaduais e o poder central; com a alternância de poder entre os dois estados mais ricos da federação (São Paulo e Minas Gerais); e com a crise econômica global que minou a economia de um país que tinha como base econômica produtos agropecuários – foi gestado pelos indivíduos em interconexão uns com os outros, os quais, ao mesmo tempo que a formaram, por elas foram formados. Conforme explica Elias, “Cada ser humano é criado por outros que existiam antes dele, ele cresce e vive como parte de uma associação de pessoas”.³¹⁹ Assim, somente na relação com os outros é que as pessoas adquirem sua individualidade. Um ponto, no qual uma infinidade de influências se encontra, está ligado aos demais por uma rede de relacionamentos que, por sua vez, tem peso e leis

³¹⁷ ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografía como género historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 31.

³¹⁸ Discussões amplamente inspiradas nas teorias do sociólogo alemão Norbert Elias em seu livro *A Sociedade dos Indivíduos* (1994).

³¹⁹ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*, 1994. p. 19.

próprios que deixam uma margem para a atuação dos sujeitos, instituindo-se a sociedade como um campo de possibilidades historicamente determinadas.³²⁰

O movimento de 1930 estabeleceu-se, assim, como produto sociocultural de relações entre diferentes indivíduos, representantes das diferentes classes sociais que formavam o todo social. Os partícipes dessa agitação política buscavam, por meio de suas memórias, relatar os acontecimentos desse momento histórico, dando-lhes sentido a partir de suas recriações imagéticas.

Em suas memórias, Café Filho suprimiu a parte que o povo natalense queria empossá-lo como governador ou que os líderes do movimento impediram sua posse. Ele priorizou sua luta contra a nomeação de Silvino Bezerra e a pacificação dos ânimos operários quando se tornou chefe de polícia do estado.³²¹ Já o relato do acadêmico Manuel Rodrigues de Melo enfatizou que o próprio Café, ao ser alçado pelo povo para cima de uma mesa no Palácio do Governo, profere para todos ouvirem: “Assumo o governo em nome do povo”. Porém, o tenente Júlio Perouse deu-lhe ordem de prisão caso ele não acabasse com o movimento.³²² Esse relato é parecido com o de José Praxedes, que afirmou que os militares não deixaram Café assumir o governo do estado contra sua vontade.³²³

Três memórias, três discursos diferentes sobre o mesmo acontecimento. A memória é, portanto, ativa e criadora de significados, nunca se mostra como uma atividade indiferente trabalhando como simples receptáculo. O passado, por seu turno, é racionalizado a partir do presente, do que se (re)memora de um acontecimento. Passados são recriados a partir dos seus locais de fala; recuperam “a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história”.³²⁴ Todo indivíduo possui fragmentos de muitas recordações sociais distintas, a memória se apresenta como “um processo individual, que ocorre em meio social dinâmico”.³²⁵

Em relação aos registros de memória, tem-se os relatos de Manoel Rodrigues de Melo, que era ligado aos grupos conservadores católicos e foi membro da Congregação Mariana de Moços. Além disso, ajudou a constituir o jornal *A Ordem* (1935), que fazia uma intensa propaganda anticafeísta, além de ter participado ativamente da fundação do primeiro núcleo

³²⁰ GINZBURG, Carlo. *Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”*, 1989.

³²¹ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 63-64.

³²² ARANHA, Terezinha de Queiroz; GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. *Manoel Rodrigues de Melo: Biobibliografia (1926-1995)*. Natal: CCSA; DEBIB; Núcleo Temático da Seca, 1995. p. 25-27.

³²³ OLIVEIRA FILHO, Moacyr. *Praxedes, um operário no poder*, 1985.

³²⁴ PORTELLI, Alessandro. *Sonhos ucrônicos*, 1993a. p. 41.

³²⁵ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História (História e Cultura). *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, PUC, n. 10, p. 16, dez. 1993b.

integralista do Rio Grande do Norte. Suas memórias eram as de uma pessoa que militou praticamente a vida toda sob o conservadorismo; seus livros remetem às tradições e aos costumes do homem do campo, mais precisamente do homem do vale do rio Assu, região de sua cidade natal, Macau. Café representava uma tradição urbana, já Rodrigues de Melo constituiu-se em um signatário das tradições do homem do campo, daí sua aproximação com pensadores como José Augusto, Juvenal Lamartine e Câmara Cascudo, e seu distanciamento dos ideais defendidos pelos cafeístas.³²⁶ Além de participar desses grupos, Rodrigues de Melo foi indicado à Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Com isso, em 22 de julho de 1943, assumiu uma cadeira ao lado de figuras como Juvenal Lamartine, José Augusto e Câmara Cascudo, sujeitos ligados à “antiga República”.³²⁷

No que diz respeito a Café como chefe de polícia, para o sapateiro Praxedes, um dos fundadores do Partido Comunista no Rio Grande do Norte e que ainda, durante a década de 1920, ajudou os “cafeístas” a montar a federação de trabalhadores, a ascensão de Café Filho à chefia de polícia representou um duro golpe nas organizações comunistas. A relação que antes era de tolerância e cooperação pacífica foi transformada em pura perseguição. Na primeira metade da década de 1930, as forças policiais abraçaram o projeto de acabar com as organizações operárias comunistas. Praxedes, em entrevista ao jornalista Oliveira Filho, apontou Café Filho como uma pessoa sem escrúpulos, que participara da revolução para se promover e chegar ao poder.³²⁸

O movimento de outubro de 1930 suscitou um intenso debate sobre o seu próprio sentido. Visões e conveniências pessoais propuseram um ou mais conceitos para interpretar a nova situação: República Velha/República Nova, oligarquia/burguesia, movimento de outubro/revolução de outubro, Governo Provisório/Ditadura, politicalha/ciência/sociologia.³²⁹ O que eram esses novos tempos? Dependendo de para quem se fizesse essa pergunta, teriam-se diferentes respostas. Dentro do próprio movimento revolucionário se via uma luta pelo

³²⁶ José Augusto, Juvenal Lamartine, Câmara Cascudo e o próprio Manoel Rodrigues escreveram uma extensa bibliografia sobre os costumes e tradições do homem do interior nordestino e/ou norte-rio-grandense. Não teria como citar toda essa bibliografia, por isso listam-se alguns livros desses autores, a saber: AUGUSTO, José. *A Região do Seridó*. Natal: Cactus, 1961; LAMARTINE, Juvenal. *Velhos Costumes do meu sertão*. 3. ed. Natal: Fundação Guimaraes Duque; Fundação Vingt-um Rosado, 2006; CASCUDO, Luís da Câmara. *A vaquejada nordestina e sua origem*. Natal: Fundação José Augusto, 1976; CASCUDO, Luís da Câmara. *Contos tradicionais do Brasil*. São Paulo: Global, 2004; MELO, Manoel Rodrigues de. *Patriarcas & Carreiros: influência do coronel e do carro de boi na sociedade rural do Nordeste*. Natal: Universitária, 1985; MELO, Manoel Rodrigues de. *Várzea do Assu: paisagens, tipos e costumes do Vale do Assu*. São Paulo: Edição dos Cadernos, 1940.

³²⁷ ARANHA, Terezinha de Queiroz; GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. *Manoel Rodrigues de Melo*, 1995.

³²⁸ OLIVEIRA FILHO, Moacyr. *Praxedes, um operário no poder*, 1985.

³²⁹ BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: História e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 161.

monopólio da palavra “revolução”: muitos se posicionavam como legítimos promotores da revolução – Getúlio Vargas e os gaúchos que o cercavam, os tenentes, os membros do Partido Democrático e os oligarcas dissidentes. Entretanto, todos eles, para se legitimarem como revolucionários, evocavam suas ações como validadas pelo “povo”.³³⁰ O discurso oficial mostrava que uma “República Nova” estava nascendo em detrimento de uma “República Velha”. Aquele período da política “carcomida”, em que as instituições encontravam-se falidas e periclitantes, tinha chegado ao fim.³³¹ Pululavam imagens e falas de como se deveriam organizar o “novo”, por onde o novo governo deveria caminhar.

A heterogeneidade do movimento era visível. De um lado, os grupos que enxergavam a revolução como uma mudança de homens no poder; do outro, toda uma gama de tendências a acreditar que a revolução não se dava apenas no nível da troca de poder, mas em um nível mais amplo de transformações estruturais, isto é, uma revolução social deveria ser intensificada. João Maria Furtado (1989) afirmou que, logo após o estabelecimento da Junta Governativa no Rio Grande do Norte, processou-se a separação entre duas tendências específicas. Havia, de um lado, figuras como Djalma Marinho, Rosemiro Silva, Edgar da Siqueira, Lauro Pinto, Raimundo de Macedo, Gil Araújo, Laércio Fernandes e o próprio João Furtado, uma geração de jovens capitaneados por Café Filho que acreditavam em uma política mais progressista; e, de outro, elementos mais reacionários a qualquer mudança política ou administrativa que, com o tempo, foram organizadas por José Augusto.³³²

Em torno de Café, reuniam-se jovens recém-saídos dos bancos universitários, geralmente bacharéis, jornalistas e poetas que se reuniam em Natal desde o final dos anos 1920, constituindo-se na base de sustentação das ações cafeístas na capital. O literato Moacyr de Góes, ao narrar “a revolução de 1930”, descreve o dia a dia desses sujeitos reunindo-se antes do almoço no café Cova da Onça, na Ribeira, para discutir política.³³³ Esse lugar era um espaço de discussões, onde se confabulavam e traçavam estratégias para as próximas movimentações políticas. O Cova da Onça era mais um desses espaços em que Café Filho e seus aliados participavam na urbe natalense. Também era o espaço de sociabilidade preferido dos decaídos de 1930.³³⁴

³³⁰ BORGES, Vavy Pacheco. *Anos trinta e política*, 1998, p. 163.

³³¹ *Ibid.*, p. 164.

³³² FURTADO, João Maria. *Vertentes*, 1989, p. 72.

³³³ GÓES, Moacyr de. *Chão das almas*, 2005, p. 23.

³³⁴ Sobre bares e sociabilidades boemias na cidade do Natal entre as décadas de 1930 e 1960, ver: FREITAS, Viltany Oliveira. *Cantos de bar: sociabilidades e boemia na cidade de Natal (1946-1960)*. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Nas páginas 30 a 33, a pesquisadora discorre sobre o café Cova da Onça.

3. 2 “Vamos para o Club”: um novo espaço para o operário de Natal

A situação normalizou-se em Natal quando foi erigida a Junta Governativa, formada por Tavares Guerreiro, Júlio Perouse e Aberlado de Castro, militares que faziam parte da ala moderada dos “tenentes”. O novo governo tomou as medidas necessárias para a instalação do regime, baixou decreto fechando a Assembleia Legislativa do Estado e as Intendências Municipais, e indicou novos nomes para comandar as cidades e os serviços públicos.³³⁵ Nessa nova situação, ao nomear os cargos, tentou contemplar todas as correntes da Aliança Liberal. Aos cafeístas, foram concedidas a chefia de polícia, ao próprio Café Filho; a prefeitura de Natal, a Pedro Dias Guimarães; a redação de *A República*, a Sandoval Wanderley; e a prefeitura de Areia Branca, ao coronel Francisco Sólton Sobrinho.³³⁶ Pela primeira vez, quadros cafeístas exerceram atividades no aparelho estatal. Novos espaços eram conquistados, não mais como oposição; dessa vez, faziam parte do governo e com ele tinham o objetivo de construir uma nova sociedade como tanto desejaram na década anterior.

Outras facções também foram privilegiadas, ou seja, a “revolução” no Rio Grande do Norte não havia sido obra exclusiva dos cafeístas. O coronel Dinarte Mariz, embora ligado a elementos da oligarquia decadente, foi responsável pelo êxito do novo regime na região Seridó. Mantinha contato com grupos aliancistas de Natal e, com um contingente armado, garantiu a vitória da “revolução” no interior do estado. A Junta Governativa indicou seu nome para a prefeitura de Caicó, cargo estratégico que lhe possibilitou reagrupar sob o seu nome as lideranças decaídas do regime passado.³³⁷ Segundo João Maria Furtado, como adversário cafeísta fervoroso, Dinarte Mariz chegou a premeditar o assassinato de Café Filho.³³⁸ Além dos aliancistas citados, da ala mais conservadora, foram escolhidos o jornalista Fontes Galvão (propagandista aliancista na cidade de Mossoró) para a Imprensa Oficial (responsável pelo jornal *A República*) e o engenheiro Gentil Ferreira, para a prefeitura de Santa Cruz.³³⁹

Finalmente, Café chegou ao governo; contudo, havia conflitos entre os diferentes grupos que fizeram a “revolução”. A ala mais conservadora buscava consolidar o regime, apaziguando os ânimos e restaurando rapidamente a ordem – Gentil Ferreira, Dinarte Mariz e

³³⁵ MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*, 1984. p. 62-63; LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, 2010. p. 20-21.

³³⁶ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, 2010. p. 21.

³³⁷ *Ibid.*, p. 20.

³³⁸ FERREIRA, Brasília Carlos. *O sindicato do garrancho*, 1986. p. 68-69.

³³⁹ Sobre as nomeações pela Junta Governativa, ver: MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*, 1984.; LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, 2010.

Fontes Galvão faziam parte dessa ala –, enquanto o lado cafeísta” estava animado com as mudanças que ainda estavam para ser conquistadas. Sua base de sustentação eram os trabalhadores urbanos de Natal. Café Filho tinha, também, algum prestígio junto aos trabalhadores das salinas de Areia Branca e Macau, assim como entre alguns poucos trabalhadores mossoroenses.

Os habitantes das Rocas, por sua vez, constituíam a base política mais sólida de Café Filho. Usando sua influência nesse meio, organizou uma manifestação em favor da posse de Irineu Joffily no governo do Rio Grande do Norte. No dia aguardado para a chegada de Juarez Távora, José Américo de Almeida e outros líderes aliancistas, as ruas da capital presenciaram manifestações de apoio ao candidato cafeísta. Assim, acabou prevalecendo a candidatura de Joffily, que sucedeu a Junta Governativa em 12 de outubro de 1930.³⁴⁰ Pelo menos esse foi o relato de Café Filho em suas memórias, o qual se “esqueceu” de mencionar que o escolhido por Juarez Távora para o governo do Rio Grande do Norte seria João Lindolfo Câmara, potiguar que se encontrava no Rio de Janeiro exercendo funções no Ministério da Fazenda. Ao paraibano Irineu Joffily lhe foi dado interinamente o cargo no governo do estado, embora depois assumisse o cargo de forma efetiva, em 22 de novembro de 1930, quando Vargas o nomeou efetivamente para interventor federal, pois se descobriu a ligação de Lindolfo Câmara a pessoas da situação decaída.³⁴¹

Em sua autobiografia, Café Filho privilegiou acontecimentos que demonstrassem que a escolha do novo governante do estado não poderia se efetivar sem o seu aval: “Juarez Távora apresentou-me diversos nomes para o governo revolucionário. Recusei-os, pois todos eram comprometidos com a situação anterior a 1930”.³⁴² Sua construção narrativa olvida por um momento as outras forças envolvidas na seleção do novo chefe do executivo estadual, lançando, assim, holofotes em seu papel na escolha do paraibano Joffily.

Por principiar um governo privilegiando os cafeístas no poder, as ações dessa administração foram bem documentadas na narrativa autobiográfica de Café. Joffily era representado como um sujeito imbuído dos verdadeiros ideais revolucionários de lisura e eficiência no trabalho público.³⁴³ A postura desse interventor vinha ao encontro da política propagandeada durante as campanhas da Aliança Liberal: apurar as irregularidades dos governos anteriores e promover o equilíbrio financeiro. Para tanto, adotou medidas

³⁴⁰ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 64-65.

³⁴¹ MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*, 1984. p. 63; LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, 2010. p. 21-22.

³⁴² CAFÉ FILHO, João. op. cit., p. 64.

³⁴³ Ibid., p. 65-67.

impopulares como a demissão de funcionários públicos e a redução dos salários. Seu lema seria “reconstruir e progredir”. Desse modo, fez um governo extremamente técnico pautado na austeridade.³⁴⁴

Próximo ao interventor, Café Filho acompanhou de perto o início turbulento dos novos tempos. Acreditava que sua liderança frente às “classes populares” estabelecia-o como nome ideal para comandar a polícia estadual, pois se “encontrava em condições de restabelecer e manter a disciplina e a ordem” apenas se dirigindo ao povo, que obedecia a seus pedidos.³⁴⁵ Quem fazia parte dessas “classes populares”? Por que elas obedeceriam a Café? Certamente os trabalhadores das Rocas eram a base de apoio de Café, seu papel, como líder trabalhista, advogado e jornalista, criara na população trabalhadora desse bairro o desejo de segui-lo.

Além das Rocas, as praças e as ruas continuavam territórios dos partidários de Café Filho, que iam amiúde quando eram convocados a protestar contra arbítrios do governo. Na primeira manifestação contra os militares que queriam empossar Silvino Bezerra no governo do estado, houve um deslocamento de seus correligionários das Rocas para o Palácio do Governo, onde estavam presentes as forças armadas paraibanas. De um lado, os trabalhadores das Rocas; do outro, os militares. Momentaneamente, esse espaço tornou-se um território de conflito, onde duas visões de mundo se esbarraram, cada uma tentando impor seus desejos. A situação só foi contornada com um acordo que beneficiava a ambos os lados.

Um novo sujeito nasce a cada vivência, no novo governo: Café Filho era então uma liderança situacionista que detinha o uso da violência, não sendo mais vítima dela. Ligado a um ideal tenentista e sindicalista, pretendeu confluir todas as lutas trabalhistas para o sindicalismo oficial. Assim é que o sindicato, de *locus* – onde se lutava contra o *status quo* e contra as más condições de trabalho – transformou-se em um espaço para esperar as ações do governo. Este, por sua vez, transformado, iria ajudar a todos, mas seria preciso esperar, pois não havia ambiente para os que não fossem suficientemente pacientes. Os espaços são fluxos reatualizados pelas práticas que os constroem e reconstroem ao longo do tempo. As relações sociais os atualizam e os modificam constantemente, com novas relações que criam novos lugares. Portanto, novas posturas políticas e sociais deram à luz a um novo tipo de espaço de sociabilidade para os trabalhadores potiguares: o sindicato legalizado pelo Ministério do Trabalho.

Os sindicatos, por seu lado, adotaram a nova lógica de organização preconizada pelo recém-criado Ministério do Trabalho de Vargas. O decreto 19.770, de 19 de março de 1931,

³⁴⁴ MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*, 1984. p. 64.

³⁴⁵ *Ibid.*, p. 70.

proibia a existência de sindicatos interclassistas e a presença de pessoas que não fossem trabalhadores em suas reuniões.³⁴⁶ Nos primeiros anos pós-1930, a principal preocupação dos trabalhadores potiguares foi legalizar suas atividades dentro das novas regras estabelecidas. Para que fossem reconhecidas, as entidades precisavam solicitar a Carta Sindical às autoridades do Ministério. Animados com os novos tempos, os sindicatos e as associações de trabalho saudavam entusiasticamente os interventores escolhidos para governar o estado:

Todas as sociedades operárias sindicalizadas da capital e do interior do estado, pelos seus representantes acreditados junto à Federação Regional do Trabalho, comparecerão incorporadas ao Cais do Porto, vindo uma comissão composta de todos os presidentes levar os votos de boas vindas ao Sr. Interventor Federal. Nas sedes dos sindicatos e da sociedade dos estivadores serão hasteadas as bandeiras sociais e Nacional, ostentando à noite profusa iluminação em suas fachadas [...] Uma comissão de sindicalistas fará esta noite ornamentação das principais ruas onde deverá passar o Sr. Interventor.³⁴⁷

Segundo a professora Brasília Ferreira (1986), esse entusiasmo inicial em face dos interventores e da nova legislação sindical não se solidificou em ações efetivas, pois continuavam a participar das reuniões operárias alguns elementos estranhos a elas. Até o final de 1933, apenas três sindicatos estavam regularizados e reconhecidos pelo Ministério, a saber: Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Natal, União dos Operários Estivadores de Natal e Sindicato dos Estivadores de Areia Branca.³⁴⁸ Apesar do entusiasmo da classe trabalhadora de Natal diante do novo regime e das novas leis impostas, demorou-se a se organizarem os sindicatos nos moldes previstos pelo governo central.

Conquistar uma categoria profissional representava uma conquista de novos territórios na cidade que, por sua vez, garantiriam mais poder de atuação. Controlar um território pressupõe estabelecer dentro de um determinado espaço regras de acesso e de circulação, assim como a normatização das atitudes e comportamentos. Dessa forma, aumentar sua área de influência significaria a Café e seus correligionários e demais grupos comunistas uma maior afirmação de poder.³⁴⁹ Os territórios não são estáticos, estão em constante mudança, pois existem batalhas e resistências que conformam novos territórios e acabam com os antigos.

³⁴⁶ FERREIRA, Brasília Carlos. *O sindicato do garrancho*, 1986. p. 28-36.

³⁴⁷ A REPÚBLICA, Natal, 3 jan. 1933.

³⁴⁸ FERREIRA, Brasília Carlos. op. cit., p. 35-36.

³⁴⁹ Os conceitos de território, cidade e política utilizados neste trabalho foram pensados a partir dos conceitos apresentados por Paulo Cesar Gomes, no seu livro *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*.

Ocorrem lutas por espaços dentro da cidade, por isso os indivíduos, movidos por diferentes anseios, estabelecem relações e fundam territórios. Desse modo, comportamentos e valores políticos distintos são construídos a partir das experiências individuais dos sujeitos. O conceito de cultura política apresenta um leque de possibilidades para se pensar as relações sociais ou os modos como as pessoas se reconhecem e agem no mundo, recriando-o e povoando-o de significados, mitos e símbolos. Quanto à espacialização do mundo, ocorre por meio da interação com um sistema de valores. Dessa forma, os espaços são culturalmente construídos ao mesmo tempo que produzem e difundem a cultura. Os significados do espaço lhe são dados por investimentos simbólicos feitos sobre ele a partir de certos grupos sociais. É no espaço que os grupos sociais erguem obras materiais mas também inscrevem uma ordem simbólica. Os espaços só fazem sentido a partir das práticas que lhes dão significação.³⁵⁰ A todo momento, o homem cria referências para viver em sociedade, visto que são os sentimentos e ações que instituem espaços. É, por sua vez, a cultura que influencia um conjunto simbólico que dá sentido aos espaços.

A cultura política constitui-se, assim, em um conjunto de representações complexas que abarcam valores, normas, atitudes e imaginários partilhados por determinado grupo acerca dos fenômenos políticos, também se estabelecendo como uma instituidora de espaços. Existe uma “áurea” que toma conta de determinados espaços, os quais muitas vezes nos permitem investigar o imaginário político dos grupos que os estabeleceram.

Na década de 1930, diferentes grupos batalhavam por territórios operários na cidade de Natal. Em cada um desses espaços, aglutinavam-se sujeitos que pensavam e praticavam a política semelhantemente, criando fronteiras com aqueles que possuíam outros sistemas de valores. Dois desses grupos se sobressaíram: os cafeístas, adeptos de um sindicalismo oficial, ligado ao Ministério de Trabalho de Vargas; e os comunistas, que visavam à luta sindical como prelúdio de uma revolução contra o capital.

A pequena Natal, no idos da década de 1930, possuía aproximadamente 40 mil habitantes. A cidade apresentava um considerável movimento portuário, pois era a responsável por escoar a produção de sal e de algodão do estado em direção ao mercado nacional e internacional. O comércio era particularmente forte nos dois bairros mais antigos: a Cidade Alta e a Ribeira. Nesses bairros, concentravam-se também os cafés mais frequentados, destacando-se o café Cova da Onça, na rua Tavares de Lyra, frequentado pelos grupos políticos. No bairro da Ribeira, localizavam-se o cais do porto e as principais casas

³⁵⁰ ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público do Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

comerciais, que faziam fronteira a oeste com o Rio Potengi; ao norte, com a Praia da Limpa (hoje Santos Reis); a leste, com as Rocas; e ao sul, com a Cidade Alta. O bonde elétrico, inaugurado em 1911, era o principal meio de transporte coletivo da cidade. O setor industrial era ainda muito incipiente; em 1936, existiam cerca de 130 fabriquetas, a grande maioria dos ramos têxtil e alimentício.³⁵¹

O período interventorial no Rio Grande do Norte foi bastante conturbado. Até 1935, o estado foi governado por cinco interventores diferentes.³⁵² Irineu Joffily, por sua administração enérgica e descompromissada com os elementos “decaídos” do regime passado, atraiu para si o descontentamento dos antigos partidários do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, alcunhados por seus opositores de “perrés”. O jornal católico *Diário de Natal* emergiu como espaço de críticas ao novo interventor denunciando uma paraibanização do estado e o nepotismo do interventor. Nesse caso, a política de exonerações de funcionários públicos serviu de esteio para acusar o novo governante de demitir quadros potiguares em privilégio a paraibanos.³⁵³

Nesse ínterim, Café Filho deixa o cargo de chefe de polícia em meados de dezembro. Suas memórias nada revelam dessa exoneração. Em nota, o jornal carioca *O Globo*³⁵⁴, de 18 de dezembro de 1931, elogiava a participação de Café Filho na organização administrativa do novo regime e informava que ele pediu e obteve sua exoneração do cargo. Provavelmente, ocorreu uma indisposição entre os dois sobre o futuro do Rio Grande do Norte. Enquanto Joffily pretendia racionalizar a administração não deixando qualquer outra corrente política local próxima ao poder, Café Filho pretendia aglutinar em torno de si um grupo político forte para futuramente se lançar a voos maiores. Em entrevista para o jornal *A União* da Paraíba, Café Filho lamentou a proibição de manifestações populares no estado imposta pelo interventor. Ao que parece, implicitamente lastimava não poder mais arregimentar seu grupo

³⁵¹ Para compreender como se organizava a cidade de Natal na Primeira e Segunda República, recomenda-se a leitura das seguintes obras: COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal – o primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995; NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Anuário Natal 2011-2012*. Natal: SEMURB, 2012.

³⁵² Irineu Joffily (outubro de 1930 a janeiro de 1931); Aluísio de Andrade Moura (janeiro a julho de 1931); Herculino Cascardo (julho de 1931 a junho de 1932); Bertino Dutra da Silva (junho de 1932 a agosto de 1933); Mário Leopoldo Pereira Câmara (agosto de 1933 a outubro de 1935).

³⁵³ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, 2010. p. 26-31.

³⁵⁴ Jornal fundado no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1925, por Irineu Marinho, ex-diretor do periódico *A Noite*, durante os anos 1920, preocupava-se com questões populares, como, por exemplo, a carestia e o aumento dos vencimentos dos funcionários públicos. Aderiu à Aliança Liberal às vésperas das eleições. Com a revolução de 1930, foi um dos periódicos constitucionalistas em cujas páginas observavam-se críticas às arbitrariedades dos interventores federais. Para mais detalhes, ver verbete: GLOBO, O. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

político.³⁵⁵ Por tentar se afastar de todas as correntes políticas, Joffily distanciou-se até mesmo daqueles que mais o apoiavam: a corrente cafeísta. No final, sozinho e sem apoio de nenhum grupo político local, sucumbiu às provocações da oposição apresentando a Juarez Távora sua renúncia à interventoria. No dia 28 de janeiro de 1931, entregou o cargo de interventor ao tenente Aluísio Moura e partiu para a Paraíba.

O tenente Aluísio Moura, cidadão nascido no Rio Grande do Norte, mas sem ligações políticas no estado, estava à frente do Regimento da Polícia Militar desde a demissão de Café do cargo. Para auxiliar, e ao mesmo tempo “vigiar”, Aluísio Moura no seu novo cargo, Juarez Távora indicou os nomes dos tenentes Ernesto Geisel e Paulo Cordeiro.³⁵⁶ O início da administração de Moura foi caracterizado por equilibrar as forças políticas do estado. Segundo Spinelli (2010), tanto o grupo católico, reunido no *Diário de Natal*, quanto o grupo cafeísta apoiaram, inicialmente, esse interventor. As facções de Café Filho e a dos “militares” foram as mais privilegiadas, uma vez que os principais cargos da administração estadual ficaram sob responsabilidade dessas duas facções. Os cafeístas permaneceram com a prefeitura de Natal, sob a responsabilidade de Pedro Dias Guimarães; a Imprensa Oficial, sob as ordens de Sandoval Wanderley; a prefeitura de Mossoró, com Amâncio Leite; e por fim, a prefeitura de Areia Branca, com Francisco Sólon Sobrinho. Os militares ocuparam a Secretária Geral e a Secretaria de Segurança Pública sob a administração do tenente Ernesto Geisel; e a chefia da Polícia Militar, sob o comando do tenente Paulo Cordeiro.³⁵⁷

A aliança entre Aluísio Moura e Café Filho aproximou esse interventor dos setores populares. Para tanto, foi organizado um grande comício no bairro das Rocas, onde compareceram aproximadamente três mil pessoas para ouvir os discursos do interventor, do tenente Geisel e de Café Filho.³⁵⁸ Em consonância com o governo, Café comparou o novo regime com a situação anterior ao movimento de 1930. Para ele, o “governo revolucionário” confraternizava com os trabalhadores humildes, enquanto no passado a única coisa que os trabalhadores recebiam do governo eram chicotadas. Café Filho pautou um discurso em consonância com a oratória revolucionária. Quanto aos trabalhadores urbanos, são instados a participar do governo e a apoiá-lo.

Entretanto, toda a aparente harmonia de forças se desfez com a prisão de Café Filho e de seus correligionários.³⁵⁹ Provavelmente, sob influência dos “perrés”, o novo interventor

³⁵⁵ A UNIÃO, Paraíba, 20 jan. 1931.

³⁵⁶ A UNIÃO, Paraíba, 20 jan. 1931.

³⁵⁷ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, 2010. p. 35-36.

³⁵⁸ *Ibid.*, p. 38.

³⁵⁹ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, 2010. p. 38.

resolveu acusar os cafeístas de conspirar contra o governo. Apesar disso, poucos dias após a prisão, foram postos em liberdade, graças a um inquérito conduzido pelo tenente Ernesto Geisel que inocentou todos os implicados. A partir de então, a facção cafeísta foi alijada da administração estadual em detrimento de personalidades do antigo Partido Republicano. Sob acusação de privilegiar elementos da situação decaída, o Governo Provisório de Vargas demitiu Moura do seu cargo, o qual permaneceu 180 dias à frente da interventoria estadual.³⁶⁰

O próximo interventor escolhido por Vargas foi o capitão-tenente da Marinha, Herculino Cascardo, um sujeito desvinculado da política do Rio Grande do Norte que compôs em grande parte seu secretariado com indivíduos que não eram ligados a qualquer corrente política do estado. Apesar de não ter concedido cargo algum aos cafeístas, nesse período, houve uma maior articulação dos sindicatos liderados por Café Filho. Durante seu governo, Herculino Cascardo concedeu ampla liberdade aos diferentes grupos políticos do estado, incentivou a sindicalização e assegurou a liberdade de organização de todos os grupos.

Os cafeístas, juntamente com alguns oficiais do Exército e da Marinha, organizaram no mês de abril de 1932 uma filial do Clube 3 de Outubro na cidade do Natal, cerca de um ano após a fundação nacional (1931).³⁶¹ Seus signatários eram elementos ligados ao movimento tenentista, que não acreditavam na volta imediata do regime constitucional e apoiavam um prolongamento indefinido do Governo Provisório, uma vez que “a revolução estava sendo asfixiada por políticos tradicionais”.³⁶² Para eles, fazia-se necessário programar uma série de mudanças sociais a fim de que o país posteriormente voltasse à normalidade democrática, pois abrir o regime democraticamente, naquele momento, significava a volta dos antigos políticos da “República Velha”. Acreditavam que sem uma verdadeira educação cívica, o povo brasileiro continuaria coagido a sufragar esses elementos.

Observando uma dispersão nos ideais tenentistas e a falta de organização entre os revolucionários, o general Góis Monteiro, líder militar do movimento de outubro, comandou a organização de um grupo de pressão que teria como objetivo organizar uma ação conjunta dos “tenentes” frente ao governo. O primeiro quadro de dirigentes do Clube era formado por: Góis Monteiro, presidente; Pedro Ernesto, primeiro vice-presidente; Herculino Cascardo, segundo

³⁶⁰ MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*, 1984. p. 61-82.

³⁶¹ O JORNAL, Natal, 24 abr. 1932.

³⁶² VERBETE: Clube 3 de Outubro. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-3-de-outubro-2>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

vice-presidente; e Osvaldo Aranha, terceiro vice-presidente.³⁶³ Posteriormente, quando Pedro Ernesto assumiu a presidência nacional do Clube, a entidade teve a fase de maior prestígio. Responsável por fazer a intermediação entre o pensamento tenentista e o governo Vargas, o Clube e suas sucursais espalhadas pelas unidades da Federação estabeleciam os esteios de sua permanência no poder, propagandeando positivamente o novo regime sob sua égide.

A partir da fundação do Clube na capital potiguar, houve um esforço de Café Filho em espalhar o “credo” tenentista no meio operário. Porém, ele não representava uma unanimidade entre o operariado, outra força também arregimentava novos neófitos. Um mês antes da fundação do Clube 3 de Outubro, os comunistas, que se aproveitavam das liberdades políticas garantidas pelo interventor federal, já haviam fundado a União Geral dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte (UGT/RN). O escopo dessa associação era conscientizar os trabalhadores elevando o nível ideológico das organizações filiadas.³⁶⁴

Esses dois grupos especializaram a cidade por meio de um jogo de conquistas e perdas de territórios. Desse modo, cafeístas e comunistas batalharam simbólica e fisicamente por determinados espaços operários em Natal. O grupo que conquistasse um maior território teria o poder de enunciação sobre o que é o operário. Esbarraram-se, assim, também duas diferentes culturas políticas: enquanto um dos grupos apoiava o sindicalismo oficial, acreditando nos rumos políticos do país, o outro procurava arregimentar os trabalhadores para conscientizá-los de sua luta contra o capital.

Com isso, comunismo e cafeísmo difundiam-se pelos meios operários devido às demandas que os trabalhadores possuíam. Eles não eram simplesmente coagidos; poderiam escolher a corrente que melhor respondessem aos seus anseios. Por isso, as diferentes facções precisavam inventar táticas e práticas, acabando por se engalfinharem para atingir os corações e mentes dos operários. O trabalhador não se constitui como um sujeito passivo, orientado por ideologias externas, mas sim como produtores ativos. Uma classe só se reconhece enquanto classe quando partilha um sistema de crenças e concepções, isto é, quando partilha uma formação histórica comum. As relações entre sujeitos estão na base da formação das identidades. Quando um grupo de sujeitos constrói laços que os unem a partir de suas vivências e dos seus dramas cotidianos, surge o sentimento de classe. Mais do que algo tangível, as classes sociais são construções simbólicas, estão na cabeça de seus membros.

³⁶³ VERBETE: Clube 3 de Outubro. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. v. 3. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-3-de-outubro-2>>. Acesso em: 1º jun. 2015.

³⁶⁴ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, 2010. p. 69-70.

Nesse processo, são eternamente feitas e refeitas, estão em constante fluxo; sob novos tempos, demandam novas estratégias de relacionamentos, criando novos laços e destruindo antigos.

No que diz respeito à história do Partido Comunista do Rio Grande do Norte, ele teve seu início na humilde residência do sapateiro José Claudino que, reunido com mais cinco companheiros de profissão, funda o referido partido no ano de 1926, sob os auspícios do secretário-geral do PC nacional, Cristiano Cordeiro.³⁶⁵ Com o tempo, o partido foi crescendo, alistando trabalhadores das docas, da estiva e da estrada de ferro. Durante o governo de Juvenal Lamartine, foram duramente perseguidos, da mesma forma que os sindicatos organizados por Café Filho. Daí a identificação entre esses dois grupos, pois os comunistas e os cafeístas possuíam um problema em comum: o presidente Juvenal Lamartine, que não fazia acepção entre um ou outro grupo, como se demonstrou ao longo desta dissertação. Quem não fazia parte das associações protegidas pelo governo era duramente perseguido. A oposição operária foi então estabelecida pela junção de forças entre comunistas e cafeístas, de forma que uma não vislumbrava possibilidade de viver sem a outra, ou seja, a cooperação era necessária para enfrentar esses tempos difíceis.

Enquanto os comunistas continuaram sofrendo uma forte repressão no pós-1930, os sindicatos cafeístas gozavam de maior liberdade, já que as ligações nacionais e locais de Café tornaram-no um importante interlocutor político com o governo. Ser comunista, desde fins da década anterior, já era sinônimo de um ser que não se encaixava no universo social brasileiro, pois suas atitudes violentavam preceitos morais da sociedade. O grupo de Café, para se livrar da pecha de comunistas, apoiava-se na doutrina social da igreja católica. O *Rerum Novarum* se estabelecia como princípio a ser seguido pelos operários cafeístas.³⁶⁶

Como estavam impedidos de funcionar legalmente, os comunistas espacializavam-se pela cidade de uma maneira peculiar. O Comitê Regional funcionava na casa do mossoroense João Galvão Filho, secretário do Colégio Atheneu. Outras reuniões organizavam-se na padaria Palmeiras de propriedade de João Fagundes, localizada na rua Frei Miguelinho, no bairro da Ribeira. Além disso, de oito em oito dias, reuniam-se na casa do motorista Epifânio Guilhermino com a finalidade de ler as correspondências enviadas pelo Diretório Central do Rio de Janeiro. As informações chegavam ao restante dos membros do partido por meio de um curioso sistema que consistia em células de, no máximo, três sujeitos que ficavam

³⁶⁵ O Partido Comunista do Rio Grande do Norte foi fundado a partir da organização do Sindicato dos sapateiros. Sua reunião de fundação contou com a presença dos sapateiros José Praxedes, Pedro Marinho, Artur da Silva, Aristides, José Pereira e José Claudino. Ver: COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935*, 1995. p. 61-62.

³⁶⁶ O JORNAL, Natal, 15 maio 1932.

embaixo de postes de luz esperando que a informação se espalhasse. Na espacialização comunista, existiam três centros de decisões de onde emanavam as informações do PC nacional e as diretrizes a ser seguidas que, posteriormente, iriam para os grupos nos postes e depois chegariam aos locais de trabalho de cada um desses membros.³⁶⁷

Já Café Filho, livre para propagandear seus ideais, reestruturou um novo periódico em agosto de 1931, *O Jornal*, que se constituiu no seu principal meio de comunicação e divulgação das ideias. Esse periódico apresentou-se como um órgão do Centro de Defesa dos Interesses do Rio Grande do Norte. Dessa forma, coloca-se como voz legítima do povo do estado.

A ligação de Café Filho com revolucionários nacionais, somada à sua liderança carismática à frente dos trabalhadores natalenses, transformou-o em uma força a ser respeitada dentro do estado. Alçado a chefe de polícia, posição que usou para aumentar sua base de atuação, foi de imediato protegendo os seus correligionários e abrindo inquéritos contra o que julgava serem árbitros da situação passada. Estavam nas mãos de cafeístas a polícia, a prefeitura de duas importantes cidades do estado com um considerável movimento operário – Natal e Areia Branca – e a Imprensa Oficial. Com isso, novos espaços de sociabilidade foram “dominados”, o que ampliou significativamente a margem de manobra dos elementos que pensavam na intensificação da revolução. Ainda em 1930, esse grupo ajudou a construir a Legião Revolucionária no Rio Grande do Norte, que teve vida efêmera e pouco profícua nos estados do norte.

O objetivo das legiões era destruir o sistema coronelista e lançar as bases de um partido nacional verdadeiramente reformista. Seus grandes mentores eram o gaúcho Osvaldo Aranha e o Delegado do Norte, Juarez Távora.³⁶⁸ Apesar do fracasso dessa organização e também da manutenção em cargos no governo (a alta rotatividade dos interventores teve como consequência constantes mudanças em cargos estratégicos), vê-se que Café Filho e seus correligionários aliaram-se a um determinado projeto político que os aproximavam dos tenentes mais radicais que, por sua vez, buscavam em um movimento revolucionário algo além da alternância de homens no poder: estavam interessados em mudanças mais profundas na própria estruturação da sociedade.

O Centro de Defesa dos Interesses do Rio Grande do Norte, órgão representado pelo periódico *O Jornal*, certamente, foi articulado por Café e seu grupo de sustentação (bacharéis, jornalistas, poetas e trabalhadores urbanos) em afinidade com seus ideais de promover uma

³⁶⁷ COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935*, 1995. p. 63-64.

³⁶⁸ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, 2010. p. 25-26.

intensificação nas mudanças sociais. As fontes consultadas não foram muito claras sobre quem fazia parte desse grupo e quais eram suas reais intenções, mas depreende-se que era um órgão formado pelo núcleo cafeísta. Funcionava como um espaço de articulação desse grupo, de onde, provavelmente, irradiavam suas ações. Aparentemente esse grupo ficou apagado com o surgimento da seção potiguar do Clube 3 de Outubro.

Essa entidade foi fundada no estado por cafeístas e por oficiais da Marinha e do Exército.³⁶⁹ Do dia 24 de abril a quatro de maio de 1932, *O Jornal* usa uma página inteira de cada edição para descrever o programa revolucionário do Clube, a fim de orientar seus membros na vida política brasileira. Entre as suas diretrizes, defendiam: a intervenção estatal na economia; a coexistência de uma representação política das associações profissionais reconhecidas pelo governo, nessa direção, advogavam a existência de duas câmaras legislativas, uma representaria as forças políticas e a outra as associações profissionais e culturais; a instituição de conselhos técnicos para auxiliar o executivo; a proteção e o estímulo às pequenas e médias propriedades e, se possível, eliminando o latifúndio improdutivo; a nacionalização das riquezas naturais (minas, águas e florestas) de modo a torná-las um bem social; a nacionalização das vias de transporte e das comunicações; o incentivo da indústria nacional; a instituição da legislação trabalhista tomando o trabalho não como uma mercadoria, mas sim como um valor moral; a obrigatoriedade do ensino primário.

Assim, *O Jornal* fez intenso proselitismo do Clube, além de apresentar todo o programa dessa instituição. Em vários artigos, convidava as pessoas a conhecer a associação pessoalmente. A capa da edição de 24 de abril, em letras garrafais, estampava o seguinte título “Vamos para o Club”. O artigo que se seguiu apresentava a questão social como pivô das ações do Clube, com o objetivo de diminuir a situação vexatória do meio operário. Continuou afirmando a “convicção de que o Brasil não voltará ao ‘stato-quo’ anterior à Revolução” iria forçosamente tomar outro rumo.³⁷⁰ O movimento de 1930 era uma revolução, disso não duvidava Café Filho e seus correligionários. No entanto, ela não havia se encerrado; a volta à normalidade só seria possível com mudanças sociais, sem as quais se retornaria à situação passada. A ditadura era o único caminho. Fazendo coro com os outubristas nacionais, eles advogavam submissão ao governo de Vargas. Somente com a continuação da ditadura existiriam garantias da construção do projeto revolucionário, afirmava o periódico.

Espalhar entre os operários o novo credo político foi tarefa de Café Filho. Nessa mesma edição, vê-se a notícia de sua reunião com o Sindicato dos Trabalhadores de Natal

³⁶⁹ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, 2010. p. 88.

³⁷⁰ O JORNAL, Natal, 24 abr. 1932.

para discutir o programa do clube. Por causa de sua longa carreira na liderança trabalhista de Natal, Café era a pessoa ideal para traduzir os anseios dos “tenentes” para os trabalhadores, que se constituiriam nos alicerces para as ações desse grupo contra a reestruturação dos “decaídos”.

Em seu programa revolucionário, o Clube 3 de Outubro preconizava a instituição de uma legislação de amparo ao trabalhador, que atendesse a todos, seja no campo seja na cidade. A instituição de um salário mínimo era indicada por essa entidade como fator primordial de qualidade de vida para trabalhadores, “proporcionando-lhes seguro contra os acidentes, a velhice, a morte e a falta de trabalho”. Uma maior harmonia entre o capital e o trabalho se processaria, visto que a lei garantiria participação dos operários nos lucros dos patrões. A legislação recomendada pelos outubristas instituíria um código operário que seria responsável pelo seu bem viver e trabalhar e previa os seguintes pontos: higiene e salubridade das fábricas; oficinas e centros de trabalho; instituição de Tribunais de Trabalho para julgar litígios entre operários e patrões, formado por membros dessas duas classes; legitimação do direito à greve; criação da caderneta de trabalho, na qual se escreveriam os méritos dos operários; instituição de um seguro social proletário, para o qual concorrerão, proporcionalmente, patrões, empregados e governo garantindo a subsistência do operário em caso de infortúnios; criação de escolas operárias; construção de habitações higiênicas para os trabalhadores. Vê-se que nesse código de conduta privilegia-se uma nova maneira de encarar os trabalhadores que necessitavam de ambientes salubres para desenvolver suas atividades, assim como de habitações seguras nas quais se garantisse o conforto sua família. Direitos como greve, tribunais mistos de arbitragem de litígios, seguridade social e escola seriam assegurados pelo ideal dos “outubristas”.³⁷¹

Ademais, existia uma aproximação das ações do Clube 3 de Outubro com os operários da cidade de Natal. Por ocasião da votação para o conselho deliberativo dessa entidade, diversas associações trabalhistas enviavam delegados para prestigiarem o evento³⁷². Os “outubristas” e operários procuravam congregar suas ações, em um momento que pessoas da situação decaída começavam a se rearticular. Por isso, a organização com os operários era imprescindível, pois eles se caracterizavam como um importante grupo de apoio. Nesse processo, Café Filho era o elemento responsável por fazer essa intersecção entre o Clube e os trabalhadores.

³⁷¹ O JORNAL, Natal, 30 abr. 1932.

³⁷² O JORNAL, Natal, 14 maio 1932.

O Clube era constituído por dois tipos de sócios: os de 1º grau, aqueles que eram admitidos oficialmente e mandavam subscrever uma proposta ao grupo; os sócios de 2º grau, os que se destacaram nos serviços prestados à revolução. Nesse caso, os sócios eram escolhidos sem nenhum carácter exclusivista, sendo admitidos como sócios de 1º grau “todos os homens de idoneidade moral que desejarem defender as ideias concretizadas no programma que estamos publicando terão ingresso no Club se na sua vida particular não tiverem um facto [...] desabonador de sua conducta na sociedade”.³⁷³

O Clube buscava criar, assim, no imaginário político uma autoimagem de “advogado dos trabalhadores”.³⁷⁴ No discurso publicado no periódico *O Jornal*, apontava a nova situação dos operários como muito melhor se confrontadas com tempos passados. Apesar disso, somente a união dos trabalhadores com os ideais “outubristas” levariam à intensificação desses benefícios.³⁷⁵ A comparação com a antiga situação era crucial para construção de uma imagem positiva dos novos tempos. Ao publicar na íntegra o artigo *Renovação político-social do Jornal do Rio*, órgão das esquerdas revolucionárias, o periódico cafeísta se estabeleceu à esquerda do espectro político. Mas o que significava estar à esquerda no início da década de 1930? Nesse artigo, havia uma clara ligação da esquerda com o movimento operário. O articulista assim se expressa: “Nós não vemos inimigos à esquerda: nós não declaramos guerra, – ainda que possa haver divergência de doutrina, – a nenhuma fôrma pacífica de acção operária”.³⁷⁶ Nessa perspectiva, à esquerda estariam aqueles mais próximos aos movimentos trabalhistas.

Nesse mesmo artigo, descreve-se o “antigo regime” como uma “pseudodemocracia” e um “pseudoconstitucionalismo”. Para seu autor, não existia uma verdadeira democracia na situação passada, pois em um país onde imperava uma grande desigualdade se consubstancia a impossibilidade do voto consciente. Desse modo, apenas quando se “elevator os níveis de cultura das massas”, elas poderão participar dos benefícios da civilização. Prossegue o artigo conclamando uma “guerra contra parasitismo político”, isto é, uma guerra contra o político profissional, que era fabricado pelas articulações oligárquicas. Porém, no decorrer do texto, saúdam-se os novos tempos, nos quais o coronelismo e o caciquismo deixaram de existir.

Nesse ponto de vista, o lado vencedor gesta uma determinada concepção de mundo que caracterizava o período antecessor como antidemocrático. Mais do que isso, evoca o passado para engrandecer o presente, o regime que estava em gestação, nas suas palavras, um

³⁷³ O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

³⁷⁴ O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

³⁷⁵ O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

³⁷⁶ O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

“novo regime que veio para acabar com a era de mentiras”, que instalaria uma nova Constituição preocupada com os direitos sociais. A tônica dos elementos revolucionários mais radicais eram as conquistas sociais, que deveriam continuar sob a batuta da ditadura de Vargas, até o povo “aprender” a votar. O povo foi, então, caracterizado como uma massa indistinta que, por falta de educação política, continuava a ser vítima dos elementos “carcomidos”, expressão utilizada para designar os políticos decaídos.

Era difícil a eliminação desses elementos da vida política, pois eles possuíam uma ampla rede que sustentava as suas pretensões. Em outra edição, condenavam-se as ações do antigo presidente do Rio Grande do Norte, José Augusto, que permanecia quieto no Distrito Federal desde os acontecimentos de outubro de 1930, mas que começava a se movimentar a favor daqueles que pressionavam Vargas pela constitucionalização do regime. Em São Paulo, o Partido Democrático e os antigos integrantes do Partido Republicano intensificavam suas críticas à nova administração, que não sinalizava uma solução constitucional. As contendas entre os paulistas e os gaúchos eram enaltecidas por José Augusto que, juntamente com o antigo prefeito de Natal, Omar O’Grady, rearticulava o lançamento de um periódico “zeaugustista” para reunificar os decaídos.³⁷⁷ O articulista denunciava as pretensões do ex-governador de “aportar à nossa terra [Rio Grande do Norte] como pregador de fantasias democráticas de fome constitucional”, não entendendo os atos e discursos de José Augusto, pois se no momento pediam a constitucionalização do país – escreveu – no passado, ele e seu grupo desrespeitavam a Constituição estabelecida.

Em edição de 11 de abril de 1932, o artigo intitulado “Comedores a postos, José Augusto vem aí...” continuava a campanha de críticas às ações de José Augusto como governante. Ele era tido como o responsável por desgraças que assolaram o estado, a saber: empobrecer a indústria, arrecadar muitos impostos, acabar com o comércio devido a pesadas taxações e esvaziar o tesouro. Enquanto o estado quebrava, mudou-se para a capital do país, onde foi exercer seu mandato no Senado Federal, fixando residência em um palacete pago à custa do dinheiro público.

O artigo lembrava que os efeitos das estiagens de 1931-1932 eram ainda consequências das outras administrações que não prepararam o estado para enfrentar tamanha calamidade.³⁷⁸ Durante esse período que o estado enfrentava uma grande mortandade por causa das estiagens, os decaídos preocupavam-se apenas em saborear novamente o gosto do poder. Esse jornal procurou em suas páginas criar uma imagem negativa do antigo

³⁷⁷ O JORNAL, Natal, 3 maio 1932.

³⁷⁸ O JORNAL, Natal, 11 maio 1932.

governador, desqualificando sua administração e suas ações políticas. Era a maneira que os cafeístas encontraram de deslegitimar a liderança de José Augusto que, aos poucos, ia se rearticulando com suas antigas lideranças e se aproximando do lado mais conservador dos “revolucionários” de 1930.

O então prefeito da capital, Gentil Ferreira, também era alvo das críticas desse jornal, que o acusava de ligações com elementos da oligarquia que governava o estado antes de 1930.³⁷⁹ Em defesa dos operários pedreiros, denunciava o uso de funcionários públicos pagos pela prefeitura, em obras particulares, o que dificultava o trabalho dos pedreiros que não eram vinculados ao poder executivo municipal.³⁸⁰ Não atacavam o prefeito porque ele não participara ativamente da revolução, mas porque não cumpria os preceitos revolucionários, isto é, a busca por uma moralidade administrativa.³⁸¹ Ferreira seria, então, daqueles quadros ditos revolucionários que levaram o movimento de outubro para a “lama”, pois se punha ao lado dos burgueses e plutocratas contra os fracos e os pobres, usando a prefeitura para realizar serviços para os ricos da cidade em detrimento dos pobres.³⁸² O prefeito era acusado de compactuar com elementos da situação decaída, José Augusto e Omar O’Grady, a despeito das forças da revolução, daí a sua indiferença em face dos princípios revolucionários.³⁸³ Gentil Ferreira, embora participe do movimento de 1930, possuía ligações com os antigos chefes republicanos de Santa Cruz, sua cidade natal, que representavam a ala mais conservadora, posicionando-se gradualmente sob a liderança de José Augusto.

Quanto aos comunistas e a sua União Geral dos Trabalhadores, também foram alvos recorrentes nesse periódico, que alertava os operários para não seguirem o “credo de Marx”, que nada mais queria do que inverter a dominação convertendo em oprimidos os opressores. *O Jornal* exortava os brasileiros a constituir uma união saudável entre o capital e o operariado. Condenava, de um lado, os excessos do extremismo de esquerda e, do outro, a escravização dos operários pela burguesia. Reprovava, dessa maneira, a União Geral dos Trabalhadores por apresentar princípios marxistas em seus estatutos. Para esse periódico, “são erros que o próprio Karl Marx não sustentaria hoje, depois que conhecesse os bellos ensinamentos do ‘Rerum Novarum’”.³⁸⁴ A doutrina social da Igreja era o caminho que deveriam seguir patrões e empregados, ultrapassando a guerra de classes que os comunistas

³⁷⁹ O JORNAL, Natal, 26 abr. 1932.

³⁸⁰ O JORNAL, Natal, 29 abr. 1932.

³⁸¹ O JORNAL, Natal, 30 abr. 1932.

³⁸² O JORNAL, Natal, 4 maio 1932.

³⁸³ O JORNAL, Natal, 12 maio 1932.

³⁸⁴ O JORNAL, Natal, 26 abr. 1932.

apenas queriam intensificar. O que os cafeístas e, por conseguinte, os outubristas defendiam era a harmonização entre capital e trabalho.

Em outro artigo, continuou a comparar os objetivos dos comunistas com o dos outubristas. Para *O Jornal*, enquanto os primeiros queriam igualar o patrão ao operário, o objetivo dos outros seria combater o conceito de trabalho como mercadoria, sujeito à lei da oferta e da procura. O Clube buscava transformar o empregado em um colaborador do patrão, não em um escravo. Daí por que esse grupo confiava na intervenção do Estado nesse aspecto. Outro ponto de tensão entre os dois grupos se estabeleceu pelo modo como cada um entendia a questão das greves. Os outubristas a observavam como um direito legítimo, mas que de certa forma se consubstancia em um ato danoso para as duas partes. Para eles, mais eficaz do que as paralisações seriam a organização de comissões de conciliação e arbitragem, as quais se caracterizariam pela presença de representantes de ambas as partes, mais um elemento do Estado para julgar os litígios entre empregados e patrões. Essas comissões foram instaladas por Vargas ainda durante seu governo provisório.³⁸⁵

Ademais, a tônica das lutas sindicais desapareceu do discurso cafeísta, sendo substituída pela palavra conciliação. Seguindo essa linha, a legislação social não era um conjunto de leis de combate às classes patronais, mas apenas de defesa do operariado³⁸⁶. O discurso de Café Filho nesse momento se pautou em aglutinar os trabalhadores nos sindicatos oficiais e em defender as ações do Governo Provisório de Vargas. Além disso, admitia a intervenção estatal para estabelecer o equilíbrio social. No entanto, as leis trabalhistas implementadas pelo novo regime não foram de todo acatadas, pois prevaleciam na cultura política dos operários as organizações interclassistas, que contavam com a presença de elementos estranhos à classe trabalhadora. Café Filho e Sandoval Wanderley eram presença constante nas reuniões das classes trabalhadoras³⁸⁷, o que iria contra as novas leis trabalhistas as quais impunham que somente poderia haver associação a essas entidades de trabalhadores. Outro aspecto da organização trabalhista que ia de encontro à legislação era a existência dos sindicatos interclassistas. Só para citar alguns, existiam a União e Trabalho de Santa Cruz, o Sindicato Geral dos Trabalhadores de Natal, a Liga Artístico-Operária e o Centro Operário Natalense.³⁸⁸

A “nova política” varguista garantia o direito de associação a todos profissionais brasileiros. Pela lei, os órgãos de classe deveriam ser formados por, no mínimo, 30 pessoas,

³⁸⁵ O JORNAL, Natal, 18 maio 1932.

³⁸⁶ O JORNAL, Natal, 28 abr. 1932.

³⁸⁷ O JORNAL, Natal, 24 abr. 1932, 1º maio 1932.

³⁸⁸ O JORNAL, Natal, 1º maio 1932.

de ambos os sexos, maiores de 18 anos, que a partir daí deveriam entrar com um processo junto ao Ministério de Trabalho para a legalização de sua situação.³⁸⁹ A esse respeito, Café Filho se estabeleceu como um grande defensor das medidas varguistas, em parte por essa ser uma das diretrizes do Clube 3 de Outubro e para tomar a frente desse novo tipo de sindicalização. Assim, ele se utilizou do Sindicato Geral dos Trabalhadores de Natal para auxiliar as categorias profissionais a formarem entidades classistas.³⁹⁰

Café, à frente do Sindicato Geral, reviveu ainda as aulas da Universidade Operária, projeto análogo ao instituído pelo governo de José Augusto. Porém, em seus discursos, não fazia qualquer menção ao antigo projeto. Proclamada no dia primeiro de maio, em discurso de Café no Sindicato Geral, sua primeira aula se deu 17 dias depois, na sede desse sindicato, sendo professada por esse ele mesmo.³⁹¹ As aulas tratavam dos assuntos mais diversos e díspares, como história³⁹² e higiene bucal³⁹³. Ao que as pesquisas indicam, as aulas da universidade eram bem assistidas pelos operários, o que leva a crer que a retomada das aulas, paradas desde a “Velha República”, tenha se configurado em um pedido dos trabalhadores de Natal.

A intensa propaganda cafeísta na imprensa e nos sindicatos atraiu para o sindicalismo oficial diversas categorias profissionais. Estavam sob a influência de Café e seu grupo as seguintes associações: a Sociedade dos Estivadores Natalenses, a Sociedade dos Padeiros Natalenses, o Sindicato dos Pedreiros, o Sindicato dos Pintores, o Sindicato dos Marceneiros, o Sindicato dos Motoristas e Choferes, a União Sindical dos Trabalhadores da Prefeitura e o Sindicato dos Auxiliares do Comércio.³⁹⁴ Os territórios dessas profissões eram, de alguma forma, ressignificados, imbuídos de uma áurea simbólica de cafeísmo. Além disso, existem condutas e regras que esses trabalhadores escolheram incorporar, ficando, dessa forma, a liderança de Café apoiada em uma rede de líderes sindicais. As fontes estudadas não revelam com maior destaque esses trabalhadores que se constituíram em líderes de seus companheiros, mas eram eles que funcionavam como elos entre Café Filho e as diferentes classes profissionais de Natal. Parte dos trabalhadores que apoiava a “revolução” via os sindicatos não mais como espaços de lutas, mas de conciliação entre o trabalho, o capital e o governo.³⁹⁵

³⁸⁹ O JORNAL, Natal, 26 abr. 1932.

³⁹⁰ O JORNAL, Natal, 11 maio 1932, 12 maio 1932.

³⁹¹ O JORNAL, Natal, 1º maio 1932, 17 maio 1932.

³⁹² O JORNAL, Natal, 22 maio 1932.

³⁹³ O JORNAL, Natal, 26 maio 1932.

³⁹⁴ Ao longo do ano de 1932, *O Jornal* publicou notícias sobre essas entidades, mostrando atividades e ações de cada uma delas.

³⁹⁵ O JORNAL, Natal, 28 abr. 1932.

Com a ascensão do quarto interventor, o capitão-tenente Bertino Dutra da Silva, Café Filho retomou o estratégico cargo de chefe de polícia. Essa sua nova experiência foi caracterizada por um maior nível de repressão e censura contra o que ele chamava de extremismos: os decaídos do antigo regime e os comunistas. Com o uso do aparelho repressivo do estado, o equilíbrio entre as diferentes forças foi abalado. Enquanto os sindicatos cafeístas tinham ampla liberdade, as associações ligadas aos comunistas foram repreendidas. Enquanto o periódico *O Jornal* possuía liberdade de veicular qualquer notícia, o jornal *A Tarde*, de cunho liberal e constitucionalista, foi empastelado pela polícia.

No dia 31 de agosto de 1932, a UGT foi impedida de funcionar pela acusação de propagar ideias subversivas à ordem pública, ao conclamar os militares a se rebelarem contra seus oficiais. A polícia também prendeu e deportou do estado uma das principais lideranças comunistas da cidade, o sapateiro José Praxedes. O relacionamento entre José Praxedes e Café Filho remontava ao final da década de 1920, quando Praxedes e o seu grupo de comunistas decidiram entrar na Federação Regional do Trabalho, uma vez que ela era bem organizada e se constituía como a principal oposição ao então governador Juvenal Lamartine. O sapateiro acusava Café de desviar os operários da verdadeira luta.

Em 25 de março de 1931, foi organizado pelo PC do Rio Grande do Norte a “Marcha da Fome”, que fazia parte de um plano nacional de articulação em homenagem ao aniversário de fundação do partido. Essa marcha saiu de um povoado chamado Peixe-boi, localizado na estrada que liga Natal a Macaíba, indo em direção ao centro da capital, onde foi duramente reprimida pela polícia.³⁹⁶ Café Filho, à frente da chefia de polícia, conteve impetuosamente os operários comunistas repetindo as violências praticadas na situação passada. Com isso, ele se tornou intransigente contra qualquer organização operária que fugisse do seu controle.

A professora Brasília Ferreira (1989) entrevistou o comunista Francisco Guilherme Souza, que lembrou dos tempos em que comunistas e cafeístas construíram juntos a federação trabalhista. Ele relata que Café dizia que se um dia “fosse alguma coisa no Estado, não perseguiria os comunistas”.³⁹⁷ Os comunistas potiguares viam Café Filho como um traidor do movimento operário, que desvirtuava as lutas sindicais. Ao perseguir os comunistas, Café Filho de alguma forma tentava apagar suas antigas ligações com esse grupo. Provavelmente,

³⁹⁶ COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935*, 1995.

³⁹⁷ FERREIRA, Brasília Carlos. *O sindicato do garrancho*, 1986. p. 38.

era uma forma de se livrar de suas ligações com esse grupo, mas perdurou por muito tempo sua fama de amigo dos comunistas.³⁹⁸

Grupos tão diversos como os comunistas e os cafeístas procuraram dizer o que significava ser trabalhador. Suas ações foram pautadas pela necessidade de controlar uma maior parcela dos territórios operários da cidade de Natal, para com isso conseguir uma base política sólida. Controlar territórios significa controlar quem entra e quem sai e, principalmente, as condutas que devem seguir os que frequentam esses espaços. Nesse contexto, os trabalhadores não se estabeleciam como simples sujeitos passivos, eles ativamente aderiam a uma vertente política por acreditar que lhes traria maiores benefícios. A vertente de Café ofereceu aos trabalhadores as leis trabalhistas e a redução da jornada de trabalho; em troca, eles retribuíam com a sindicalização oficial e o apoio político. Apesar de aparentemente a visão política de Café Filho ter prevalecido na maioria dos sindicatos da capital, os comunistas trabalhavam no interior desses espaços procurando minar a hegemonia cafeísta.

3.3 “Lembraí-vos de 1937”: a revolução também decepciona

Em 1933, ocorreram as eleições para a Constituinte Federal. Café Filho, juntamente com o interventor Bertino Dutra, estruturou o Partido Social Nacionalista (PSN). Embora afirmasse ter um amplo apoio nas camadas operárias, sofreu uma vergonhosa derrota. Conseguiu eleger apenas Kerginaldo Cavalcanti de Albuquerque contra três representantes eleitos pelo Partido Popular chefiado por José Augusto, que fazia veemente oposição ao governo estadual. Em face da flagrante derrota, Dutra entregou seu pedido de demissão ao governo central.

A escolha do interventor seguinte, Mario Leopoldo da Câmara (agosto de 1933 a outubro de 1935), era uma tentativa de Vargas para acalmar os ânimos no estado. Esse interventor, ainda que potiguar, não era especialmente ligado a qualquer grupo político, sendo escolhido justamente para fazer uma administração técnica e para se aproximar do grupo do Partido Popular, vencedor das últimas eleições.³⁹⁹ Por ocasião das eleições de 1934 para

³⁹⁸ Em 2005, foi organizado pelo governo do Rio Grande do Norte um seminário em homenagem à memória de João Café Filho, ocasião em que reuniram-se contemporâneos e historiadores com a finalidade de debater sobre a vida desse político. Percebe-se na fala de alguns contemporâneos a confusão que faziam entre Café Filho e os comunistas. MAIA, Isaura Amélia de Sousa; BEZERRA, Maria do Nascimento (Org.). *Bom dia Café*. Natal: FAPERN, 2008. (Coleção Patrimônio Cultural Potiguar v.1).

³⁹⁹ LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, 2010. p. 108.

Assembleia Constituinte estadual, tentou uma aproximação com o grupo de José Augusto, mas não conseguiu convencê-lo de que uma união entre ambos seria vantajosa.

Mario Câmara voltou-se então para Café junto do qual organizou a Aliança Social. Em pleito marcado por violências e fraudes, o Partido Popular saiu vitorioso. Elegeu José Augusto, Alberto Roselli e José Ferreira de Souza para a Câmara Federal, além de 14 cadeiras na Assembleia Constituinte do estado contra as 11 da Aliança Social, o que lhe garantiu a escolha do governador, Rafael Fernandes Gurjão, e dos dois senadores potiguares.⁴⁰⁰

Coube a Café Filho uma das vagas na Câmara Federal. Era a primeira vez que tomava posse em um cargo eletivo. Contou em suas memórias que se sentia receoso em face da nova empreitada, pois não se seduzia pela vida parlamentar, visto que duvidava dos seus dons oratórios na tribuna da Câmara.⁴⁰¹ É provável que esse relato não passe de modéstia, pois Café já era então um político conhecido por seus discursos inflamados.

Café tornou-se, então, deputado federal, mas continuou ligado aos ideais da “revolução” tomando assento ao lado dos governistas que defendiam Getúlio Vargas. Nesse período, Café levantou-se várias vezes na tribuna para apoiar ou defender os atos do governo. Por sua vez, o grupo do Partido Popular, capitaneado por José Augusto, juntou-se às fileiras dos críticos ao regime. Nos primeiros meses de 1935, ocorreram várias discussões entre Café Filho e José Augusto. Em seus discursos, Café aparteava a oposição relembrando dos governos anteriores a “revolução”, criticando-os por tentarem reabilitar aqueles que degradam a política com violências e desmandos durante o regime deposto.

Em discurso, no dia 20 de maio de 1935, Café discorreu sobre o porquê de se posicionar ao lado do governo. Entre outros motivos, aludiu que sua história de lutas sempre lhe pôs ao lado daqueles que “desfraldaram a bandeira da liberdade e regeneração dos costumes políticos”. Portanto, Getúlio Vargas, naquele momento, representava para Café esse espírito de liberdade e de regeneração política em detrimento da oposição que tinha como grande objetivo voltar para a política anterior a 1930. Nesse mesmo discurso, Café Filho atrelou sua identidade norte-rio-grandense a uma identidade nordestina: “O povo do Nordeste me elegeu”. Com este enunciado, ele inseriu a população do Rio Grande do Norte dentro dessa entidade maior, caracterizada em grande parte por seus problemas climáticos. Dessa forma, Café Filho continuava a ver o Nordeste como uma unidade geográfica caracterizada eminentemente por seus problemas climáticos. Mais adiante, em seu discurso, parte em defesa

⁴⁰⁰ Em 1934, as eleições para os executivos estaduais foram indiretas, cabendo às assembleias eleitas de cada estado elegerem o governador. CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 77.; LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar*, 2010. p. 99.

⁴⁰¹ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 77.

de Vargas, ao justificar o grave problema financeiro que o Brasil atravessava em 1935, afirmando que isso se devia em grande medida à ajuda financeira que o governo federal prontamente enviou em socorro às vítimas da seca. Portanto, o Brasil estava em crise, mas por um motivo nobre. Aproveitou para alfinetar a oposição ao afirmar que o regime deposto pouco se importava com o povo do Nordeste. Ao final do discurso, veementemente assegurou:

[...] Neste instante em que se diz que as carabinas do Exército e das polícias estaduais estão de prontidão, em defesa da ordem pública, prefiro estar ao lado dessas carabinas, em defesa do governo da Revolução, a ficar com aqueles que, em momentos de mais tranquilidade e menos agitação, criavam as prisões políticas, nas ilhas, na Clevelandia, a bordo de navios fantasmas, na 4^o Delegacia Auxiliar, onde sofriam e morriam os que sonhavam com o Brasil redimido.⁴⁰²

De perseguido a perseguidor, nesse momento Café Filho colocava-se ao lado do governo de forma bem enérgica. Admitindo até mesmo o uso da força bruta contra a oposição, preferia o lado de trás das carabinas ao da frente. Atrás das armas estão aqueles que lutam pela revolução, enquanto em sua mira estão aqueles que sonham com o regime decaído, até mesmo aqueles que ele tanto defendeu na década de 1920, os operariados, os quais, por se posicionarem contrariamente ao novo regime, merecem estar sob a mira de armas.

Nos primeiros meses de 1935, Café utilizou a tribuna para justificar sua atuação na política estadual atacando veementemente os deputados do Partido Popular, acusando-os de estar reestruturando a “máquina oligárquica” no Rio Grande do Norte, a qual estava manchada com “salpicos de sangue seu, de sua família e amigos”. Com isso, travou-se uma disputa pelo poder de enunciação. Os dois lados queriam impor a sua verdade. Café, ao se aliar a Vargas e à “revolução”, acreditava defender a liberdade e a regeneração dos costumes políticos, enquanto o grupo de José Augusto, na oposição, confiava proteger os interesses dos norte-rio-grandenses.

Discutindo o projeto de lei n. 9 de 1934, referente à regulamentação do trabalho nas empresas que exploram serviços públicos ou diretamente explorados pela União, estados e municípios, Café afirma que existem dois tipos de operários no Brasil: “operários das grandes capitais esclarecidos e operários do alto Sertão e operários do Nordeste sem a mesma desenvoltura de inteligência”. Para ele, as leis devem ser claras, pois os deputados federais legislam para esses dois tipos de operários. A Câmara se transfiguraria para Café como um

⁴⁰² CAFÉ FILHO, João. *Discursos na Câmara Federal*. 20 de maio de 1935, p. 511.

lugar onde se produz as leis para todos os operários, desde aqueles mais esclarecidos dos grandes centros àqueles que pouco conhecem de legislação do sertão nordestino. Dessa forma, para Café Filho, não existia o operariado como uma categoria homogênea, mas sim uma categoria maleável que é influenciada por seu espaço de atuação. Nos grandes centros, os operários eram mais letrados e “politizados”, enquanto no Nordeste eles não conseguiriam entender com desenvoltura um texto muito rebuscado.

Desde o alvorecer do século XX, nas capitais dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, existiam grupos operários bem organizados que se mostravam receptivos a novas ideias. Inicialmente, os anarquistas foram responsáveis por essa organização, posteriormente os comunistas organizaram suas primeiras células nos sindicatos desses grandes centros.⁴⁰³ Em Natal, por exemplo, existia um operariado pouco numeroso e não organizado, as primeiras organizações trabalhistas do Rio Grande do Norte datam do final da década de 1910, conforme exposto nos capítulos anteriores.

Em 21 de agosto de 1935, Café Filho discursou sobre o que ele acreditava ser uma conspiração contra os interesses nacionais: a invasão do sal internacional no mercado interno. O Rio Grande do Norte era um dos maiores produtores de sal do país, e lutava contra a concorrência do sal internacional e com o encarecimento do transporte, que fazia com que o sal norte-rio-grandense chegasse aos mercados do sul do país com o dobro do preço do sal internacional. Na tribuna, Café defendeu a indústria de sal do seu estado, pois assegurava que essa indústria garantia o sustento de 10 mil operários e suas respectivas famílias, além de produzir o “melhor” sal de todo o país. Por isso, comprar o sal internacional era um ato de “impatriotismo” que deixaria operários e suas famílias sem o seu sustento diário.

Para ele, o governo deveria gastar mais com o Rio Grande do Norte, pois apesar de pequeno e assolado pelas secas, o estado contribuía muito com os cofres federais com a cifra de 12.151:985\$000, principalmente com o Imposto Nacional do Sal. Um dos apelos de Café era o aumento do número de funcionários federais no estado, assim como mais investimentos em obras de infraestrutura. Existia, em seus discursos, uma predominância a favor do funcionalismo público e dos trabalhadores em geral, assim como um forte sentimento “bairrista”. Em grande parte de suas falas, o Rio Grande do Norte se fazia presente, o qual, por vezes, era colocado dentro de uma unidade maior, que seria o Nordeste. Segundo Café Filho, um dos grandes problemas dessa região e, conseqüentemente do seu estado, era a seca.

⁴⁰³ Sobre o movimento operário dos anos iniciais do século XX, ver: GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, 2005.; RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Em discurso no dia 27 de julho de 1937, discorreu sobre a necessidade da continuação de obras contra as secas, assim como um investimento maciço em escolas e no desenvolvimento econômico da região. Esses seriam os pontos que acabariam de vez com os problemas ocasionados pela estiagem. Dessa forma, ele apresentou um projeto desenvolvimentista para o Nordeste, no qual investimentos na economia e educação dariam o norte.

A partir de novembro, os discursos de Café perdem a tônica de defesa incondicional ao Governo de Vargas. Em 12 de novembro de 1935, ele leu um manifesto do Grupo Parlamentar Pró-liberdades Populares, o qual advogava pela defesa das liberdades constitucionais e populares assim como pela luta contra o integralismo, “amigo do fascismo e inimigo das liberdades individuais”. Esse manifesto era uma resposta ao governo Vargas que perseguia violentamente os membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que desde julho encontrava-se na ilegalidade. Café não concordava com esses arbítrios e não aceitava as vantagens que a Ação Integralista Brasileira (AIB) dispunha no governo de Vargas.⁴⁰⁴

Com o recrudescimento da perseguição varguista após a malograda Revolução Comunista⁴⁰⁵ de novembro de 1935, Café Filho teve um novo momento de inflexão alistando-se nas fileiras do grupo que criticava o governo. O primeiro semestre do ano de 1936 foi marcado por duros discursos de Café contra a perseguição do governo a parlamentares e trabalhadores acusados de comunismo. Ele exortava a todos a continuar seguindo a Constituição que, para ele, era o evangelho do civismo brasileiro. Criticando o governo federal por passar por cima dessas leis, em 15 de maio de 1936, Café Filho fez um discurso inflamado defendendo a democracia liberal e se afirmando como democrata. Com isso, criticava a prisão arbitrária de quatro deputados federais e um senador.

Durante todo o mês de agosto, Café Filho esforçou-se para convencer os demais parlamentares do perigo do projeto n. 182 de 1936, que solicitava a criação do Tribunal Especial para julgar crimes políticos e sociais. A partir da efetivação desse projeto, os crimes políticos seriam processados por um tribunal composto por juízes designados por Getúlio Vargas. Para Café, esse projeto não visava a condenar comunistas, sua finalidade oficial, mas

⁴⁰⁴ A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi fundada em 1932 por Plínio Salgado com inspiração nos regimes autoritários europeus. Já a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma frente ampla que reuniu socialistas, comunistas e tenentistas que estavam decepcionados com o governo Vargas; sua principal bandeira era a luta antifascista e anti-imperialista. Ver: MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.; VIANNA, Marly de Almeida. *O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁰⁵ Sobre a Intentona Comunista, ver: COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935*, 1995.

sim perseguir inimigos políticos e preparar uma prorrogação de Vargas na presidência da República.

Vargas, sob o pretexto da ameaça comunista, decretou estado de sítio (1936) e posteriormente estado de guerra (1937). Por conseguinte, todos os direitos civis ficaram suspensos e aqueles considerados uma ameaça à segurança nacional passaram a ser perseguidos. Café Filho acreditava que as liberdades democráticas estavam sendo ameaçadas, por um lado, pelo fascismo e, por outro, pelo comunismo, mas o governo só reprimia a ala à esquerda. Desse modo, começou sua decepção em face dos atos do governo; não se arrependia da “Revolução de 1930” e nem da defesa do tenentismo, mas percebia que a “Revolução” não caminhava em direção àquilo que ele sonhava para o Brasil, ou seja, ao que ele desejava. Vários discursos de Café Filho no ano de 1936 se revestiram de críticas à censura de imprensa, às prisões arbitrárias, ao governo por decretos e ao clima de tensão e desordem. “O apoio incondicional ao governo é, talvez, mal maior que o oposicionismo sistemático”, sentenciava em discurso, na Câmara, em 13 de julho. O governo, para Café, não era uma entidade infalível, necessitando que legislativo, governista e oposicionista leiam e discutam os decretos governamentais, continuava.

Caminhava-se para as eleições presidenciais em 1937, mas, segundo as memórias de Café⁴⁰⁶, “poucos acreditavam na realização delas”, mesmo que existisse um candidato oficial, José Américo, e um candidato oposicionista, Armando Sales Oliveira. Isso se devia à atmosfera política, que era tensa. Nessa direção, prisões políticas se sucediam e edições de jornais eram apreendidas. Na tribuna, Café Filho continuava a criticar os atos governamentais. Em suas memórias, relatou que os outros deputados temiam por sua segurança, mas continuava presente na Câmara Federal até a madrugada do dia 14 de outubro. Nesse dia, foi acordado pelo incessante tocar da campainha de sua residência, temendo o pior, não abriu a porta, para dar a impressão de que não havia ninguém em casa. O ruído acordou também um funcionário do edifício que, assustado com a quantidade de policiais, afirmou que Café Filho tinha deixado o Rio de Janeiro. Os policiais acreditaram e saíram. Fugindo logo depois para morada de amigos, conseguiu asilo político na embaixada da Argentina, no dia 16, por intermédio do deputado Sampaio Correa. No dia 10 de novembro, Vargas ordenou o cerco militar ao Congresso Nacional, fechou o legislativo e estabeleceu uma nova Constituição. Iniciava-se a ditadura, que ficou conhecida como Estado Novo.

⁴⁰⁶ CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete*, 1966. p. 100.

Provavelmente, ao tomar posse na Câmara Federal, Café Filho não imaginaria que três anos depois teria de fugir do país perseguido por aquele que acreditava ser o garantidor das liberdades e o regenerador do sistema político brasileiro. Profundamente decepcionado com os caminhos que a política brasileira seguiu, retirou-se de sua pátria como um sujeito perigoso para a segurança nacional. O caminho de Café poderia ter sido diferente: continuar a apoiar o governo e participar de alguma forma do estabelecimento do Estado Novo, como alguns deputados fizeram, mas preferiu seguir o caminho da legalidade e das garantias constitucionais tornando-se um dos críticos das ações do governo.

Café fez escolhas ao longo de sua carreira política. A vida de uma pessoa é um eterno refazer-se. O sujeito, a cada novo passo no futuro, é um novo ser. Do mesmo modo, em uma mesma temporalidade ele se institui como diferentes sujeitos. O sujeito não constitui a mesma pessoa nos mais variados campos sociais onde ele interage ou nas diferentes temporalidades que sua vida biológica atravessa. O indivíduo atua, reflete e é diferente nas mais diversas situações de sua trajetória de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo esta pesquisa, é possível afirmar que Café Filho, no recorte temporal deste trabalho, viveu três vidas: a primeira entre 1922 e 1923 (quando iniciou uma vida pública propriamente dita e se tornou líder político da classe trabalhadora); a segunda, entre 1923 e 1930 (quando passou a defender projetos coletivos que se constituíam no período, como, por exemplo, a Coluna Prestes Miguel Costa, o Partido Democrático e a Aliança Liberal); e, finalmente, a terceira entre 1930 e 1937 (quando – na transição da “Velha República” para a “Nova República” – organizou os trabalhadores sob as diretrizes do governo varguista). Conforme mostramos ao longo desta dissertação, ainda que encontremos vários “Cafés” em cada uma dessas vidas, existia nesses períodos um eixo comum que unificava as suas relações políticas e os seus espaços de atuação.

Identificamos que trabalhador, para Café Filho, entre 1922 e 1923, significava aquele indivíduo marginalizado, que necessitava se unir em associações trabalhistas para buscar melhores condições de vida e de trabalho. Nessa perspectiva, a luta dos trabalhadores estaria associada à luta contra as estruturas que alicerçavam o poder político da Primeira República. Foi essa conjuntura que possibilitou o surgimento dos trabalhadores como sujeitos representativos da política e críticos do situacionismo.

Foi entre 1922 e 1923 que – a partir de diferentes espaços de sociabilidade – Café Filho estabeleceu ligações com sujeitos e grupos distintos (como, por exemplo, parte dos trabalhadores e parte dos setores médios urbanos). A aproximação de Café Filho com os trabalhadores ocorreu, gradativamente, a partir de sua atuação como rábula e como jornalista, atividades que exerceu antes até de 1922. Essas atuações o tornaram uma das principais lideranças trabalhistas da cidade de Natal. Na condição de rábula, ele defendeu nos Tribunais muitos trabalhadores pobres, conheceu muitos dos dramas vividos por esses sujeitos e construiu vínculos, tanto afetivos quanto políticos. Como jornalista, Café Filho editou, nesse período, o semanário *Jornal do Norte*, no qual aliou a defesa dos trabalhadores marginalizados da cidade com crítica mordaz à estrutura política então vigente.

Todavia, no *Jornal do Norte*, além de manter um vínculo com os trabalhadores, Café Filho conseguiu estabelecer relações políticas com outros grupos. Vale salientar que esse periódico surgiu com o objetivo de reunir pessoas que apoiavam a candidatura de Nilo Peçanha à presidência. Na leitura do *Jornal do Norte*, identificamos que a maioria dos seus articulistas pertencia aos setores médios urbanos.

Por um período de três anos, esse jornal se estabeleceu como um dos principais veículos de oposição, em Natal, aos governos federal e estadual. Denunciando a corrupção existente nas estruturas políticas da Primeira República, o periódico concentrava suas críticas no presidente Epitácio Pessoa e no seu sucessor, Arthur Bernardes.

A campanha a favor de Nilo Peçanha, desencadeada pelo *Jornal do Norte* e ampliada para outros espaços da cidade, possibilitou que o advogado (de formação universitária) Kerginaldo Cavalcanti e Café Filho se tornassem aliados e construíssem uma amizade que durou até a morte de Café Filho.

As ações de Café Filho e Kerginaldo Cavalcante à frente da campanha de Nilo Peçanha foram noticiadas em jornais nacionais e criaram contatos desses dois potiguares com pessoas de outras unidades da Federação. Nessa conjuntura, foram criados vínculos do grupo de Café Filho com entidades nacionais, como, por exemplo, a Associação Brasileira de Imprensa. Tais vínculos foram usados por Café Filho para mostrar que os problemas do Rio Grande do Norte eram nacionais. Nessa direção, foi a nacionalização dos problemas locais que possibilitou a Café Filho a troca de correspondências com entidades e jornais oposicionistas dos grandes centros nacionais como Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Para Café Filho, o governo republicano estava podre e precisava cair.

Entre 1923 e 1930, Café Filho gradativamente foi se inserindo em espaços de sociabilidade que defendiam projetos coletivos, em oposição às estruturas políticas da República vigente. Os principais projetos coletivos com os quais Café Filho se envolveu foram a Coluna Prestes Miguel Costa, o Partido Democrático e a Aliança Liberal.

Em 1925, quando arrendou o periódico *A Noite* – na cidade de Recife –, continuou os ataques ao regime por ele denominado “mistificação republicana”. Nesse período, aproximou-se dos tenentes e escreveu, nesse jornal, defendendo que os oficiais das forças armadas não deveriam combater os revoltosos da Coluna Prestes Miguel Costa. Esse artigo fez com que Café Filho fosse acusado criminalmente por fazer proselitismo político a um grupo que queria destituir o governo. Nessa condição, tornou-se um foragido da justiça e procurou se juntar aos membros da Coluna, então reunidos no sertão baiano. Entretanto, o cerco montado pelas Forças Armadas leais ao governo impediu que ele seguisse com o grupo de revoltosos.

Em 1927, depois de uma temporada preso, fundou (com o auxílio do farmacêutico Dias Guimaraes e do jornalista Sandoval Wanderley) o Partido Democrático no Rio Grande do Norte, o qual, posteriormente, aliou-se a outros partidos estaduais e criou o Partido Democrático Nacional. Esse partido constituiu-se como uma frente ampla de oposição, aglutinando oligarquias dissidentes e grupos urbanos emergentes no cenário político (em

especial as classes médias e os trabalhadores). Instituído em alguns estados brasileiros, o Partido Democrático reuniu as oposições e lançou as bases de suas lutas para derrubar o poder vigente.

Nesse cenário, Café Filho encontrou espaços na imprensa nacional (especialmente no *Diário Nacional*, órgão de imprensa do Partido Democrático), para, sucessivamente, criticar, por meio de notícias e artigos, o controle que José Augusto e Juvenal Lamartine exerciam na vida política do Rio Grande do Norte. O *Diário Nacional* contribuiu para o fortalecimento das oposições estaduais e, conseqüentemente, para o enfraquecimento das estruturas que alicerçavam a vida eleitoral do Brasil durante a Primeira República.

Juntamente com seus correligionários, organizou os trabalhadores potiguares em uma federação que se contrapunha à crescente participação de José Augusto e Juvenal Lamartine nas associações de trabalhadores. Ambos os grupos, cafeístas e governistas, procuravam aglutinar o maior número possível de categorias profissionais. Nessa conjuntura, de um lado, estavam os trabalhadores favoráveis ao governo, que participavam das festividades cívicas e de homenagens a autoridades republicanas; do outro, os trabalhadores “combativos”, que se aproximavam das diretrizes do Partido Democrático.

Nesse cenário de disputas pela adesão de trabalhadores, a voz de Café Filho (e, conseqüentemente, da Federação Regional do Trabalho e do Partido Democrático) era publicada, em Natal, no jornal *Folha do Povo*, periódico pertencente ao jornalista Sandoval Wanderley.

As atuações de Café Filho e Sandoval Wanderley nos sindicatos e nos jornais acirraram a disputa com o governador Juvenal Lamartine. Nessa conjuntura, Café Filho denunciou publicamente que Juvenal Lamartine tentou assassiná-lo. Em razão do clima belicoso, o governo do estado passou a atuar de forma violenta obrigando Café Filho e Sandoval Wanderley, em 1928, a fugirem do Rio Grande do Norte.

Refugiando-se no Rio de Janeiro, Café Filho passou a aprofundar suas articulações com as lideranças nacionais de oposição. Nessa condição, tornou-se redator do jornal *A Manhã*, pertencente ao jornalista de oposição, Agripino Nazareth. Os artigos de Café Filho, nesse periódico, criticavam, enfaticamente, os líderes republicanos José Augusto e Juvenal Lamartine, denunciados como homens que controlavam a máquina pública que sustentava a política. Assim, a tentativa de Café era mostrar que os problemas do Rio Grande do Norte eram nacionais e que a queda do regime só se constituiria em uma realidade quando caísse a rede que sustentava os governadores nos estados.

Em 1929, começou-se a articular a Aliança Liberal, uma frente ampla nacional formada para se opor ao governo nas eleições presidenciais. Constituída de pessoas das mais diferentes matrizes políticas – desde tenentes a membros de oligarquias dissidentes – essa frente selou o fim do que posteriormente ficou conhecido como “República Velha”. No entanto, não era o fim dos “antigos” políticos, até mesmo a grande liderança do movimento, Getúlio Vargas, era uma cria política das relações gestadas no período deposto.

Café Filho participou ativamente dos espaços sociais da Aliança. No Rio de Janeiro, organizou um comitê de norte-rio-grandenses favoráveis ao movimento, e, ainda de lá, era ouvido por seus correligionários no Rio Grande do Norte, liderados pelo seu principal lugar-tenente, Dias Guimarães, que constantemente informava, por meio de telegramas, o andar da propaganda aliancista no estado.

Entre 1930 e 1937, a tônica de Café se transformou. A chegada de Vargas ao poder trouxe novas perspectivas para a luta política. A partir de então, o novo governo passou a advogar que os trabalhadores não precisavam mais lutar contra o governo ou contra os patrões, pois o Estado brasileiro iria arbitrar harmonicamente todos os possíveis conflitos.

Desse modo, os trabalhadores passaram a ser instigados a se organizar em sindicatos oficiais ligados ao Ministério do Trabalho. Apesar disso, uma das primeiras medidas de Vargas foi impedir, por força da lei, o funcionamento dos sindicatos interclassistas assim como seu gerenciamento por pessoas estranhas a categoria profissional. Diante dessa legislação restritiva, Café atuava de forma dúbia: por um lado, continuava a influenciar os trabalhadores em suas reuniões estimulando a manutenção de associações interclassistas, destacadamente a Federação do Trabalho de Natal; por outro, defendia a organização dos sindicatos por categorias profissionais e vinculados oficialmente ao Ministério do Trabalho.

Na transição da década de 1920 para 1930, com a mudança no comando do poder político, o grupo de pessoas que se aglutinava em torno de Café aumentou consideravelmente. Além dos já conhecidos Sandoval Wanderley, Kerginaldo Cavalcanti e Dias Guimarães, outros nomes passaram a ser aliados de Café Filho. Entre os novos aliados estavam os promotores João Maria Furtado e Raimundo Ferreira de Macedo; o poeta Oliveira Júnior; os jornalistas Laércio Fernandes e Rosemiro Silva; os bacharéis Djalma Marinho, Lauro Pinto e Gil Soares de Araújo.

Foram esses aliados de Café Filho que o ajudaram a montar *O Jornal*, periódico que circulou em Natal a partir de 1931. Entre seus objetivos, destacam-se: divulgar as ideias de Café Filho; propagar as reformas sociais implantadas pelo Movimento de 1930; defender a permanência da ditadura varguista, a qual vigorava no período que o país não era regido por

uma Constituição; e, finalmente, divulgar a seção estadual do Clube 3 de Outubro, que havia sido fundado, em 1932, por uma conjunção de forças cafeístas com oficiais da Marinha e do Exército.

O Clube 3 de Outubro, especificamente, tinha a função de dar apoio à política varguista e aos seus interventores. Conforme visto no capítulo 3, essa associação defendia em seu programa de atuação que o governo, instalado no poder a partir de 1930, privilegiasse uma administração técnica e a participação das entidades de classes nas instituições públicas.

Diversos delegados de entidades trabalhistas se faziam presentes nas reuniões do grupo. Café era o grande articulador do Clube com os operários. Em seus discursos, nas entidades de classe ou mesmo no seu jornal, mostrava como que as ideias desse grupo estavam em conformidade com os ideais trabalhistas. Eles eram partidários da instituição de uma legislação de amparo ao trabalhador que atendesse a todos, seja nas cidades, seja no campo.

Favorável à perpetuação da ditadura varguista, Café acreditava que se devia primeiro transformar, por meio da educação, o pensamento dos trabalhadores urbanos e rurais, que ainda não estavam preparados para votar. A constitucionalização, para Café e seu grupo, representava um retorno à situação passada, pois a população, pouco instruída, continuaria a votar nos candidatos do antigo Partido Republicano.

Esses espaços foram constituídos a partir da aglutinação de pessoas que possuíam um conjunto de crenças, mitos, normas e desejos semelhantes, isto é, esses espaços eram construídos como zonas de interseção das culturas políticas individuais. Determinados espaços são instituídos pelas culturas políticas que, organizadas em locais bem delimitados, possuem um maior poder de propagar suas visões de mundo. O grupo cafeísta espacializava-se pela cidade de Natal e, por meio desses espaços, procurava conquistar mais adeptos entre os setores médios e os trabalhadores urbanos.

Essa aglutinação em determinados espaços gerou, como se viu ao longo deste trabalho, zonas de conflito com outros espaços, fundados a partir de culturas políticas apoiadas nas práticas políticas de então. Se o *Jornal do Norte*, o Partido Democrático, a Aliança Liberal e a Federação do Trabalho de Natal eram espaços cafeístas, *A República*, a Liga Operária, o Centro Operário e o Partido Republicano do Rio Grande do Norte estavam estabelecidos como espaços de resistência a essa ascensão de Café e seu grupo. Esses últimos espaços aglutinavam-se em torno dos líderes republicanos José Augusto e Juvenal Lamartine, os quais representavam as instituições políticas da forma que estavam estruturadas.

Café Filho, em suas relações, representou a emergência do urbano que surgiu almejando novos tempos, nos quais as classes urbanas conseguiriam um maior protagonismo na cena política, com a instituição de reformas na legislação eleitoral e o estabelecimento de um poder judiciário autônomo. Com isso, trabalhadores urbanos, profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos e médios comerciantes faziam-se representar na liderança de Café Filho. Os dois principais chefes dos republicanos, José Augusto e Juvenal Lamartine, oriundos de um universo rural, ambos nascidos na região Seridó, em uma família que prosperava economicamente por causa do cultivo de algodão, representavam a tradição, a permanência e o respeito às instituições estabelecidas. Embora se dissessem modernos em suas práticas políticas, e, de fato, eram em determinados aspectos (aproximação com os trabalhadores e institucionalização do voto feminino no estado), suas práticas de violência e de coação reproduziam o mandonismo e o paternalismo característicos do mundo rural.

Em relação às redes de sociabilidade, elas não se limitavam apenas ao estado. Para entender as vicissitudes locais, era necessário fazer as devidas ligações com o nacional. Foi somente no relacionamento das partes com o todo que se deu para compreender como estava estruturado o sistema político de então. Neste estudo, buscou-se transcender as discussões que dividem a história entre o local e o nacional, visto que se entendem as estruturas políticas como um todo. Os chefes republicanos estaduais não possuíam um poder irrestrito, seus poderes assentavam sob uma frágil aliança com os chefes políticos locais e nacionais, por isso somente no todo é que se podem compreender determinadas ações desses sujeitos. Da mesma forma, as oposições ligavam-se, por meio de afinidades políticas, com grupos em outros estados, sendo as práticas políticas locais, do mesmo modo, compreendidas por sua ligação com o todo.

Neste estudo, mostraram-se os mecanismos pelos quais a organização da classe trabalhadora de Natal se transformou, destacando-se as articulações externas e as internas dos trabalhadores de Natal com os outros grupos, lançando um olhar especial sobre a atuação de Café Filho na busca da liderança desses indivíduos. Nessa perspectiva, privilegiou-se o olhar do outro sobre o trabalhador de Natal, não sendo o foco entender como os próprios trabalhadores se viam, mas compreender como determinadas lideranças concebiam esses personagens.

Como viviam os sujeitos na transição da “velha” para a “nova” república? Quais eram seus dramas individuais? Quais conflitos enfrentaram? Quem eram seus aliados? E seus inimigos?

Esta dissertação procurou responder a esses questionamentos ao eleger como objeto de observação Café Filho e suas articulações em espaços de sociabilidade em busca da liderança do movimento trabalhista. A recuperação dos sujeitos individuais, seus dramas, seus momentos de inflexão, enfim, seu “fazer-se como sujeito” foi o que se perseguiu na pesquisa. Isso porque entender a singularidade do indivíduo em meio às vicissitudes políticas se estabelece como um trabalho importante de historiografia, pois possibilita compreendermos melhor como se deu a passagem da “República Velha” para o que a historiografia posteriormente chamará de “Era Vargas”.

Como, então, um indivíduo ao mesmo tempo se constitui como produto social e contribui para a mudança dessa mesma sociedade?

Ora, as sociedades são fluxos, estão em constante reatualização, novas relações criam novas realidades sociais. Nenhum indivíduo sabe para onde caminha a sociedade, mas todos, em maior ou menor grau, são responsáveis pelas transformações ocorridas, pois seus constantes relacionamentos uns com outros os transformam em novos sujeitos ao mesmo tempo que modificam as estruturas sociais. Além disso, estudar a vida de Café se constitui em um objeto privilegiado para se entender as culturas políticas em gestação, melhorando o entendimento da historiografia sobre o período em debate.

FONTES

- Center for Research Libraries

FARIA, Juvenal Lamartine. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado do Rio Grande do Norte à Assembleia Legislativa*. Natal: Imprensa Oficial do Estado, 1928.

SOUZA, Antônio José de Melo e. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo*. Natal: Typografia d'A República, 1920.

SOUZA, Antônio José de Melo e. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo*. Natal: Typografia d'A República, 1923.

- Centro de Documentação Eloy de Souza

CAFÉ FILHO, João. *Discursos na Câmara Federal (1935-1937)*

A União, Paraíba.

O Jornal, Rio Grande do Norte.

- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

FARIA, Juvenal Lamartine. *Plataforma*. Natal: Imprensa Diocesana, 1927.

A Avenida, Rio Grande do Norte.

A Imprensa, Rio Grande do Norte.

A República, Rio Grande do Norte.

Aeroplano, Rio Grande do Norte.

Diário de Natal (Elias Souto), Rio Grande do Norte.

Diário do Natal, Rio Grande do Norte.

Jornal do Norte, Rio Grande do Norte.

O Caixeiro, Rio Grande do Norte.

O Echo, Rio Grande do Norte.

O Pýrilampo, Rio Grande do Norte.

O Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte.

O Santelmo, Rio Grande do Norte.

O Trabalho, Rio Grande do Norte.

Tribuna Juvenil, Rio Grande do Norte.

Zé Povinho, Rio Grande do Norte.

- Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A Federação, Rio Grande do Sul.

A Manhã, Rio de Janeiro.

A Noite, Rio de Janeiro.

A Província, Pernambuco.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro.

Diário Carioca, Rio de Janeiro.

Diário da Manhã, Espírito Santo.

Diário de Pernambuco, Pernambuco.

Diário Nacional, São Paulo.

Folha do Povo, Maranhão.

Jornal do Recife, Pernambuco.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro.

O Combate, São Paulo.

O Globo, Rio de Janeiro.

O Imparcial, Rio de Janeiro.

O Paiz, Rio de Janeiro.

Última Hora, Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRADE, Mario de. *O turista aprendiz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

ARANHA, Terezinha de Queiroz; GALVÃO, Cláudio Augusto Pinto. *Manoel Rodrigues de Melo: biobibliografia (1926-1995)*. Natal: CCSA; DEBIB; Núcleo Temático da Seca, 1995.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público do Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 159-182.

CARDOSO, Rejane. *400 nomes de Natal*. Natal: Prefeitura Municipal de Natal, 2000.

CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.

CASTELLUCCI, Aldrin. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. *Revista Brasileira de História* [online], v. 32, n. 64, p. 77-99, 2012.

CASTELLUCCI, Aldrin. De uma conspiração a outra: Agripino Nazareth, os militares e o movimento operário no Rio de Janeiro (1915-1918). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (SNH), 27., 2013, Natal. *Anais*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2013. p. 1-14. v.1.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião de escravos em Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal – o primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio; Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

DANTAS, Anna Catharina da Costa; COSTA, Nadja Maria de Lima (Org.). *Projeto político pedagógico do IFRN: uma construção coletiva – documento base*. Natal: IFRN, 2012.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e culturas políticas definições, usos, genealogias. *Varia História*, n. 28, 2002.

- DO Ó, Manoel. *Cem anos de suor e sangue*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1971.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento tenentista: um debate historiográfico. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 9, n. 108, maio/2010. p. 127-133.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- FERREIRA, Brasília Carlos. *O sindicato do Garrancho*. Natal: EDUFRN, 1986.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A reação republicana e a crise política dos anos 20. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- FRANZINE, Fábio. Escrever textos, editar livros, fazer história: a coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1960). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 9, 2013, p. 24-45.
- FREITAS, Viltany Oliveira. *Cantos de bar: sociabilidades e boemia na cidade de Natal (1946-1960)*. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.
- FURTADO, João Maria. *Vertentes*. Natal: Clima, 1989.
- GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 179-202.
- GÓES, Moacyr de. *Entre o rio e o mar*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.
- GÓES, Moacyr de. *Chão das almas: romance e história*. Natal: EDUFRN, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAMARTINE, Juvenal. *Plataforma*. Natal: Imprensa Diocesana, 1927.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 167-182.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1. p. 111-153.

MAIA, Isaura Amélia de Sousa; BEZERRA, Maria do Nascimento (Org.). *Bom dia Café*. Natal: FAPERN, 2008. (Coleção Patrimônio Cultural Potiguar v. 1).

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-62.

MALATIAN, Teresa M. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru: Edusc/Fapesp, 2001.

MARIZ, Marlene da Silva. *A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1984.

MAZOWER, Mark. *Continente sombrio: a Europa no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2007.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, jul.-dez. 2004, p. 91-115.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr. *Praxedes um operário no poder: a insurreição de 1935 vista por dentro*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (Org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 65-79.

PEIXOTO, Renato Amado. *Cartografias imaginárias: estudos sobre a construção do espaço nacional brasileiro e a relação história e espaço*. Natal: EDUFRN; Campina Grande: EDUEPB, 2011.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Projeto História (História e Cultura). *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993a, p. 41-58.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História (História e Cultura). *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993b, p. 13-33.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (Org.). *História da vida privada, 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 13-153.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RIOUX, Jean Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 99-140.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. La biografia como gênero historiográfico: algunas reflexiones sobre sus posibilidades actuales. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 9-48.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos históricos*, n. 17, 1997, p. 3-21.

SILVA, Marcos. *Câmara Cascudo, Dona Nazaré de Souza & Cia: guerras do Alecrim*. São Paulo: Terceira Margem; Natal: EDUFRN, 2007.

SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte 1889-1930*. Natal: EDUFRN, 2008.

LINDOSO, José Antônio Spinelli. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935*. Natal: EDUFRN, 2010.

LINDOSO, José Antônio Spinelli. Coronéis e oligarquias na Primeira República. *Observanordeste*. Recife, agosto/2005. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/spinelli05.pdf>> Acesso em: 1º fev. 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida Neves (Org.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 63-106.